UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

BIANCA ROSA

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS: LAVA JATO E VAZA JATO

SÃO LEOPOLDO
2021

BIANCA ROSA

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS: LAVA JATO E VAZA JATO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto

São Leopoldo
2021

R788e Rosa, Bianca.
Estratégias de construções jornalísticas Lava Jato e Vaza Jato / Bianca Rosa. – 2021.
241 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Leopoldo, 2021.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto.

1. Jornalismo. 2. Comunicação de massa. 3. Operação Lava Jato. 4. Vaza Jato. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant'Anna – CRB 10/2360)

BIANCA ROSA

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS: LAVA JATO E VAZA JATO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 15 DE JUNHO DE 2021.

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. VIVIANE BORELLI - UFSM
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA - UNISINOS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

ORIENTADOR



PROF. DR. ANTONIO FAUSTO NETO - UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Maria, que me incentivou desde o início, vibrando com minhas conquistas e se dedicando a me deixar a educação como um legado. Mas esta pesquisa não seria possível sem o apoio e incentivo da minha filha, Helena, que sempre me faz querer ser uma pessoa melhor e que muitas vezes acredita mais em mim do que eu mesma. Tenho muita sorte de ser cercada por essas duas mulheres maravilhosas, a quem eu amo demais. À Nica, minha mana de coração, agradeço por todo o carinho e cuidado. Agradeço aos meus pais, por minha formação.

Eu sou imensamente grata pelo percurso que trilhei no mestrado. Foi uma jornada de crescimento pessoal, amadurecimento e redescoberta. Exatamente por isso eu sou grata a todos os percalços, as incertezas, as inseguranças, assim como os aprendizados, os acolhimentos e as conquistas. É preciso dizer que esta dissertação foi realizada em meio à pandemia de Coronavírus, o que tornou muito mais desafiador o encerramento dessa etapa. A vida acadêmica é feita coletivamente e ela seria impossível sem o apoio dos meus amigos e colegas. Por isso, sou muito grata ao apoio incondicional de uma grande amiga que o mestrado me trouxe como presente, que é a Luíza Buzzacaro Barcelos. Ela nunca me deixou dúvidas de que sempre podia contar com seu apoio, muitas vezes me abrindo os olhos, me dando forças, ou só estando do meu lado. Também não teria ingressado no mestrado se não fosse o incentivo e apoio dessa pessoa tão sensível e empática que é a Camila Freitas. Nunca serei grata o suficiente. Também agradeço imensamente ao querido amigo e colega de jornada, Marcus Losanoff, por estar sempre por perto de maneira tão afetuosa.

Sou muito sortuda e grata pela turma que me acompanhou pelos dois anos de mestrado, colegas maravilhosos e especiais. Em especial, agradeço o apoio dos que se tornaram amigos de todas as horas: Antônio Jorlan Abreu, Camila Scarrone, Eduardo Comerlato, Jean Pierre Bocca, Mariane Ramos Santos e Raiana Rodrigues. Balburdianas e Torreides, vocês são demais. Sou extremamente grata às experiências compartilhadas com os professores do PPGCC da Unisinos, instituição que me trouxe tanto aprendizado. Agradeço imensamente a acolhida dos professores da Linha de Pesquisa 4, Midiatização e Processos Sociais. Também quero agradecer duas professoras a quem admiro muito, por sua atuação como pesquisadoras, mas também por serem mulheres incríveis e inspiradoras. À Márcia Veiga da Silva, grande professora e amiga, obrigada por me emprestar suas lentes. À Ana Paula da Rosa, por ser uma grande referência e a quem

dedico um agradecimento especial por seu acolhimento e tratamento atencioso, sendo simplesmente excelente como coordenadora do nosso PPG. Também agradeço à Viviane Borelli, Guilherme de Azevedo e Ronaldo Henn pelas contribuições e trocas. À Aline Weschenfelder, pelos textos e dicas. Aos meus estimados colegas do grupo de pesquisa Lacim.

Meu agradecimento mais especial é reservado ao meu orientador, Antônio Fausto Neto. Agradeço por me acolher e me mostrar o caminho quando muitas vezes estive perdida. Pela sua sensibilidade, por ter acreditado nas minhas ideias, pela humildade de transmitir seu conhecimento, me ensinando de tantas maneiras. Sou imensamente grata à maneira afetuosa com que me guiou nessa caminhada. Espero retribuir com boas contribuições. O senhor mora no meu coração.

Agradeço à ciência e a pesquisa acadêmica, aos sonhadores, aos idealistas e a quem acredita que o jornalismo pode sim transformar positivamente o mundo.

RESUMO

Este trabalho realiza uma investigação sobre a produção de sentidos, percebida através da comparação entre as estratégias das ações comunicacionais das operações Lava Jato e Vaza Jato em uma ambiência midiatizada. Para compreender este fenômeno, segundo sua complexidade processual, construímos um estudo de caso midiatizado, que leva em conta a leitura dos materiais da cobertura jornalística da Operação Lava Jato, realizadas pelos veículos Folha de São Paulo, Revista Veja e Tv Globo, no período de 2015 a 2020, assim como da leitura das reportagens da série Vaza Jato, realizadas pelo The Intercept Brasil no período de 2019 a 2020. A partir da análise comparativa entre as disputas argumentativas destas duas estratégias de ações comunicacionais (Lava Jato e Vaza Jato), buscamos identificar os sentidos resultantes da diferença de circulação que emergem destes acoplamentos, assim como objetivar compreender quais são as manifestações comunicacionais das relações de interpenetração entre os sistemas envolvidos.

Mediante leitura dos materiais das duas coberturas jornalísticas, percebemos relações de interpenetrações entre os sistemas jurídico, jornalístico e político, em disputas realizadas através de ações comunicacionais. Também constatamos estratégias comunicacionais diferenciadas, realizadas pelos veículos de acordo com suas próprias gramáticas, aspectos que se diferem com relação às práticas do jornalismo hegemônico em contraposição com as práticas do jornalismo contrahegemônico. Segundo dinâmica da ambiência midiatizada, através das disputas argumentativas, emergiram sentidos bifurcantes, com destaque para a interpenetração entre sistemas, que se configurou como resultado da diferença entre estas interações, se tornando um produto da circulação. A midiatização, ao afetar todas as práticas sociais, produziu feedbacks complexos, e como consequência, a produção de sentidos diversos, que somente puderam ser percebidos no cenário das discursividades sociais. Assim, inferimos que o jornalismo, o campo midiático, a esfera política e jurídica se tornaram, todos eles, subsistemas da sociedade, promovendo entre si disputas e negociações diversas, que desencadearam transformações em seus próprios sistemas e nos outros, assim como em um sistema maior, que é a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Midiatização; Interpenetrações; Lava Jato; Vaza Jato.

ABSTRACT

This paper conducts an investigation on the production of meanings, observed through the comparison between the strategies of the communicational actions of Lava Jato's and Vaza Jato's operations in a mediatized environment. To understand this scenario, according to this complexity, we built a mediatized study case, which considers the perusal of materials from the news coverage of Operation Lava Jato, performed by Folha de São Paulo, Veja Magazine and Tv Globo, in the period from 2015 to 2020, as well as the reading of the reports from Vaza Jato, conducted by The Intercept Brasil from 2019 to 2020. Starting from the comparative analysis between the argumentative disputes of these two strategies of communicational actions (Lava Jato and Vaza Jato), we seek to identify the meanings results from the difference of circulation, futhermore aim to understand the communicational manifestations of the interpenetration relations between the systems involved.

Through reading the materials of the two journalistic coverages, we noticed relations of interpenetrations between the juridical, journalistic and political systems, in disputes who are carried out through communicational actions. We also noticed different communicational strategies, executed by the vehicles, according to their own grammars, aspects that differs in relation to the practices of hegemonic journalism in contraposition to the practices of counterhegemonic journalism. According to the dynamics of the mediated ambience, through argumentative disputes, bifurcating meanings have emerged, with emphasis on the interpenetration among systems, which has been configured as result of the difference between these interactions, becoming a product of circulation. Mediatization, by affecting all social practices, produced complex feedbacks, and as a consequence, the production of diverse meanings, which could only be perceived in the scenario of social discursivities. Thus, we infer that journalism, the media field, the political and juridical spheres have all become subsystems of society, promoting among themselves disputes and several negotiations, which have triggered transformations in their own systems and in others, as well as in a larger system, which is society as all.

KEYWORDS: Journalism; Midiatization; Interpenetrations; Lava Jato; Vaza Jato.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Complexidade da midiatização (modelo gráfico de Verón).....67
Figura 2 – Níveis de acontecimentos na relação entre Lava Jato/VazaJato.....89
Figura 3 – Fluxos observatórios da Operação Lava Jato.....93
Figura 4 – BBC Brasil: Moro fortalece a Lava Jato.....97
Figura 5 – G1: Sergio Moro protagonista da Lava Jato.....97
Figura 6 – UOL: Moro em destaque no depoimento de Lula.....97
Figura 7 – Entrevista de Glenn Greenwald para o Roda Viva.....99
Figura 8 – Palestra de Greenwald na Flip 105
Figura 9 – The Intercept Brasil comenta Roda Viva de Sergio Moro.....106
Figura 10 – Thread do Intercept – complemento ao Roda Viva de Sergio Moro.....107
Figura 11 – Diagrama do esquema de midiatização do caso.....107
Figura 12 – Diálogo entre Dilma e Lula exibido na escalada do JN.....113
Figura 13 – Primeiras imagens do depoimento de Lula.....121
Figura 14 – Imagem do depoimento de Lula veiculada na edição do JN.....123
Figura 15 – Print vídeo da Vejapontocom das capas da revista sobre Lula.....130
Figura 16 – Edição 2397 da Revista Veja.....130
Figura 17 – Edição 2398 da Revista Veja.....132
Figura 18 – Edição 2424 da Revista Veja.....133
Figura 19 – Edição 2436 da Revista Veja.....134
Figura 20 – Montagem sobre capa de revista veja usada como fake news.....135
Figura 21 – Capa da Edição 2458 da Revista Veja.....135
Figura 22 – Capas da Revista Veja do mês de março de 2016.....137
Figura 23 – Capa da Edição 2480 da Revista Veja.....137
Figura 24 – Capa da Edição 2480 da Revista Veja.....139
Figura 25 – Capa de Lula x Capa Newsweek sobre Gaddafi.....140
Figura 26 – Edição 2529 da Revista Veja.....141
Figura 27 – Edição 2567 e edição 2577 da revista Veja.....142
Figura 28 – Capa da Revista Veja edição 2639.....144
Figura 29 – Edição 2657 da Revista Veja 146
Figura 30 – Reportagem Folha de São Paulo sobre diálogo de Dilma e Lula.....148
Figura 31 – Transcrição do diálogo gravado entre Lula e Dilma.....149
Figura 32 – Reportagem da Folha de São Paulo sobre Lava Jato.....152

Figura 33 – Gráfico da Folha mostra investigados da Lava Jato por partido.....152
Figura 34 – Reportagem da Folha de São Paulo relacionando Tríplex a Lula.....153
Figura 35 – Reportagem com incitação à violência a Lula.....154
Figura 36 – Reportagem da Folha de São Paulo sobre PMDB e Lava Jato.....155
Figura 37 – Editorial do The Intercept Brasil sobre a Vaza Jato.....157
Figura 38 – Hiperlinks da série inicial da Vaza Jato.....159
Figura 39 – Folha de São Paulo aponta contradição de Lula em depoimento.....163
Figura 40 – Diálogos da procuradoria do MPF sobre a conduta de Moro.....164
Figura 41 – Anúncio de divulgação do The Intercept Brasil.....165
Figura 42 – Uso do Twitter pelo The Intercept Brasil.....166
Figura 43 – Reportagem usada pela Lava Jato para incriminar Lula.....168
Figura 44 – Intercept explica como a Lava Jato construiu denúncia contra Lula.....169
Figura 45 – Um dos memes sobre o Power Point da Operação Lava Jato.....170
Figura 46 – Tweets de contestação à Lava Jato.....172
Figura 47 – Postagens no Twitter de críticas a Moro e defesa da Vaza Jato.....172
Figura 48 – The Intercept Brasil rebatendo a polêmica dos vazamentos.....173
Figura 49 – Relato de como o TIB apura o material da Vaza Jato.....176
Figura 50 – Matéria do Intercept explica a relevância da Vaza Jato.....178
Figura 51 – Página de orientação do TIB sobre como realizar denúncias.....180
Figura 52 – Um ano de Vaza Jato – imagens dos bastidores.....181
Figura 53 – Parceria Folha de São Paulo/Intercept.....184
Figura 54 – Sergio Moro solicita transcrição dos diálogos de Lula e Dilma.....186
Figura 55 – Folha anuncia decisão do STF sobre entrevista de Lula.....190
Figura 56 – Folha comenta veto de Luiz Fux.....190
Figura 57 – Comemoração dos procuradores sobre decisão de Fux.....191
Figura 58 – Tweet de Deltan Dallagnol reproduzida em matéria do TIB.....192
Figura 59 – Capa da Veja em parceria com a Vaza Jato.....193
Figura 60 – Carta ao leitor da Veja.....193
Figura 61 – Veja aponta irregularidades da Lava Jato.....194
Figura 62 – Sergio Moro como ministro do governo Bolsonaro.....197
Figura 63 – Edição 2734 da Revista Veja.....199
Figura 64 – As suspeitas sobre Lula em reportagem da Folha.....201

Figura 65 – Discurso autoreferencial sobre cobertura da Lava Jato.....202
Figura 66 – Discurso autoreferencial sobre cobertura da Lava Jato.....207
Figura 67 – Dallagnol combina envio de material a jornalista da Globo.....208
Figura 68 – Dallagnol pede encontro com Merval Pereira a assessores do MPF.....209
Figura 69 – Dallagnol informa procuradores da parceria com a Globo.....210
Figura 70 – Dallagnol sugere enquadramento noticioso.....211
Figura 71 – Conversas entre Dallagnol e Vladimir Netto, da Rede Globo.....212
Figura 72 – Diálogo entre procuradores da Lava Jato sobre nota de apoio a Moro.....213
Figura 73 – Conversas entre Dallagnol e Vladimir Netto, da Rede Globo.....213
Figura 74 – Tweets de Greenwald em contestação à Rede Globo.....217

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 Problema de pesquisa segundo a complexidade do caso..... 16
1.2 Objetivos de pesquisa 18
1.3 Justificativas da pesquisa e sobre processualidades entre objeto, problema e caso 18
2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO 21
2.1 O objeto no contexto jornalístico brasileiro 22
2.2 Breve histórico das duas operações.....31
2.3 A natureza do objeto como caso midiatizado.....38
2.4 A especificidade do caso midiatizado segundo interpenetrações de sistemas.....40
2.5 Objeto como construção intersistêmica.....44
2.6 Do objeto ao caso: transformações.....53
3 CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS NA SOCIEDADE EM MIDIATIZAÇÃO... 58
3.1 Jornalismo na ambiência da sociedade em midiatização.....58
3.2 Construção do acontecimento jornalístico em uma ambiência midiatizada.....63
3.4 Circulação do acontecimento: processualidades de interpenetrações sistêmicas.. 74
4 REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE CASO MIDIATIZADO 79
4.1 Do acontecimento ao "caso midiatizado".....79
4.2 Distinções entre "estudo de caso" e "caso midiatizado".....81
4.3 Caso midiatizado: das regras às estratégias.....85
4.4 Estratégia de análise comparativa – Lava Jato x Vaza Jato.....87
4.5 Categorias de análise.....91
5 ANÁLISE EMPÍRICA DO OBJETO..... 92
5.1 A complexificação do acontecimento na análise da Lava Jato x Vaza Jato.....93
5.2 Estratégias em disputa nas construções jornalísticas das duas operações.....108
5.3 Um comparativo das transformações de narrativas.....196
5.4 Referências resultantes dos processos de leitura.....220
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 229
APÊNDICE A - OUTRO LADO E DEPOIS DA VAZA JATO 234

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura desenvolver uma análise sobre as construções dos discursos jornalísticos sobre dois acontecimentos que se entrelaçam: a Lava Jato e a Vaza Jato. Esses discursos, que são provenientes de diversos campos, estão relacionados entre si, se complementando e inclusive entrando em disputa, gerando produções de sentidos diversos, que se engendram a partir de interpenetrações de práticas discursivas jurídicas, midiáticas e particularmente jornalísticas. São complexos acontecimentos que se desenvolvem no âmbito jurídico, mas que também são permeados por desencadeamentos de operações midiáticas jornalísticas e da investigação jurídica.

Nesse sentido, observamos que a Vaza Jato deriva de um acontecimento maior, que se coloca como um desdobramento de outras duas operações que relacionam dois diferentes campos, o jurídico e o midiático. É um fenômeno comunicacional, cuja construção está também relacionada à gravação da ligação telefônica entre Dilma Rousseff e Lula da Silva. Entretanto, este trabalho não está propondo um estudo sobre a relação entre estes acontecimentos, ou da relação entre Lava Jato e Vaza Jato. A proposta desta pesquisa é estudar, na processualidade destes dois complexos acontecimentos, quais sentidos que emergem a partir da relação entre estas duas grandes operações anteriores, que envolvem o campo jurídico e o campo midiático, no contexto de dois acontecimentos específicos, de duas faces de coberturas jornalísticas, sobre a Lava Jato, e posteriormente, a Vaza Jato.

Entretanto, é necessário realizar alguns apontamentos sobre o percurso da pesquisa e desta pesquisadora. Acredito que a escolha de um objeto de pesquisa está relacionada a uma tentativa de compreensão do mundo, e é exatamente o que me provocou meu ingresso em uma carreira acadêmica: eu queria investigar o jornalismo a partir de uma perspectiva crítica. Iniciei a minha trajetória profissional em 1998, época em que estávamos vivenciando a transição do protagonismo dos meios, para uma outra época, repleta de indefinições. Ao longo da minha trajetória como jornalista, pude constatar que não havia, de parte do jornalismo, uma intensa preocupação reflexiva sobre sua prática. Também pouco observava uma autorreflexão por parte dos profissionais do mercado, além de um diálogo restrito com o âmbito acadêmico. A preocupação central do jornalismo sempre foi muito mais relacionada a uma prática de natureza instrumental.

Então a motivação maior do meu ingresso na academia foi consequência dessa preocupação reflexiva sobre a profissão, na busca de um exercício, de um pensamento mais crítico e para pensar em uma forma de refletir sobre o jornalismo. Por conta disso, decidi fazer esse movimento de retorno ao ambiente acadêmico, depois de dez anos dedicados ao jornalismo na prática. E foi quando assisti a dois acontecimentos televisivos, que a minha vontade de atuar como pesquisadora dentro do jornalismo se pronunciou. O primeiro acontecimento foi a veiculação ao vivo, no noticiário Jornal Nacional, da ligação telefônica entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente Dilma Rousseff, em março de 2016. De acordo com o que foi divulgado, o material foi obtido através de um vazamento telefônico, mediante uma decisão judicial de quebra de sigilo, determinada pelo juiz Sergio Moro e solicitada pela procuradoria da Operação Lava Jato. Naquele momento, eu comecei a me questionar sobre quais deveriam ser os limites éticos na busca pela audiência, ou por uma "notícia exclusiva". Refleti, então, sobre a necessidade dos jornalistas discutirem suas processualidades jornalísticas, suas práticas e seus limites éticos.

O segundo acontecimento ocorreu em 2018. Se tratava da entrevista de Manuela D'Ávila ao programa Roda Viva, pois na época ela concorria como pré-candidata à presidência. Me chamou bastante atenção que o programa acabou gerando repercussão não pelas respostas da entrevistada, mas pelo fato de ela ter sido interrompida de forma insistente pelos entrevistadores, o que revelou algumas fraturas na enunciação jornalística. A partir desta ocorrência, ponderei que, apesar de percebemos ao nosso redor, importantes transformações sociais, o jornalismo ainda opera com lógicas conservadoras sobre neutralidade, objetividade, valor-notícia e enquadramentos.

A partir desse cenário, passei a investigar como se situaria o jornalismo no mundo atual, e se havia de fato uma nova processualidade nas práticas deste campo, que supostamente poderia envolver novos atores. Dessa maneira, resolvi ingressar na pós-graduação, submetendo um projeto de mestrado que levava em consideração os aspectos éticos da atividade profissional jornalística. Em 2018, ingressei na Unisinos com o projeto "*Ethos*, *Pathos* e *Logos* na entrevista de Manuela D'Àvila no Roda Viva", inscrito na Linha 2 (Linguagens e Práticas Jornalísticas), com a orientação da professora Maria Clara Bittencourt. Porém, na medida em que tive mais contato com as disciplinas do mestrado, fui percebendo a minha própria defasagem com relação a esse campo de conhecimento. Aprendi sobre processos metodológicos e epistemológicos, assim como conheci novas teorias que ampliaram o meu campo de visão. Essas experiências me fizeram perceber

que talvez o fenômeno que eu tinha interesse em analisar envolvessem outros aspectos que fossem além da constituição do campo jornalístico em uma sociedade dos meios.

Assim, a virada no meu projeto se estabeleceu de fato por conta de dois momentos do mestrado: quando cursei a disciplina "Midiatização – Sociedade e Sentido" (ministrada pelos professores Antônio Fausto Neto e Pedro Gomes) e quando participei do III Seminário Internacional de Midiatização. Foram vivências que me fizeram perceber que havia um fenômeno mais abrangente acontecendo quanto ao contexto da comunicação. A partir dessa disciplina, eu compreendi que a nossa sociedade é permeada por uma nova lógica, que aponta uma nova maneira sobre o uso da comunicação midiática, assim como também passei a ter acesso a teorias que discutiam as noções de circulação e dispositivos interacionais. Nesse sentido, não podemos ignorar o fato de vivermos em uma época transformadora em todas as instâncias, principalmente na comunicacional.

Por esse motivo me atraiu observar o jornalismo através dos cenários em midiatização, pois ao estudar a comunicação sob essa ótica, fui levada a realizar duas importantes mudanças dentro da minha trajetória acadêmica no mestrado. Optei pela mudança da linha de pesquisa, ingressando na Linha 4 (Midiatização e Processos Sociais) e mudei o meu tema/objeto de pesquisa. Inicialmente, escolhi estudar os vazamentos como acontecimento jornalístico, propondo como objeto de análise o vazamento da ligação entre Dilma e Lula no Jornal Nacional. Porém, devido aos inúmeros desdobramentos que este fato provocou, optei por realizar uma análise comparativa entre os vazamentos da Lava Jato, e a série de reportagens denominadas Vaza Jato, publicadas pelo The Intercept Brasil em 2019, ocorrência que se deu quando já estava desenvolvendo o projeto. As matérias, obtidas mediante um vazamento anônimo, revelavam conversas realizadas em um grupo de Telegram entre a força-tarefa da Operação Lava Jato e o juiz titular do caso, Sergio Moro, sobre detalhes da investigação desta operação. Me parecia um objeto vasto, que merecia ser mais bem especificado.

Ao longo dessa trajetória, a disciplina – "Teoria da Prática e os Sujeitos da Produção", ministrada pelas professoras Beatriz Marocco e Márcia Veiga da Silva, também auxiliou nesse direcionamento da minha pesquisa, pois durante as aulas compreendi que havia uma oportunidade real de crítica às práticas jornalísticas, como também percebi que a análise do jornalismo como construção social seria uma maneira de compreender os aspectos que envolvem a produção de sentidos em seus processos. Contudo, ao passar a ser orientada pelo professor Antônio Fausto Neto, compreendi que

o cenário comunicacional para fins de observação era ainda mais complexo. Devo dizer que, nesse estágio, a proposta de pesquisa se encontrava genérica e ampla, ainda permanecendo mais em torno do tema. A escolha pelo The Intercept Brasil se deu pelo fato de ser um projeto que não tem a prerrogativa só de informar, mas também de propor observações, construindo não só relatos, mas formas de intervenção, envolvendo níveis de protagonismo que transcendem as metodologias tradicionais de cobertura jornalística. Entretanto, já me parecia claro que a Vaza Jato, enquanto acontecimento, estaria atrelada a essa minha possível análise. É a partir do acompanhamento da relação entre as coberturas jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato que deixou a minha perspectiva sobre o objeto mais delimitada. Portanto, reforço a importância de explicar, através da análise do empírico, a pulsão desse fenômeno que se desloca dentro de uma complexidade que ainda apresenta desdobramentos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA SEGUNDO A COMPLEXIDADE DO CASO

Visando examinar como o jornalismo vive complexas transformações que envolvem construções de noticiabilidade de práticas que se interpenetram, como as relativas às operações discursivas da Lava Jato e da Vaza Jato, nosso problema de pesquisa considera estas interrogações: **como os sentidos emergem das complexas relações entre as coberturas jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato e como funcionam estes processos? O que resulta da relação destas operações discursivas, entre diferentes estratégias de noticiabilidade, em um ambiente midiatizado?**

Com estas perguntas objetivamos descrever a relação entre os textos que midiatizaram a Operação Lava Jato e a Vaza Jato, para compreender as dinâmicas de interpenetração e disputas de sentidos que se manifestam nas estratégias tomadas como referencias no estudo do presente caso midiatizado. Esta indagação nos enseja definir o corpus de trabalho, dividido em um mapa de análise, que organiza a investigação em momentos acontecimentais. Sendo assim, serão analisados, em um primeiro momento, os materiais jornalísticos da cobertura da Operação Lava Jato, representadas pelas veiculações das empresas jornalísticas Revista Veja, jornal Folha de São Paulo e Rede Globo, realizadas entre 2015 e 2016. Em um segundo momento, analisaremos 12 reportagens da Vaza Jato, realizadas pelo The Intercept Brasil no período de 2019 até 2020. Também investigaremos as reportagens feitas em parceria entre o The Intercept Brasil e outros veículos jornalísticos na Vaza Jato, como a Revista Veja e a Folha de São

Paulo. Por último, vamos apresentar uma análise sobre a mudança discursiva que se deu na cobertura jornalística da mídia hegemônica no pós-Vaza Jato, analisando a construção discursiva das empresas Folha de São Paulo, Revista Veja e Rede Globo.

Justificamos as escolhas das empresas jornalísticas e destes materiais, por estarem atrelados a acontecimentos intrínsecos ao desenrolar dos acontecimentos entre as coberturas jornalísticas e desdobramentos das já mencionadas operações anticorrupção. Entende-se que seja preciso escolher os materiais considerando a extensão deles, especialmente pela sua diversidade e pelos produtos midiáticos gerados por diferentes coberturas. Nossa hipótese é que além de marcas que envolvem as dinâmicas de interpenetração de práticas de sentidos em disputa, os materiais estudados podem desvendar acontecimentos diversos e que resultam da natureza dos próprios acoplamentos que se constroem a partir de discursividades da Lava Jato e da Vaza Jato. Não há como analisar esta questão sem compreender a relação entre as estratégias de noticiabilidade de uma e outra, pois podem revelar desdobramentos e marcas de um processo em evolução, e que se coloca como consequência de uma fase de transição na qual a era dos meios se transforma na era da midiatização. Para tanto, é importante investigarmos o desenvolvimento da processualidade destas articulações, cuja origem se inicia em uma operação que adota lógicas midiáticas, como a Operação Lava Jato, e que acaba dando origem a outra operação, mas adotando possivelmente, outras lógicas e operações distintas, como a da Vaza Jato. Entende-se que a análise dos aspectos relacionais entre estas duas instâncias, possibilita a ocorrência de uma complexidade processual e temporal, assim como das relações entre diferentes práticas de sistemas, nesse caso, sistema jurídico, jornalístico, midiático e jurídico, dentro da ambiência midiatizada, o que nos leva a examinar esta pergunta enquanto problema a ser estudado na perspectiva de um caso midiatizado.

Para se entender a noção de caso midiatizado aqui desenvolvida no que diz respeito às suas temporalidades e processualidades, é necessário que se descreva as operações enunciativas feitas por cada uma das duas estratégias em estudo. É a partir das lógicas e do funcionamento discursivo de cada uma delas, que é gerada uma interrogação a ser perseguida com objetivo de se entender possíveis efeitos que se delineiam nas operações de cada uma delas, especificamente as formas de contato que se manifestam na ambiência da midiatização, pelos seus produtos discursivos, especialmente jornalísticos.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Enquanto objetivo geral pretende-se refletir sobre a noção de transformação do acontecimento jornalístico a partir das produções de sentido engendradas através da análise dos processos circulatórios da Vaza Jato. Dessa maneira, apresentamos como objetivos específicos, para aprofundar nosso objeto:

1) Descrever e analisar de que forma se dão as operações de complexificação do acontecimento no contexto da sociedade em vias de midiatização, levando em conta a diferença das produções de sentido que emergem na relação da cobertura jornalística da Lava Jato com a cobertura jornalística da Vaza Jato;
2) Investigar como o surgimento da Vaza Jato revela-se em uma nova operação comunicacional, levando em consideração as lógicas de circulação em uma ambiência midiatizada;
3) Compreender as relações de interpenetrações a partir das produções de sentidos produzidas entre os diferentes sistemas, para tentar identificar possíveis transformações no tecido social e no ambiente comunicacional;
4) Compreender o lugar do jornalismo a partir dessa nova ambiência comunicacional, assim como identificar possíveis marcas de lógicas de midiatização no trabalho realizado pela Vaza Jato;
5) Diferenciar a Vaza Jato e a sua singularidade como acontecimento na relação com a Lava Jato e principalmente com relação aos outros dois acontecimentos maiores que o antecedem e lhe servem como propulsores.

Tendo em vista os objetivos expostos, observamos que estes só podem ser contemplados mediante a observação de um caso. Devido à complexidade do fenômeno, a análise somente poderia ser realizada através de um caso midiatizado, pois ele possui uma temporalidade e processualidade complexas, que se baseiam em relações interpenetrantes entre sistemas. A partir dessa compreensão, que será melhor explicitada adiante, que traremos uma justificativa da escolha deste objeto.

1.3 JUSTIFICATIVAS SOBRE PROCESSUALIDADES ENTRE OBJETO, PROBLEMA E CASO

Meu objetivo nesta investigação é desenvolver uma análise crítica sobre o jornalismo, que compreenda o momento de transformação que a sociedade vive. Ao tentar entender essa nova fase do processo comunicacional, em que há um atravessamento dos

campos sociais que geram situações indeterminadas, levamos em conta a singularidade do conceito de midiatização como operador analítico desta reflexão. A escolha pela análise da complexificação do jornalismo através da relação entre as coberturas jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato se justifica por exemplificar essa complexidade do fenômeno, e mostrar que há um seguimento do fluxo, que fez com que o acontecimento jornalístico não se encerrasse em sua publicação, gerando uma série de outros acontecimentos a partir deste. Além de constituir em uma série de matérias, ainda em andamento, a Vaza Jato atua na repercussão das diferentes circulações de sentido que se estabeleceram a partir de sua divulgação e que provoca uma série de novas processualidades jornalísticas, comunicacionais e políticas. Portanto, a temática deste trabalho se justifica por demonstrar as transformações que o jornalismo vem sofrendo em um mundo em vias de midiatização. No contexto dessa fragilização do jornalismo (e de regras e lógicas midiáticas apropriadas por outros campos) é que percebo a emergência desse caso complexo, cujo funcionamento é permeado por lógicas de midiatização em curso. O caso em estudo deve-se à sua singularidade e complexidade, mas também ao desafio que representa aos estudos de Comunicação e no campo jornalístico.

Na midiatização em curso, atualmente ocorre a multiplicação de modalidades de comunicação e o jornalismo perde o lugar de centralidade, porque a capacidade de referenciar o mundo espalha-se nas mãos de outros sistemas e de seus produtores, como as instituições e os atores sociais, o que enfraquece a singularidade da mediação jornalística. Através desse processo de transição que o jornalismo atravessa, nas quais regras e lógicas midiáticas são apropriadas por outros campos, é que percebo a emergência de investigar esse caso complexo, cujo funcionamento é permeado por lógicas de midiatização em curso.

Porém a análise dessa problemática só se torna possível se compreendermos que existe uma relação entre dois níveis de construções jornalísticas diferentes, sendo uma delas, a cobertura jornalística da Operação Lava Jato e o surgimento da Vaza Jato. Mediante aos episódios protagonizados pela Lava Jato, no contexto das lógicas e operações de uma investigação jurídico-midiática, é que se proporcionou um ambiente de novas articulações, permitindo uma nova processualidade do campo jurídico, que ao adotar características midiáticas, contou com a repercussão da opinião pública na validação destes processos jurídicos. Essas articulações se exemplificaram tanto na exposição de, por exemplo, depoimentos repletos de lógicas midiáticas, quanto de uma processualidade que objetivava obter maior divulgação das mídias, através de

transcrições destes depoimentos, coletivas de imprensa ou notas de divulgação sobre apreensões e prisões da Operação Lava Jato. Entretanto, o vazamento de Lula e Dilma também desencadeou, através da repercussão pública gerada pelas manchetes dos veículos de imprensa, ocorrências sociais e políticas imediatas, como manifestações nas ruas contra o governo, e acontecimentos que promoveram a transformação política, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a posterior prisão do ex-presidente Lula. Esse acontecimento também motivou o jornalista Glenn Greenwald a desenvolver a versão brasileira do site que já havia fundado desde 2014, o The Intercept, por julgar que havia uma falta de pluralidade do discurso jornalístico na época:

> A minha perspectiva mudou muito durante o debate do impeachment de Dilma quando fiquei chocado com o fato de ver a grande mídia quase sem pluralidade de opinião, quase sem dissidência. A dissidência foi quase totalmente proibida, havia uma unanimidade a favor do impeachment de Dilma. E, na verdade, tratava-se de um debate importante para a democracia, se um presidente eleito deve ser removido ou não. Lá fora havia o processo democrático, mas aqui a mídia brasileira não permitiu o debate. Isso foi uma grande razão para criar o The Intercept Brasil. (GREENWALD apud DOMINGUES, 2019).

A partir da declaração de Greenwald, abordamos aqui as provocações da jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes (2019), que debate a questão sobre o jornalismo de subjetividade, realizado por um sujeito cognoscente, que promove a quebra de representações, repensando fortemente os valores-notícia através de um jornalismo como uma prática de engajamento social. Assim, refletimos sobre a questão do ativismo, relativizado pelas práticas do jornalismo hegemônico, porém travestido de uma aparente neutralidade. Se o The Intercept Brasil faz é considerado por muitas pessoas como "jornalismo ativista", e não apenas jornalismo, porque a prática do vazamento da ligação de Dilma e Lula, realizada pelo Jornal Nacional, não é considerada da mesma forma?

Também observamos que, a partir do momento em que o The Intercept Brasil se consolidou como um novo ator midiático no cenário jornalístico brasileiro, se iniciam os desdobramentos que culminaram na Vaza Jato, fato que se evidencia como um dos aspectos deste caso singular. Observamos que a Vaza Jato é um caso típico da midiatização, porque se desdobra destes acontecimentos, repercutindo as ações deles e promovendo um deslocamento de circuitos, o que justamente evidencia as lógicas da midiatização, como demonstraremos neste trabalho. Compreendemos então que, dentro desse cenário proposto, a Vaza Jato se coloca como um passo adiante, porque não se

configura nem como parte da Operação Lava Jato e nem como parte do episódio do vazamento da ligação entre Lula e Dilma, mas algo que deriva deles.

A escolha pela análise das relações entre as coberturas jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato se justifica por exemplificar a complexidade do fenômeno, e mostrar que há um seguimento do fluxo, que fez com que o acontecimento jornalístico não se encerrasse em sua publicação, gerando uma série de outros acontecimentos a partir deste. Assim como a cobertura da Vaza Jato ainda está andamento, a Operação Lava Jato, que foi extinta em janeiro de 2021, também permaneceu em andamento durante a realização desta pesquisa, e as suas relações interpenetrantes ainda repercutem as diferentes circulações de sentido que se estabeleceram a partir de sua divulgação, o que ocasionou durante o período em que se desenrolou, uma série de novas processualidades, jornalísticas e comunicacionais. Embora a problemática do fenômeno Lava Jato em sua totalidade seja bastante convidativa, não seria possível abranger a complexidade de uma análise desse tipo em uma dissertação de mestrado. Em virtude do escasso tempo, entendo que é necessário realizar um recorte temporal de análise do fenômeno, destacando a partir de um estudo de caso midiatizado a leitura do material jornalístico produzido pela mídia hegemônica sobre a Lava Jato e a contraposição trazida pelo The Intercept Brasil, durante o primeiro ano da série de reportagens da Vaza Jato, publicadas de 2019 a 2020. A partir da análise discursiva destes materiais pretendemos mostrar as diferentes lógicas, gramáticas e processualidades que emergiram dessas interpenetrações.

Este trabalho está reunido da seguinte forma: no primeiro capítulo aprofundamos sobre o objeto de pesquisa e a delimitação do problema de pesquisa, seguidos dos objetivos e justificativa. No segundo capítulo, abordo a construção do objeto, em torno de três perspectivas: quanto ao contexto jornalístico, como caso midiatizado e como objeto intersistêmico. O terceiro capítulo se concentra em um aprofundamento sobre a questão da complexificação do acontecimento. No quarto capítulo abordaremos uma discussão metodológica sobre o caso midiatizado. No quinto capítulo será realizada a análise empírica, com a leitura dos materiais jornalísticos. No capítulo de conclusão apresentaremos as inferências.

2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Depois de apresentarmos, no capítulo anterior, algumas considerações iniciais sobre o trajeto de nossa pesquisa, detalharemos aqui alguns aspectos sobre a construção

do objeto. Sendo assim, versamos, neste capítulo, sobre o contexto jornalístico brasileiro e de que forma o objeto ingressa nessa problemática, assim como trazemos um breve histórico sobre as duas operações que fazem parte do caso, para posteriormente problematizarmos sobre a noção do estudo de caso midiatizado, assim como a proposição de um debate sobre circulação intersistêmica.

2.1 O OBJETO NO CONTEXTO JORNALÍSTICO BRASILEIRO

O jornalismo foi, durante a era dos meios, protagonista de prática de mediação entre as instituições e a sociedade. E ao intermediar contatos entre diversos campos e os receptores da mensagem, a dinâmica das interações acabou por massificar os processos informativos e de entretenimento, desempenhando possíveis influências sobre o processo de transmissão das mensagens e a formação da opinião pública. Essa mídia de massa, no contexto da indústria cultural, acabou se tornando um objeto de estranhamento social, como observa Braga (2012), em que "uma sociedade vista como massificada passava a ser mediada por processos informativos e de entretenimento não-habituais, subsumidos a setores sociais dominantes, não controlados pela sociedade em geral".

Uma das noções que se estabeleceu a partir da ideia de mediação jornalística foi a Teoria do Agendamento, questão trazida inicialmente por Walter Lippmann (2008), afirmando que a opinião pública é primariamente uma versão moralizada e codificada dos fatos, cujo padrão dos estereótipos no centro dos nossos códigos determina largamente que grupo dos fatos nós veremos e sob que luz nós os enxergaremos. De acordo com o autor, a mídia atua diretamente na criação de estereótipos que reforçam ou rechaçam a opinião pública. Entretanto, Aníbal Ford (1999) argumenta sobre os problemas do estabelecimento da agenda pelos meios massivos, que indicam ao público sobre o que devem pensar e também como o pensar, trazendo uma significação dupla, pois ao mesmo tempo que os meios massivos são, para o grande público, um indicador poderoso dos temas mais importantes de sua época, também possuem, através de sua dinâmica e de seus contratos de leitura, uma forma de distorcer esse discurso, devidos aos critérios internos de noticiabilidade. Esses critérios de noticiabilidade servem para hierarquizar e classificar a informação, segundo "as condições de novidade, imprevisibilidade, gravidade, importância e as consequências que um acontecimento possa ter sobre uma parte notável da população" (MARTINI, 1998 apud FORD, 1999, p.65, tradução livre da autora). Contudo, Ford também adverte que os dispositivos das agendas midiáticas se

diferem muito da maneira como a cidadania constrói suas agendas. Nesse sentido, apontamos que o agendamento está subordinado a relações muito mais complexas. Dentro desta perspectiva, alertamos para o fato de que um dos valores praticados de forma inconsciente, dentro do jornalismo, é de que a elite social possui um grande poder de sanção e em geral é capaz de controlar muito bem o uso que se dá à informação divulgada, de acordo com Michael Kunczik:

> [...] meios de comunicação diários precisam produzir notícias ininterruptamente. Para a coleta e/ou produção de notícias, isso significa que se deve assegurar um fluxo contínuo de informações. Essa compulsão para produzir notícias de maneira ininterrupta faz necessariamente com que as pessoas ou instituições que constituem fontes reconhecidas de informação digna de divulgar-se sejam as fontes preferidas. Isso é tanto mais certo quanto mais alta for a posição social de uma pessoa ou instituição. Os jornalistas (repórteres, correspondentes) cultivarão contatos com pessoas de influência, porque é mais provável que tomem parte em eventos notáveis e porque é mais provável que suas opiniões e ações interessem a outros indivíduos, ou seja, aos receptores. Da concentração preferencial nas pessoas da elite, resulta que os fatos políticos se tornam visíveis sobretudo por via das pessoas influentes. Este estilo de coleta de informações significa, por sua vez, dependência em relação a esse meio. (KUNCZIK, 2001, p. 258)

Esse recorte realizado pelo jornalismo pressupõe que determinada maneira de contar uma história pode influenciar quem a consome, movimento que foi percebido por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, em artigo na revista "Public Opinion Quarterly". O conceito inicialmente postulava que a mídia influenciava as pessoas sobre os acontecimentos relatados, porém, constataram que o agendamento não se trata somente da influência da mídia sobre a opinião pública, mas também uma maneira de interpretação dos fatos:

> A clássica exposição de agenda por Bernard Cohen (1963), – a mídia não pode nos dizer o que pensar, mas são supreendentemente bem sucedidos quando nos dizem o que pensar – foi virada de pernas para o ar. Investigações recentes explorando as consequências da marcação de agenda e do enquadramento dos media sugerem que os media não só nos dizem o que pensar, mas como pensar nisso, e consequentemente, no que pensar. (MCCOMBS; SHAW, 1963, online).

Dessa maneira, a teoria do agendamento implicou em uma forte mudança no paradigma dominante sobre os efeitos da media, conforme já observava Nelson Traquina (2005), significando uma "redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar acontecimentos e/ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar esses acontecimentos e/ou temas" (TRAQUINA, 2005, p. 16). Informamos que, neste contexto,

trazemos a ideia de enquadramento como um trabalho de construção e oferta de um determinado ponto de vista. A socióloga estadunidense Gaye Tuchman (1976) relacionou em seus estudos a teoria do agendamento com a noção de enquadramento, trabalhada por Goffman (1975), que a concebeu como "uma ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema". A partir dessa compreensão, Tuchman afirmou que a notícia, através de seus enquadramentos, oferece definições da realidade social, contando estórias. Sendo assim, o jornalismo se coloca perante a sociedade como espaço de construção, no qual não somente projeta socialmente tópicos, mas que também possuem o poder de enquadrá-los como um recurso de discussão pública. A autora ainda atribui aos jornalistas a autonomia de criar, impor e reproduzir significados sociais, assim como de construir a realidade social. O conceito de agendamento foi sofrendo evoluções através das épocas através dos estudos de McCombs que percebeu mudanças nesse sentido, identificando diversos níveis de agendamento, até chegar à ideia de agendamento em rede, como mostra o autor:

> A expansão da teoria continuou rapidamente. [...] O primeiro e segundo níveis de atenção identificam elementos-chave na linguagem do jornalismo que têm um impacto significativo na formação da opinião pública. Investigações subsequentes também identificaram dinâmicas adicionais na linguagem do jornalismo, envolvendo esses elementos que também têm um impacto significativo na opinião pública. Esses são o *terceiro nível do agendamento – o agendamento em rede, o agendamento intermedia e o conceito de argumentos convincentes.* [...] Evidências dos efeitos do *agendamento* em rede, fortes correspondências entre a agenda dos *media* e a agenda pública, comparáveis às encontradas no primeiro e segundo níveis, também foram encontradas numa ampla variedade de configurações. Essas configurações vão desde redes de assuntos e redes de atributos de candidatos. (MCCOMBS, 2020, p.24)

Um próximo passo na conceituação sobre agendamento se amparou na ideia do agendamento intermídias, que postulava a influência das agendas dos grandes conglomerados de mídia sobre as outras organizações jornalísticas:

> O núcleo da concepção teórica do agendamento, *a transferência de saliência de uma agenda para outra agenda*, é central aos três níveis do agendamento. Este axioma central é válido, independentemente de as agendas em consideração serem definidas por objetos, por atributos ou por redes, ou independentemente de como a saliência é medida. Essa ideia central é também a base teórica de outro conceito básico, o *agendamento intermedia*, que entrou na literatura na década de 1980 em resposta à questão: "Quem define a agenda dos *media*?" (Reese & Danielian, 1989; Breen, 1997; Lin, 2006; Ragas & Kiousis, 2010; Mohammed, 2018). Entre as numerosas influências na agenda dos

> *media*, a influência das organizações noticiosas de estatuto elevado, como o *The New York Times*, nas organizações noticiosas mais pequenas, está entre as mais constantes e dominantes. (MCCOMBS, 2020, p.26)

Contudo, o pesquisador sugere uma nova perspectiva com relação à noção de agendamento, depois de revisar sua teoria através dos tempos: o conceito de fusão de agendas, conhecido como *agenda-melding*. Segundo McCombs, essa ideia explica como os indivíduos se comportam com relação ao intenso e abundante fluxo de informações proporcionado pela internet:

> O conceito de fusão de agendas explica como os indivíduos respondem ao mar de informação criado pela mistura de *media* tradicionais e de novos *media*. A fusão de agendas descreve como os indivíduos misturam objetos e atributos de uma diversidade de *media* e de fontes pessoais para construírem as suas imagens pessoais do mundo. [...] Em última instância, existem duas salva-guardas à difusão de notícias falsas, a vigilância de canais de comunicação, de *media* tradicionais e de *media* sociais, para eliminarem desinformação, e a verificação, através de numerosos canais de comunicação, pelos membros individuais do público, das notícias que consideram relevantes e importantes. (MCCOMBS, 2020, p. 33).

O autor ainda cita os estudos dos autores Shaw e Weaver (2014) para exemplificar como a mistura de mídias verticais e horizontais facilita a criação de agendas individuais, esclarecendo que a "fusão de agendas não substitui o agendamento dos media, porque a força do agendamento dos media que varia entre diferentes indivíduos, grupos e mídias". Nesse caso, as mídias horizontais alcançam audiências com interesses especiais e as mídias verticais atingem várias audiências. Dessa forma, a mistura do contato com mídias verticais e horizontais facilita a criação de agendas individuais pessoalmente satisfatórias (MCCOMBS, 2020).

Segundo Fausto Neto (2002), a evolução do debate em torno da questão da agenda deve ser relativizada no sentido de que "a agenda midiática se constrói em meio a outras agendas de outros campos sociais e institucionais, que disputam a primazia do que dizer". Outro aspecto diz respeito ao fato de que atualmente "lidamos com uma multiplicidade de agendas que se cruzam e que disputam diferentes sentidos acerca dos fatos". Embora o autor admita que a mídia possui de fato um poder de agenda, não há, a partir da prática do agendamento, uma certeza de que todos pensemos da forma que assim a mídia deseja. Sendo assim, o autor afirma que "o agendamento decorre de movimentos que a sociedade desenvolve, mediante seus diferentes campos que, a seu turno, constituem suas

respectivas agendas, movendo-as nos taboleiros nas negociações, dos interesses, dos poderes e das ideologias" (FAUSTO NETO, 2002), não efetivando-se, portanto, que o agendamento de uma atividade que se passa na sociedade se constitua em uma decisão unilateral dos media. Levando em conta as reflexões, concluímos que o agendamento é "uma consequência de inúmeras e complexas 'transações' que se desenrolam entre campos", e que envolvem "vários interesses, diferentes agendas e uma multiplicidade de significações, de natureza simbólica" (FAUSTO NETO, 2002). Dessa forma, esta transação entre agendas produz diferentes efeitos de sentidos, na qual os elos de contatos entre campos estabeleciam diferentes articulações e negociações entre agendas.

Entretanto, a indústria jornalística ainda pratica nas redações uma visão idealizada do conceito de objetividade no discurso jornalístico, um aspecto próprio da legitimidade do campo dos medias, conforme já observou Adriano Rodrigues. Dessa maneira, o jornalista considera que o discurso "objetivo" permite que o consumidor das notícias decida quem diz a verdade, acreditando que mostra uma cobertura "equilibrada" e que reduz a realidade a "um pró e a um contra, fazendo-se caso omisso da possibilidade de que haja mais de duas perspectivas em uma questão" (KUNCZIK, 2001, p.270). Essa maneira de fazer jornalismo, que se utiliza dessa figura da objetividade jornalística para alegar a sua aparente neutralidade sobre os fatos que noticia, é exatamente o fator que prejudica o jornalista na sua capacidade reflexiva, característica que é apontada por Beatriz Marocco como essencial para o exercício do jornalismo:

> Em relação à objetividade jornalística, Tuchman (1999) havia dito, antes, que o processamento da notícia não deixa tempo para a análise epistemológica reflexiva. Nesse sentido, os jornalistas necessitam de uma "noção operativa" de objetividade para minimizar os riscos potenciais dos prazos de entrega dos materiais produzidos, dos processos por difamação, das reprimendas dos superiores. (MAROCCO, 2015, p. 74).

Outra questão que o debate sobre a neutralidade jornalística suscita é com relação ao fato de que o jornalismo traz sempre um recorte e uma interpretação da realidade, de modo que não há como se relatar um acontecimento de uma maneira completamente neutra:

> Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. (MEDITSCH apud VEIGA DA SILVA, 2014).

Segundo Beatriz Dornelles (2008), o conceito de objetividade tem sido considerado, por muitos pesquisadores, desgastado como epistemologia de validade intelectual, tendo sido transformado para uma outra noção de verdade desinteressada, não objetiva. Esse entendimento, segundo a autora, seria essencial para a credibilidade do jornalismo, representando um ideal nobre e necessário à democracia. Dornelles compreende que "será crucial para as pessoas no jornalismo declarar o fim de sua neutralidade no que diz respeito a certas questões" (DORNELLES, 2008, p. 122), abordando a questão do "jornalismo cívico", para ilustrar seu posicionamento. Essa forma de fazer jornalismo leva em conta uma maior preocupação com a comunidade, se distanciando da questão da neutralidade.

> Nos tempos atuais, não queremos mais ser neutros, observadores e, às vezes, críticos. Queremos ter um papel mais relevante; queremos contribuir para a dinamização da participação dos cidadãos nas questões que envolvem políticas públicas. Um dos melhores exemplos que temos para citar em relação a esse jornalismo é o experimentado nos Estados Unidos, chamado de "jornalismo cívico". (DORNELLES, 2008, p. 123).

Essa classificação se adequa à definição do jornalismo socialmente engajado, que promove causas. Esse conceito de jornalismo como forte componente de ativismo, algo que fora de alguma forma mencionado por Beatriz Dornelles, se reforça na problematização da pesquisadora Fabiana Moraes (2019). Ela afirma que a noção generalizada do senso comum que apregoa ao jornalismo uma necessidade de neutralidade é parte de uma visão falaciosa do próprio campo:

> Mas o fato é que não apenas o público ainda carrega fortemente o mito do jornalista objetivo: mesmo jornalistas de longa experiência, profissionais com prática em reportagem, gênero que comumente nos presenteia com as limitações de pureza, isenção e objetividade, também acreditam na distinção entre um jornalismo ativista e um jornalismo isento, entre um profissional que é dominado por suas paixões e outro que as controla e não as deixa repercutir em seu trabalho. (MORAES, 2019, p. 3).

Porém, as duas imagens normativas sobre o campo jornalístico, que de um lado define o jornalismo como objetivo e neutro, distanciado dos eventos que trata, e que do outro, propõe um comprometimento com uma obrigação social, não se excluem mutuamente e podem ser praticadas conjuntamente. É importante destacar que a formação jornalística contribui para essa deficiência reflexiva, com foco exclusivo em atender as

demandas da indústria jornalística. O que corrobora essa percepção, é o fato de as formações jornalísticas nas faculdades adotarem uma abordagem prioritariamente técnica, focada na prática. Portanto, a pouca reflexividade da profissão, com pouco espaço para a autocrítica e a análise de questões éticas, reflete-se por demais na própria prática jornalística, questão que é mencionada por Ithzak Roeh (1989):

> O fenômeno mais impressionante no jornalismo ocidental, tanto na práxis, como na teoria, é a fé, metafisica e obstinada de que a verdade é transparente. Ou de outra forma: o erro assenta na recusa dos jornalistas, mas também dos estudantes de jornalismo em situar a profissão aonde esta pertence, isto é, no contexto de expressão humana da atividade expressiva. É a recusa de lidar com a escrita das notícias por aquilo que é na essência – contar estórias (ROEH, 1989 apud TRAQUINA, 2005, p. 18).

Então, se o jornalismo preconiza contar estórias, elas acabam sendo subsumidas pelo cotidiano das redações, que tornaram a prática jornalística como algo mecânico e impessoal. O jornalista perdeu, segundo esta perspectiva, a autoralidade, suprimida pela impessoalidade, prática recorrente do jornalismo hegemônico,

> A autoria no jornalismo não pode ser relacionada diretamente à função de autor, à medida que esta interfere na obra e nos textos como uma forma de ordem (FOUCAULT, 1996, P.26). O autor é pressionado a levar em conta a unidade dos textos assinados por ele. É pressionado a revelar ou ao menos dar indícios de autoria para passar ao texto a sua autoridade. No texto jornalístico, essa autoridade se delineia no estilo autoral, mas é diluída no coletivo da redação, nas marcas discursivas de impessoalidade, ou seja, em uma não-autoria em seus efeitos de objetividade. (MAROCCO, 2015, p.75).

Outra questão é o modelo econômico do jornalismo dos meios de massa, que propôs uma "nova estratégia de negócios em muitos jornais e estações de televisão para aumentar os lucros indo atrás de um público mais endinheirado, mais rentável, não o público mais amplo", segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003). Dentro dessa lógica, apontamos que a trajetória das empresas de comunicação no Brasil sempre foi fortemente marcada por se relacionar a grupos de interesse notadamente de âmbitos políticos e econômicos, pois, no jornalismo brasileiro, há uma grande aproximação da imprensa com a classe dominante:

> A ideologia da imprensa é a da classe dominante. Tanto faz que seja porta-voz do Estado ou propriedade da livre iniciativa. Não é gratuito o esforço para associá-la, principalmente no Ocidente, à imagem de um quarto poder. [...] Curiosamente, quanto mais frequentes sejam os espasmos institucionais ao longo da nossa história, a sociedade brasileira sofre duplamente os efeitos nocivos do monopólio de opinião: de um lado, o sistema exercido pela propriedade privada dos meios; e

> de outro, o sistema de controle imposto pelo Estado. [...] No Brasil e na América Latina, é antigo esse fenômeno de engrenagem dos meios de comunicação de massa no sistema social político e econômico. (BAHIA, 2009, p. 396).

A imprensa brasileira se comporta de forma mercadológica como um modelo híbrido, atuando como empresa e recebendo significativos subsídios por parte de grupos políticos, que segundo Ivan Bomfim (2019), podem estar ou não ocupando o poder. O modelo de capitalismo de dependência, desenvolvido no jornalismo brasileiro, destoa da prática de modelos de jornalismo desenvolvidos em países da Europa (como França e Grã-Bretanha), assim como o modelo jornalístico desenvolvido nos Estados Unidos, na qual há níveis de independência dos poderes políticos no fator de valorização do papel do jornalismo desenvolvido nesses países, conforme afirmam Ciro Marcondes Filho (2009), Melo (2006) e Sodré (2007). Ao longo do século XX, alguns grupos de comunicação se estabeleceram como principais no cenário jornalístico brasileiro desde o fim da ditadura militar (1964-1985), e até o momento, essas empresas mantêm-se como hegemônicas. "Os veículos jornalísticos comandados pelas famílias Marinho (Grupo Globo), Frias (Folha de S. Paulo), Civita (Grupo Abril), Mesquita (Grupo Estado) e Saad (Grupo Bandeirantes) constituem um verdadeiro oligopólio no panorama jornalístico nacional, e a esta preponderância corresponde significativo poder, tanto em termos econômicos quanto políticos." (BOMFIM, 2019). Esse controle, segundo o autor, era justamente o que preservava o produto jornalístico, pois conforme Rogério Christofoletti (2019, p.43), "quando vigorava somente o jornalismo industrial, a oferta de produtos era controlada pelos poucos players e, portanto, havia menos opções para o público".

Levando em conta esse cenário, a relação que se estabelece entre jornalistas e empresas de comunicação é vista por Sherry Ortner (2006) como jogos de poder, convencionada por Bourdieu como "uma estrutura profundamente mergulhada nas pessoas, que plasma de tal maneira sua propensão a agir que elas acabam amoldando-se sem que ninguém as faça agir assim". Essa prática impessoal é reflexo de uma maneira de operar da própria indústria jornalística, que atende às lógicas das mídias de massa:

> A estrutura e as rotinas de produção da notícia também são elementos essenciais na potencialização dos valores que interferem no resultado final do que é veiculado. A importância do *modus operandi* a influenciar a construção da notícia é observada por Wolf, quando sustenta haver "uma lógica específica dos *mass media* (ligada às suas exigências produtivas, expressivas, à rede de fontes que utilizam, às imagens que possuem do público, etc.)., que estrutura, de uma forma

> bastante decisiva, a imagem dos acontecimentos cobertos (Wolf, 2003, p.185). (VEIGA DA SILVA, 2014, p.71).

Parte-se então da premissa de que há uma relação de poder que extrapola o jornalismo, como manifestação específica, com uma disputa de fluxos de informações e discursos sócio-políticos. Segundo observa Manuel Castells (2017, p.21) "o poder está baseado no controle da comunicação e da informação, seja ele o poder macro do Estado e das corporações de mídia, seja o poder micro de todos os tipos de organização".

> As relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade, são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação. A moldagem de mentalidades é uma forma mais decisiva e duradoura de dominação do que a insubordinação de grupos por intimidação ou violência. [...] Os processos são complexos, mas os resultados são tanto simples quanto consequenciais, à medida que os processos de comunicação implementaram um cenário de "guerra ao terror" nas mentes de milhões de pessoas, provocando uma cultura do medo em nossas vidas. (CASTELLS, 2017, p.29).

Entretanto, o ethos que o jornalista carrega sobre o imaginário da própria atividade profissional pode revelar uma capacidade de resistência, como definido por Anthony Giddens, quando ele propõe um debate sobre a dialética do controle (GIDDENS, 1979). Segundo o autor, "os sistemas de controle nunca podem funcionar com perfeição, porque as pessoas controladas têm agência e entendimento, e sempre conseguem maneiras de resistir" (ORTNER, 2006). Sendo assim, o surgimento, no contexto da midiatização em processo, de novas plataformas jornalísticas e de novos atores, que ressignificam as lógicas de mídia, buscando se conectar com a sociedade através de um jornalismo mais comprometido com uma forma de conhecimento social, pode tornar possível um movimento epistêmico dentro do jornalismo, em que essas práticas de resistência reverberem em uma transformação do próprio conceito de prática jornalística. Segundo esta perspectiva, há, conforme Luiz Gonzaga Motta (2005), dois paradigmas dentro do jornalismo: o hegemônico e o contra-hegemônico:

> O paradigma hegemônico da pesquisa sobre o jornalismo no Brasil será identificado como "midiacêntrico". Os estudos seguidores desse paradigma focam a atenção na mídia para observar o que o jornalismo faz com a sociedade ao divulgar uma "visão de mundo" autoritária a partir da cultura profissional e institucional, e de critérios do mercado. Desenvolveu-se e proliferou desde abordagens muito distintas, até antagônicas, tais como o marxismo, o funcionalismo e o estruturalismo. Guardadas as diferenças, todos conferem ao jornalismo certa autonomia como um ator social ativo no jogo democrático e procuram denunciar seu poder de configurar a cultura política da sociedade, confirmando seu lugar hegemônico de dizer e de poder dizer. O paradigma contra-

> hegemônico será identificado como "sociocêntrico". Parte de premissas distintas. Leva em conta a potência do jornalismo e o seu lugar como espaço privilegiado da sociabilidade contemporânea. Reconhece que a dinâmica social e política se alteram com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo. Dá conta da midiatização e da adequação do social a essa nova situação (processo em curso) (MOTTA, 2005, online).

Sendo assim, adotaremos a definição do paradigma hegemônico para definir a indústria jornalística, pautada no padrão midiacêntrico, e do paradigma contra-hegemônico, para tratar do jornalismo independente. Transpondo essa problemática para nosso caso, afirmamos que, na ambiência midiatizada, podemos identificar, através desses novos processos interacionais, diferentes estratégias e disputas que convencionam não somente uma relação de contato entre o jornalismo e a sociedade, mas uma relação de interpenetração entre sistemas, como veremos mais adiante. Contudo, traremos antes uma melhor contextualização sobre nosso objeto, oferecendo um histórico sobre as duas construções jornalísticas a serem analisadas: a da Operação Lava Jato e a Vaza Jato.

2.2 BREVE HISTÓRICO DAS DUAS OPERAÇÕES

2.2.1 Lava Jato

A Operação Lava Jato teve início de maneira oficial em março de 2014, divulgada como uma operação conjunta entre promotoria do Ministério Público e Polícia Federal para investigar esquemas de lavagem de dinheiro e de corrupção nos altos escalões do Poder Executivo em associação com grandes empreiteiras, com operadores financeiros de partidos políticos e influentes atores da cena política. A investigação levou à condenação de empresários e de políticos, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A apuração do Ministério Público Federal (MPF) contou com mais de 65 fases operacionais, em que mais de 450 pessoas foram investigadas e cerca de 150 pessoas foram condenadas.

Embora seja uma operação interdisciplinar que envolve atores do judiciário e da Polícia Federal, nota-se que eles se apropriaram das lógicas midiáticas com o objetivo de obter uma maior publicização das ações da Operação Lava Jato. Essa é uma lógica que permeia todas as ações da operação, na qual atores jurídicos acessaram essa codificação entre o que define a noticiabilidade da imprensa, fazendo com que as empresas de comunicação, ao receberem o material do campo jurídico já decodificado pelas lógicas midiáticas, pudesse ser facilmente publicado. Esse processo foi dinamizado pela atuação

do juiz Sergio Moro, cujas ações foram inspiradas em uma outra iniciativa bastante famosa no meio jurídico e que teve bastante impacto na mídia, a Operação Mãos Limpas. Deflagrada na Itália em 1992, ao revelar um esquema de corrupção entre a máfia, o banco do Vaticano e políticos italianos, a operação já foi constantemente citada por Moro como inspiração profissional tanto na Lava Jato quanto no caso da Operação Banestado, caso que o tornou conhecido na mídia e que proporcionou o encontro com Deltan Dallagnol, procurador que trabalhou em parceria com o juiz na Lava Jato.

Em 2004, Moro se expressou publicamente favorável ao uso das estratégias da Operação Mãos Limpas como um *modus operandi* das investigações contra a corrupção no Brasil. No artigo intitulado "Considerações sobre a Operação *Mani Pulite",* publicado na Revista do CEJ[1] (Centro de Estudos Judiciários), o magistrado comenta sobre a operação como "a mais impressionante cruzada contra a corrupção política e administrativa". Nesse artigo, ele destaca algumas das práticas que foram executadas na operação, como a delação premiada, o uso de vazamentos e reforça a importância, para o sucesso da operação, da exposição midiática. No texto, Moro defende que somente com publicidade dos dados dos investigados é que se "tem objetivos legítimos e que não podem ser obtidos por outros meios".

Esse indício se comprova em uma palestra, proferida por Sergio Moro no Fórum de 2015 da ANER, na qual o juiz realiza articulações entre o campo do direito e do jornalismo, evocadas por ele no evento "Lava Jato e a importância do jornalismo investigativo na sustentação da democracia e das instituições do país", na qual defendeu a importância da divulgação dos dados da investigação da operação, se amparando na constituição brasileira e pedindo o auxílio da imprensa na divulgação da operação:

> *"Quando neste processo chamado Lava Jato, de início tínhamos escolhas de realizar o trâmite processual em segredo ou acesso limitado com publicidade,* ***a Constituição já´ dava uma resposta muito clara: a publicidade tem que ser ampla. tem que se franquear o acesso a qualquer interessado****, e claro que acaba sendo o principal interessado não só as partes****, mas a imprensa, quando esses casos são rumorosos, mas não só a eles e a qualquer pessoa." (...)* ***"Gostaria de contar****,* ***como vejo que a operação tem contado, com o apoio da imprensa para que nós possamos fazer as reformas institucionais necessárias****, para que esses casos não sejam tratados assim com tanta emoção e com caráter tão extraordinário, mas sim de maneira mais*

[1] A publicação é ligada ao Conselho da Justiça Federal do país.

> *ordinária dentro das nossas Cortes de Justiça"*. (MORO, 2016 apud FAUSTO NETO; PRASS, 2017, p.8, grifo dos autores[2]).

O conceito de Moro, da necessidade de publicidade dos dados jurídicos, se intensificou através de um acontecimento emblemático da Lava Jato: a queda do sigilo das conversas telefônicas do ex-presidente Lula, e o consequente vazamento da ligação telefônica do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a então presidente Dilma Rousseff. A quebra de sigilo foi amplamente debatida por juristas, que argumentavam que a então presidenta possuía na época foro privilegiado por prerrogativa de função, além do processo que era movido contra Lula estar correndo em segredo de justiça, com nem mesmo a defesa tendo acesso às provas judiciais. De acordo com Fausto Neto e Prass[3] (2017), a ação foi interpretada como uma manobra para impedir Lula de tomar posse como Ministro da Casa Civil, e o argumento da publicidade foi usado por Moro em sua decisão como justificativa para essa atitude:

> *Como tenho decidido em todos os casos semelhantes da assim denominada Operação Lavajato [...] o interesse público e a previsão constitucional de publicidade dos processos (art. 5o, LX, e art. 93, IX, da Constituição Federal) impedem a imposição da continuidade de sigilo sobre autos.* (MORO, 2016 apud FAUSTO NETO; PRASS, 2017, p. 7, grifo dos autores).

Mais tarde, foi divulgado que a quebra de sigilo telefônico já havia sido interrompida por ordens do próprio juiz quando a gravação entre Dilma e Lula foi captada, irregularidade assumida pelo próprio juiz Sergio Moro[4]. Na época, o relator da Lava Jato, Teori Zavascki, anulou as escutas de Dilma e Lula, afirmando que Moro "usurpou a competência do STF" ao autorizar os grampos, apontando tensões dentro do campo jurídico, segundo Fausto Neto e Prass (2017). Em resposta ao Superior Tribunal Federal, Sergio Moro encaminhou ofício, solicitando "respeitosas escusas", porém reiterando que sua atitude teve como justificativa o propósito de dar publicidade ao processo e ainda amparando novamente sua argumentação na Constituição Federal.

Apesar das justificativas veementes de seus atos, é notório que Sergio Moro sofreu reações contraditórias de diversos campos institucionais, como o midiático, o político e o acadêmico, mas foi principalmente no campo jurídico que as críticas se tornam mais

[2] Os trechos citados dos autores Fausto Neto e Prass estão em itálico no texto original.
[3] Idem.
[4] Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2016-mar-17/moro-reconhece-erro-grampo-dilma-lula-nao-recua>. Acesso em 10 out 2020.

enfáticas, quanto aos alguns procedimentos adotados pelo magistrado. Um exemplo é a entrevista citada[5] por Fausto Neto e Prass (2017), na Folha de São Paulo, realizada pela jornalista Mônica Bergamo com o ministro do STF, Gilmar Mendes, em que ele reforça a crença de que o uso da opinião pública foi uma estratégia dos operadores para referendar a Operação Lava Jato:

> *"[...]* ***o sucesso da operação dependeria de um grande apoio da opinião pública. Tanto é assim que a toda hora seus agentes estão na mídia, especialmente nas redes sociais, pedindo apoio ao povo e coisas do tipo. [...] Para que [os agentes] possam dizer: "Olha, as medidas que tomamos estão sendo efetivas". [...] Tudo isso faz parte também de um jogo retórico midiático. Agora, o apoio da opinião pública é importante porque se trata também de um jogo de poder.*** (MENDES, apud FAUSTO NETO; PRASS, 2017, p.11 grifo dos autores).

No campo político, também surgiu a polêmica sobre uma possível manipulação[6] do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Posteriormente ao impeachment de Dilma Rousseff, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que o vazamento da gravação telefônica foi usado de forma política: "Eu sou contra vazamento ilegal de dados particulares, mas o jogo foi jogado assim inclusive para o impeachment da Dilma. Naquela época, o impeachment da Dilma estava morrendo. Aquele vazamento foi decisivo"[7]. Depois do impeachment de Dilma, outro acontecimento político que ocorreu concomitantemente ao desenrolar da Operação Lava Jato foi a condenação e posterior prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela acusação de favorecimento ilícito por conta do oferecimento de um apartamento tríplex por uma das empreiteiras investigadas na operação. Essa condenação tornou Lula inelegível para as eleições presidenciais de 2018, vencida por Jair Bolsonaro. O candidato eleito convidou Sergio Moro para ser o ministro da justiça em seu governo.

2.2.2 Vaza Jato

A criação do The Intercept Brasil tem relação direta com a Operação Lava Jato. Glenn Greenwald já havia ajudado a fundar o The Intercept em 2014 e já morava no Brasil nessa ocasião, escrevendo para o site em inglês sobre questões relativas aos Estados

[5] O trecho destacado está em itálico no texto dos autores.
[6] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/impeachment-de-dilma-foi-manipulado-pela-lava-jato-diz-aloysio-nunes/ >. Acesso 10 out 2020.
[7] Entrevista de Rodrigo Maia ao programa Pânico, da Jovem Pan. Disponível em: < https://jovempan.com.br/programas/panico/maia-sou-contra-vazamentos-mas-o-jogo-foi-jogado-assim-no-impeachment-da-dilma.html. Acesso 10 out 2020.

Unidos, situação que se modificou por conta do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016:

> Na época, morar no Rio era quase um acidente geográfico. Eles (Glenn Greenwald e Andrew Fishman, seu assistente) escreviam em inglês, sobre questões americanas, para o público dos Estados Unidos. O Brasil não era sequer assunto. "Era como um refúgio, uma bolha de proteção", lembra Fishman. Isso mudaria em 2016, em meio ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Pela primeira vez, sentiram-se impelidos a escrever um texto sobre a política brasileira para o público americano. Retratando de forma crítica a acusação de pedaladas fiscais, o texto viralizou, alcançando quase meio milhão de visualizações. Depois de cinco textos sobre o Brasil, a audiência brasileira já respondia por 15% dos seguidores da página do Facebook do site americano. "Foi uma reação visceral, uma fome de jornalismo independente", lembra Fishman. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2010, p.37)

Em 09 junho de 2019, o site The Intercept Brasil inicia a publicação de uma série de matérias da Vaza Jato[8], que através de conversas hackeadas do aplicativo Telegram, revelou a aproximação entre o juiz do caso da Lava Jato, Sergio Moro, com a equipe da promotoria, encabeçada por Deltan Dallagnol. Conforme relatado no livro[9] sobre a Vaza Jato realizado pela equipe do The Intercept Brasil em conjunto com a jornalista Letícia Duarte, esse acontecimento só se tornou possível mediante a atuação de dois personagens: o hacker que havia invadido a conta do Telegram dos membros da força-tarefa da Lava Jato, e que entrou em contato com a deputada Manuela D'Ávila, também invadindo a conta do Telegram dela, e se passando pelo senador Cid Gomes para pedir ajuda e se aconselhar sobre a melhor forma de usar aqueles dados para denunciar as ilegalidades que constavam nos diálogos.

> "Consegue confiar em mim?", Cid escreveu, às 12h14.
> "Sim, 100%".
> No mesmo minuto, veio a resposta que resolvia o primeiro mistério e inaugurava outro maior:
> "Olha, eu não sou o Cid. Eu entrei no Telegram dele e no seu", começou. "Mas eu tenho uma coisa que muda o Brasil hoje. E preciso contar com você. Eu entrei no Telegram de todos os membros da força-tarefa da lava Jato. Peguei todos os arquivos".
> Manuela ficou olhando para a tela, sem saber como reagir.
> Como se adivinhasse seu ceticismo, o interlocutor enviou um print de uma conversa dela no Telegram com Jean Wyllys. Era um diálogo de

[8] Disponível em: < https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/ Acesso em 10 out 2020.

[9] Justificamos o uso do livro sobre a Vaza Jato na pesquisa como um adendo documental, mesmo que seja uma elaboração posterior ao recorte do corpus que delimitamos, pois se trata de um relato publicado pela própria equipe do Intercept sobre o ocorrido, além de contar materiais inéditos sobre o caso, como a matéria que relata a relação da Operação Lava Jato com a Rede Globo, conforme será apresentado no capítulo empírico.

> janeiro de 2019, em que Manuela dizia que estava "morrendo de saudades" do amigo, e ele respondia no mesmo tom, descrevendo estar "feliz e livre" fora do Brasil. O conteúdo em si parecia irrelevante, mas o recado era claro.
> "Prova que eu entrei aí", o hacker escreveu.
> Manuela reconheceu o diálogo. Antes que se manifestasse, o interlocutor saiu do perfil de Cid e passou a enviar mensagens de um novo usuário, identificado como "@BrazilBaronil". [...]
> O hacker prometia ter muito mais. Garantia ter provas do "motivo da prisão do Lula", "do impeachment", "de corrupção deles TOTAL". "Tenho áudios. Eles são uma milícia", escreveu. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.11)

Mantendo o diálogo com o hacker, Manuela, aconselhada pelo seu advogado, o ex-deputado José Eduardo Cardozo, sugeriu que eles procurassem algum jornalista ou repassassem o caso para a imprensa, no que teve como resposta uma recusa enfática do hacker:

> A ex-deputada seguia em contato com Cardoso. Ainda na dúvida se aquilo era uma arapuca, chegou à conclusão de que a melhor alternativa seria repassar o caso para a imprensa. Se as mensagens fossem verdadeiras, pensou, deveriam ser investigadas de forma independente. Cardozo ligou, então, para o advogado criminalista Alberto Toron, sem citar o nome de Manuela, para confirmar se o repasse seria adequado do ponto de vista jurídico. A resposta foi positiva. "Eu deveria ligar para algum jornalista!", Manuela propôs, então, a @BrasilBaronil no Telegram, testando sua reação. O hacker não gostou da ideia. Disse que a maioria dos jornalistas estava "com eles", os membros da força-tarefa da Lava Jato. "Eles manipulam a mídia, manipulam tudo". (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.13)

Em meio ao impasse sobre qual o destino que poderia ser dado para os vazamentos e ainda perplexa com o diálogo, Manuela sugere ao hacker o nome do jornalista Glenn Greenwald:

> "Pensei no Gleen, jornalista do caso Snowden", sugeriu finalmente ao hacker, tropeçando na grafia do nome escolhido. Manuela diz que pensou em Glenn Greenwald pela sua experiência na histórica cobertura de documentos vazados pelo ex-técnico da CIA Edward Snowden sobre o sistema massivo de espionagem dos Estados Unidos, em 2013. Imaginou que o jornalista teria condições de investigar o caso e avaliar se aquilo era sério. "Eu estava tendo que convencer o hacker a passar para uma outra pessoa. Então pensei: se ele for um hacker como diz que é, vai se sentir o Snowden. Se não for, o Glenn vai ter condições de me dizer. Tinha muito medo de que aquilo caísse na mão de alguém que levantasse as informações sem apurar, como espuma no vento", lembra. O hacker, enfim, concordou. "Pode ser. Fala com ele. Explica. Mas tem que ser alguém que tem coragem", sublinhou. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.14)

Manuela então explicou a situação a Greenwald, perguntando se ele estava disposto a investigar o material. A resposta foi "obviamente estou interessado". A deputada passou o contato de Glenn para o hacker, que conversaram através do aplicativo Telegram. O hacker contou ao jornalista que era um brasileiro que morava nos Estados Unidos, que era formado em direito e que fazia pós-graduação em Harvard. E em meio à conversa, enviou alguns documentos e diálogos da força-tarefa da Lava Jato, fazendo com que Glenn se impressionasse com o conteúdo revelado e aconselhasse o hacker a tomar precauções com relação a segurança:

> O jornalista deu uma olhada rápida nas primeiras informações e ficou bem impressionado. A linguagem era técnica, repleta de termos jurídicos. [...] Antes de desligar, Greenwald aconselhou seu interlocutor a ter cuidado com a sua segurança online. O hacker minimizou os riscos. Garantiu estar bem protegido e fora do país, longe do alcance das autoridades. Repetiu ser amigo dos fundadores do Telegram, tentando convencer Greenwald de que essa amizade teria lhe conferido acesso privilegiado ao aplicativo. A história soava pouco cível. "Como os fundadores do Telegram iriam dar acesso a um hacker que iria destruir o próprio Telegram?", desconfiou Greenwald. Ficou com a impressão de que seu interlocutor tinha um complexo de grandeza. [...] Essa seria mais uma diferença do caso Snowden. Enquanto o ex-agente da CIA oferecia conhecimento técnico privilegiado para contribuir com a análise dos documentos que havia vazado a Greenwald e seus colegas jornalistas, o hacker brasileiro seria apenas um caminho para chegar até as informações. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.11)

O relato do livro que conta a história da Vaza Jato afirma que durante toda a apuração Glenn Greenwald nunca se encontrou com a fonte e nem confirmou a identidade de quem se escondia atrás da alcunha de @BrazilBaronil. Os arquivos foram transmitidos pelo hacker ao jornalista através do aplicativo Telegram. E embora o hacker tenha confessado ter invadido vários celulares de pessoas ligadas à Lava Jato, os jornalistas do The Intercept Brasil deduziram que as conversas do arquivo tinham um único dono, que seria Deltan Dallagnol. Na mesma semana que Glenn Greenwald recebeu os arquivos, realizou uma entrevista com o ex-presidente Lula, na prisão.

> Ainda sem conhecer a extensão do material, Greenwald só conseguia pensar que as informações chegavam em um momento singular. Depois de quase um ano de negociações, ele havia finalmente conseguido agendar uma entrevista com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na prisão. O encontro seria dali a três dias, na quarta-feira. A prisão de Lula era, então, um dos maiores trunfos da Lava Jato, que alcançou sucesso internacional como a maior operação contra a corrupção da história do país. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.23)

O momento em que os vazamentos chegaram ao conhecimento de Greenwald era de um forte tensionamento político entre a esquerda e a direita, sendo que o processo desencadeado através das ações da Operação Lava Jato, culminaram na prisão de Lula. Era um momento em que a Operação Lava Jato gozava de credibilidade máxima perante a população:

> Por mais que críticos questionassem os métodos da força-tarefa e a acusassem de perseguir a esquerda, sua legitimidade acabava sempre referendada por números que pareciam um incontestável sinônimo de eficiência: em cinco anos, a Lava Jato havia resultado em mais de 300 inquéritos abertos no STF, com pelo menos 600 réus, 285 condenações e R$ 13 bilhões recuperados em acordos de cooperação. Quem ousasse questionar esses resultados era imediatamente acusado de ser a favor da corrupção. Moro, que ganhou projeção nacional como o juiz responsável pelo julgamento dos processos da Lava Jato em primeira instância, era celebrado como herói nacional, sendo frequentemente representado vestido de Super-Homem – nas redes sociais, nas ruas e nas capas de revista -, antes de trocar a magistratura pelo gabinete de ministro do presidente Jair Bolsonaro. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.23)

Dessa maneira, a Vaza Jato se insere no cenário que deriva dos desdobramentos da Operação Lava Jato, quando o impeachment de Dilma já havia se consolidado e a prisão de Lula efetivada, fatos que deixaram o caminho livre para que o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, se elegesse, propiciando posteriormente o convite para que o juiz Sergio Moro se tornasse superministro da justiça deste governo.

2.3 A NATUREZA DO OBJETO COMO CASO MIDIATIZADO

A partir da contextualização das interdiscursividades dos sistemas, e com base em estudos sobre a Lava Jato e Vaza Jato, afirmamos que se trata de um acontecimento marcado por lógicas de seus campos, mas também como ênfase em processos midiatizados. Dessa forma, o objeto aqui apresentado deixa de ter uma leitura ampla, e em função das suas características de funcionamento, se assume como um caso midiatizado, assim definido por Aline Weschenfelder em sua tese:

> O caso midiatizado é atravessado por várias lógicas de instâncias produtivas em que seu funcionamento escapa, por consequência, à centralidade dos meios, porque se dá em dinâmica processual muito mais complexa.[...] casos midiatizados emergem de fluxos interacionais – através de atividades técnico-discursivas – que reelaboram estatutos, sobretudo a partir de atores (como coletivos, amadores, etc.), nos processos midiáticos entre diferentes campos sociais, traçando novos contextos e processos produtivos que se organizam da e na ambiência da midiatização. (WESCHENFELDER, 2019, p.84-85).

Levando em conta a definição da pesquisadora, advertimos para a complexidade deste caso, porque se realiza através de operações provocadas pelo campo jurídico, que ao se apropriar de lógicas midiáticas em suas ações, acabou se tornando midiatizado, gerando interpenetrações entre sistemas diversos. Complementamos essa discussão com uma noção da compreensão sobre sistemas sugerida por Luhmann e entendida por Soster como "uma forma de diferenciação fundamentada na comunicação como vetor de operação social e que possui dois lados: interno (o sistema propriamente dito) e externo (o ambiente em que ele se encontra)" (SOSTER, 2009, p. 22), pois não há como pensarmos sobre sistema sem levarmos em conta um ambiente que o envolva:

> Vale lembrar que um sistema é reconhecido como tal quando representa uma diferença em relação ao ambiente (LUHMANN, 2009) em que se insere, já que não se pode pensar em sistema sem ambiente. Torna-se, desta forma, uma diferença que produz diferença. Uma vez compreendido desta forma, permite-nos entendê-lo como base explicativa para a reflexão proposta; um local a partir de onde as interpretações têm lugar, à revelia de sua natureza (técnica, social etc.). O indicador, ou seja, o local a partir de onde as observações são realizadas, neste caso, é o próprio sistema, ângulo de análise que situa o ambiente em uma perspectiva externa a este, ainda que, como dissemos, não se possa pensar sistema sem ambiente. (SOSTER, 2009, p. 18).

A partir desse entendimento, compreendemos a sociedade como "[...] o sistema abrangente de todas as comunicações, que se reproduz autopoieticamente, à medida que produz, na rede de conexões recursiva de comunicações, sempre novas (e sempre outras) comunicações". (LUHMANN, 1997 apud SOSTER, 2009, p.22). Nesse sentido, a repercussão dessas ações provocou não somente um grande debate público na sociedade, como uma movimentação nos campos jurídico, jornalístico e político, gerando circuitos que desencadearam uma nova processualidade comunicacional, que colocou em debate as processualidades jurídicas e jornalísticas. Assim, o resultado entre as diferenças percebidas nos embates entre os sentidos produzidos entre as estratégias jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato se colocam como resultado dessa interpenetração de sistemas, levando a uma nova ambiência de complexidade pré-construída. Esse cenário somente seria possível ocorrer em meio a uma midiatização em processo, tal como a que vivemos, em que há interpenetração de sistemas de matrizes comunicacionais, que se relacionam em processos tentativos, uma das características mais acentuadas da midiatização.

Conforme Braga (2014, p.11) poderíamos conceituar as lógicas de midiatização como "lógicas tentativas ou de processos experimentais, tendentes a gerar, por desenvolvimento e seleção, futuras lógicas interacionais disponíveis à sociedade. [...] são

processos em vias de desenvolvimento". Afirmamos que o jornalismo da era dos meios se comporta de uma maneira diferente do jornalismo produzido na ambiência da sociedade em midiatização, pois existem novos protocolos e dinâmicas para ofertar o acontecimento ao tecido social, o que acontece através da interpenetração entre sistemas.

Concomitantemente, setores sociais que não configuram como campos sociais realizam experimentações de ordem interacional, acionando processos midiatizados para ampliar o capital social e ocupar espaços para crítica social. Dessa forma, ocorre uma troca intensa entre campos sociais específicos e a sociedade em geral. E ela ocorre não somente através de interações baseadas essencialmente na expressão verbal, mas fazendo circular imagens, sons e experiências. Essa possibilidade, antes restrita ao campo dos media, agora se oferece a múltiplos setores sociais, instituições e indivíduos, que o fazem de forma experimental. Assim ocorre a circulação social, que caracteriza os processos midiáticos, ultrapassando não somente a circulação do produto cultural, mas ultrapassando o momento de contato e o mero uso transmissivo, gerando a produção de sentidos diversos e consequências subsequentes imprevisíveis. Os outros campos da sociedade sentem-se autorizados, dentro das práticas do próprio campo, a modificar os processos internos de interação com o extracampo através de lógicas midiatizadas, cujas fronteiras não são mais percebidas, por conta das relações interpenetrantes.

2.4 A ESPECIFICIDADE DO CASO MIDIATIZADO SEGUNDO INTERPENETRAÇÕES DE SISTEMAS

O estudo de caso midiatizado é uma das possibilidades metodológicas porque diz respeito a manifestações que possuem uma temporalidade que se expande no tempo e ainda apresenta desdobramentos. Neste caso, buscamos realizar uma análise pontual dentro de um fenômeno maior, que se manifesta em contexto mais abrangente - a análise da relação entre as coberturas jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato, sob a perspectiva da transformação do acontecimento jornalístico, em meio à dinâmica da midiatização. Porém, para analisar esse acontecimento, é fundamental que se contextualize a historicidade do fenômeno que o antecede, que no caso se constitui como a Operação Lava Jato, mas que já se engendra no contexto da midiatização. Por isso, esta análise traz como foco a transição de um momento que antecede o próprio fenômeno, de centralidade da mídia, que se comportava como mediadora entre o campo das mídias e a sociedade, e que se desloca para outro processo, permeado pela ambiência da midiatização através dos

dispositivos interacionais. Esse ambiente comunicacional se transforma em uma grande ambiência, proporcionando que diversos campos se atravessem e interajam entre si, causando uma interseção comunicacional que se retroalimenta. Porém, precisamos reduzir nosso objeto a elementos mais significativos, conforme observa Braga (2008), pois este cenário complexifica a prática jornalística, engendrando processualidades não lineares.

Nosso objeto de análise se configura como um caso midiatizado, primeiro, porque todos os sistemas estão na ambiência da midiatização, e todos eles são atravessados por lógicas de seus sistemas, mas também por lógicas de mídia e de midiatização, que estão dentro do tecido social, presentes em todos os sistemas sociais. Todos estes sistemas publicizam suas operações a partir de fundamentos de lógicas de mídia e de midiatização, porque ele alcança a sociedade, que toma conhecimento dessas interações por um intenso e complexo processo de relatos, que disputam pontos de vista e sentidos. A partir do momento em que os sistemas estão falando do caso e construindo versões, o fazem, segundo dois vetores: dos seus fundamentos próprios e das relações nas quais os seus fundamentos são afetados, a partir das lógicas de midiatização.

Nesse sentido, existem tanto as práticas institucionalizadas, quanto também da parte dos atores sociais de todos os sistemas, que se valem de práticas discursivas que contemplam os fundamentos de seus sistemas. É exatamente isso que define o caso como midiatizado, porque se percebe na relação entre a Operação Lava Jato e a Vaza Jato, as enunciações de três grandes sistemas (judiciário, político e midiático) que **se interpenetram** em suas lógicas e operações com base em fundamentos midiáticos.

Portanto, **a ambiência é constituída pelos sistemas**[10]. Traremos aqui a definição de sistema trabalhada por Niklas Luhmann, que sugere o entendimento do conceito de uma maneira interdisciplinar. Reforçamos que nos apropriamos do conceito na perspectiva comunicacional, pois não é nosso objetivo trazer, aqui toda a problemática do pensamento de Luhmann, ou realizar um estudo sociológico sobre essa questão. Nossa intenção é, a partir da análise dos acontecimentos, trazer uma investigação sobre o fenômeno comunicacional. Entretanto, é exatamente a comunicação que Luhmann observa como um elemento central que regula as relações entre sistema e ambiente, mas

10 A ideia de sistema é trabalhada neste trabalho como uma evolução dos campos, de acordo com a evolução de campos trazida por Pierre Bourdieu e mencionada por Adriano Duarte Rodrigues em seu texto sobre o campo dos media. A partir de uma ambiência midiatizada, os campos evoluem para sistemas, pois se tornam se diferenciam do sistema que os envolvem, mantendo suas lógicas e gramáticas próprias.

que busca a diferença como distinção referencial entre eles para constatar que os sistemas possuem a capacidade de mudar e organizar as suas estruturas por meio de suas gramáticas internas, determinando assim, suas próprias operações. Sendo assim, se convenciona sistema dentro desta perspectiva como um conjunto de elementos conectados que operam em conjunto, porém se diferenciando do ambiente que o envolve, pois um objeto não se distingue pelas suas características próprias, mas por sua diferença com relação a outro objeto, da diferença do sistema com seu entorno. Assim, temos que todo o sistema emerge da distinção com relação ao seu ambiente, porém, a evidência dessas distinções emerge de acordo com o ponto de vista a ser observado. Na sociedade, por exemplo, existem os sistemas sociais, o ambiente em que se encontra o homem (atores sociais), porém esse mesmo homem se encontra isolado da sociedade e a sociedade isolada do homem, pois a consciência do homem (sistema psíquico) se encontra isolada do seu ambiente, que é a sociedade. Sendo assim, "a comunicação é praticamente forçada a se orientar continuamente por aquilo que os sistemas psíquicos já incorporaram ou não em sua consciência" (LUHMANN, 2016, p.245). Entretanto, é a partir da dinâmica de **acoplamento estrutural** entre o sistema social e o sistema psíquico que surge o processo comunicacional, uma vez que o ambiente pode alterar o rumo das operações dos sistemas sem afetar neles. Esse processo comunicacional é realizado através da verificação da diferença entre perturbações percebidas através dessas interações, pois sabe-se que a comunicação não pode ser percebida como produção de consenso, mas ao perceber as perturbações surgidas, que são traduzidas na forma de sentido. Quando a comunicação é mantida em funcionamento, é possível tornar compreensível o inesperado, o importuno e o frustrante, surgindo um fenômeno duplo de redundância e diferença. É esse tipo de acoplamento estrutural que denominamos como **interpenetração**.

Exatamente por essa premissa Luhmann (2005, p.13) afirma "tudo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo o qual vivemos, o sabemos pelos meios de comunicação". Cada sistema é constituído por suas singularidades (deontologias, ética, gramáticas, operações), mas esses sistemas não estão agindo de forma isolada, eles estão em contato com algo que os permeiam, que os perpassam, que são as **lógicas de operações midiatizantes**. Então, afirmamos que a sociedade está toda ela organizada em torno de fundamentos de midiatização, em uma ambiência construída por essas interpenetrações entre sistemas, que os interligam. Entretanto, por se tratar de práticas discursivas, que são proferidas em momentos diferentes, de modos de dizer que podem variar, de acordo com a estratégia de cada sistema.

Nesse sentido, Luhmann argumenta que o sistema capitalista avançou na sociedade em um grau tecnológico de contato tão sofisticado que os sistemas em interpenetração revelam acoplamentos que resultam em desordem quanto a questão do ponto de vista. O que se tem em uma sociedade midiatizada não é um ponto de vista dominante, mas diversos pontos de vista em torno de uma ambiência complexificada, que geram feedbacks complexos, conforme sugerido por Eliseo Verón. Nesses feedbacks complexos, não existe a previsibilidade da resposta da comunicação com efeitos premeditados. O que existe é um intervalo de coisas que são ditas e entendidas no tecido social, e o sentido interpretado por cada pessoa, instituição ou sistema nessa ambiência se torna uma resposta imprevisível. Nesse sentido, a autopoiese comunicacional é diferente para cada um, de acordo com as gramáticas de cada ator social, de cada instituição, de cada sistema.

Dessa maneira, a proposta do meu estudo é analisar este caso, que é midiatizado em dois grandes níveis: primeiro em nível de funcionamento do caso midiatizado no sentido que ele está transpassando a sociedade por essa conjugação de lógicas (jurídicas, políticas, midiáticas) e segundo, porque as operações midiáticas (jornalísticas) possuem uma proeminência no relato desse acontecimento. O que nos faz afirmar que **o discurso jornalístico é um dos vetores centrais da semantização dos processos de midiatização**. E o caso midiatizado é um somatório de interferências de muitos atores e muitos sistemas, porém sob a égide e as lógicas de midiatização (modos de dizer, velocidade de dizer, ângulos de abordagens etc.). Então, para demonstrar essas interferências em diversos níveis, a análise do caso contará com a leitura dos fragmentos pertencentes às coberturas jornalísticas da Operação Lava Jato, assim como da série de reportagens da Vaza Jato, com foco na especificidade das estratégias jornalísticas em disputa, pois a materialidade da midiatização, nesse estudo de caso midiatizado, passa pela análise do material jornalístico, porque legitima as ações dos sistemas envolvidos.

A partir dessa abordagem apresentada sobre caso midiatizado é que afirmamos que, na presente pesquisa, o caso é investigado através da constatação de duas faces de relatos jornalísticos sobre um acontecimento, e que essa relação singulariza a intervenção dos processos jornalísticos nessa problemática através de uma atividade de um ato jornalístico, que o eleva ao status de acontecimento. A dinâmica jornalística que relata e articula essas duas frentes imprime a esse fenômeno o caráter de um acontecimento complexo e midiatizado. Nesse sentido, gostaria de realizar um aparte: esclareço que eu não estou estudando a sociedade em midiatização como um todo e nem mesmo o

jornalismo nesse contexto como um todo. Estou me dedicando ao estudo desse fenômeno que se apresenta, através da análise da relação dos acontecimentos, o que chamo de caso midiatizado. Pois o caso midiatizado é um fenômeno que reúne duas intervenções midiáticas estratégicas sobre esses dois relatos, que mostram, no primeiro plano, a performance midiática jornalística, mas que também revela em segundo plano as narrativas e estratégias de ações comunicacionais dos outros sistemas se interpenetrando, como uma espécie de coautores dessa atividade.

Através dessas justificativas, defendo a ideia de um caso midiatizado, porque não somente analiso o discurso jornalístico em desenvolvimento, mas esse discurso também se colocando como midiatizado através das intervenções, dinâmicas e estratégias dos outros sistemas, que também são afetados pelas lógicas de midiatização. A natureza do caso midiatizado é composta através dos discursos que se disputam, a partir das suas singularidades e dos atravessamentos, apropriações e acoplamentos. Ao mesmo tempo, existe uma reverberação do acontecimento, no sentido que ele retoma e recupera os acontecimentos que já ocorreram e que estão ligados à sua problemática, no caso da relação entre Lava Jato e Vaza Jato. Então, todos os sistemas estão dentro desta ambiência, em confronto, em contato, em articulações, em disputas e feedbacks complexos. Com base nisso, esclarecemos no próximo item essa construção intersistêmica, partindo da ideia de campos sociais.

2.5 OBJETO COMO CONSTRUÇÃO INTER-SISTÊMICA: JORNALÍSTICO X JURÍDICO X POLÍTICO

O sociólogo Pierre Bourdieu (1983) realizou uma importante digressão acerca do conceito de campos, demonstrando como este se configura em um universo social com suas próprias lógicas e leis, que medem forças de influência com outros sistemas sociais. E dentro dessas disputas, que se colocam como relações de poder, esses universos transformam uns aos outros.

> A questão da reprodução da estrutura do campo do poder e uma das questões mais vitais dentre as que estão em jogo na concordância que se desenvolve dentro desse campo. É a questão da distribuição dos poderes e dos privilégios entre as diferentes categorias de agentes engajados nessa concorrência. [...] Penso, em primeiro lugar, na noção de “campo”, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises as quais submeti campos tão diferentes como o campo artístico ou o campo religioso, o campo científico ou o campo dos partidos políticos,

> o campo das classes sociais ou o campo do poder, inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando como campos. E também, claro, as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições, etc.) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais) mecanicamente submetidos a uma intenção central. (BOURDIEU, 1983, p.43).

A partir da definição de campo, o autor evolui em sua linha de raciocínio, desenvolvendo a noção de *habitus* para exemplificar o funcionamento interno dessas relações de poder entre campos, e de que forma essas dinâmicas estabelecem dispositivos socialmente construídos, que através de práticas instituídas na sociedade, acabam por operar como um mecanismo que afeta a mecânica de agir daquele grupo social

> Para compreender todas as implicações da noção de *habitus* - ideia pela qual tentei demonstrar que se podia escapar das alternativas estéreis do objetivismo e do subjetivismo, do mecanicismo e do finalismo, onde ficam aprisionadas habitualmente as teorias da ação - eu gostaria de analisar as relações entre os *habitus* - sistemas de dispositivo socialmente constituídos - e os campos sociais. Nesta lógica, a prática poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor urna inércia maior ou menor as forças sociais, e de um campo social funcionando, neste aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem. (BOURDIEU, 1983, p.44)

O debate proposto por Bourdieu se apoia em uma fundamentação sociológica, porém o teórico Adriano Rodrigues se utiliza dele para realizar a transição destes conceitos de campos e *habitus* para o estudo do comunicacional. O autor enquadra o conceito de *habitus* na categoria de experiência, pois ela, segundo Rodrigues, compreende um conjunto de saberes formados de crenças firmes, fundamentadas no hábito. Conforme o autor, a experiência produz o *habitus*, conceituado pelo autor como sistemas de estruturas estruturantes com princípios organizadores e geradores de práticas e representações que são adaptadas à sua finalidade, sem que sejam percebidos.

Dessa forma, é pela experiência que dispomos, através dos órgãos dos sentidos, o mundo da maneira como se constitui pela percepção destes, pois compreendemos os meios como uma construção de sentido do homem sobre e para o mundo. Portanto, segundo Rodrigues, “a especificidade de um campo social consiste na averiguação do domínio da experiência sobre o qual é competente e sobre o qual exerce uma competência legítima” (RODRIGUES, 1999). E uma das características fundamentais de um campo

social é justamente possuir legitimidade exclusiva para enunciar regras que devem ser seguidas por todos, possuindo autonomia para se manifestar afim de impor sanções sempre que sua ordem de valores é violada. Dentro desse contexto, os campos sociais são formados por entidades detentoras da competência legítima de um campo, e esse conjunto consiste na formação do corpo social, que atua na acreditação e validação dos campos. A partir dessa análise de Rodrigues, Antônio Fausto Neto busca, em seu texto "Pisando no solo da midiatização", um entendimento da contribuição do autor para os estudos sobre a "sociedade em vias de midiatização" e seus efeitos sobre o campo dos media. O pesquisador constatou que os estudos de Rodrigues tratavam sobre uma reflexão acerca de um novo estágio em termos comunicacionais, principalmente quanto à análise de uma compreensão sua sobre a circulação, das "mutações complexas que ocorrem na 'arquitetura comunicacional', segundo o "esforço internacional que se desloca do modelo conversacional (comunicação, de ida e volta) para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante" (BRAGA, 2012:9)" (FAUSTO NETO, 2014, p.237). Ao comentar, sob este aspecto, os efeitos de leitura sobre os textos em recepção, "que são leituras que poem o conceito adiante, diante de conter a sua circulação", Fausto Neto também observa que

> Também não podemos esquecer as diversas circunstâncias de apropriação que tratam de apontar para a inevitável complexidade que representa a distância, em termos espaço-temporal, gerada pelos circuitos nos quais circulam os textos, envolvendo produção e a recepção. É, pois, neste espaço diferido que "interpretações tentativas" criam laços com a obra, pelo trabalho de pontuação/interpretação de marcas, pondo-as adiante, sem que se possa auferir os efeitos desta ação circulatória. (FAUSTO NETO, 2014, P. 237).

Rodrigues define o campo dos media como uma instituição de um campo dotado de legitimidade que coordena a experiência de mediação, ao se tornar uma forma de autonomização dos dispositivos de percepção do mundo, dinâmica esta que é proporcionada pela experiência moderna. Porém, além de coordenar a mediação dos diferentes domínios da experiência e dos diferentes campos sociais, outra atribuição do campo dos media é de fazer emergir, nas fronteiras dos campos sociais instituídos, questões tabus, para quais nenhum dos campos possui legitimidade indiscutível, colocando estes temas para debate na sociedade. A partir destes debates, o campo dos media promove a reflexão e a problematização sobre estes temas, e "estas novas questões mostram os limites da legitimidade de cada um dos campos sociais instituídos ao longo da modernidade para a formulação e a imposição de valores consensuais" e das regras

que são suscetíveis de regular comportamentos. Sendo assim, é a partir da tensão entre os diferentes campos sociais que o campo dos media emerge e se autonomiza, criando um determinado efeito de realidade sobre a nossa experiência do mundo.

> O campo dos media é a instituição que possui a competência legítima para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores assim como o conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, no campo específico da mediação entre os diferentes domínios da experiência sobre os quais superintendem, como vimos, na modernidade, os diferentes campos sociais. [...] O efeito mais notável que o campo dos media exerce sobre a nossa experiência do mundo é o chamado efeito de realidade, o facto de a realidade tender para o resultado do funcionamento dos dispositivos de mediação. (RODRIGUES, 1999, p. 26).

Fausto Neto identifica que Rodrigues recorreu a noção de campo dos media como um "membro de uma família conceitual cujo tronco principal se constitui o conceito de campo desenvolvido ao longo da obra de Pierre Bourdieu". (FAUSTO NETO, 2014, p. 238). Para o autor, a noção de Rodrigues sobre o campo dos media é abrangente e não associa especificamente sua definição como sendo parte do universo dos meios de comunicação, apesar de trazer apontamentos sobre as mutações sofridas a partir dos dispositivos midiáticos nos processos de percepção da realidade. Porém, as reflexões de Rodrigues são contextualizadas através de uma sociedade que tem por característica "intensos processos de institucionalização de suas práticas", valendo-se de atividades de campos, como os de media, para desenvolver estratégias visando reduzir riscos introduzidos pelas dinâmicas de sistemas complexos. Assim, ele conceitua o campo dos media como uma instituição formada por dispositivos sócio-técnicos que são acionados por um campo dotado de legitimidade para superintender à experiência de mediação, situando seus estudos apenas na era dos meios, e de uma maneira pouco aprofundada, observando o fenômeno por uma perspectiva antropológica, e não ingressando, assim, na problemática da midiatização.

Fausto Neto deriva da conceituação de Rodrigues para um outro ponto de análise, refletindo que o "campo dos media possui uma vocação representacional atribuída por outros campos", pois a "sociedade é marcada por uma intensa vida institucionalizada em termos de práticas sociais de diferentes campos". (FAUSTO NETO, 2014, p. 243). A partir dessa constatação, o autor identifica o surgimento de novos processos internacionais que estão provocando transformações na sociedade e em suas dinâmicas, sugerindo novas maneiras de vínculos entre os campos e os atores sociais e o campo dos

media, em que, em um passo evolutivo, é considerado como “elo de contato”. Porém, o autor observa que há uma zona de passagem que pode ser identificada na transição entre a era dos meios e uma época em vias de midiatização:

> Mas, transformações que se passam com o deslocamento de dinâmicas de processos da “sociedade mediática” para a “sociedade em vias de mediatização” instauram novas problemáticas, dentre elas, as repercussões, sobre a atividade e identidade dos campos sociais, especialmente, a do campo dos medias. A medida em que tecnologias se convertem em meios, vão afetando a natureza das diferentes práticas sociais, muitos delas se reconfigurando suas identidades e papeis, ao tomar como lógica de seus processos comunicativos, protocolos mediáticos. Conforme veremos, a principal consequência para a natureza e trabalho de campo dos media é, dentre outras, o enfraquecimento e erosão de sua condição mediadora. Além desta, gera também efeitos sobre todos os campos sociais, cujas estruturas vão se manifestando em formas de processualidades técnico-comunicativas e pelas quais, suas regras se transformam em estratégias que ingressam em fluxos que, ao seu turno, desembocam celeramente, na nova “ecologia internacional”. (FAUSTO NETO, 2014, p. 243-244).

De acordo com o Fausto Neto é a partir da complexificação da sociedade, “com sua organização social sendo arquitetada por novas ligações sócio-técnicas” que ocorre um deslocamento da dinâmica e das regras dos campos e de suas estruturas, para processos estratégicos de natureza comunicacional. Essa compreensão sugere que há um atravessamento na sociedade de lógicas e protocolos mediáticos, porém, no estágio atual na midiatização, a natureza do próprio campo dos media se modifica, na medida em que seu contatos com outros campos se baseiam muito mais em torno de estratégias do que de regras, fazendo com que a presença dos media se reduza perante aos demais campos a ofertas de sentidos.

Inserimos neste momento a discussão proposta por José Luiz Braga, que analisa a transição da relação dos campos sociais com a sociedade e os media. O autor parte do entendimento de que a mediação é um processo de relacionamento do ser humano com a realidade que o circunda, na qual ele toma contato com uma representação da realidade através das lentes de sua inserção histórico-cultural naquele momento em que vive. Nesse sentido, Braga alude ao pensamento de Jesús-Martín Barbero, quando este passou a ser problematizar a partir de 1980, a questão da mediação dos meios, em seu livro “Dos Meios às Mediações”. Como observa Braga (2012), Barbero apontou um diferencial que foi fundamental para compreender a relação entre a sociedade e a atuação da mídia de massa: “a inserção cultural do receptor”. Por esse prisma, começou-se a considerar que

havia de fato uma dinâmica relacional entre a sociedade e os meios, visto que foi constatado que a sociedade nunca foi estritamente passiva aos meios de massa. Essa constatação foi o que desencadeou uma nova interface analítica, que superava uma visão objetivista dos meios, o que motivou a divisão histórica conceituada como "dos meios à mediação".

Segundo Barbero, a cultura de massa não pode ser considerada passiva, já que serviu para intensificar as individualidades e liberou as capacidades morais e intelectuais do indivíduo, possibilitando a comunicação com "diferentes estratos da sociedade". A partir dessa argumentação, o autor reforça que é impossível que se chegue em uma unidade cultural na sociedade, pois o importante é que haja circulação, e segundo o autor, nunca houve mais circulação do que na sociedade dos meios de massa, até aquele momento. Sendo assim, tínhamos, na sociedade dos meios, como bem assinalado por Barbero, a mídia como o protagonista da mediação entre a mídia e os processos sociais. Porém, a partir da proposição do autor sobre a inserção cultural do receptor, se passa a superar uma visão objetivista dos meios para considerar uma visão relacional da comunicação na sociedade. Sua conceituação, "dos meios as mediações" apontava as mediações culturais da comunicação, porém, tendo como o fator dinamizador desse processo, as "mediações comunicativas da cultura". (BARBERO apud BRAGA, 2012). José Luiz Braga avança, ao citar Barbero, em afirmar que há no comunicacional dois processos distintos que reduzem o que ele considera ser um estranhamento da mídia perante a sociedade. Um dos processos seria o tecnológico, que redireciona a comunicação massiva através de ações comunicativas midiatizadas para largas parcelas da população. O outro processo seria social, no sentido em que permite uma "entrada experimental de participantes sociais nas práticas e processos antes restritos à indústria cultural", que ocorrem de maneiras diversas, sejam como críticas sociais, reivindicações de regulação ou ocupação de espaços de produção e difusão, formando iniciativas midiatizadoras.

É quando ingressamos em uma sociedade em midiatização, em que "a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo áreas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade". (FAUSTO apud BRAGA, 2012, p.34). Ou seja, em uma sociedade em midiatização, a sociedade interage com a sociedade através dos dispositivos interacionais midiatizados, se tornando referência sobre si mesma. Entretanto, a midiatização não pode ser considerada como uma teoria fundante, pois atende às diversas

perspectivas epistemológicas, propostas por diversos autores. A perspectiva da linha de pesquisa a qual eu pertenço observa a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade, não levando somente em conta os avanços tecnológicos, mas também os processos sociais e interacionais.

No momento em que indivíduos e instituições passaram a ter acesso às redes sociais, passaram a ser também eles mesmos produtores de conteúdo, interagindo de forma direta e fazendo com que a comunicação passasse a levar em conta também o atravessamento de diversos campos, que começam a se comunicar entre si, contestando inclusive, a própria capacidade de mediação da mídia de massa. Ao tentar compreender essa nova fase do processo comunicacional, em que surge um atravessamento dos campos sociais que geram situações indeterminadas, chegamos à ambiência da midiatização, ultrapassando a noção de ser um conceito em comunicação, para se tornar um "processo interacional de referência", como afirma Braga (2007). Essa processualidade foi abordada por Eliseo Verón, que destacou que "o fato de sua dinâmica não contemplar relações de causa e efeito, nas relações de seus componentes", observava, no lugar destes, "circuitos de *feedbacks* não-lineares". (VERÓN apud FAUSTO NETO, 2018). Nesse sentido, observamos que o jornalismo desloca a sua relevância perante a sociedade, porque se coloca como agente necessário na sociedade, ao trabalhar "a redução de complexidades produzidas por outros sistemas, dando forma e produzindo intelegibilidades naquilo que parece descontínuo e sem nexos" (FAUSTO NETO, 2006, p.2). E essas transformações envolvem as afetações das práticas sociais em meio a uma ambiência midiatizada, que agora estão tomando parte das suas próprias discursividades, e gerando novas complexidades no funcionamento desses sistemas, e das relações entre eles. Portanto, observa-se uma nova pedagogia interpretativa, que ressignifica o próprio sistema jornalístico e a sua relação com os outros campos sociais, conforme aponta Fausto Neto (2007):

> Em função do despontamento da midiatização como uma nova ambiência, que dá origem a uma nova "pedagogia interpretativa" a respeito das coisas, gerando ainda processos de conexão que reformulam os modos de funcionamento dos campos sociais e dos seus respectivos processos de interação, transformam-se as modalidades pelas quais os processos de produção de sentidos midiáticos, especialmente os jornalísticos, passam a lidar, dentre outras coisas, com a questão da verdade. Enfrenta a complexidade do mundo, fundado em redes opacas, e não necessariamente transparentes, através da confecção e manejo de novos 'contratos de leituras' em que se abandona operações que marcaram fases anteriores deste pacto contratual: o desafio já não é mais trazer o receptor para 'cena' dos seus

> registros oferecidos pela cobertura. E nem fazer o jornalista permanecer no clássico lugar de uma 'testemunha institucional' da ocorrência do acontecimento. Trata-se agora de incorporar a este processo de produção aquilo que 'estava fora', e que lhe sobrava como 'insumo' de uma categoria distante, a de 'rotina produtiva'. (FAUSTO NETO, 2006, p. 2-3).

Essa pedagogia interpretativa contempla justamente esses processos interacionais intersistêmicos, que se desenvolvem em articulações e disputas. Para avançamos na discussão sobre a natureza intersistêmica do objeto, retomamos a noção de sistemas desenvolvida por Niklas Luhmann, quando este elaborou a Teoria dos Sistemas Sociais. O autor explica através da relação entre sistema e ambiente o próprio conceito de sistema como uma via de mão dupla, que define o sistema na sua operacionalidade, com suas lógicas próprias, mas que na relação com outros sistemas, ocorrem percepções semânticas. Sendo assim, a identidade semântica do sistema se coloca como sua própria identidade em contraposição à identidade captada do ambiente. Como afirma o autor:

> Os sistemas no ambiente do sistema são, por seu lado, orientados pelos seus ambientes. Nenhum sistema, porém, pode determinar completamente as relações externas entre sistema e ambiente, a não ser mediante destruição. De modo que, para cada sistema, o seu ambiente é dado como um plexo confusamente complexo de relações recíprocas entre sistema e ambiente, mas, ao mesmo tempo também, como uma unidade constituída pelo próprio sistema, a qual exige uma observação especificamente seletiva. (LUHMANN, 2016, p. 35)

Tendo o sistema jurídico como exemplo, podemos inferir que nele a comunicação é um elemento base, mas não é o que o define como sistema, pois o direito possui uma série de lógicas e processualidades próprias, uma gramática que se torna a autopoiese de seu sistema em diferenciação com a sociedade. E embora as regras do direito sirvam como guias, como um código no qual seus operadores possuem um certo controle para comunicar aos outros sistemas as suas maneiras de dizer e agir, esse mesmo sistema precisa de uma abertura cognitiva para se comunicar com os outros sistemas, pois ele depende do meio social para definir o que é vem a ser o direito, propriamente dito. E é a partir desta interação que o ambiente reconhece as processualidades jurídicas.

Dessa forma afirmamos que o objeto analisado se coloca como intersistêmico, pois é a partir dessa relação entre sistemas que se constitui um cenário de disputas, conflitos, convergências e diferenças, o que gera um território tentativo comunicacional, que gera feedbacks complexos e se realimenta a cada instante. É através desses processos de conexão que se observa que os processos de produção e recepção dos acontecimentos

já não estão mais restritos às mídias, mas sendo provocados também por instituições e outros sistemas, que agora já dominam as lógicas de midiatização.

O que ocorre na sociedade midiatizada são disputas de sentidos, ativadas e dinamizadas por uma "atividade chefe", que são as modalidades de funcionamento do discurso jornalístico, que estão, entretanto, em articulação com lógicas nas quais esses discursos outros, dos outros sistemas, estão também estão submetidos à midiatização. Sendo assim, todos esses sistemas estão em uma arena de semantizações, de criações de pontos de vista, de processos que visam dar sentido às enunciações, em uma disputa pelo direcionamento dos modos de dizer acerca do que é comunicado. É um processo semiológico que se realiza de maneira técnico discursiva, dois fatores que são fundamentais na midiatização. Então, a midiatização tem uma dimensão da materialidade técnica e discursiva àquilo que é objeto dos relatos. Sem esses relatos técnico discursivos é impossível obter a materialização dos acontecimentos. Porém, cada sistema que ingressa para interpretar esses acontecimentos, o faz segundo gramáticas e lógicas próprias de seu próprio sistema. E como essa sociedade está interligada e entrelaçada por fluxos e operações de midiatização, todas as instituições que nelas existem, enquanto instituições de sistemas, estão atravessadas, co-determinadas e afetadas por lógicas da midiatização ou lógicas de mídias em funcionamento. Como cada sistema desenvolve, a partir de sua inserção na midiatização, práticas diferentes, para contemplar diferentes pontos de vista, isso significa que os efeitos desse processo são feedbacks complexos e não lineares. E isso ocorre, porque o resultado da interação entre esses sistemas gera **pontos de vista disputativos.**

Cada sistema tem seu modo de dizer, seu modo de enunciar, mas o fato de todos os sistemas estarem entrelaçados por lógicas de midiatização não quer dizer que eles vão perder as suas características fundantes, referenciadoras dos seus modos de enunciar de seus próprios sistemas. Eles se associam ao seu modo de enunciar, outras co-enunciações, outros modos de dizer, sendo contaminado por lógicas de mídias e de midiatização, porque esse sistema precisa estar na esfera pública. E para estar na esfera pública, em termos de tempo e espaço, é preciso que estes sistemas tomem como empréstimos, muitas vezes, processos de construção de discursos, de modos de dizer que não lhes pertence, sendo um discurso condição de produção para o outro discurso. Isso quer dizer que o relato processual jurídico tem hoje como condição de produção para prova de sua veracidade muitas vezes não as lógicas da sua apuração, mas efeitos de sentido que são produzidos a partir do momento em que o discurso jurídico se apropria de operações

midiáticas. No caso analisado, apresentaremos alguns exemplos, como a Campanha das Dez Medidas contra a Corrupção, ou do uso de uma reportagem jornalística como prova para incriminar Lula, ou do uso do Power Point na apresentação de Deltan Dallagnol. Todos esses efeitos de sentido, que são publicizados de forma a gerar visibilidade, não são elementos canônicos e fundantes do discurso jurídico. Eles, ao contrário, são apropriados de um outro universo discursivo e que se incorporam ao discurso judiciário para dar a ele efeitos de sentido da sua veracidade, para provar que eles estão dizendo a verdade, o que legitima suas operações jurídicas perante a opinião pública. São exatamente essas apropriações que chamamos de **interdiscursividades**. Essa relação é esclarecida por Fausto Neto (2010), a partir dos estudos de Eliseo Verón:

> Para Verón, o importante entre um enunciado e outro é a relação que o emissor estabelece com o que ele diz. Essa interdiscursividade – na qual o receptor constrói o sentido de acordo com sua cultura, crença e vivências, gerando assim diversos outros discursos – provoca um constante processo de negociação entre produtor e receptor, numa troca permanente de sentidos. (FAUSTO NETO ET AL, 2010).

A partir do que foi posto, me deparei com a possibilidade de estabelecer um gancho da interpenetração com o conceito de circulação, no sentido que há uma compreensão minha, a partir da pesquisa, de que vivemos em uma sociedade que não contempla mais a noção de campos cujas fronteiras são determinadas. O que podemos identificar, em uma sociedade midiatizada, são diversos processos comunicacionais tentativos entre sistemas, cuja ambiência ao entorno produz outras significações, a partir da diferença que se estabelece no processo comunicacional entre eles.

2.6 DO OBJETO AO CASO: TRANSFORMAÇÕES

Retomamos aqui a argumentação, acerca da noção de que o acontecimento sempre foi a matéria prima do jornalismo, pois se dedica a relatar e construir registros que se passam na sociedade, dando o status de notícia e os relatando em um formato discursivo, algo próprio do gênero jornalístico. Na ambiência midiatizada, o jornalismo se acopla ao acontecimento, de tal forma, que a sua existência e funcionamento e o seu desdobramento com relação aos processos e aos tempos dependem de práticas cada vez mais complexas desse sistema. Ou seja, para que o acontecimento exista, é preciso um dispositivo que o mostre, que o anuncie e que diga que ele existe, e que submeta o acontecimento aos seus processos narrativos, técnicos e a temporalidade da difusão. Diferente da era dos meios, em que o acontecimento se tornava visível somente quando era publicado no veículo

jornalístico, agora ele ocorre em fluxo contínuo, se tornando um outro fenômeno, que ocupa a ambiência de modo tal, porque os tempos e processos de articulação, de construção e de investigação do discurso judiciário, político e de outros sistemas se entrelaçam com os processos e temporalidades da atividade do jornalismo na sociedade em midiatização. Nesse sentido, percebemos que, na sociedade midiatizada, o acontecimento é subsumido por uma outra complexidade, que se torna uma construção intersistêmica. Porém, para analisarmos essa questão, é preciso analisar a tensão entre o campo do estudo da comunicação e o campo midiático. E esse cenário leva em conta a complexidade das inter-relações, das práticas, dos processos e da dinâmica dos atores envolvidos, em um ambiente que não comporta mais o jornalismo exclusivamente como mediador.

Como aponta Pedro Gilberto Gomes (2017), vivemos uma "mudança *epocal*, com a criação de um *bios midiático* que incide profundamente no tecido social", provocando uma nova maneira de ser e atuar, o que caracteriza a superação do conceito de mediação. Fausto Neto (2015) também adverte que a sociedade em vias de midiatização provoca novas problemáticas, pois utilizam tecnologias que se convertem em meios e afetam a lógica das práticas sociais e de suas relações. E uma das consequências da midiatização seria seus efeitos sobre o campo jornalístico e suas práticas, na medida em que a dinâmica de uma nova arquitetura comunicacional - reunindo de outra forma produtores e receptores de mensagens - ensejaria um novo processo interacional, enfatizado pelo "atravessamento na sociedade – enquanto instituições e práticas – de lógicas e protocolos midiáticos". (FAUSTO NETO, 2015). Nesse sentido, entende-se a midiatização como um processo social complexo, que carrega mecanismos de produção de sentido social. É graças a essa ambiência da midiatização que os acontecimentos ganham uma dinâmica e uma organização, com processos narrativos, interpretações e direcionamentos de pontos de vista, porque vivemos em uma sociedade hiperligada de circuitos, que se manifestam em fluxo contínuo, dentro dos processos comunicacionais, conforme afirma José Luiz Braga (2018):

> O uso de processos tecnologicamente acionados para a interação já não é mais um "fato da mídia" (campo social) – assim como a cultura escrita não é um fato das editoras, dos autores e das escolas, exclusivamente. Esses dois grandes processos culturais (hoje com fortes interpenetrações) são antes de tudo fatos comunicacionais da sociedade. Na prática social encontramos, então, sobretudo circuitos. Cada setor ou processo de sociedade participa de circuitos múltiplos. Com a midiatização crescente, os campos sociais, que antes podiam interagir com outros campos segundo processos marcados por suas próprias

> lógicas e por negociações mais ou menos específicas de fronteiras, são crescentemente atravessados por circuitos diversos. (BRAGA, 2018, p.44)

De acordo com essa reflexão, percebemos esses circuitos como dinâmicas que subvertem a antiga periodização do jornalismo a partir dessas interpenetrações, uma periodização que ainda é composta por antigos fluxos de anúncio das notícias, a tal ponto que essa processualidade acaba intervindo nos acontecimentos de uma maneira singular, alimentando assim a sociedade desses acontecimentos, segundo outras dinâmicas de tempo e de espaço. Dessa forma, para compreender melhor o cenário em que se desenvolveu a dinâmica da relação disputativa entre a Operação Lava Jato e a Vaza Jato, precisamos antes reforçar a diferenciação entre lógicas de mídia e lógicas de midiatização. Os teóricos que se desdobraram a estudar o processo denominado como midiatização, passaram a compreender que as lógicas de suas processualidades se diferenciam daquelas lógicas que caracterizavam a sociedade dos meios. Como afirma Braga, "não podemos adotar como explicação suficiente da midiatização a perspectiva que se trata apenas da penetração de todos os processos sociais por lógicas dos meios [...] [pois] essas lógicas parecem não esgotar toda a processualidade interacional da midiatização" (BRAGA, 2012, p.2).

A partir deste entendimento, argumentamos que este caso só poderia mesmo ser analisado sob a ótica de um estudo de caso midiatizado, pela complexidade do caso, por sua temporalidade e suas processualidades. Reforçamos aqui a diferença entre caso midiatizado de caso midiático, definida pela pesquisadora Aline Weschenfelder:

> As diferenças que se colocam entre caso midiático e caso midiatizado apontam para incidências da circulação, que também sofre injunções em função das metamorfoses decorrentes do avanço sócio-técnico e suas incidências nas práticas comunicacionais. O caso midiático enfatiza o trabalho dos meios, enquanto o caso midiatizado busca apresentar processualidades e múltiplas operações técnico-discursivas empreendidas por vários meios, instituições, indivíduos e coletivos (VERÓN, 1997)". (WESCHENFELDER, 2019, p. 84).

Sendo assim, a diferença entre caso midiático e caso midiatizado se coloca através do foco de análise sobre os seus processos. O caso midiático pode ser entendido como aquele em que os meios possuem um papel de protagonista, são atores centrais, tanto em termos de funcionamento, quanto de produção de sentidos. Já o caso midiatizado passa por diferentes dinâmicas, pois analisa uma processualidade mais complexa, na qual a sociedade, instituições e mídia participam ativamente, interagindo entre si, seja

produzindo conteúdo, seja fazendo esse conteúdo circular, ou retroalimentando os diferentes sentidos produzidos a partir desses conteúdos que se propagam.

Por conta de lógicas diversas, que se atravessam em uma dinâmica processual muito mais complexa, que escapa inclusive da centralidade dos meios, constitui-se dessa forma o caso midiatizado. As diferenças entre os dois casos também se enfatizam quanto às diferentes dinâmicas de circulação, que vai ganhando mais ênfase na medida em que múltiplas operações sócio-discursivas são empreendidas por variados meios, instituições, indivíduos e coletivos (VERÓN, 1997), decorrentes dos avanços sócio-técnicos. A circulação passa a ser um conceito mais problematizado nos estudos que se manifestam no contexto de caso midiatizado, pois "a midiatização vai dando nova conformação à organização social e ao seu funcionamento, gerando, de modo complexo, mutações nas condições das circulações de sentidos" (FAUSTO NETO, 2018, P.15). Portanto, tendo em vista a contemporaneidade do tema e a complexidade da manifestação do fenômeno estudado, concluímos que a melhor maneira de análise deste objeto seria a partir da noção de estudo de caso midiatizado.

Em um outro aspecto da pesquisa de Weschenfelder há também uma abordagem sobre a perspectiva do Dispositivo Analítico, desenvolvida por Mário Carlón para resolver problemas da circulação, que apresenta, entre as vantagens destacadas pelo autor, a possibilidade de "identificar graficamente o posicionamento de diferentes tipos de enunciadores na arena midiática" O autor considera que as "interpretações sobre o período contemporâneo conduzem a muitos riscos, devido à maior complexidade que se instaura nas relações e apropriações que os indivíduos vem exercendo junto aos meios", cenário que ele configura como "hipermidiatização". (CARLÓN apud WESCHENFELDER, 2019). Dessa forma, o autor define algumas ideias acerca do que se pode ser utilizado como instrumento para caracterizarmos um caso midiatizado, mediante as seguintes possibilidades, no contexto específico de estudos de circulação:

> **ascendente:** emana da telefonia e internet, é proveniente da midiatização e é conduzido para os meios de massa; b) **descendente:** oriunda do sistema dos meios massivos – nasce nos meios de massa e é conduzido para a midiatização; c) **horizontal**: diante das características anteriores se agrega a uma manifestação horizontal, a intra-sistemica, que se organiza dentro do próprio sistema dos meios e da midiatização. De acordo com Carlón, a tipologia horizontal inaugura uma classe relativa à circulação hipermidiática que, além dos trajetos citados acima, sucede em outras etapas: - **ascendente/descendente**: surge nas redes, chega aos meios massivos e volta às redes; - **descendente/ascendente**: tem origem nos meios massivos, vai às redes e ascende aos meios massivos (o autor sugere aqui narrativas

> transmidiáticas); - **descendente/horizontal**: os conteúdos são provenientes dos meios massivos, mas comentários são gerados nas redes; - **ascendente/horizontal**: os conteúdos são gerados e possuem destaque nas redes, não aparecem nos meios massivos (é uma categoria intra-sistêmica). (CARLÓN, apud WESCHENFELDER, 2019, p.88).

Porém, trazemos aqui algumas indagações sobre o dispositivo analítico de Carlón. Primeiro, porque partimos da ideia de que a complexidade da midiatização ainda é um fenômeno em processo, em contraponto à ideia do pesquisador, de que já vivemos em uma sociedade hipermidiatizada. Outro questionamento é com relação aos movimentos circulatórios e as zonas de fronteira entre eles. Já observamos que, em uma zona de interpenetrações, os sistemas atravessam as zonas de fronteira, estabelecendo disputas e negociações desordenadas, gerando assim feedbacks complexos. Portanto, em meio a um mundo midiatizado, o processo de circulação costuma produzir, através do acontecimento, novas narrativas descontroladas, fazendo com que emerjam novas possibilidades de produção de sentido que afastam o receptor da informação. Outra questão pontuada por Fausto Neto (2012), é a da percepção, no ambiente midiatizado, de estratégias comunicacionais estabelecidas por outros campos, que deslocam para a sua competência "a vocação intrínseca às práticas jornalísticas, enquanto 'elo de contato' entre as instituições e atores sociais".

Inicialmente, há uma ampliação quantitativa de espaços de interações midiatizadas, fazendo com que tudo passe a circular conforme processos midiáticos. Então, dentro dessa ampliação, há uma circulação maior de informação e interações, produzindo mixagens diversas entre processos de debate público com processos que antes se restringiam à circulação privada. Assim, constituem-se circuitos de fronteiras vagas, cujos campos invadem um ao outro, os tensionando. Dessa forma, o processo que antes era habitual na mídia, de mediação, recontextualiza-se, modificando-se radicalmente.

Através das novas tecnologias, novos espaços são gerados, não mais apenas restritos à recepção, o que incentiva uma participação ativa de outros campos, mas desenvolvendo espaços interacionais midiatizados que não dependem mais diretamente do aparato institucional do campo dos media. A partir dessa dinâmica que se forma, ocorre um atravessamento de todos os campos sociais por processos interacionais midiatizados, acionados tanto pelo campo dos media quanto acionados de fora, por outros campos e setores da sociedade. Surgem então os eventos de fronteira, que acontecem

entre os campos sociais diversos e o campo dos media, também entre campos não diretamente midiáticos e entre os campos e a sociedade.

Com relação ao objeto estudado nesta pesquisa, os acontecimentos que vinculam outros níveis de "subacontecimentos[11]", tais como a Lava Jato e a Vaza Jato, evidenciam singularidades que se distinguem de outros acontecimentos que foram relevantes para a sociedade brasileira, mas que não apresentam a mesma complexidade. Nesse caso, a mídia jornalística deixa de ser apenas o dispositivo de representação e veiculação, fazendo com que as mídias jornalísticas se tornem dispositivos de coengendramento do acontecimento. Sendo assim, quando o jornalismo atua nessa sociedade hiperorganizada em termos de fluxos de midiatização, atua conforme uma nova lógica de funcionamento, na qual todos esses sistemas em interpenetração submetem-se às lógicas de midiatização, com relação aos modos de dizer, temporalidades e desdobramentos.

3 CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS NA SOCIEDADE EM MIDIATIZAÇÃO

Tendo em vista as questões refletidas até o momento sobre a gênese dos acontecimentos que se interpenetram a partir de práticas diversas, tendo como base as que envolvem a cobertura jornalística da Lava Jato e da Vaza Jato, sugerimos uma transformação da noção de acontecimento em algo que convencionamos como construção intersistêmica, levando-se em conta principalmente os processos de sua construção na ambiência midiatizada. Sendo assim, inicialmente trazemos uma discussão sobre algumas questões conceituais acerca do jornalismo e da sua transição da era dos meios para a era midiatizada, visando evidenciar uma evidente transformação das suas práticas e do próprio sistema jornalístico em si, para posteriormente evoluirmos em uma problematização sobre a transição da circulação do acontecimento em processualidades intersistêmicas.

3.1 JORNALISMO NA AMBIÊNCIA DA SOCIEDADE EM MIDIATIZAÇÃO

Retomando a ideia de jornalismo como construção social, observamos que essa dinâmica está atrelada uma construção discursiva, que por sua vez, está submetida a uma construção de sentidos. Segundo esse aspecto, introduzimos a ideia de acontecimento,

[11] Subacontecimento é usado aqui como um acontecimento dentro de outro acontecimento, em que um torna o outro possível, tal como no estudo das probabilidades matemáticas.

segundo Louis Quéré (2005), o percebendo como uma instância inaugural, pois, segundo o autor, para evidenciar o acontecimento na organização da experiência, é necessário situá-lo na ordem do sentido, ou seja, compreender o acontecimento a partir do sentido que ele evoca e não tanto quanto a percepção do sujeito. O autor evolui nessa compreensão ao evocar Hannah Arendt, que afirmava que "o acontecimento tanto poderia representar um fim como um começo, e que cada uma dessas formas de apreender o acontecimento correspondia a um ponto de vista diferente: o do entendimento e o da ação" (ARENDT, 1953 apud QUÉRÉ, 2005, p. 60). Tendo como ponto de vista o entendimento, o acontecimento é visto como um "fato ocorrido no mundo, um fim onde culmina tudo o que o precedeu" (QUÉRÉ, 2005, p. 60) e inscrito em um contexto causal. Do ponto de vista da ação, o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica, pois se de um lado ele pede para ser compreendido, por outro, faz compreender as coisas, mostrando um poder de revelação. Ainda de acordo com Quéré, o acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível em um mundo de continuidade, sendo assim, para que o acontecimento ocorra, é preciso "que ele se manifeste na sua descontinuidade, e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido" (QUÉRÉ, 2005, p.61-62). Esta descrição que atribui um sentido ao acontecimento, na visão do historiador Pierre Nora, é proporcionada através das mídias de massa. Segundo o autor, "é aos mass media que se deve o reaparecimento do monopólio da história" (NORA, 1976, p. 181), pois ele argumenta que, para se tornar um acontecimento, o fato deve-se tornar conhecido. É uma ideia que converge com o pensamento do sociólogo Niklas Luhmann (2005), ao afirmar que aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, sabemos através dos meios. Porém, a ambiência da midiatização trouxe uma complexificação a mais nesta questão, a qual retornaremos mais adiante.

Outro aspecto fundamental ao jornalismo é a temporalidade, na forma do imediatismo. Na era dos meios massivos, a disputa entre concorrentes jornalísticos objetivava uma competição pela audiência de quem informava primeiro, valorizando muito mais a quem transmite em tempo real, a quem informa em primeira mão, como argumenta Nelson Traquina (2005):

> A obsessão pelos fatos acompanhou uma crescente obsessão com o tempo e uma maior orientação por parte da imprensa para os acontecimentos. O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas-de-fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo. De novas edições dos jornais no mesmo

> dia à quebra da programação televisiva anunciada com boletins, novos avanços tecnológicos nas últimas décadas do século XX tornaram possível, de longa distância, atingir o cúmulo do imediatismo – "a transmissão direta do acontecimento" (TRAQUINA, 2005, p.53).

Em uma ambiência midiatizada, a temporalidade do acontecimento se relativiza, já que os acontecimentos ocorrem em todos os lugares e podem ser relatados tanto pelos jornalistas, como por atores anônimos, nas redes sociais. Sendo assim, a própria noção de acontecimento se subverte, já que não há como transmitir tudo a todo momento. E quando o acontecimento se midiatiza, a percepção de algo como acontecimento também se torna passível da legitimação das disputas enunciativas nas relações entre circuitos e sistemas. Devemos também levar em consideração que os novos atores jornalísticos atuam sobre outras lógicas, considerando o tempo de circulação da mensagem e os novos sentidos que se produzem a partir dele. Pensam a comunicação de forma dinamizada, publicada em diferentes plataformas, com conteúdo personalizado em cada um deles. Utilizam seus colaboradores como parte do processo de circulação, dando liberdade para o jornalista falar, em seus espaços digitais, como um interlocutor do próprio dispositivo jornalístico. Isso imprime personalidade para o que está sendo dito, há rostos, vozes, opiniões. Também há a preocupação com alguns fundamentos jornalísticos um pouco negligenciados pelo jornalismo tradicional, como a preocupação excessiva com a apuração dos fatos, e a pluralidade de ângulos e opiniões. Além disso, a forma de se comunicar com o público tenta se passar como mais humanizada e transparente. Tudo isso cria uma noção de intimidade com o público, mas também permite um outro entendimento sobre a questão da agenda. Podemos inferir que, em um passo adiante da transação entre agendas, percebida no momento de transição entre a era pré-midiatizada, o que ocorre agora são transições entre agendas de atores midiatizados, instituições, mídias e sujeitos sociais, que através da circulação, disputam narrativas e agem em constante negociação.

3.1.1 Jornalismo dos meios x jornalismo midiatizado: acontecimentos em transição

Segundo Fausto Neto (2014), a sociedade em vias de midiatização provoca novas problemáticas, pois utiliza-se de tecnologias que se convertem em meios e afetam a lógica das práticas sociais e de suas relações. Uma das consequências da midiatização seria seus efeitos sobre o campo jornalístico e suas práticas, na medida em que a dinâmica de uma nova arquitetura comunicacional – reunindo de outra forma produtores e receptores de

mensagens - ensejaria um novo processo interacional, enfatizado pelo "atravessamento na sociedade – enquanto instituições e práticas – de lógicas e protocolos midiáticos". (FAUSTO NETO, 2014). Nesse sentido, entende-se a midiatização como um processo social complexo, que carrega mecanismos de produção de sentido social. E dentro desse processo, temos a circulação como um fenômeno que promove, através da inclusão de novas práticas e culturas jornalísticas, uma reavaliação de princípios e uma nova consciência midiática.

A partir da contextualização anterior, podemos observar alguns indícios de transformação do jornalismo brasileiro, a partir do surgimento da Mídia Ninja nas manifestações de 2013. Foi a primeira aparição de visibilidade de um jornalismo independente, que se tornou pauta das grandes mídias, propondo novas processualidades, como a transmissão ao vivo de acontecimentos de forma quase que etnográfica. Ao se misturar aos manifestantes, cobrindo a manifestação como se fosse um deles, correndo de bombas, realizando entrevistas nesse meio tempo, e relatando todos os acontecimentos que ocorriam naquele episódio, se revelou uma nova forma de comunicar, que oferecia uma experiência. Também o uso das câmeras de celular e o uso das lógicas de midiatização, como o compartilhamento e o streaming.

O segundo passo na direção de uma tomada de consciência com relação a uma transformação do jornalismo se deu em uma série de fatos que influenciaram novas formas de relações jornalísticas com suas fontes, com a apuração e com suas próprias práticas. Sendo assim, é importante contextualizarmos o caso da Vaza Jato com outros acontecimentos antecedentes, que são os casos da Wikileaks, de Edward Snowden e da fundação do The Intercept por Glenn Greenwald, conforme explica Leon Rabelo:

> Embora os três casos sejam distintos, separados por um intervalo de alguns poucos anos e tenham protagonistas diferentes, eles podem ser vistos como paralelos quanto aos seus movimentos de inflexão. Eles parecem indicar como grupos ou indivíduos estão encenando movimentos *tentativos* (Braga, 2010c) para alterarem os rumos do acesso social à informação publicamente relevante, especialmente sobre problemas e abusos das instituições de poder sobre os direitos individuais e as regras democráticas (...) Em termos práticos, os três casos se fundam na ação de *vazamento* de informações sensíveis e sigilosas, oriundas de diferentes instituições de poder. (RABELLO, 2017).

O primeiro caso de grande visibilidade nesse sentido, em um mundo já midiatizado, é o da Wikileaks. Os vazamentos propostos por Julian Assange trouxeram uma discussão sobre o uso de dados vazados e a forma como o público reage a esses

dados. Esse caso, embora tenha frustrado quem defendia que a divulgação de dados de instituições era uma estratégia de moralização das instituições, porque a população não se mobilizou para disseminar o conteúdo vazado, conforme a equipe do Wikileaks previa, esse acontecimento apontou para o quanto o trabalho jornalístico é importante e necessário,

> Os resultados práticos da colaboração entre o Wikileaks e importantes publicações de notícias foram consideráveis. No caso dos telegramas diplomáticos, por nove dias consecutivos, as histórias extraídas dos documentos publicados pelo Wikileaks foram matéria de capa do jornal *The New York Times*, causando considerável repercussão midiática e institucional, além de ocupar, nas semanas e meses seguintes, importante lugar no agendamento noticioso internacional. (RABELLO, 2017).

O caso Wikileaks acabou influenciando diretamente o caso Snowden, pois na época houve uma grande frustração em torno da pouca divulgação das denúncias depositadas no repositório, muito em parte pelo fato de não haver uma curadoria do que poderia ser considerado importante ou grave, trabalho que foi posteriormente realizado pela imprensa. Em 2014, Edward Snowden[12], vazou informações sigilosas da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA), revelando em detalhes alguns dos programas de vigilância que o país usa para espionar a população local, além de vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil. Neste acontecimento, Snowden teve o cuidado de organizar muito bem as informações dos vazamentos, catalogando-as, assim como também teve a precaução de procurar um jornalista que já tinha experiência com jornalismo investigativo e que saberia cuidar muito bem do material. Porém, a própria atuação do jornalista que recebeu os vazamentos acabou se tornando um acontecimento.

Foi a partir da atuação de Glenn Greenwald que o caso Snowden se tornou ainda mais singular. Desde o período em que o jornalista encontrou Snowden, e mesmo depois da publicação das matérias, houve um processo conturbado, no qual o jornalista entrou em embate direto com a empresa jornalística que fazia parte, o The Guardian, os questionando sobre sua postura ética, cobrando independência e autonomia de agir, e inclusive rompendo com o jornal, quando percebeu que não teria condições de divulgar toda a história. E embora os vazamentos tenham dado origem a uma série de reportagens

[12] Disponível em: < http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>. Acesso 26 mar 2021.

publicadas pelo jornal britânico The Guardian[13], escritas em 2013 por Greenwald, foi quando o jornalista se desligou do jornal, lançando um livro em que contou toda a história de Edward Snowden e as denúncias contra a NSA, intitulado "*Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do Governo Americano*", que surgiu um novo projeto de comunicação: The Intercept.

O The Intercept revelou em seus processos jornalísticos a adesão de uma capacidade autoreflexiva ao jornalismo, característica muito presente na atuação dos novos atores ingressantes no jornalismo, que conversam bastante com seu público, aceitam críticas e refletem sobre elas, adaptando práticas e explicando seus processos. Houve também uma nova proposição de negócio jornalístico, no qual o The Intercept é amparado financeiramente por um investidor (First Look Media) e por uma campanha de financiamento via crowdfunding, o que objetiva garantir sua independência editorial. Sendo assim, percebemos o The Intercept como resultado de novos circuitos que se amplificam em uma sociedade midiatizada. E embora nesse item a nossa abordagem tenha se preocupado em demonstrar uma fase de transição no sistema jornalístico, é importante trazer alguns aspectos sobre a construção do acontecimento jornalístico, além dos embates e articulações entre práticas intersistêmicas.

3.2 CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO EM UMA AMBIÊNCIA MIDIATIZADA

A partir da percepção que o jornalismo realizado em uma ambiência midiatizada carrega algumas transformações em suas práticas e lógicas, introduzimos algumas questões acerca dessa construção jornalística. Define-se o jornalismo como uma prática social na qual representações de determinados fatos, históricos ou singulares, são divulgados a partir de relatos como notícias, reportagens ou entrevistas, através da menção ou perspectiva do fato narrado, evidenciando uma maneira de contar, que sempre irá partir de um determinado ângulo de visão. Dessa maneira, o jornalismo proporciona à sociedade uma forma de conhecimento que permite a sua própria construção social, através da interação do campo midiático com outros campos sociais.

[13] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/video/2013/jul/08/edward-snowden-video-interview>. Acesso 26 mar 2021.

Adriano Rodrigues propõe, ainda no contexto da sociedade dos meios, formulações sobre o campo dos media que relacionam suas práticas com intensos processos de institucionalização. Sua visão de sociedade mediática sugere que os media se instalam e desenvolvem atividades de mediação, e que a construção da sua experiência passa pelo trabalho de dispositivos e tecnologias especificas, ocorrendo a ascensão do campo dos media. (FAUSTO NETO, 2014). O autor argumenta que o "numa sociedade segmentada, torna-se necessária a institucionalização de campos mediadores que assegurem a coesão orgânica do todo, ocupando os interstícios do tecido social". (RODRIGUES apud FAUSTO NETO, 2014). Essa situação proposta por Rodrigues se coloca justamente na fase de transição entre a era dos meios e a era midiatizada. Entretanto, já em um passo adiante à constatação do campo dos media, Rodrigues se manifesta sobre a relação dos campos dos medias com os campos sociais, reforçando os elementos de tensão entre campos, percebendo as disputas entre eles, que possuem a "pretensão de regular um determinado domínio da experiência, a partir da delimitação de um determinado quadro de sentido". (RODRIGUES, apud FAUSTO NETO, 2014).

Neste contexto observamos que a autonomia representacional do campo dos media permite operações que suscitam elos de contato sobre os demais campos, realizando um trabalho sócio-simbólico de caráter representacional. Através desta dinâmica, outros processos interacionais emergem, causando transformações na sociedade. E as transformações que ocorrem do "deslocamento de dinâmicas de processos da sociedade midiática para a sociedade em vias de midiatização instauram novas problemáticas, entre elas, as repercussões sobre a atividade e identidade dos campos sociais, especialmente a do campo dos medias". (FAUSTO NETO, 2014). A partir desta dinâmica, as tecnologias passam a se converter em meios e isso altera as lógicas relacionais. O campo dos media passa então de protagonista a uma interface de contato entre campos, fazendo com que a sua característica mediadora se torne enfraquecida. Sendo assim, como argumenta Rodrigues, o campo dos media passa a ter a característica de fazer circular os discursos de outros campos, fruto de novos acoplamentos entre campos em processos. A partir dessa constatação, observamos que diferentes processos se complexificam a partir dessa ambientação, e um deles é a circulação.

Embora subentenda-se que os jornalistas considerem que em suas enunciações compreenda-se uma completude em sua mensagem, no sentido que seu relato já compreende uma tradução global daquele fato, não podemos ignorar que, quando os jornalistas se comunicam, também sofrem a influência de vários fatores externos, seja a

pauta do editor, o direcionamento jornalístico da empresa ou mesmo da fonte que se torna o produtor inicial da mensagem ao passar uma informação, na qual o jornalista simplesmente reproduzia algo que alguém lhe contava. Porém, quando uma fonte passa uma informação para um jornalista, o está fazendo em termos de um lugar de produção, a partir de sua própria gramática e lógica, e segundo uma filtragem específica. Também é preciso considerar que quando a fonte relata algo a um jornalista, ele se origina de uma outra cadeia de produção de sentidos que o precede, porque teve acesso a alguma outra fonte de informação, passando a relatar para o jornalista, que passa adiante a mensagem. Dessa forma, o jornalista acaba virando um coprodutor, justamente porque absorve e descreve.

Quando o jornalista ouve o relato da fonte e traduz isso em texto, ele está deslocando esse relato original para um texto interpretado, que se dá em um outro contexto, e adquire nele uma outra gramática e uma outra lógica. São dois textos distintos que se enunciam em momentos diferentes, se conectam, mas que trazem uma nova forma de dizer ao texto do outro que comunicou a informação, criando um novo discurso que se funda em gramáticas e lógicas próprias. Quando esse texto passa para a mão do jornalista, ele realiza uma filtragem de acordo com suas próprias gramáticas próprias e deontológicas da profissão, se colocando também como um produtor de mensagens. E esse encontro não se fecha, porque há uma zona de transformação do texto original em um texto interpretado, que se configura como uma zona de passagem, o que traz muitas descontinuidades, cadeias intermináveis, que desviam a comunicação da zona da simetria, do automatismo. A simples maneira do jornalista enunciar já é em si uma interpretação, pois é impossível relatar uma coisa que é escutada, sem acrescentar algo da sua experiência, e do seu modo de dizer, que independe daquele que o disse. Dessa forma, não há o relato imparcial, porque já existe uma interpretação, e mesmo que essa interpretação esteja em convergência, são diferentes maneiras de dizer, é algo novo que se constrói, como afirma Robert Darnton (1990):

> Evidentemente, seria absurdo sugerir que as fantasias dos jornalistas são assombradas por mitos primitivos como os imaginados por Jung e Lévi-Strauss, mas a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser a matéria. Sem categorias preestabelecidas do que constitui a notícia, é impossível classificar a experiência. Há uma epistemologia do fait divers. [...] O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias. Esses dois elementos na redação da notícia podem parecer contraditórios, mas estão juntos no treinamento de um repórter, quando ele é mais vulnerável e maleável. À medida que passa por essa fase de

> formação, ele se familiariza com a notícia, tanto como uma mercadoria que é produzida na sala de redação quanto como uma maneira de ver o mundo. (DARNTON, 1990, p. 92-97).

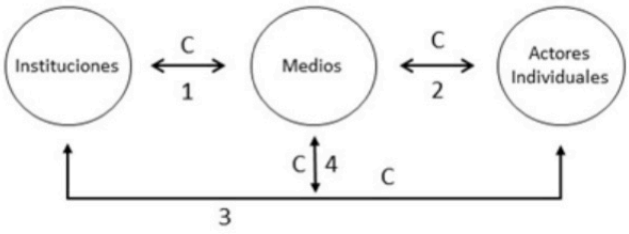
Sendo assim, no meio do caminho entre o que é dito e o que é interpretado, existe um lugar de articulação e negociação, que expressam fundamentos desses lugares de onde eles falam. Essa comunicação ocorre segundo um filtro de interpretação que é intrínseco aos valores, lógicas, culturas e mecanismos interpretativos de quem recebe a mensagem. Essa profusão de sentidos circulantes que se disputam e se pretendem negociar se dão através da circulação. A partir deste entendimento, sugerimos que a circulação não é uma articulação simétrica ou isomórfica, pois não há um domínio equilibrado do que é dito pelas duas partes, porque a comunicação sempre busca um esforço de entendimento mútuo, justamente porque não há a garantia dessa compreensão completa. Em uma conversa, a pessoa que está escutando se apropria do que está sendo dito, manejando um outro conjunto de operações, diferentes das operações de quem proferiu a mensagem. A circulação é o resultado da diferença da relação.

Com base nisso, podemos afirmar que a sociedade em midiatização interage contigo mesma, por meio dos dispositivos interacionais midiatizados, se tornando referência sobre si mesma. Essa situação foi se modificando ainda mais, à medida que os processos comunicacionais foram se complexificando, com o uso da internet. De acordo com Fausto Neto, pode-se perceber uma transformação nesse sentido, quando ocorre "um delineamento de um outro período caracterizado pela intensificação de tecnologias transformadas em meios [...] afetando todas as práticas sociais". (FAUSTO NETO, 2018, p.11). Ao tentar compreender essa nova fase do processo comunicacional, em que há um atravessamento dos campos sociais gerando situações indeterminadas, é que chegamos à ambiência da midiatização, que ultrapassa a noção de ser apenas um conceito em comunicação, para se tornar um "processo interacional de referência", como afirma Braga (2007).

Essa processualidade foi apresentada por Eliseo Verón em um diagrama (Figura 1) em que ele exemplifica como uma das características da midiatização "o fato de sua dinâmica não contemplar relações de causa e efeito, nas relações de seus componentes", destacando-se, no lugar destes, "circuitos de *feedbacks* não-lineares". (VERÓN apud FAUSTO NETO, 2018, p.12). O diagrama demonstrado a seguir ilustra uma dinâmica interacional própria da midiatização, que tem como característica central a não-linearidade de causa e efeito em seus processos, destacando-se circuitos de feedbacks

não-lineares, representados pelas fechas duplas, que exemplificam a complexidade dos fluxos não-lineares, que se contatam através da circulação.

Figura 1: Complexidade da midiatização (modelo gráfico de Verón)



Fonte: FAUSTO NETO, 2018

De acordo com Eliseo Verón (2004), não há produção de sentidos sem a enunciação, que em seu entendimento, são os modos de dizer. Então, para o autor, há dois elementos que constituem os diversos discursos, que é o enunciado e a enunciação. Assim, como a frase é a unidade linguística, o enunciado é a unidade do discurso. É um acontecimento singular, da ordem do conteúdo, daquilo que é dito e realizado por um enunciador (VERÓN, 1984, p.216). Já a enunciação significa a forma desse conteúdo, que são os modos de dizer. Portanto, o dispositivo de enunciação consta de um enunciador, um destinatário e das relações entre eles. Nesta dinâmica, o enunciador traz marcas da "relação daquele que fala ao que ele diz", o destinatário traz uma imagem daquele a quem o discurso é endereçado e a relação entre eles é proposta no discurso e pelo discurso. Dessa forma, Verón afirma que todo o suporte midiático possui o seu dispositivo de enunciação, e os contratos de leitura, visando vínculos entre eles, que se constroem através dessas operações discursivas, fazendo com que a mídia contate seus receptores.

> Verón conclui, assim, que a diferença entre as duas frases estaria na relação do autor com aquilo que foi dito, no âmbito da enunciação, ou nas modalidades do dizer. Essa enunciação se dá a partir de um dispositivo que chamou de contrato, constituído por: (1) a imagem do enunciador, ou o lugar que ele atribui a si mesmo; (2) a imagem do destinatário, do ponto de vista do enunciador; (3) a relação proposta para eles. O contrato é uma situação de troca, permeada por regras, permissões e restrições que devem ser reconhecidas pelos envolvidos na comunicação (CAVENAGHI et. al, 2016, p.369).

Sendo assim, Verón considera "o processo que vai da produção de sentido até a 'consumação' de sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que sustenta a

circulação social das significações" (VERÓN, 1984, p.216). Porém, Fausto Neto (2007) argumenta que os contratos de leitura são elaborados como estratégias de produções de sentidos, que regulam as relações entre a oferta e recepção dos discursos midiáticos. O autor afirma que "os processos de midiatização vem desencadeando várias mutações em práticas sociais, afetando suas identidades e seus funcionamentos", incidindo sobre as regras e estratégias através das quais as instituições midiáticas organizam e desenvolvem suas 'políticas de sentidos', o que propicia uma relação entre os produtores da notícia, os receptores, as instituições e a sociedade como um todo:

> Esta comunicação procura fazer uma reflexão mais focada em torno de alguns elementos que, resultando do próprio ambiente da midiatização, repercutem em operações que constituem o trabalho de produção de sentido do jornalismo. De um modo específico, são destacadas estas questões relevantes para a organização dos contratos de leitura, enquanto 'prática enunciativa', através da qual o jornal, enquanto sujeito, põe-se em contato com o leitorado. Evidentemente, que esta problemática transcende ao universo do jornal, tensionando a 'arquitetura' das mídias, diferentes modalidades de discursos, suportes, práticas de produção de sentidos, especialmente aquelas relacionadas com o trabalho de produção da atualidade. Diz respeito às discussões que envolvem macro-políticas editoriais, se considerarmos que fenômenos de sentido afetam e são afetados por dinâmicas e relações que se engendram nestes lugares (FAUSTO NETO, 2007, p. 1).

Sendo assim, no processo evolutivo de midiatização, as mídias deslocam as lógicas destes contratos de leitura "de uma construção de realidade, para a realidade de construção" (FAUSTO NETO, 2006), passando a chamar a atenção para si e para suas ações, assim como os dispositivos técnico-simbólicos acabam apreendendo algumas singularidades de outros sistemas, mas mantendo a essência de seu próprio sistema, gerando assim um complexo processo de produção de sentidos que cria uma própria realidade:

> Um novo dispositivo que opera segundo um tipo de ação baseado em operações, funda a própria realidade midiática, que se reporta às realidades de outros sistemas, mas valendo-se, sempre de uma autonomia de suas 'regras de produção' para produzir o seu dizer. Tal mecanismo chama-se a capacidade auto- referencial que tem a mídia jornalística em dispor dos meios para construir a inteligibilidade sobre o mundo, ou seja, 'construir a realidade'. Porém, este é um lado deste trabalho da auto-referencialidade da produção de sentido midiática jornalística. Há, um outro, e que vai se cristalizando no âmago dos próprios 'contratos de leitura'. É da 'realidade da construção', assim lembrado por Luhmann: "o sistema sempre fará referência a um estágio próprio de informação, ao que ele considera novidade e surpresa, para conferir-lhes um valor de informação" (Luhmann, 2000:20). Este mundo próprio midiático jornalístico se faz forma, dando, por força do manejo que tem sobre suas próprias operações e regras, modos de

> existência aos conceitos abstratos, como os de ‘rotina produtiva’ e de ‘contrato’. Transforma a linguagem jornalística em experiência, gerando-se assim em uma realidade própria. (FAUSTO NETO, 2006, p. 3)

Dessa maneira, a partir de uma grande transformação na ambiência comunicacional e social, proposta pelo fenômeno da midiatização, as processualidades jornalísticas passaram a operar sob outras lógicas. Elas afetam e são afetadas por interpenetrações de outros sistemas, cujo resultado são uma perturbação na ambiência que gera disputas e conflitos imprevisíveis de serem antecipados, o que se convenciona por feedbacks complexos.

Dentro desse contexto, o jornalismo é uma prática que vai se midiatizando, e os processos que vão se desenvolvendo no âmbito policial, judiciário e na esfera do campo político ganham corpo na esfera da sociedade através da intervenção do discurso jornalístico. Essa dinâmica se percebe a partir de uma ocorrência que se produz em outros sistemas, com implicações dos sistemas político-judiciário, mas que só se midiatiza e ganha contornos de inteligibilidade na medida em que se destaca a intervenção do jornalismo. Observamos, deste modo, uma primeira transformação dessa complexidade da investigação, que é a transformação engendrada pelo discurso jornalístico. Destaca-se então um outro dispositivo de leitura que produz outras chaves interpretativas sobre as duas outras operações que não mais se restringem ao ambiente jurídico, mas se interpenetram, segundo complexas construções midiáticas, cuja ênfase, de alguma forma, é chamar a atenção para o papel do jornalismo como operador de sentidos.

Portanto, nosso objeto está envolvido em uma intensa complexidade que se desenrola no Brasil atual, consistindo em um acontecimento envolvido por intervenções de vários sistemas, mas cujo olhar está voltado para uma construção que coloca o acontecimento na esfera pública, o que ocorre a partir do discurso jornalístico. Nesse sentido, as próprias denominações “Lava Jato” e “Vaza Jato”, são designações jornalísticas, os nomes simbólicos de duas operações que se realizam no âmbito das interpenetrações dos sistemas judiciário e político, com esses discursos traduzidos para a esfera pública segundo a intervenção jornalística que se realiza através do acontecimento, como será demonstrado posteriormente neste trabalho.

Concordamos que o acontecimento é uma categoria central da razão de ser do jornalismo, no sentido em que ele obtém uma singularidade quando o registro se torna algo a merecer o relato jornalístico. Poderíamos definir aqui o acontecimento jornalístico

como notícia, mas ele é problematizado neste trabalho como uma construção, pois, quando esse acontecimento representa uma complexidade da sociedade, ele traz um grau de singularidade, tem uma raridade, ou seja, algo que o diferencia de uma ocorrência normal. Segundo o historiador Pierre Nora (1988), o acontecimento é aquilo que se constitui em torno de meios ou de tecnologias de meios, pois ele percebeu a importância dos meios como um referencial para entender os processos históricos. Segundo o autor, o acontecimento é projetado pelos meios massivos na vida privada ao ser oferecido sob forma de um espetáculo, fator que marca a sua presença. Niklas Luhmann (2005) também corrobora o argumento de Nora, afirmando que "aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, os sabemos pelos meios de comunicação". Porém, essa perspectiva contempla processos típicos da sociedade dos meios, mas não é suficiente na análise dos processos comunicacionais complexificados em uma ambiência midiatizada, ao contrário de antes, quando era como se a ambiência fosse constituída somente pelos meios massivos e os acontecimentos passassem exclusivamente pelos seus fluxos.

Para exemplificar a diferença entre as temporalidades dos processos da era dos meios em contraponto à ambiência midiatizada, concebemos a perspectiva do estudo de Eliseo Verón (1981) – sobre a construção do acontecimento jornalístico na cobertura da explosão da usina nuclear Three Mile Island, ocorrida na Rússia, em 1979 – a partir da qual verificou que, na era dos meios, havia uma temporalidade própria dos relatos obtidos, que ocorriam de uma maneira lenta e desconectada com o momento em que havia ocorrido o acidente, além dos desdobramentos decorrentes dos relatos jornalísticos, publicados pelos jornalistas russos. Esses fatores então acabavam por fragmentar o acontecimento através da imprensa.

Assim, evoluímos da proposição de Nora, que considera o acontecimento como algo que se constitui em torno dos meios massivos, para um estágio de um fenômeno que se tornou mais complexo, que é o acontecimento a caminho da midiatização**.** Em uma sociedade midiatizada, a temporalidade do acontecimento ocorre de forma concomitante com sua ocorrência, justamente por não depender mais da mediação dos meios. A partir da ambiência midiatizada, qualquer pessoa pode divulgar qualquer fato, porque todos estão nas redes sociais, por conta da revolução do acesso. Dessa maneira, o acontecimento é esgaçado pela midiatização. Neste contexto, não se espera mais pelo dia seguinte para divulgar os acontecimentos e nem esperamos mais pelo mediador (jornalista) para relatar esses fatos. E esse processo é exatamente o que entendemos por uma construção

jornalística que transforma o acontecimento em uma construção de relações de interpenetrações entre sistemas em um ambiente midiatizado, pois essa interação não se sobrepõe à sociedade e nem ao tecido social, mas se comporta como uma ambiência de fluxos e intensos investimentos técnicos discursivos gerando fatos através de lógicas e matrizes técnico discursivas.

Oferecemos, dessa maneira, alguns aspectos que afetam e complexificam a própria noção de acontecimento na midiatização em processo, o tornando um caso midiatizado. Segundo Fausto Neto (2012), os "acontecimentos são tecidos hoje no contexto da midiatização no qual as mediações, enquanto práticas sociais, são afetadas por uma nova arquitetura comunicacional." Ou seja: dessa maneira compreendemos que o acontecimento sempre foi a matéria prima do jornalismo como sistema. Podemos estabelecer uma diferenciação de como o acontecimento se desenrolava diferente na sociedade dos meios, a partir do estudo[14] de Fausto Neto sobre a cobertura e publicização da doença e morte do ex-presidente Tancredo Neves, nos anos 80, que conforme aponta o autor, ocorre na sociedade dos meios. E embora, neste acontecimento, a atividade discursiva tenha desempenhado um grande papel, pois surgiram vários discursos de vários campos sociais sobre o ocorrido, todos esses discursos se afunilaram na mediação do porta-voz, que edificou seu discurso em heranças jornalísticas para representar discursivamente o campo médico. Segundo observa o autor:

> O caso acima descrito é uma atividade de mediação típica da "sociedade dos meios" na qual os mídias, suas operações e seus *experts,* aparecem como instância INTERMEDIÁRIA entre as diferentes práticas dos outros campos sociais. Nela, os meios "constituem numa espécie de espelho donde a sociedade industrial se reflete e pela qual se comunica. O essencial deste imaginário é que marca uma fronteira entre uma ordem que é do "real" da sociedade (sua ordem que é da representação, da reprodução e que progressivamente se ocupou dos meios". (VERÓN, 2004, p. 14) O acontecimento assim funciona sobre lógica que repousa nas "mediações dos meios". (MARTIN-BARBERO 2009a. p. 153).

Fausto Neto (2012) observa que, neste acontecimento, "couberam às práticas e peritos midiáticos, especialmente as jornalísticas, desenvolver a tarefa explicativa de fazer o caso chegar à sociedade", enfatizando a mediação jornalística, através de relatos destinados para as mídias sobre o estado de saúde do político, o que evidencia a realização de uma "ponte" entre o mundo médico e a sociedade.

[14] Disponível em: < https://static.scielo.org/scielobooks/k64dr/pdf/mattos-9788523212056.pdf>. Acesso em 11 nov 2020.

Para estabelecer uma comparação que diferencie de que forma o acontecimento se transforma em uma sociedade em midiatização, o autor compara, no mesmo artigo, a maneira do desenrolar do acontecimento sobre a cobertura midiatizada da doença do ex-presidente Lula. Segundo Fausto Neto (2012), a publicização da enfermidade de Lula se desenrola em "uma outra ambiência comunicacional, na qual tecnologias se convertem em meios, afetando não só a organização social, mas as práticas de diferentes campos". Pode-se identificar uma mudança no "entorno comunicativo", que leva em conta a disseminação de modos específicos de operações de mídia, diferentes lógicas e culturas, por todas as práticas sociais. Sendo assim, essa nova ambiência considera que o funcionamento das instituições e suas práticas são diretamente afetadas pela presença dos meios e de suas lógicas e operações. E essa presença se evidencia através de processos de afetações diversas (técnicas, sociais, discursivas), que se impõem a todos os campos sociais, gerando vários efeitos, inclusive em estruturas e práticas de mediação, produzindo transformações que misturam diferentes práticas sociais. Como todas as práticas (interacionais e institucionais) estão atravessadas pelos efeitos das configurações desta nova ambiência, conseguimos perceber que a midiatização produz um enfraquecimento de algumas estruturas de mediação, fazendo com que o acontecimento resulte menos de uma decisão soberana do ambiente jornalístico, porque é permeado por transações que envolvem o deslocamento das instituições e dos atores sociais, na medida em que eles próprios passam a ser gestores e produtores de sentidos.

No caso da Operação Lava Jato, a noção da criação de um acontecimento jornalístico ultrapassa a mediação jornalística, sendo que os próprios atores jurídicos criam a possibilidade de gerir a construção jornalística, através do domínio de lógicas midiáticas em estratégias de ações comunicacionais, como as que se pode perceber no depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro e no vazamento da ligação de Dilma e Lula. Porém, também a Vaza Jato subverteu esse processo, ao utilizar uma estratégia argumentativa antagônica a da Lava Jato, subvertendo, através do discurso, a dinâmica da circulação nas redes sociais para ampliar a repercussão sobre as denúncias, que se tornaram mais fortes a partir das discussões estabelecidas nos campos jurídico e midiático. Nesses dois acontecimentos, a mediação ainda permanece, porém, seu poder de decisão e noticiabilidade desloca-se, por exemplo, para as estratégias do campo jurídico, e na habilidade jornalística dos dispositivos que contemplam seus contratos de leitura. Segundo Fausto Neto (2012), "a mediação tem sua importância deslocada do âmbito de transmissão propriamente dita, para o da organização da estratégia e do seu

discurso. É nele que as práticas – política e comunicacional – se contatam e se contaminam". Segundo o autor:

> As afetações dos processos de midiatização fazem com que produtores e receptores de discursos se desloquem para novos contextos difusamente definidos como de mediações. estes podem ser definidos como "zonas de interpenetração" (VERON, 2009), OU POR "processos interacionais de referência" (BRAGA, 2006), ou ainda de uma de intermedialidade; (MARTÍN-BARBERO, 2009a), cujas dinâmicas se impõem à gestação do acontecimento. (FAUSTO NETO, 2012, p. 301).

A partir dessa reflexão, observamos como os desdobramentos que se desencadearam a partir da cobertura jornalística da Operação Lava Jato possibilitaram uma série de mudanças de paradigma em campos diversos, inclusive dentro do campo jornalístico, mas também dentro do campo jurídico e político. Retomamos aqui a discussão que se iniciou anteriormente, sobre a dupla vida do acontecimento, questão trazida por Louis Quéré (2012). O autor problematiza uma definição do historiador Pierre Nora, que afirma que "o acontecimento midiatizado deixou de ser uma garantia de real, uma vez que é a midiatização que o constitui". (NORA, 2006 apud QUÉRÉ, 2012, s.p.). Sendo assim, a partir da comunicação, o acontecimento se torna um objeto passível de significado, pois "a comunicação atenua, assim, o impacto dos acontecimentos e transforma suas qualidades imediatas, fazendo com que se tornem objetos de julgamento" (QUÉRÉ, 2012, s.p.). Porém, em um momento adiante, imerso em uma ambiência midiatizada, o acontecimento toma uma outra forma, tornando-se uma construção, mediante uma situação de tensões entre sistemas, que ocasiona um cruzamento de construções jornalísticas, no caso de nossa pesquisa, das construções jornalísticas provenientes das disputas argumentativas das coberturas jornalísticas da Operação Lava Jato e da Vaza Jato. E é esse diálogo entre sistemas, promovido por esse cruzamento entre as diferentes construções jornalísticas que geram as interpenetrações.

No caso da Vaza Jato, é exatamente essa processualidade investigativa que revela novas construções, a partir da desconstrução dos acontecimentos da Operação Lava Jato. Esse acontecimento inicial disparou uma série de novos processos, gerando novos acontecimentos e meta-acontecimentos, revelando o surgimento de novos atores jornalísticos nesse cenário, que atendem a novas lógicas midiatizadas. A partir do ingresso da Vaza Jato, interferindo em um acontecimento maior, que é a Operação Lava Jato, a narrativa anterior foi rompida por outro acontecimento jornalístico, apresentando um antagonismo inesperado, de duas visões comunicacionais diferentes. Destacamos

ainda que a série de reportagens do The Intercept Brasil também provocou um meta-acontecimento ao fazer surgir uma intensa discussão sobre jornalismo, algo que, de alguma forma, já foi lembrado por Rodrigues:

> [...] é o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. Uma segunda categoria de acontecimentos veio, por isso, alastrar no mundo atual, uma espécie de acontecimentos segundos ou de meta-acontecimentos provocados pela própria existência do discurso jornalístico. (RODRIGUES, 1993, p.29).

Porém, dois exemplos bastante claros sobre o processo de meta-acontecimento neste caso, dizem respeito à repercussão sobre a Vaza Jato, fazendo com que seus agentes jornalísticos se tornassem atores midiatizados do processo. Um desses exemplos se materializou através da atuação do jornalista Glenn Greenwald, um dos protagonistas da Vaza Jato, ao ser entrevistado por vários programas jornalísticos, como o programa Roda Viva e o Pânico, da Jovem Pan. Nesse sentido, a Vaza Jato gerou uma nova noção de construção jornalística dentro de seu próprio campo, também gerando novas interpenetrações em outros sistemas. Dessa maneira, é necessário discernir que a minha intenção de estudar o objeto através da análise das estratégias jornalísticas se dá porque as coberturas da Lava Jato e da Vaza Jato são dois registros impregnados de operações diversas, como notícias, coberturas, relatos, entrevistas e releases, que ganham a sociedade tentando afirmar os pontos de vistas diferentes acerca dessas operações segundo as próprias operações. Na sociedade em vias de midiatização tudo está impregnado por fluxos e circuitos e atravessado por lógicas interpretativas de meios em dinâmicas de circulação derivam em interpenetrações sistêmicas, como veremos no próximo item.

3.3 CIRCULAÇÃO DO ACONTECIMENTO: PROCESSUALIDADES DE INTERPENETRAÇÕES SISTÊMICAS

Considerando a era dos meios como uma zona de passagem de discursos entre emissor e receptor, no qual se verificava apenas o ponto de partida e o ponto de chegada das mensagens, a circulação passou a ser vista de uma outra forma quando as relações entre emissão e recepção passam a se realizar em torno de novas dinâmicas. Então, nesse outro momento, a circulação passou a ser convencionada como "como resultado da diferença entre lógicas de processos de produção e de recepção de mensagens" em um

espaço de oferta/apropriação. (FAUSTO NETO, 2010, p.10). Porém, em um momento seguinte da circulação ele se transiciona em um "lugar no qual produtores e receptores se encontram em jogos complexos de oferta e reconhecimento" (FAUSTO NETO, 2010, p. 11), considerando, através das lógicas de contratos, as desarticulações entre produção e recepção. Por força da ambiência da midiatização, as novas condições de circulação acabaram afetando as lógicas de "instituições produtoras e sujeitos-receptores", fazendo com que as lógicas de contratos fossem substituídas por lógicas de interfaces em disputas de sentidos.

Então, essa zona de contato é inevitável, porque não há uma certeza de que a comunicação irá atingir a significação exata da mensagem que foi proferida, porque ainda há outros aspectos que podem interferir na decodificação da mensagem, como os dispositivos tecnológicos e as interações sociais. Dessa maneira, afirmamos que na comunicação há um processo tentativo no qual os comunicadores intuem, através de alguns indícios, que estão sendo compreendidos, inferindo sobre uma possibilidade de comunicação, porém não havendo um controle de um direcionamento para onde o interpretante está conduzindo a significação que este está fazendo desta comunicação. Isso ocorre porque não há uma simetria entre o que é dito e o que é ouvido/lido. O que ocorre é uma dissimetria. Dessa forma, afirmamos que a circulação é uma zona de dissimetrias, pois é um processo tentativo. É exatamente por conta dessa processualidade, que afirmamos que o processo de circulação não é meramente mecânico, mas um processo que se resulta da diferença da relação. A partir desse processo de busca de significação e interpretação, vão se criando zonas de leitura e contato entre sistemas e campos. Isso é exatamente o que torna a circulação uma zona de contato assimétrico, com uma intercambialidade assimétrica, fundada em articulações de diferenças de lógicas, de produtores e receptores.

Então, existe uma articulação entre Lava Jato e Vaza Jato, porém, ela é fundada em dissimetrias que envolvem vários aspectos que merecem ser pontuados adiante. Porém, gostaríamos de pontuar que o que se desenvolve entre esses dois acontecimentos é uma relação assimétrica, que compreende dois lugares, de duas entidades que estão fabricando discursos. Sendo assim, a Lava Jato e a Vaza Jato realizam processos tentativos. De um lado, dos operadores da Lava Jato, no sentido de monitorarem a imprensa o tempo todo, para verificarem se o sentido comunicacional que pretendiam empregar estava sendo contemplado, ou com o sugestionamento da mensagem através dos releases e das divulgações das iniciativas da operação. E do outro, a Vaza Jato

realizando, através da forma de explicar ao público as suas processualidades, uma forma de diminuir a simetria entre o processo jornalístico e a relevância dessa prática perante a opinião pública e os desdobramentos de suas ações na sociedade. Então concluímos que a circulação é sim um processo de articulação, mas por haver um mundo no meio deles, não se pode afirmar que exista um compartilhamento de compreensão de sentidos partilhados.

Logo, a circulação é "transformada em lugar no qual produtores e receptores se encontram em jogos complexos de oferta e reconhecimento" e no qual "as lógicas dos contratos são subsumidas por várias mídias, migrando em seus contatos com os mesmos e quebrando zonas clássicas de fidelização" (FAUSTO NETO apud BRAGA, 2012, p.39). Mas há um outro aspecto a ser considerado na circulação, que vai além da relação direta entre produção e recepção: trata-se da noção do "fluxo adiante" (BRAGA, 2012), que nada mais é do que a retroalimentação dos produtos circulantes da "mídia de massa" em outros ambientes, ultrapassando a situação de recepção, fazendo com que a origem da fonte se perca nesse processo. Essa dinâmica do fluxo adiante ocorre de diversas formas dentro do ambiente midiatizado, podendo ser elaborações de comentários, estimulação de debates, compartilhamentos, análises, polêmicas e estudos sobre a questão exposta, além de várias outras possibilidades, que incluem a circulação que ocorre nas redes sociais. Então, o processo de circulação se reconfigura como um contrafluxo, que oferece novos sentidos a partir das respostas que produzimos, a partir dessas produções de sentido iniciais. Dessa forma, é percebido que nos macroambientes de interação social o esforço interacional se desloca do modelo conversacional para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante. É exatamente essa característica de fluxo contínuo, marcada pela retroação da escuta prevista a característica destacada por Braga como um dos aspectos mais pregnantes da midiatização. Assim, o espaço entre a produção e reconhecimento, que era antes definido como intervalo, agora "torna-se a instância operadora da comunicação, uma vez que a produção de sentido é ali efetivada". (ROSA, 2017, p.12).

Segundo Fausto Neto (2015), o tempo de produção de uma obra e o da circulação são distintos e geram inevitáveis efeitos "[...] como "mutações complexas que ocorrem na 'arquitetura comunicacional', segundo o 'esforço interacional que se desloca do modelo conversacional (comunicação, de ida e volta) para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante". (BRAGA apud FAUSTO NETO, 2015). Esse fluxo contínuo se manifesta concretamente na sociedade, na forma de "circuitos, que são culturalmente praticados, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados pelos

pesquisadores". (BRAGA, 2012, p.41). Porém, esses circuitos geram articulações entre os campos diversos da sociedade, porque "todos os setores da sociedade são instados, pela dinâmica da midiatização como 'processo interacional de referência' (BRAGA, 2007) [a se articularem] através de circuitos pouco habituais". (BRAGA, 2012, p.43). Dessa maneira, na prática social encontramos circuitos, que fazem com que os campos sociais, que antes interagiam com outros campos em processos marcados por suas distintas lógicas, com negociações de fronteiras, sejam agora atravessados por outros múltiplos circuitos diversos, "como consequência de uma série de processos, de expectativas, de interesses e de ações que resultam em sua composição como 'um objeto para circular' - e que, por sua vez, realimenta o fluxo da circulação". (BRAGA, 2012, p.41), pois segundo Fausto Neto (2018, p.11), "o cenário da midiatização tem relação direta com as transformações de circulações de sentidos".

Há também um aspecto da circulação, proposto pela pesquisadora Ana Paula Rosa, que trabalha especificamente com a representação dos sentidos através das imagens. Segundo a autora, a circulação implica em circularidade e essencialmente em uma relação de atribuição de valor em que tanto instituições jornalísticas quanto atores sociais reelaboram os sentidos, mas também preservam a força das imagens anteriores. (ROSA, 2017). Compreendemos que, dessa forma, a circulação não é abstrata, ela tem manifestações. Dessa forma, é no funcionamento da circulação no ambiente jornalístico que aparecem os sentidos que emergem das disputas entre as reportagens da Vaza Jato e a cobertura jornalística da Lava Jato, gerando um caso que emerge de uma dinâmica de dois acontecimentos que se relacionam por conta de sua complexidade.

Indo adiante sobre a noção de interpenetração, consideramos a proposição de Luhmann (2016), na Teoria dos Sistemas Autorreferenciais, como um tipo de relação que ocorre quando um sistema coloca à disposição a sua própria complexidade para construir um outro sistema, o que pressupõe uma correlação de forças evidentes na relação entre seres humanos e sistemas sociais. Dessa forma, a interpenetração é o conceito para a análise dessa relação, proposta como uma dinâmica que realiza interações entre dois sistemas, sem que estes se modifiquem em suas essências. O que ocorre é uma nova dinâmica, em que outros sentidos são produzidos, por conta da comunicação estabelecida, e essa interação colabora com a criação de novos sistemas, dinâmica explicada através da noção de autopoiese, conceito que define a autoreprodução de uma espécie, e que foi deslocado da biologia para as ciências sociais pelo autor, ao considerar a observação do objeto através da interação entre seus elementos. No caso dessa conceituação,

compreendemos a Vaza Jato e a Lava Jato como operações de sistemas distintos que se interpenetram envolvendo fundamentos dos campos jurídico, jornalístico, midiático e político, gerando, através das interações entre eles, produções de sentidos diversas, que geram outros sistemas.

É através da perspectiva que enxerga a circulação como diferença da interpenetração entre diferentes sistemas é que nos detemos em observar a Lava Jato e a Vaza Jato como acontecimento jornalístico, pois uma ocorrência deriva da outra, o que gera uma nova dinâmica interacional entre elas. A partir do surgimento da Operação Lava Jato, a Vaza Jato emerge como uma ruptura de sua narrativa, cuja complexidade desencadeia uma série de relações entre circuitos diversos, gerando feedbacks complexos, permeada pelo fenômeno da circulação. Segundo Fausto Neto (2012, p.298), os "acontecimentos são tecidos hoje no contexto da midiatização no qual as mediações, enquanto práticas sociais, são afetadas por uma nova arquitetura e dinâmica do processo comunicacional." É na circulação de sentidos que o acontecimento é percebido na ambiência jornalística por seus atores individuais, se transformando em intrigas e posto em circulação, por meio das interpenetrações, ocorrendo tensões entre sistemas e produzindo novas percepções a cada contato. Nessas tensões, as alterações não se dão apenas em termos de fluxo de informações, mas interferem na estrutura dos sistemas que se interpenetram, alterando processos e instaurando novas lógicas de funcionamento.

A ambiência da midiatização, que é viabilizada através da internet e das redes, permite, por meio das suas conexões, que o processo de correferencialidade se amplie a todos os dispositivos do sistema, fazendo com que novos acontecimentos sejam provocados através de disputas e/ou negociações, vindas de interpenetrações de sistemas. O acontecimento, dessa forma, retorna midiatizado para a sociedade, porém autorreferenciado. Suas manifestações não são mais centradas nas mídias, mas sofrem a afetação dos processos tentativos dos diferentes sistemas, através de dispositivos como redes sociais, sites, blogs e as próprias mídias. Ou seja, quando o acontecimento começa a circular pelo aparato midiático, modificando e sendo modificado por ele, ele afeta de forma mais perceptível os campos sociais. Então os acontecimentos agem transformando sentidos, porque a notícia que dispara o processo gera uma série de significações novas. O acontecimento em uma sociedade permeada pelo resultado da diferença entre sistemas, pode vir a ser processos fugazes de significação, que se retroalimenta pela autorreferencialidade, e que se reforça a partir das autopoieses, ou seja, só são

reproduzidos se os elementos que o compõem forem providos de capacidade de conexão, permitindo o surgimento de novos sentidos e acontecimentos que derivam dele mesmo.

4 REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE CASO MIDIATIZADO

Abordamos neste capítulo algumas reflexões sobre o caso midiatizado, iniciando com uma contextualização sobre as noções de estudo de caso clássico e a de caso midiático, diferenciando as características entre eles e justificando a escolha do caso midiatizado como percurso metodológico. Porém antes discutimos, a partir da noção de acontecimento sobre sua complexificação quando submetido às dinâmicas de processos de midiatização, assim como sua transição para construção jornalística nas estratégias de midiatização da Lava Jato e da Vaza Jato.

4.1 DO ACONTECIMENTO AO CASO MIDIATIZADO

Segundo afirmação de Pierre Nora (1988), devemos aos meios de massa o reaparecimento do monopólio da história. Essa perspectiva é trabalhada por Eliseo Verón, quando o cenário de estudo era o da sociedade dos meios, quando se convencionava que os acontecimentos se materializavam através dos relatos destes:

> Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos medios com maior ou menor fidelidade. Só existem na medida em que esses medios o elaboram. [...] Os medios informativos são o lugar aonde as sociedades industriais produzem nossa realidade (VERÓN, 2002, p.2).

Embora o trecho acima seja datado de uma obra do início dos anos 2000, o autor constata um aspecto definidor da interação jornalística que existia na era dos meios, quando havia uma temporalidade sobre o acontecimento que o fragmentava, através dos relatos dos diferentes meios estudados, que eram relatos televisivos, a partir de fragmentos de telex que eram fornecidos para as empresas jornalísticas sobre o ocorrido, tornando-a lenta, devido à dinâmica temporal, como a diferença de fuso horário. Na era dos meios, a temporalidade se diferenciava com relação à distância, pois, neste caso, os veículos somente informavam o fato mediante as condições de sua veiculação, chegada de um dispositivo tecnológico, chamado telex, que era emitido de tarde, relatando um acontecimento que havia ocorrido na noite anterior ou na manhã daquele dia. Naquele caso, portanto, o acontecimento foi um resultado dos investimentos sócio-técnicos existentes na sociedade (telex), com os meios considerados vetores intermediários da

informação. Sendo assim, havia uma demora específica de reconstrução e transmissão do relato e uma demora também sobre as repercussões do fato, assim como das diferentes interpretações ofertadas pelos veículos de mídia, que traziam processos mais artesanais de apuração e relato, na medida em que o alerta sobre o acontecimento não acontecia em tempo real, conforme algo que se passava hoje na sociedade em midiatização. Por isso que a construção do acontecimento na era dos meios passava pela mediação destes meios, enquanto meios institucionalizados, com características típicas da sociedade dos meios.

Ao estabelecermos uma relação com casos ocorridos em uma sociedade midiatizada, constatamos que o fenômeno se tornou muito mais complexificado, por diversos fatores. Um deles é que os processos sócio-técnicos estão dinamizados em temporalidade distinta que permeia hoje todos os sistemas sociais. É uma processualidade direta, sem mediações e nem intermediários. Um exemplo concreto é a divulgação do vídeo e da transcrição do depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz Sergio Moro, pois assim que o juiz liberou à escrivã a divulgação destes materiais, eles foram disponibilizados para a mídia, resultando em um tempo quase que zero de transmissão do acontecimento, que se desdobrou quase que em tempo real. O processo de produção do acontecimento passou por outras condições de produção, onde o jornalismo não possui uma centralidade, mas é submetido a uma dinâmica de midiatização, cuja distância de sua circulação é controlada em um primeiro nível, pelo sistema que o produz, no caso, a esfera judiciária. Sendo assim, o material chega na redação e os jornalistas o reproduzem no mesmo momento, inerente a alguns elementos do processo produtivo da redação, para logo em seguida os atores sociais compartilharem nas redes sociais e as mídias jornalísticas tratarem de editá-los, por exemplo, através de materiais editorais, reportagens e análises sobre o assunto, introduzindo inevitavelmente elementos de suas lógicas e gramáticas.

O que se desenvolve nesse processo é uma outra dinâmica, com processos e tempos diferentes inerentes a outras instâncias de outros sistemas de produção, como os jornalísticos. Esse é um aspecto cuja dinâmica incide sobre nossa análise, pois tipifica um complexo caso midiático no qual os fluxos de sua produção passam por articulações e acoplamentos de diferentes sistemas. Esta análise mostra também que atores avulsos e anônimos interferem nos relatos, assim como outros meios interferem na circulação de notícias sobre o acontecimento, construindo novas narrativas que vão além daquilo que está sendo ofertado pelo processo jurídico-policial-midiático, como uma verdade. Foi exatamente o que resultou da intervenção do The Intercept Brasil no fluxo deste relato,

ao instituir uma outra instância de narratividade no processo da noticiabilidade, através da Vaza Jato. São essas dinâmicas que caracterizam o caso, que se passa na esfera dos processos em midiatização, uma vez que são diferentes processos de narração, enunciação e semantização, se compararmos com os acontecimentos que foram tecidos e postos em circulação há cerca de trinta anos.

É com base nessa contextualização que essa pesquisa considera que o acontecimento midiatizado é esgaçado pela midiatização, já que presente nas redes sociais, não obedece ao tempo comum nem a espera do jornalista. Assim, ele existe de várias formas e de forma mais ampla. Porém, meu foco é analisar esse fenômeno através do recorte do caso midiatizado. Entretanto, oferecemos antes uma comparação entre as noções de estudo de caso e de estudo de caso midiático.

4.2 DISTINÇÕES ENTRE "ESTUDO DE CASO" E "CASO MIDIATIZADO"

Para realizar uma opção pelos procedimentos metodológicos mais adequados ao estudo, devemos destacar em primeiro lugar a singularidade do tipo de acontecimento que se constituiu objeto desta pesquisa. Convém lembrar que a relação entre a Lava Jato e a Vaza Jato aponta para um acontecimento complexo, que se engendra nas fronteiras de uma outra tensão, apontando para a existência de múltiplas relações de narrativas e estratégias intersistêmicas, envolvendo campos distintos. A consequência desta dinâmica surge como um "meta-acontecimento", em estratégias argumentativas que disputam pontos de vista disputativos acerca dos procedimentos adotados entre sistemas acoplados, transcendendo fronteiras de campos específicos. Por conta dessa complexidade do fenômeno, aliada à singularidade do caso, me foi sugerida inicialmente a possibilidade de pensar a processualidade metodológica da pesquisa em torno da noção de um estudo de caso, conforme perspectiva formulada por Braga (2014),

> De nossa parte, achamos que os estudos de caso, na sua diversidade, são fundamentais como base experimental para derivação de questões mais abrangentes. Mas certamente não se trata de circunscrever a investigação apenas a tais assuntos. O objetivo é desenvolver um nível *meso* aproximado a esse objeto, das lógicas interacionais em experimentação e desenvolvimento, que se articule adequadamente com o caso a caso, em vez de descartar a estes por explicações abrangentes que desconheçam o não instituído. (BRAGA, 2014, p.11).

Esta noção se destacaria como uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Considerada, conforme Yin (2001),

como uma estratégia de pesquisa que abrange abordagens específicas de coletas e análise de dados, é um método útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser examinado fora do contexto em que ocorre naturalmente. Como observa Howard Becker, o estudo de caso é uma análise detalhada da dinâmica de um caso individual:

> O termo 'estudo de caso' vem de urna tradição de pesquisa médica e psicológica, onde se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada; o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais. (BECKER, 1993, p.117).

Na visão de Yin (2014), o estudo de caso seria o método preferencial em comparação aos outros em situações em que o objeto de estudo é um fenômeno contemporâneo, considerando o fato de que o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre estes eventos comportamentais e as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Contudo, outra caraterística marcante sobre o estudo de caso é sobre a análise documental, quando se há uma ampla variedade de evidências, como documentos, entrevistas, reportagens, vídeos e outros materiais. O estudo de caso é um modo de investigar um dado empírico através de um conjunto de procedimentos pré-especificados, que objetivam como finalidades descrever um acontecimento e o contexto da vida real em que ela ocorreu; ilustrar acontecimentos de modo descritivo, ou mesmo dentro de uma perspectiva jornalística; explicar os vínculos causais sobre acontecimentos cotidianos muito complexos e explorar situações que não apresentam um conjunto simples e claro de resultados. Sendo assim, o estudo de caso não interessa somente em suas características estruturais, fundamentalmente narrativas, mas quando realiza o reingresso ou a substituição da informação e da argumentação na análise dos temas de interesse público. (FORD, 1999, p. 248).

A análise que Braga (2008) faz do uso do estudo de caso aplicado à comunicação conclui que as lógicas do trabalho com situações singulares relacionam-se diretamente com o paradigma indiciário. Significa considerar que, a partir de uma análise do caso, a investigação empírica articula-se com a teoria, buscando indícios e pistas que, através de tentativas, elaboram percepções de realidades mais complexas sobre um fenômeno singular. Porém, o estudo de caso, usado de forma rigorosa, seria demasiado limitado como metodologia nesta pesquisa, porque mesmo que se apresente de forma adequada na análise de uma ocorrência de singularidade complexa, também há a necessidade de

analisar o presente caso na medida em que as diferentes processualidades ainda se mantenham em um movimento contínuo de significações. Portanto, precisamos compreender como o estudo de caso poderia ser adaptado à análise de um fenômeno comunicacional.

Uma abordagem inicial nos remete à variação do estudo de caso no uso aplicado à comunicação que pode ser verificada na análise de casos midiáticos, exemplificado pelo livro de Aníbal Ford, "Marcas de la Bestia". Na obra, o autor examina a cobertura jornalística sobre o assassinato da jovem María Soledad Morales e as transformações que foram observadas em consequência na sociedade argentina, levando em conta aspectos que apontavam a transição de um fenômeno que se construiria nas fronteiras de uma sociedade à outra. O autor relata que, a constatação do envolvimento do crime, de personagens vinculados à diligência política da cidade de Catamarca, local do assassinato, houve um debate público em torno de outros temas, como corrupção, narcotráfico, paternalismo político e abusos de poder, que se alastrou da esfera local para todo o país, revelando uma situação que antes desse acontecimento estava submersa. Ford então constatou que "o caso María Soledad descobriu novas séries ou formações sociais, em um modo de [trazer] novas questões, apresentando tendências e gerando uma discussão pública que esses temas não teriam despertado em uma abordagem estrutural" (FORD, 1999, p. 276, tradução livre da autora). A noção de caso remete à interrupção de uma série, uma ruptura da normalidade, conforme argumenta Ford (1999), uma descontinuidade que não é percebida como um fenômeno isolado. Desta maneira, existem certos casos que provocam uma massa maior de discussão pública ou persistência nos meios, por emergir discussões que são propostas tanto pelos campos institucionais quanto pelos sujeitos da sociedade civil (FORD, 1999). Nesse sentido, o autor do estudo de caso, em um sentido amplo, investiga um conjunto de casos agrupados para investigar algo que ocorre em um nível individual ou microssocial, e que está exposto em uma estrutura discursiva bastante narrativa. Dessa maneira, se dá particular importância ao caso como exemplo do crescimento do narrativo frente ao macro e ao estrutural na cultura contemporânea. De acordo com o autor, os temas de violência, insegurança, e o aumento da criminalidade são alguns dos temas centrais da agenda global, que transbordam das editorias policiais, pois se estendem por todos os meios, se tornando uma mediação com larga trajetória em uma cultura patriarcal. Segundo o autor, é a estrutura social que origina os meios de massa, cujos temas são fundamentais como dispositivos de construção da hegemonia, pois ingressam na opinião pública e no imaginário social através de gêneros

não somente informativos, mas discursivos, afetando de maneira profunda a construção da cidadania. (FORD, 1999). O caso analisado por Ford, embora trouxesse características que o centralizavam no universo midiático, também observava o surgimento de outras lógicas de produção de sentidos e atravessamentos de campos, repercutindo em ações concretas na sociedade, o que já indicam desdobramentos de outras lógicas comunicacionais. Embora suas considerações reflitam sobre desdobramentos sociais decorrentes dos sentidos ofertados através dos atores sociais a partir das coberturas midiáticas, elas ainda se referem à análise de um caso no momento de transição da era da mediação dos meios à problemática da midiatização.

Então reforçamos que a diferença entre caso midiático e caso midiatizado se coloca através do foco de análise a respeito dos processos que constituem suas respectivas especificidades. O caso midiático pode ser entendido como aquele em que os meios possuem um papel de protagonista, são atores centrais, tanto em termos de funcionamento, quanto de produção de sentidos. O caso midiatizado passa por diferentes dinâmicas, pois analisa uma processualidade mais complexa, na qual a sociedade, instituições e mídia participam ativamente, interagindo entre si, seja produzindo conteúdo, seja fazendo esse conteúdo circular, ou retroalimentando os diferentes sentidos produzidos a partir desses conteúdos que se propagam. Por conta de lógicas diversas, que se atravessam em uma dinâmica processual muito mais complexa, que escapa inclusive da centralidade dos meios, constitui-se dessa forma o caso midiatizado.

> Em vista disso, entendemos que para desenvolver um estudo de caso, que esteja inserido nessa nova organização socio-comunicacional, é necessário voltar o olhar para a totalidade do fenômeno, buscando compreendê-lo através de atividades interacionais, além do foco nas plataformas midiáticas, bem como dos meios. Diante disso, se estabelece o "caso midiatizado", o qual engendra uma dinâmica interacional ainda mais complexificada do que aquela do "caso midiático", visto que na conjuntura da midiatização todos os envolvidos são colocados em evidência – meios, instituições, atores individuais e coletivos (Verón, 1997). (WESCHENFELDER, 2020, p.5).

As diferenças entre os acontecimentos da Lava Jato e Vaza Jato também emergem nas distintas dinâmicas de circulação e redação, que ganham mais ênfase no caso midiatizado, na medida em que múltiplas operações sócio-discursivas são empreendidas por variados meios, instituições, indivíduos e coletivos (VERÓN, 1997), decorrentes dos avanços sócio-técnicos. São acontecimentos distintos, mas que se acoplam, segundo operações suscitadas por manifestações de complexos e intensos contatos, provocados

por dinâmicas técnicas discursivas próprias da sociedade em midiatização, que segundo Fausto Neto, dão "nova conformação à organização social e ao seu funcionamento, gerando, de modo complexo, mutações nas condições das circulações de sentidos". (FAUSTO NETO, 2018, p.15). A opção pelo caso midiatizado se confirma, porque este fenômeno já se engendra em uma dinâmica de sociedade em midiatização, na qual os sistemas travam relações que são dinamizadas por diferentes circuitos. Entretanto, ainda há a necessidade de esclarecermos as características de um caso midiatizado e sobre as estratégias que analisaremos neste contexto.

4.3 CASO MIDIATIZADO: DAS REGRAS ÀS ESTRATÉGIAS

Retomamos aqui a noção de que o caso midiatizado envolve interpenetrações de sistemas diversos que através do relato jornalístico, midiatiza as operações da Lava Jato e da Vaza Jato, produzindo sentidos em disputas, mediante processualidades e temporalidades da midiatização. É através da leitura dos materiais jornalísticos e da análise das coberturas jornalísticas, que conseguimos identificar a singularidade da midiatização jornalística, especificada através das coberturas. A especificidade do ato jornalístico em um contexto de midiatização jornalística se singulariza a partir das gramáticas e operações de cada instituição. Significa que cada uma possui um modo de dizer, ou seja, opera segundo um determinado "contrato de leitura", que são as suas regras, seus fundamentos com o que cada veículo constitui a notícia, como métodos de apuração, modo de organização dos conteúdos, identidade visual ou divisão das editorias. As gramáticas podem ser definidas como competências, que são os fundamentos nos quais nos baseamos para nos comunicarmos. Podem ser regras tanto universais, quanto particulares. Mas essas regras não estão claras, declaradas, e é por isso que a leitura analítica dos materiais jornalísticos é tão fundamental.

Segundo Verón (2004), há uma diferença no âmbito da enunciação, conforme as modalidades do dizer, que se dá a partir de um dispositivo que é chamado de contrato, uma relação de troca permeadas por gramáticas e regras de cada dispositivo. Nesse contrato, são estabelecidos: 1) a imagem do enunciador, ou o lugar que ele atribui a si mesmo; 2) a imagem do destinatário, do ponto de vista do enunciador; 3) a relação proposta para eles. Dessa forma, podemos considerar que diferentes dispositivos jornalísticos, mesmo que apresentem a mesma notícia e que se utilizem das mesmas fontes, apresentam relatos segundo gramáticas enunciativas próprias. Portanto, cada instituição jornalística firma um diferente contrato com seu público, o que significa que

seus processos de enunciação – seus *modos de dizer* – são diferentes. Ou seja, a identidade de cada telejornal e sua especificidade perante a concorrência são fatores elaborados a partir das estratégias discursivas que utilizam para estabelecer vínculos com o telespectador. Portanto, a mídia propõe ao telespectador um relacionamento e estabelece as regras para essa relação via um contrato comunicativo. Isso significa dizer que o discurso jornalístico midiatizado tenta estabelecer um sentido a partir de um caminho que deve ser percorrido pelo público. E nesse percurso, estarão estabelecidas certas regras do jogo comunicativo que se tornam perceptíveis através do discurso. Mas a ideia de contrato também pressupõe uma aproximação entre o leitor e o processo de produção do sentido, considerando a relação entre ele e o emissor. Assim, em um processo tentativo de intercambialidades, a forma como o receptor reconhece o discurso influencia o "modo de dizer" dos enunciados.

> Para Verón, o importante entre um enunciado e outro é a relação que o emissor estabelece com o que ele diz. Essa interdiscursividade – na qual o receptor constrói o sentido de acordo com sua cultura, crença e vivências, gerando assim diversos outros discursos – provoca um constante processo de negociação entre produtor e receptor, numa troca permanente de sentidos. (FAUSTO NETO, 2010).

Entretanto, apesar de suas competências, veremos que nem sempre as estratégias convergem com as suas competências e gramáticas. As estratégias dos veículos são as **performances,** ou seja, misturas de polifonia de pontos de vista. Dessa maneira, competência e performance são articuladas e operadas por cada dispositivo jornalístico, que constrói um aparato próprio para falar da realidade, para expressar seu modo de dizer e colocar em ação sua gramática através da atividade discursiva. Sendo assim, examinaremos a construção e funcionamento do caso midiatizado em estudo através da leitura de materiais discursivos, que se acoplam segundo enunciações dos materiais jornalísticos, de acordo com corpus que será dividido em dois subconjuntos, de acordo com os níveis acontecimentais que revelarão disputas e acoplamentos decorrentes das relações entre as coberturas jornalísticas da Operação Lava Jato e da Vaza Jato. O material analisado foi publicado no site do The Intercept Brasil, edição impressa e online da Folha de São Paulo, edição impressa e online da Revista Veja, além de edições do programa Jornal Nacional da Rede Globo e relatos do livro "Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil", escrito pela jornalista Letícia Duarte em conjunto com a equipe do The Intercept Brasil e que será analisado de maneira comparativa, como veremos no próximo item.

4.4 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE COMPARATIVA – LAVA JATO X VAZA JATO

Reforçamos que não se trata de um estudo sobre um acontecimento jornalístico em si, conforme a tradição da análise dos discursos jornalísticos que envolvem um determinado acontecimento, mas da descrição de acoplamentos de operações que se materializam através de discursos, envolvendo aspectos de noticiabilidade e de outras produções editoriais sobre as operações Lava Jato e Vaza Jato. Nossa proposta é descrever a midiatização do caso, através de manifestações discursivas que revelam as interpenetrações e acoplamentos de operações discursivas de mídias diversas, exteriorizando, segundo discursividades jornalísticas, quais sentidos emergem, de diferentes sistemas. Portanto, estuda-se o caso segundo perspectivas e referências que envolvam as condições de midiatização de acontecimento, engendradas segundo operações que vão além da atividade de autopoieses de cada meio estudado. Ainda que possamos mostrar suas especificidades, a ênfase está nos acoplamentos que se dão em termos de contratos que se manifestam em termos das estratégias de ações comunicacionais estudadas. Assim, elegemos operações discursivas que são organizadas segundo injunções de processos jornalísticos como âmbito observacional, engendrando não só sentidos, mas acoplamentos de práticas sistêmicas diversas, produzindo complexas narrativas que disputam o ponto de vista no âmbito da especificidade das interpenetrações discursivas.

Por conta destas constatações, afirmamos que o caso está revestido de polifonia e de heterogeneidade, e que para estudá-lo, elas devem ser consideradas. Portanto, através de processos tentativos, vamos buscar compreender as articulações entre o problema de pesquisa tanto com as lógicas internas de funcionamento do observável, bem como das suas relações com o contexto, assim como acessando o conhecimento disponível sobre o objeto e os âmbitos em que ele se processa. Por conta dessa complexidade comunicacional que acreditamos ser mais pertinente analisar o objeto sob a ótica do estudo de caso midiatizado em termos comparativos, pois o meu processo de observação, no contexto de uma pesquisa de mestrado, impõe a delimitação do caso em descrição e a necessidade de um recorte espaço-temporal da análise do objeto. Partimos da percepção de que cada mídia estudada possui um modo de dizer, de se acoplar, de interpelar uma à outra, em suma, de construir um outro tipo de narrativa, que resultam dos sentidos produzidos nestes relatos. A partir deste modo de interpretar esses indícios é que compreenderemos os fundamentos desenvolvidos por cada veículo, especificando suas

estratégias e assim demonstrando seus contatos, destacando, dentre outras coisas, seus processos de apuração, que evidenciam o seu modo de falar sobre o que enunciam. Essas gramáticas podem ser definidas como as competências de cada veículo, regras tanto universais, quanto particulares, mas que não são totalmente claras e declaradas. Exatamente por esse motivo, nossa proposta é evidenciar, através da leitura do material jornalístico, os modos de dizer dos materiais escolhidos. Porém, antes de nos aprofundarmos nesta investigação, apresentaremos o corpus de análise.

4.4.1 Sobre a análise: corpus e período

Conforme já antecipamos no capítulo de construção do objeto, nosso objetivo contempla temporalidades: a investigação de matérias jornalísticas durante o período de um ano da Vaza Jato, entre junho de 2019 e julho de 2020, e as reportagens da imprensa de mídias consideradas hegemônicas, como Folha de São Paulo, Revista Veja e Rede Globo, que se colocam em disputas, conforme apontam referências de nossas análises. Porém, reafirmamos que, levando em conta o escasso tempo de fechamento da dissertação, optamos por realizar um corte temporal do primeiro ano em que as reportagens da Vaza Jato foram publicadas. Esse recorte somente reforça o nosso argumento de que, na ambiência midiatizada, o acontecimento jornalístico possui uma diferente temporalidade com relação a sua circulação, no sentido de que é construído e dinamizado através de novos relatos sobre ele, e ressignificado a partir de outros acontecimentos que surgem como consequência destes. Dessa maneira, demonstraremos a evolução do trabalho jornalístico, apontando as marcas de circulação que complexificam ainda mais a processualidade comunicacional, assim como as marcas que revelam algumas lógicas de midiatização. Buscamos no funcionamento destes casos a especificidade das dinâmicas de articulação, que ao se cruzarem, apontam para novos sentidos em produção, segundo contextos de complexas práticas interpenetrantes. Assim, nosso caso de análise se debruça sobre relatos construídos por dois subconjuntos de meios jornalísticos: da cobertura jornalística do Intercept, a partir da série de matérias denominadas Vaza Jato em confrontação com a cobertura da imprensa hegemônica sobre a Lava Jato. Investigaremos os modos de acoplamentos dessas enunciações articuladas por operações segundo disputas de estratégias de ações comunicacionais.

É importante destacar que este trabalho não pretende analisar as duas estratégias isoladas, no caso da Lava Jato e da Vaza Jato. Nossa intenção é mostrá-las em termos comparativos, uma vez que suas dinâmicas se articulam. Para tanto, analisaremos o

material jornalístico produzido no contexto da Operação Lava Jato, através das reportagens veiculadas pela Rede Globo, Folha de São Paulo e Revista Veja. Logo depois, analisaremos o material produzido pelo The Intercept Brasil, mediante reportagens da série Vaza Jato, assim como o material produzido em parceria com a Folha de São Paulo e a Revista Veja. Por último, mostraremos as disputas enunciativas do The Intercept Brasil com a Rede Globo. O conjunto do material estudado contempla o período de janeiro de 2016 até junho de 2020. Neste contexto, será também será analisada a cobertura da Lava Jato a partir de relatos da Folha de São Paulo, Revista Veja e Rede Globo.

Imagem 2: Níveis de acontecimentos na relação entre Lava Jato/Vaza Jato



Fonte: elaborado pela autora.

Na imagem 2, ilustramos essa processualidade complexa, em uma linha do tempo que demonstra a transformação dos níveis de acontecimentos através do desenrolar da cobertura jornalística da Operação Lava Jato a partir de 2014. Constatamos a criação de uma narrativa que colocava o juiz Sérgio Moro como o protagonista da Operação Lava Jato, com ampla aderência da cobertura da mídia hegemônica sobre o assunto. Essa movimentação obteve como produção de sentidos uma articulação política, através de ações do sistema judiciário, que culminou na divulgação da ligação telefônica entre o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tendo como desdobramentos o impeachment da presidenta e a posterior prisão do ex-presidente Lula, o tornando inelegível para as eleições de 2018. A Vaza Jato surge como resposta à essa estratégia, desconstruindo a versão da cobertura jornalística da mídia hegemônica e questionando as ações jurídicas dos envolvidos na Operação Lava Jato, o que desencadeou uma crise institucional. Reforçamos que o material estudado contempla apenas um recorte de análise, pois seria impossível analisar o todos os anos da Operação Lava Jato e todas as suas ações. Apresentamos, para tanto, um corpus preciso, para que possamos mostrar, em

um primeiro momento, a estratégia argumentativa da cobertura jornalística da Lava Jato, e posteriormente, a da Vaza Jato. A partir delas, descreveremos e apontaremos as disputas enunciativas que fazem emergir sentidos diversos entre seus contatos. Esses materiais estão divididos em um mapa de análise (Quadro 1), conforme apresentado em seguida, constituído pela organização do corpus através de fases que reúnem momentos de coberturas jornalísticas, analisadas segundo uma perspectiva comparativa:

Quadro 1 – Mapa do corpus de análise

Leitura da Lava Jato segundo estratégias jornalísticas	**Rede Globo/Jornal Nacional**: Edições 16/5/2016; 10 e 11/5/2017; **Revista Veja** Edições 2397, 2398 (2014); 2424, 2436, 2458 (2015); 2469, 2480, 2496 (2016); 2529 (2017); 2567, 2577 (2018); 2639, 2657, 2642 (2019). **Folha de São Paulo**: 1)"Nova fase da Operação Lava Jato mira apartamento Tríplex ligado a Lula" (28/1/2016); 2) "Lava Jato cogita abrir ação que impediria candidatura de Lula" (7/3/2016); 3) "PMDB deve tentar neutralizar ou reduzir danos da Lava Jato" (13/5/2016); 4) "Lava Jato intensifica operações em 2016" (16/5/2016).
Leitura da Vaza Jato segundo estratégias jornalísticas	**The Intercept Brasil:** 1) "As Mensagens Secretas da Lava Jato" (6/6/2019); 2) "'Mafiosos!'" (6/6/2019); 3) "A defesa já fez o showzinho dela" (14/06/2019); 4) "A quem interessa a narrativa dos 'hackers criminosos' na #VazaJato" (17/6/2019); 5) "Moro sempre viola o sistema acusatório" (29/06/2019); 6) "Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato" (08/07/2019); 7) "A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo secreto são tão vitais" (28/07/2019); 8) "A Folha está com o Intercept na Vaza Jato – leia 1ª reportagem" (23/6/2019); 9) "Parceria com Veja mostra desvios inéditos de Moro" (5/07/2019); 10) "Conversas de Lula mantidas em sigilo pela Lava Jato enfraquecem tese de Moro" (8/9/2019); 11) "Um ano de Vaza Jato" (9/6/2020)
Disputas estratégicas intersistêmicas depois da Vaza Jato	**Folha de São Paulo:** 1) "O pós-Lava Jato" (26/02/2021); 2) "Conheça suspeitas em torno do ex-presidente Lula, agora ficha limpa por decisão do Supremo" (20/3/2021); 3) "Folha cobriu Lava Jato com olhar crítico ao longo de 7 anos da operação" (29/3/2021). **Revista Veja:** Edição 2655 (10/2019) e 2734 (4/2021); Edição Veja online (6/2019), **Rede Globo/Jornal Nacional:** Edições 9/3/2021 e 29/3/2021.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise contempla a diferença entre discursividades e as interpenetrações entre sistemas a partir delas, que emerge, como consequência, através das disputas de sentido que ocorrem com relação as duas estratégias jornalísticas. E a partir das perspectivas de cada uma das estratégias jornalísticas, estabelecendo comparações entre elas, podemos mapear as autopoieses de cada uma delas, a partir de suas próprias gramáticas. Porém, acionaremos essas divisões a partir da análise dos contratos de leitura estabelecidos por cada dispositivo jornalístico, para que possamos perceber as diferenças enunciativas entre cada discurso.

Propomos demonstrar como os relatos jornalísticos convergem, segundo os fragmentos acima reunidos, para além de uma nomeação de um acontecimento, pois, na verdade, esses fatos estão tematizados em torno de duas nomeações – Lava Jato e a Vaza Jato. Levando-se em conta os relatos que são enunciados e que chamam a atenção para as disputas, divergências e acoplamentos entre eles, vamos destacar os embates que se manifestam através de construções que envolvem fragmentos do discurso jornalístico, mas também de outras práticas sócio-discursivas, como a do sistema jurídico e político.

Através das observações que comparam as duas estratégias buscamos identificar diferenças e semelhanças entre as coberturas jornalísticas. É fundamental reforçar que cada análise traz como referências as especificidades das instituições jornalísticas que as constituem, incluindo aspectos de suas estratégias explícitas e não-explícitas, baseadas nas interações com os diferentes sistemas e entre elas. É a partir deste reconhecimento, do que possuem em comum e das diferenças entre elas, que podemos tentar identificar a problemática da circulação entre as duas estratégias, com relação a circulação de sentidos. Com base nesse recorte, elegemos subconjuntos de análise, que a partir de uma divisão cronológica, enumeram os diferentes momentos "acontecimentais"[15] estimulados por

[15] Nos referimos aqui a uma proposta de níveis acontecimentais como fenômenos que são desencadeadores de outros acontecimentos que vão se formando a partir dos indícios verificados através das coberturas jornalísticas. São as disputas enunciativas e os desdobramentos destes que nos servem como material para análise deste caso midiatizado, no sentido que a cobertura da operação Lava Jato se mostra como um grande momento acontecimental, e a Vaza Jato outro segundo grande momento acontecimental, e as relações de interpenetrações entre eles, um macroacontecimento.

estas coberturas jornalísticas. Através do estabelecimento desses critérios preliminares, definimos algumas categorias de análise que serão contempladas como condutores de nossa investigação:

1) Análise comparativa de enunciados: Diferenças e semelhanças entre as coberturas jornalísticas, assim como o funcionamento das temporalidades e processualidades sob a forma de notícias, manchetes, escaladas de telejornais, editoriais, análises, linhas de apoio e capas de revista. Quais ângulos são abordados nos materiais jornalísticos e qual a linguagem explicita, de acordo com as gramáticas de cada dispositivo jornalístico, que explicitam as noções sobre as quais os textos se acoplam, assim apontando para uma dinâmica de interpenetrações;

2) Interações: Quais estratégias emergem através dos processos de interações, sejam em conversações diretas ou indiretas. Quem fala a quem, sobre qual assunto e o que se deseja do outro como resposta aos apelos das mensagens feitas, assim como a identificação de coenunciadores citados. Como os textos explicitam os processos de interpenetrações, mencionando estratégias argumentativas sobre as práticas de diferentes sistemas e como elas se conectam através de diferentes estratégias e práticas institucionais gerando efeitos de sentidos, como uma desqualificação das estratégias que são construídas pelas outras ações em conflito.

3) Autopercepção, autoreferência e autolegitimação: Qual a percepção que as empresas jornalísticas possuem sobre o próprio discurso jornalístico e de que forma essa construção da própria imagem se relaciona com a noção de uma identidade jornalística particular. O modo como cada empresa jornalística age em construção jornalística para honrar o contrato de leitura com seu público. Como as empresas jornalísticas esclarecem aos seus leitores o porquê de suas práticas serem declaradas como legítimas e como elas se alinham aos seus próprios valores, se legitimando através destes.

5 ANÁLISE EMPÍRICA DO OBJETO

Partindo do recorte temporal na análise dos materiais jornalísticos apresentados pela Vaza Jato de 2019 a 2020, contextualizamos a cobertura jornalística realizada pela mídia hegemônica da Operação Lava Jato a um período de 2015 até no ano de 2020. O critério utilizado é a menção nos materiais da Vaza Jato das empresas jornalísticas Folha de São Paulo, Revista Veja e Globo. Dessa forma, afirmamos que as reportagens

investigadas foram escolhidas com o critério de deixar margem para se estabelecer algum parâmetro comparativo entre as duas estratégias, no contexto dos casos midiatizados.

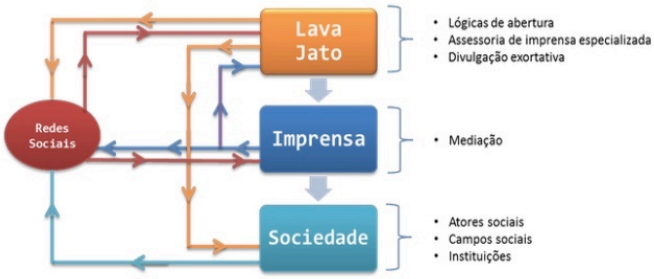
5.1 A COMPLEXIFICAÇÃO DO ACONTECIMENTO SEGUNDO ANÁLISE DA LAVA JATO X VAZA JATO

Apresentamos aqui, através das estratégias de cada cobertura jornalística suas especificidades de dois processos distintos que fazem parte de um macroacontecimento, que se articula em disputas, tensões e negociações, pois é a partir do entendimento de seus modos de funcionamento das estratégias jornalísticas da Lava Jato e da Vaza Jato, que podemos perceber diferenças e semelhanças entre elas, além dos acoplamentos e interpenetrações entre sistemas.

5.1.1 A estratégia jornalística da Operação Lava Jato

A Lava Jato tem o foco na relação do campo jurídico com o campo midiático com o objetivo de publicizar suas ações e dessa forma, atingir suas finalidades. Como vimos no histórico sobre a Lava Jato, de fato ela se constituiu como uma operação fundamentalmente comunicacional, inspirada em um grande acontecimento midiático dos anos 90, a Operação Mãos Limpas. Contudo, um fator se diferencia dos dois casos. Diferentemente da década de 90, em que ainda vivíamos da decorrência da intermediação do campo midiático com a sociedade, hoje nos encontramos em meio a uma ambiência midiatizada. Conforme Verón (1997), ao observarmos o fenômeno da midiatização, percebemos que ela afeta todas as práticas sociais, ao serem atravessadas por operações e lógicas de mídia, segundo feedbacks complexos, ou seja, efeitos não lineares. (FAUSTO NETO; PRASS, 2017). Sendo assim, mesmo que haja de fato uma intencionalidade comunicacional e que se utilize da incorporação das lógicas midiáticas, para fazer com que a mídia atenda a determinado discurso, na ambiência da midiatização não há como ter previsibilidade de suas operações.

Figura 3: Fluxos observatórios da Operação Lava Jato



Fonte: Fausto Neto; Prass, 2017.

Entretanto, levando-se em conta a dinâmica da midiatização, Fausto Neto e Prass consideraram que no caso da Lava Jato, a dimensão circulatória compôs, em termos de oferta, um complexo sistema, como se observa no diagrama da Figura 3, que se inspira no gráfico elaborado por Eliseo Verón. O diagrama mostra os diferentes sistemas que se formam a partir das interações provenientes da cobertura jornalística, que estabelece a mediação entre os operadores da Lava Jato e a sociedade, composta por atores sociais, campos sociais e instituições. Nesse sentido, a comunicação que parte da Lava Jato assume, em seus enunciados, as gramáticas do sistema jornalístico, contando com o auxílio da sua assessoria de imprensa especializada para realizar a interação entre os sistemas jurídico e jornalístico. Esse conteúdo, que é inicialmente enquadrado pelos atores da Operação Lava Jato e remixado pelo campo jornalístico, assim, sendo oferecido à sociedade através de uma determinada produção de sentidos, flui através das redes sociais, oferecendo uma nova interpretação sobre o fato, através de disputas e adesões à operação, e esses feedbacks complexos retornam aos sistemas de origem, e assim seguem reverberando, em um fluxo adiante. A partir do diagrama, os autores inferem que a Lava Jato estabelece múltiplas formas de comunicação, pois se desenrolam relações mais complexas, que levam em conta o fato de que na ambiência comunicacional da midiatização não há apenas o fluxo linear:

> Apesar de a imprensa receber informações da operação e repassá-las à sociedade (Lava Jato→ Imprensa→ Sociedade), adiciona-se um movimento inverso: a própria influencia a força-tarefa e as redes sociais (Imprensa→ Lava Jato + Redes Sociais), que, por sua vez, são alimentadas pela sociedade, imprensa e operação (Sociedade + Imprensa + Lava Jato→ Redes Sociais), as influenciando em movimento contrário (Redes Sociais→ Sociedade + Imprensa + Lava Jato). Também há modos mais diretos e variados, alguns expostos no decorrer do artigo (por exemplo: Lava Jato→ Sociedade; Imprensa→ Lava Jato etc.). (FAUSTO NETO; PRASS, 2017, p.5).

Podemos constatar que foi a partir desses complexos processos que a Operação Lava Jato midiatizou-se, utilizando essa processualidade como estratégia. Essa preocupação com o midiático também se manifesta durante o que foi considerado por Fausto Neto, Prass e Thiesen (2017) como "interrogatório-acontecimento", ao trazer a análise de depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro, em um contexto de análise das marcas midiatizadas. De acordo com o texto, "o start do processo de midiatização passa também pela performance do "juiz inquiridor"", fazendo com que a "circulação leve adiante o acontecimento para a esfera dos "novos" e "velhos" meios, onde se materializa uma paisagem interacional", que envolve discursos midiáticos e atores sociais. (FAUSTO NETO; PRASS; THIESEN, 2017, p.2). Os pesquisadores reforçam que, quando deslocado para a realidade midiática, os depoimentos sofrem condensações, feitas tanto pelo dispositivo jurídico quanto por processos midiáticos, o que aponta que o módulo de interrogatório passa por processos de construções. A recorrente preocupação do magistrado com o midiático demonstra justamente a sua intenção de estabelecer uma distância mínima entre o sistema judicial e a sociedade, pois ele mesmo também assume o papel de agente de variadas ações comunicacionais, como a autoria de livros e artigos, ou ao conceder entrevistas e realizar palestras e conferências. Dentro destes processos, os autores destacam que há uma transformação do interrogatório jurídico para interrogatório midiático, acontecimento que somente se torna possível mediante a atuação do juiz.

> Da perspectiva teórica, sabemos que no funcionamento da midiatização ocorrem muitos *feedbacks* – complexos e não lineares – nas tentativas de produção de vínculos por parte de mensagens enunciadas por níveis de produção e de recepção de discursos. E que tais *feedbacks* não apontam, portanto, convergência entre interesses e expectativas de cada um destes polos. No nível empírico, os discursos jornalísticos e dos atores sociais se fazem em torno de duas dinâmicas, a de oferta e a de apropriação dos discursos. E a materialidade dessas se faz em torno de lógicas distintas de gramáticas, fato que aponta para a inevitável defasagem entre sentidos idealizados pela produção jornalística e aqueles atribuídos pela leitura dos atores. (FAUSTO NETO, 2016). (FAUSTO NETO; PRESS; THIESEN, 2017, p.17).

Esse foco na questão comunicacional, praticado pelos atores jurídicos da Operação Lava Jato, é abordada como tema da uma matéria do Intercept que traz uma entrevista com a coordenadora de imprensa da Lava Jato, a assessora de imprensa, Christianne Machiavelli. Na reportagem, o Intercept inclusive cita o artigo de Sergio Moro, publicado na Revista CEJ, em que ele comenta sobre a operação Mãos Limpas,

relacionando as iniciativas da operação citada como o acontecimento inspirador para a preocupação com o midiático nas ações do magistrado da Lava Jato:

> Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no L'Expresso, no La Republica e em outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva", continuou o juiz, já dando pistas de como achava que uma operação desse tipo deveria ser tratada. (MORO apud THE INTERCEPT BRASIL, 30 OUT 2019, online).

Foi exatamente por isso que a imprensa endossou a versão dos procuradores, porque eles adotaram lógicas comunicacionais nas suas ações e falas, fato que foi comprovado através do relato de Machiavelli, que afirmou, em entrevista[16] para o próprio The Intercept Brasil, que a imprensa publicava as divulgações da Lava Jato sem qualquer questionamento.

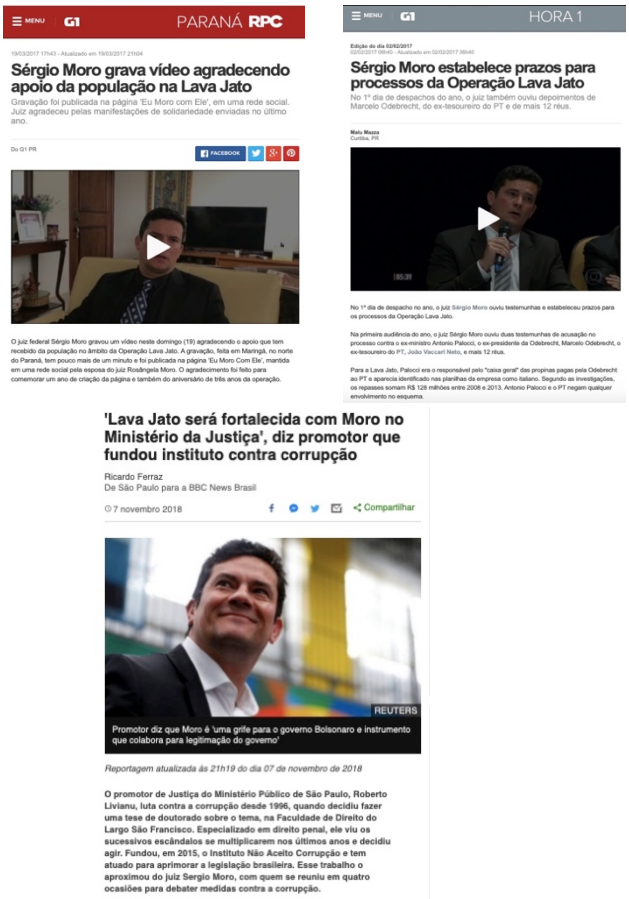
> P: Para você, por que a imprensa 'comprou' a Lava Jato sem questionar?
> R: Era tanto escândalo, um atrás do outro, que as pessoas não pensavam direito, as coisas eram simplesmente publicadas. O caso da cunhada do [ex-tesoureiro do PT, João] Vaccari foi bem significativo. Os jornalistas foram na onda do MPF e da PF. Todo mundo divulgou a prisão, mas ela foi confundida com outra pessoa. Foi um erro da polícia. Quando perceberam o erro, Inês já era morta. O estrago já tinha sido feito. Acho que a gente vem de uma fase que remonta à ditadura, em que a imprensa foi violentamente cerceada. Na Lava Jato a imprensa tinha muita informação nas mãos, dos processos, e entendeu que era o momento de se impor.
> P: Qual a responsabilidade da imprensa?
> R: Vou dar um exemplo. O áudio do Lula e da Dilma é delicado, polêmico, mas e o editor do jornal, telejornal, também não teve responsabilidade quando divulgou? Saíram áudios que não tinham nada a ver com o processo, conversas de casal, entre pais e filhos, e que estavam na interceptação. A gente erra a mão em nome de um suposto bem maior. (THE INTERCEPT BRASIL, 30 OUT 2019, online).

Alguns exemplos do endosso mencionado pela assessora de imprensa se referem à narrativa elaborada em torno das reportagens das empresas jornalísticas consideradas hegemônicas. Em 2017, a reputação do juiz Sergio Moro estava no auge, sendo considerado pela imprensa brasileira um fator de fortalecimento da Operação Lava Jato,

[16] Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>. Acesso em 13 mar 2020.

enquanto algumas reportagens buscaram exaltar a popularidade do magistrado, mostrando uma manifestação favorável a ele no dia do depoimento de Lula como fica visível nas Figuras 4, 5 e 6:

Figura 4: BBC Brasil: Moro fortalece a Lava Jato



Fonte: BBC Brasil, 2017.

Figura 5: G1: Sergio Moro é o protagonista da Lava Jato

Fonte: G1 Paraná, 2017.

Figura 6: UOL: Moro em destaque no depoimento de Lula



Fonte: UOL, 2017.

É nesse momento em que a Vaza Jato surge, oferecendo uma ruptura dessa narrativa proposta por Moro e os outros operadores jurídicos. Suas denúncias, que são reveladas a partir de conversas privadas entre o juiz, a equipe de procuradores e outras instituições, como a Polícia Federal, se propõe a desmontar as estratégias persuasivas dessa narrativa jornalística.

5.1.2 A estratégia jornalística da Vaza Jato

Uma das estratégias da Vaza Jato foi a de aliar a sua prática jornalística a uma atenciosa consultoria jurídica, formada pelos advogados do The Intercept Brasil, Rafael Borges e Rafael Fagundes. Os encontros com os advogados, assim como todo o processo de apuração fora filmado, para ficar como registro e ser lançado como documentário, assim como foi no caso Snowden, que foi filmado desde o início e rendeu o documentário Citizenfour. Outra medida sempre colocada em prática era do confisco de todos os celulares de todos os envolvidos, jornalistas e advogados. No primeiro encontro com os advogados, a equipe do The Intercept Brasil já recebeu as primeiras orientações:

> [Alexandre de] Santi (editor) aproveitou para atualizar o grupo sobre os diálogos que ele e Rafael Martins haviam encontrado no dia anterior. Num deles, Moro sugeria a Dallagnol que trocasse a ordem das fases da Lava Jato. Também recomendava uma testemunha para a acusação. "O juiz sugerir testemunha? Isso é absurdo!", escandalizou-se Borges. Quanto mais eles falavam, mais o advogado se impressionava. "A República vai cair, isso é muito sério!"
> Apesar da relevância das informações e do seu próprio espanto, Borges advertiu a equipe de que eles não deveriam esperar nenhuma punição às autoridades citadas, como Moro e Dallagnol. Por mais grave que fossem as denúncias, a origem ilícita das provas invalidaria um eventual processo contra eles. No Direito, o princípio é conhecido como *The fruits of the poisonous tree*, a teoria dos frutos da árvore envenenada, que tem origem na jurisprudência norte-americana.
> "A maçã é podre para fins de incriminação", explicou. "Mas não é podre para fins de repercussão política".
> Usando a mesma analogia, reforçou que a lei brasileira permite aos jornalistas receber maçãs envenenadas. Só não poderia, de forma alguma, participar da colheita. Virando-se para Greenwald, repassou orientações práticas do que isso significava em seu contato com o hacker:
> "Você não pode pagar, orientar, instigar, ser cúmplice de nenhuma maneira. Você pode receber o material, mas não pode ser coautor. E registre tudo o que você falar com a fonte para ter comprovação". (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 39)

O jornalista também recebeu uma cartilha que foi preparada pelo escritório de advocacia com todo o ordenamento jurídico sobre a liberdade de imprensa e o direito de proteção à fonte do Brasil, "para se preparar para os previsíveis questionamentos que enfrentaria quando o caso viesse a público". Consideramos uma importante estratégia elaborada pela Vaza Jato, se informar sobre a gramática própria do campo jurídico, assim como eleger Glenn Greenwald o porta-voz da Vaza Jato, ele que é um advogado constitucional, e já tinha uma experiência prévia em lidar com questões como a defesa da liberdade de imprensa, a legitimidade de uso de vazamentos para fins jornalísticos e o seu uso para denunciar práticas arbitrárias de figuras de poder na sociedade. Curiosamente, Greenwald teve que de fato responder de forma insistente aos seus próprios colegas jornalistas sobre a origem da fonte dos vazamentos, e porque teria aceitado divulgar material coletado de maneira ilícita. Uma delas ocorreu no programa Roda Viva, da TV Cultura, como mostra a Figura 7:

Figura 7: Entrevista de Glenn Greenwald para o Roda Viva



Fonte: Canal da Tv Cultura no Youtube, 2019

O jornalista aproveitou a oportunidade inclusive para contestar a própria dinâmica do campo jornalístico, quando revelou que não somente a Operação Lava Jato adotava estratégias de manipulação da mídia, se apropriando de lógicas midiáticas, como também sugerindo que a imprensa brasileira não adotou um olhar crítico quanto às divulgações disponibilizadas pela assessoria da Operação. Essa argumentação foi apresentada por Greenwald[17] em resposta ao programa que foi veiculado dois meses depois da publicação das primeiras reportagens da Vaza Jato:

> [...] acho que é uma parte muito importante e muito grave da história da Lava Jato o fato de que grande parte da mídia brasileira funcionou quase que como parceira da Lava Jato, e não como jornalistas, investigando e questionando (a operação). Tem veículos específicos que muitas vezes simplesmente receberam materiais muito explosivos e bombásticos e publicaram, sem se questionar se estava recebendo muitos benefícios (através dessa prática). É muito importante entender o papel que a mídia brasileira teve nessa história. (GREENWALD In RODA VIVA, 2019)

O programa, que fez a apresentadora Daniela Lima se manifestar no Twitter, exaltando a audiência de 200 mil visualizações como um recorde de audiência para o período, teve uma abordagem bastante curiosa dos jornalistas da bancada, que perguntaram insistentemente sobre a origem da fonte dos vazamentos da Vaza Jato, inclusive questionando um possível direcionamento político e se as "supostas denúncias" não estariam "atrapalhando" o andamento de uma operação que visava combater a corrupção. Uma das perguntas mais comentadas nas redes sociais foi a da jornalista Lílian Tahan, do portal Metrópoles, que questionou à Glenn se ele consideraria interromper a Vaza Jato caso fosse constatado que houve um pagamento às atividades do suposto hacker que se constituiu como fonte das reportagens, no que obteve como resposta: "o jornalismo

[17] Resposta ao programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura no dia 02 de setembro de 2019.

mais importante, mais influente, mais premiado muitas vezes vem de uma fonte que cometeu crimes para obter essa informação e não é o papel do jornalista perguntar de onde vem essa informação". Diante da resposta, a jornalista perguntou se não era então o caso de dispensar os jornalistas e contratarem hackers, ao que Greenwald rebateu, respondendo que "ser jornalista não significa que você tem o direito de participar de crimes, mas quando o jornalista recebe uma informação, mesmo que essa informação tenha sido obtida de maneira ilegal, você tem não só o direito, mas a obrigação para publicar isso, e isso não é um crime, e ninguém acredita que é um crime". No programa, Glenn referenciava constantemente as reportagens da Vaza Jato nas respostas aos entrevistados, como também foi firme na argumentação de que era uma obrigação social como jornalista divulgar as conversas. O jornalista também esclareceu na entrevista que usou como método de apuração as mesmas técnicas que utilizou no caso Snowden, e que também submeteu os arquivos a especialistas em tecnologia de Nova York, que asseguraram sua autenticidade.

Os entrevistadores também abordaram questões sobre a vida privada do jornalista, lembrando o fato de Glenn ser homossexual e casado com o deputado federal David Miranda, assim como também questionaram, como pauta jornalística, a disseminação de uma fake news nas redes sociais de que Greenwald havia trabalhado como ator pornô. No momento em que a questão da sexualidade do entrevistado vem à tona, de uma forma sugestiva, observamos que esta questão também está implícita em uma tentativa de desqualificação. Comparativamente, ao analisarmos a entrevista de Sergio Moro ao mesmo programa, não houve qualquer pergunta sobre sua sexualidade ou gênero. Essa postura denota o olhar masculinista do jornalismo hegemômico, demonstrado através das problematizações de Márcia Veiga (2014), que trouxe a compreensão de que o gênero também é um marcador importante na produção de sentidos jornalísticos:

> Acompanhando as rotinas jornalísticas na pesquisa de campo, percebi que os valores das notícias estavam muito relacionados às visões de mundo de meus interlocutores, e que esses valores em muito correspondiam às convenções hegemônicas de gênero e à heteronormatividade. A subjetividade das escolhas superava a ingerência dos valores da própria empresa – cujas diretrizes não chegavam a cercear ou comprometer, de forma evidente, a criação profissional no processo de produção das notícias, e muitas vezes ia ao encontro das visões dos próprios profissionais. (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 267).

Entretanto, a equipe do The Intercept Brasil também temia sofrer retaliações das instituições brasileiras, como a polícia, o judiciário (que na época tinha Sergio Moro

como ministro) e o governo, pois era como certa a constatação de que o presidente Jair Bolsonaro não enxergava a imprensa como aliada:

> Por três horas, discutiram os próximos passos. Parte do desafio era projetar cenários de risco. Ainda que estivessem agindo dentro da lei, temia reações arbitrárias, desde pedidos de busca e apreensão do material até a prisão dos jornalistas. Como o governo Bolsonaro já vinha tratando a imprensa como inimiga, o escalonamento das tensões era previsível num momento em que um dos ministros mais populares e poderosos se tornasse alvo. Greenwald já tinha enfrentado todo tipo de perseguições no Caso Snowden, mas a batalha que estava por vir seria diferente. Enquanto nos Estados Unidos a intimidação vinha da espionagem digital ostensiva e poderosa por parte do governo, no Brasil era justamente a falta de clareza sobre a natureza das instituições que oferecia risco. Por mais que as autoridades brasileiras repetissem que "as instituições seguiam funcionando normalmente", a despeito dos discursos cotidianos do presidente Jair Bolsonaro contra a democracia, o próprio furo de reportagem demonstrava que essa normalidade era seletiva. "A gente estava pintando um alvo nas nossas costas", lembra Andrew Fishman. "Seria o primeiro teste do governo Bolsonaro". (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 40).

É claro que a assessoria jurídica também ajudava a compreender as processualidades e o que havia de inadequado na conduta dos agentes da força-tarefa da Lava Jato. E embora nas conversas[18] vazadas tenham ficado bastante clara a interferência ilegal do juiz com relação ao trabalho dos procuradores, antes de somente publicar as reportagens sobre a denúncia, o The Intercept Brasil iniciou seu público quanto ao assunto na forma de um texto explicativo, um editorial que justificava o porquê da matéria, a gravidade das denúncias e a relevância jornalística que teria sua divulgação no contexto político do momento. Essa maneira de informar o público sobre o que a gravidade das denúncias, e que havia ainda outras denúncias por vir, não somente colocou o público a par da complexidade do projeto jornalístico, como suscitou uma série de repercussões no campo jornalístico e jurídico. Sendo assim, também avançaremos com a investigação de como as mídias trabalharam publicamente a questão da Vaza Jato, para compreender até que ponto há convergência de agendas entre os dispositivos jornalísticos. Esse tema foi mencionado pelos editores do Intercept, Glenn Greenwald e Leandro Demori, ao questionarem o agendamento jornalístico mantido por grande parte da mídia hegemônica brasileira quanto à Operação Lava Jato e realizando inclusive uma provocação com

[18] Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>. Acesso 10 out 2020.

relação ao fato de eles serem questionados sobre a origem da fonte jornalística, princípio que se constitui com o direito constitucional de sigilo.

> Durante cinco anos, a Lava Jato usou vazamentos e relacionamentos com jornalistas como uma estratégia de pressão na opinião pública. Funcionou, e a operação passou incólume, sofrendo poucas críticas enquanto abastecia a mídia com manchetes diárias. Teve pista livre para cometer ilegalidades em nome do combate a ilegalidades. Agora, a maior parte da imprensa está pondo em dúvida os procuradores e o superministro. Mas existe uma força disposta a mudar essa narrativa. A grande preocupação dos envolvidos agora, com ajuda da Rede Globo – já que não podem negar seus malfeitos – é com o "hacker". E também nunca vimos tantos jornalistas interessados mais em descobrir a fonte de uma informação do que com a informação em si. Nós jamais falamos em hacker. Nós não falamos sobre nossa fonte. Nunca. (GREENWALD; DEMORI, 17 jun 2019, online).

Além da preocupação com a parte jurídica, a equipe do The Intercept também teve que redirecionar seu fluxo de trabalho para atender a grande demanda com a apuração do extenso material vazado e com a publicação das reportagens.

> Juntos, (Leandro) Demori e (Alexandre de) Santi começaram a discutir um plano de ação. Optaram por redistribuir o trabalho. Tudo o que não fosse Vaza Jato ficaria com apenas uma pessoa – a editora do Intercept em São Paulo, Tatiana Dias – enquanto a prioridade da equipe no Rio seria a Vaza Jato. O ponto mais controverso era como justificar essas mudanças para a equipe. Santi queria contar o que estavam fazendo para todo mundo, para que todos se sentissem integrados no processo. Demori discordava, temendo vazamentos. [...] Os dois ficaram discutindo prós e contras até chegarem a um meio termo. Decidiram convocar uma reunião com toda a equipe. No encontro, anunciaram que estavam trabalhando em algo "importante e sensível" e que no momento oportuno todos iriam saber do que se tratava. Anteciparam que, em função do trabalho, todos precisariam redobrar os protocolos de segurança – que vinham sendo articulados por Fishman com o escritório do Intercept em Nova York. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 43)

A preocupação com medidas de segurança digital foi também um dos pilares da estratégia jornalística da Vaza Jato. O assistente-administrativo André Souza foi o encarregado de treinar a equipe sobre processos de criptografia, a partir das orientações do escritório nos EUA do The Intercept. Houve a criação de uma campanha interna para assegurar que as orientações da empresa estavam sendo seguidas, como a de que todos deveriam trocar suas senhas, mudar as suas configurações no computador e usar a autenticação de dois fatores para todas as contas em redes sociais. Para conectarem-se à internet, usavam sempre VPN (Virtual Private Network), uma rede privada virtual que oferece navegação sigilosa através de ferramentas de criptografia. Também houve a

recomendação de que os jornalistas teriam que fazer backups dos computadores e guardá-los em HDs externos fora da redação, caso houvesse alguma ordem de busca e apreensão. Ainda foi exigido que todos "apagassem conversas antigas com fontes e qualquer informação que pudesse relevar suas identidades ou ser distorcida contra o Intercept".

Outra grande preocupação foi quanto a temporalidade. Os jornalistas debateram sobre qual seria o momento certo de publicar os arquivos e de que forma. Glenn Greenwald queria publicar o material o mais rápido possível, pelo fato de que não sabia se o hacker não havia liberado o material para outras empresas jornalísticas e porque estava recebendo o material em sua casa e temia pela sua segurança, caso a Polícia Federal batesse em sua porta. Os colegas argumentavam que, em virtude do extenso material, haveria necessidade de mais tempo para a apuração, tendo consciência de que eram uma equipe bastante enxuta. Resolveram pensar em uma alternativa, que foi a de oferecer o material para outras empresas jornalísticas, como uma parceria em que publicariam conjuntamente. Essa iniciativa havia sido posta em prática pelo próprio Greenwald no caso Snowden. Assim, a Vaza Jato lançou uma série de parcerias com empresas da mídia hegemônica, como Folha de São Paulo, Revista Veja, UOL, Buzzfeed e outros. E ao receber cobranças sobre o dia que a Vaza Jato seria publicada, pois o hacker avisava que queria investir na bolsa de valores, como se estivesse querendo se beneficiar da repercussão sobre as publicações, até o dia da publicação das matérias teve que ser planejada. Com medo de que essa situação atrelasse o Intercept a algum favorecimento financeiro por parte do hacker, os advogados aconselharam que a publicação ocorresse em um domingo, em que as bolsas nacionais e internacionais estivessem fechadas. A data foi então marcada para o dia 9 de junho de 2019. A partir da decisão, os jornalistas da equipe do The Intercept Brasil foram orientados novamente a tomar precauções quanto à segurança:

> Lembraram que o conteúdo era explosivo e mexia com gente grande. Pediram que todos se preparassem. Esperavam retaliações. Não seria surpresa se sofressem batidas policiais. Alguém poderia ser preso. E mesmo aqueles não diretamente envolvidos na cobertura deveriam se precaver. Temiam que tentassem incriminá-los por vias tortuosas. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 51)

As medidas de proteção se mostraram realmente válidas desde que as primeiras denúncias da Vaza Jato foram publicadas, pois houve de fato uma tentativa de desqualificação das denúncias pelos próprios atores jurídicos, que acusaram seus telefones de terem sido invadidos, assim como uma tentativa de culpabilizar

criminalmente os jornalistas do Intercept pelo vazamento. O hackeamento que deu origem à Vaza Jato recebeu acusações pelas redes sociais de ser conivente com uma prática criminosa, levando inclusive o jornalista Glenn Greenwald a prestar depoimento na Câmara dos Deputados, que na ocasião usou o princípio constitucional de sigilo da fonte jornalística e da legitimidade de divulgar informações que atendiam o interesse público. Glenn também foi denunciado pela Procuradoria da República pelo crime de invasão de celulares de autoridades brasileiras, porém foi inocentado da acusação.

As atividades dos hackers também provocaram uma intensa investigação da Polícia Federal sobre o assunto, em que realizou a prisão de uma quadrilha, acusada pelo hackeamento. Na ocasião da prisão dos hackers, o juiz Moro chegou a anunciar que iria destruir todo o conteúdo dos vazamentos, declaração que foi desmentida horas depois pela Polícia Federal. O editor do The Intercept Brasil, Alexandre de Santi[19], acredita que a Vaza Jato "provocou uma reação emocional nas pessoas, pois ameaçou uma narrativa política", o que se materializou, de certa forma, em dois episódios que se relacionaram com a presença de Glenn Greenwald, muitas vezes considerado uma personificação da Vaza Jato. Em uma das ocorrências, Glenn foi agredido[20] fisicamente ao vivo durante um programa de rádio, da rede Jovem Pan, pelo jornalista Augusto Nunes. A discussão entre os dois ocorreu porque Nunes havia feito um vídeo em que sugeria que o juizado de menores retirasse a guarda dos filhos de Glenn com seu companheiro, David Miranda.

Outro episódio aconteceu durante a Feira Literária de Paraty, a Flip. Ao ser convidado para um painel denominado "Os desafios do jornalismo em tempos de Lava Jato"[21], Glenn teve que chegar ao evento de lancha, pois havia a ameaça de lavajatistas que protestavam contra sua presença nos espaços da Flip (Figura 8). O evento literário precisou solicitar apoio da Cavalaria da Polícia Militar fluminense e da patrulha ambiental, pois, além do grande número de pessoas que aguardavam a palestra de Greenwald, também havia manifestantes que disparavam fogos de artifício no momento de sua fala, tocando o hino nacional em volume alto e mostrando faixas com dizeres "Somos Todos Sergio Moro" e "Fora Glenn Greenwald".

[19] Palestra de Alexandre de Santi – Aula inaugural do curso de jornalismo da Unisinos, realizada no Campus Porto Alegre em 17/09/2019

[20]Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/jornalista-augusto-nunes-agride-glenn-greenwald-que-revida-assista.shtml>. Acesso em 10 out 2020.

[21]Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/07/protestos-marcam-mesa-com-glenn-greenwald-na-flip.shtml>. Acesso em 10 out 2020.

Figura 8: Palestra de Greenwald na Flip teve manifestações de apoiadores de Moro


O GLOBO CULTURA

Palestra de Glenn Greenwald em Paraty é recebida com protesto

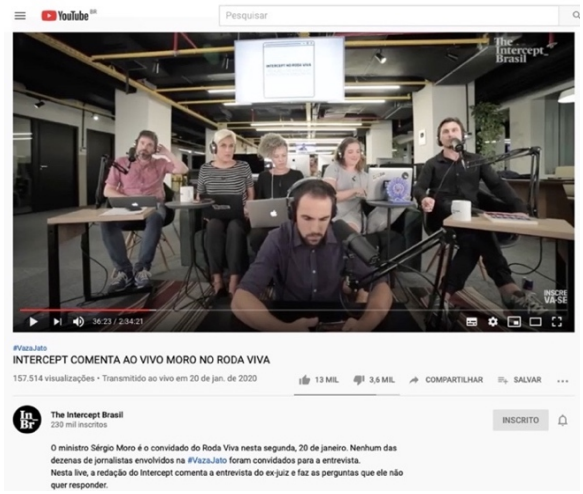
Ato de apoiadores da Lava-Jato tem som alto, laser e rojões contra o público (veja vídeo); barulho chega à tenda principal da Flip

Bolivar Torres

Fonte: O Globo

Outras marcas trazidas pela Vaza Jato suscitaram manifestações inéditas, como coberturas incomuns de outros acontecimentos midiáticos. No dia 20 de janeiro de 2020, o programa Roda Viva, da TV Cultura, exibiu ao vivo uma entrevista com o ministro da justiça Sergio Moro. Na semana anterior à exibição, a equipe do The Intercept Brasil questionou nas redes sociais o porquê de não participarem da bancada de entrevistadores, sendo que foram eles que denunciaram, através da série de vazamentos da Vaza Jato, várias irregularidades da conduta de Sergio Moro no processo da Lava Jato. Os apoiadores da iniciativa aderiram à campanha, com a hashtag #InterceptNoRodaViva, para que um dos seus integrantes fosse convidado para a bancada do programa, o que não ocorreu. Na mesma semana, os jornalistas do The Intercept Brasil denunciaram que os nomes dos entrevistadores passaram previamente pela aprovação do próprio Sergio Moro.

Figura 9: The Intercept Brasil comenta Roda Viva de Moro


YouTube

Pesquisar

#VazaJato

INTERCEPT COMENTA AO VIVO MORO NO RODA VIVA

157.514 visualizações • Transmitido ao vivo em 20 de jan. de 2020

13 MIL 3,6 MIL COMPARTILHAR SALVAR

The Intercept Brasil

230 mil inscritos

INSCRITO

O ministro Sérgio Moro é o convidado do Roda Viva nesta segunda, 20 de janeiro. Nenhum das dezenas de jornalistas envolvidos na #VazaJato foram convidados para a entrevista.
Nesta live, a redação do Intercept comenta a entrevista do ex-juiz e faz as perguntas que ele não quer responder.

Fonte: Youtube, 2020.

Sendo assim, além da polêmica envolvendo o Ministro da Justiça e a equipe do Intercept, a entrevista de Sergio Moro no programa Roda Viva gerou um fenômeno até então incomum: foi comentada por jornalistas, em canais de vídeo, em tempo real. Dois canais no YouTube se disponibilizaram a realizar a proposta: o The Intercept Brasil, e o Boletim do Fim do Mundo[22], do jornalista Bruno Torturra. A equipe do The Intercept Brasil exibiu a equipe do site assistindo e comentando a entrevista (Figura 9), enquanto Torturra optou por realizar comentários com o advogado criminalista Augusto de Arruda Botelho. Reforçamos que a intenção do The Intercept Brasil, ao oferecer esse canal de informação, não era somente de analisar as respostas do entrevistado, mas também as próprias perguntas dos entrevistadores da bancada, assim como aproveitar a oportunidade para gerar uma reverberação do próprio conteúdo. Os jornalistas também realizaram, em meio ao programa, a publicação, na página oficial do Twitter (Figura 10), da publicação dos links para as matérias da Vaza Jato que refutavam imediatamente as declarações dadas por Sergio Moro no programa, ao mesmo tempo em que escreviam, na rede social, as perguntas que gostariam de fazer ao ministro.

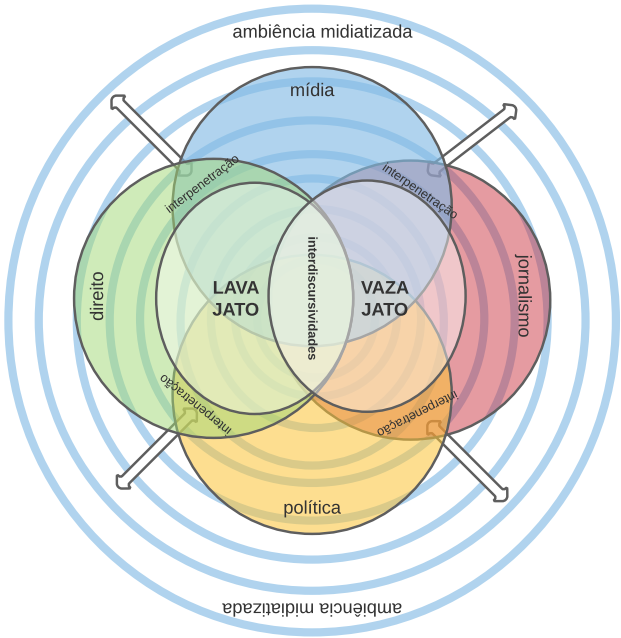
Figura 10: Thread do Intercept ao assistir a entrevista de Moro no Roda Viva

[22] Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=4HXob2GLtqs>. Acesso em 02 out 2020.



Fonte: Twitter, 2019.

Figura 11: Diagrama do esquema de midiatização do caso



Fonte: elaborado pela autora.

É interessante observar, a partir desse fenômeno, os acontecimentos que geraram outros acontecimentos, provocando **autoreferencialidade** e uma reverberação de metalinguagem. A partir das duas estratégias de ações comunicacionais, elaboramos, em um processo tentativo, um diagrama (Figura 11), que se dedica a explicar a dinâmica circulatória de produção de sentidos acerca das disputas entre a Operação Lava Jato e a série de reportagens da vaza Jato, na qual os diferentes sistemas se encontram entrelaçados, através de interpenetrações, que causam novas produções de sentido, porém conservando as lógicas de cada sistema. Essas zonas de interpenetrações, provocadas pelas disputas entre os dois acontecimentos, fazem emergir novas discursividades, cuja produção de sentido tem como consequência feedbacks complexos, justamente por que se encontra em uma ambiência midiatizada, que envolve essa processualidade. É através desse bios midiatizado que ocorre uma processualidade não-linear em um fluxo sempre adiante, que reverbera os conteúdos e os ressignifica.

5.2 ESTRATÉGIAS EM DISPUTA SEGUNDO CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS DAS DUAS OPERAÇÕES

Nossa proposta é de examinar como as duas estratégias sobre as coberturas jornalísticas das Operações Lava Jato e Vaza Jato se contatam, segundo análise que contempla as gramáticas próprias das empresas jornalísticas envolvidas no caso, enquanto "estilo" de cada empresa – segundo análise do conjunto que envolve a intervenção de duas complexas coberturas e das estratégias narrativas por eles enunciadas. Assim, destacaremos os "modos de dizer" de cada uma delas, revelando processos disputativos entre as diferentes coberturas jornalísticas. É a partir de construções narrativas e sua circulação que estas duas intervenções jornalísticas se transformam em um acontecimento, chamando a atenção para disputas de sentidos cujas marcas aparecem nos materiais estudados. Porém, para compreendermos as dinâmicas dos dois processos, precisamos trazer uma análise mais aprofundada sobre as metodologias dessas duas estratégias jornalísticas.

Para estabelecermos a comparação entre as estratégias jornalísticas estudadas, nos dedicamos a observar incialmente a cobertura jornalística da Operação Lava Jato realizada pelo olhar da TV Globo, da Revista Veja e do jornal Folha de São Paulo. Tal escolha se justifica segundo duas razões. A primeira se relaciona com a Rede Globo, e deve-se ao fato de que foi a veiculação da gravação telefônica entre o ex-presidente Lula

e a presidenta Dilma Rousseff pelo Jornal Nacional como o fato que dispara outras ocorrências, como por exemplo, a fundação do The Intercept Brasil. A segunda escolha se deu pelo motivo de que tanto a Veja como a Folha de São Paulo produziram amplas e intensas coberturas sobre a Operação Lava Jato e posteriormente também aderiram à Vaza Jato, valendo-se inclusive do seu material narrativo. Sendo assim, escolhemos o episódio de divulgação do vazamento da ligação entre Lula e Dilma, assim como o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sergio Moro e bem como a análise das capas da Revista Veja que são mostradas na sessão "Carta ao Leitor", na edição em que já apresenta uma parceria com o The Intercept Brasil. Dessa maneira captamos dois momentos da cobertura sobre a Operação Lava Jato, relacionando a um outro terceiro acontecimento que já demonstra vínculos de cooperação entre mídias sobre a Vaza Jato. Com isso demonstraremos que estas mídias construíam narrativas bem distintas com relação a Operação Lava Jato até o surgimento da Vaza Jato.

5.2.1 Lava Jato segundo leituras das estratégias jornalísticas

a) Rede Globo

A Rede Globo foi uma das emissoras que mais se comprometeu a criar uma narrativa que realmente alçou a Operação Lava Jato a uma grande operação comunicacional. Foi através da veiculação da ligação entre Dilma e Lula que a pressão pública para o impeachment de Dilma se intensificou e que a Operação Lava Jato ganhou credibilidade máxima, referendando suas ações, como por exemplo, a prisão do ex-presidente Lula. Porém, antes, de relatar esses acontecimentos pela perspectiva da cobertura jornalística desta empresa, precisamos destacar algumas características sobre suas gramáticas e regras internas. A linha editorial da Rede Globo de Comunicação é anunciada de maneira pública no site G1, em que a empresa afirma que acredita que o jornalismo serve para produzir conhecimento e buscar a verdade dos fatos.

> Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões. Dito isso, fica mais fácil dar um passo adiante. Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. [...] O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar. (G1, 2011).

A empresa faz alusões sobre suas gramáticas, anunciando princípios sobre seu caráter apartidário, laico, isento e que atendem aos critérios de objetividade jornalística e neutralidade:

> O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa. Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza. (G1, 2011).

Entretanto, a Rede Globo já apresenta tem um longo histórico de interferência midiática em acontecimentos políticos, como o apoio ao golpe militar de 1964, fato que foi inclusive admitido pelo seu próprio fundador, o jornalista Roberto Marinho, em um editorial assinado por ele e publicado no jornal O Globo em 7 de outubro de 1984, no qual a empresa fundamenta historicamente os elementos que alicerçam as suas gramáticas:

> Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. [...] Temos permanecidos fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". [...] O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia, e progresso econômico e social do País. (O GLOBO, 7 out 1984, online).

Coincidência ou não, a TV Globo foi criada em 1965, um ano após o golpe de estado de 1964 e se consolidou como maior rede de televisão do país durante a década de 1970, período no qual o regime militar implementou uma política de modernização das telecomunicações, com a criação da Embratel e a integração ao sistema mundial de comunicação por satélite. O regime militar também fez vistas grossas à parceria, vetada por lei, entre Roberto Marinho e a multinacional Time-Life, o que contribuiu para o salto tecnológico da TV Globo. Entretanto, o apoio ao golpe militar foi considerado pela empresa um erro, quase cinquenta anos depois de sua consumação, em outro editorial do jornal, publicado no dia 2 de setembro de 2013, com o título "Apoio ao golpe de 1964 foi um erro". Nesse acontecimento, mostramos que a Globo explica ao público o papel dos

seus posicionamentos editoriais perante a história, realizando desta forma uma autocrítica no sentido de estabelecer novos rumos:

> Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como "O Estado de S.Paulo", "Folha de S. Paulo", "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã", para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais. [...] O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma. (O GLOBO, 2 set 2013).

Também é um fato conhecido a estratégia de manipulação para que o candidato Fernando Collor de Mello se tornasse mais carismático com o público em seu debate televisivo com o também candidato a presidência, Lula da Silva, em 1989. Essa estratégia, admitida pelo ex-diretor geral da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, em entrevista para o jornalista Geneton Moraes Neto em 2011, demonstra a história das gramáticas desenvolvidas pela emissora, cujas circunstâncias sobre os modos de agir envolvem agentes e práticas de outros campos sociais:

> Nós fomos procurados pela assessoria do Collor, o Manuel Pires Gonçalves (superintendente executivo da Rede Globo) me procurou para que eu desse alguns palpites nos debates, porque que a briga do Collor com o Lula nos debates estava desigual, porque o Lula era o povo e o Collor era a autoridade. Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma 'glicerinazinha' e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula – mas as pastas estavam inteiramente vazias ou com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura do candidato junto ao espectador para que ele ficasse em pé de igualdade com a popularidade do Lula. (DOSSIÊ GLOBO NEWS, 20 nov 2011).

Dessa forma, mesmo que a empresa afirme que possui um código moral e ético alinhado com o senso comum da deontologia jornalística, suas gramáticas denunciam regras não declaradas de uma atuação política atuante, que ocorre através de seus enunciados jornalísticos, editoriais e criações de narrativas, como veremos neste caso. Porém, ao traçarmos um paralelo com relação à cobertura jornalística realizada pela TV Globo na Operação Lava Jato, percebemos que a Rede Globo entra em cena de maneira

gradativa, incialmente não dando muito destaque ao fato, situação que se modifica após uma ação da Polícia Federal que prende o ex-diretor da Petrobrás, Renato Duque e a diretoria da empreiteira OAS. Segundo a pesquisadora Anielly Dias, houve nas reportagens televisivas sobre o fato uma transição de narrativas:

> A primeira matéria selecionada foi exibida pelo telejornal Jornal Nacional (JN) em 17.03.2014, dia em que foi deflagrada, pela PF, a primeira fase da operação. Na realidade, JN exibiu apenas uma *nota coberta* sobre a operação, onde o apresentador Willian Bonner descrevia o fato enquanto eram mostradas as imagens produzidas durante a operação e imagens arquivos, já que um dos presos também estava envolvido no escândalo do mensalão. A abordagem limitou-se ao fato e a própria expressão facial do apresentador, ao "chamar" a notícia, reflete a insignificância e incredulidade da emissora em relação à operação. Isto é, aparentemente esta seria apenas mais uma, entre tantas, operações de "combate à corrupção". [...] A segunda matéria selecionada foi exibida pelo telejornal Jornal Hoje (JH) em 15.11.2014, um dia após a realização da 7a etapa da operação, com a prisão de 19 pessoas. Oito meses após a primeira etapa, o tratamento jornalístico sobre o assunto já foi alterado. Nesse dia em especial, o Jornal Hoje exibiu duas matérias e uma entrada ao vivo do repórter Fernando Parracho diretamente da sede da PF em Curitiba, cidade que concentra as investigações. [...] Os detalhes destacados pelo repórter chamam a atenção e imprimem um caráter espetacular ao acontecimento. (DIAS, 2018).

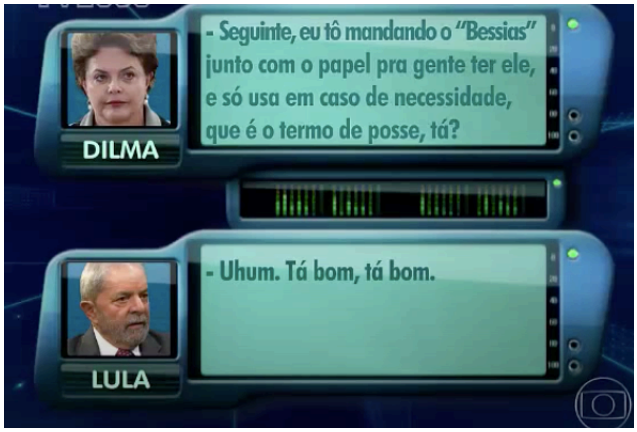
Segundo a análise, ocorreu, a partir desses relatos iniciais, uma progressiva espetacularização do acontecimento, tanto com relação ao tempo destinado à cobertura do evento, que invadiu a grade de programação da emissora, como o uso de dispositivos como imagens ao vivo de helicóptero e de outros pontos de cobertura, realizando uma transmissão em tempo real, grande parte pelo fato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser apontado como um dos investigados pela operação e ter sofrido a ordem de coerção coercitiva através da decisão do juiz Sergio Moro:

> A quinta matéria foi exibida no dia 04.03.2016 pelo telejornal Jornal Hoje e refere-se à 24a etapa da operação Lava Jato, que resultou na prisão de 33 pessoas e mais 11 conduções coercitivas, dentre essas 11 pessoas está o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi levado ao salão de autoridade do aeroporto de Congonhas, localizado na capital paulista, para prestar depoimento. O VT iniciou com uma nota coberta, onde a apresentadora Sandra Annemberg traz um panorama dos acontecimentos enquanto mostra imagens ao vivo do aeroporto de Congonhas. [...] Além das informações sobre o depoimento de Lula, o repórter destaca a manifestação pró e contra a condução coercitiva do ex-presidente. Usa-se imagens ao vivo e aéreas, também gravações feitas pela emissora, do saguão do aeroporto e imagens captadas em frente ao apartamento de Lula, em São Bernardo do Campo. A duração

> na nota coberta e da entrada ao vivo foi de 3’28’’. Observa-se que a edição desse dia do JH foi atípica, ou seja, o telejornal começou a ser exibido ainda pela manhã e ficou no ar até o começo da tarde. Das 23 matérias exibidas, 19 estavam relacionadas à operação Lava Jato, incluindo a exibição na íntegra e ao vivo da coletiva dada por Lula, com duração de 26’15’’. Sem dúvida, um espetáculo que atraiu milhões de telespectadores interessados em entender o que de fato estava acontecendo. (DIAS, 2018)

Realizamos esta contextualização de fatos precedentes sobre a Operação Lava Jato para ingressar na análise das estratégias jornalísticas da TV Globo na cobertura deste caso. Nosso primeiro material de análise é a reportagem da edição do Jornal Nacional de 16 de março de 2016, que divulga, praticamente em primeira mão, a ligação telefônica entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, como mostra a imagem 12:

Figura 12: Diálogo entre Dilma e Lula exibido na escalada do JN



Fonte: reprodução

Esse acontecimento havia sido divulgado com exclusividade horas antes pela emissora Globo News, que faz parte da própria Rede Globo, mas foi re-circulado como material inédito no principal noticiário da empresa. Primeiro, faremos uma análise a partir da transcrição da escalada[23] do jornal desta edição:

> [Bonner e Renata]: Boa noite.
> [Bonner]: A crise no governo Dilma Rousseff atinge o ponto mais alto.
> [Renata]: Luiz Inácio Lula da Silva é nomeado o chefe da Casa Civil.
> [Bonner]: Ele sai do alcance de Sergio Moro, juiz federal do Paraná, responsável pela Lava Jato.

[23] Escalada é um resumo sobre os principais conteúdos que serão exibidos no telejornal e geralmente é gravado previamente e veiculado antes de começar o programa.

[Renata]: E passa a ter o chamado “foro privilegiado” no Supremo Tribunal Federal.
[Bonner]: O juiz Sergio Moro suspende o sigilo.
[Renata]: E a Justiça Federal torna públicos os grampos telefônicos do ex-presidente.
[Bonner]: Um deles, de hoje à tarde.
[Renata]: Lula recebe ligação da presidente Dilma:
[abre imagem com gráfico de imagens de Lula e Dilma, mostrando parte do diálogo com áudio]
[Dilma]: Alô
[Lula]: Alô
[Dilma]: Lula, deixa eu te falar uma coisa...
[Lula]: Fala, querida
[Dilma]: Seguinte, eu tô mandando o “Bessias” junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?
[Lula]: Uhum. Tá bom, tá bom.
[Dilma]: Só isso, você espera aí, que ele tá indo aí.
[Lula]: Tá bom, eu fico aqui aguardando.
[Dilma]: Tá!?
[Lula]: Tá bom.
[Dilma]: Tchau.
[Lula]: Tchau, querida.
[volta a imagem para William Bonner]
[Bonner]: Os grampos têm indícios fortes de que o objetivo da ida de Lula para o ministério foi mesmo tirar do alcance do juiz Moro.
[Renata]: E indica que o ex-presidente tentou influenciar várias autoridades para se proteger.
[Bonner]: Uma edição extra do diário oficial publica a nomeação do agora ministro Lula.
[Renata]: Quarta-feira, 16 de março.
[Bonner]: O Jornal Nacional está começando agora.
(JORNAL NACIONAL, 16 mar 2016).

A escalada desta edição do Jornal Nacional quebrou totalmente os padrões de gramática do próprio noticiário, por vários motivos. Normalmente, as escaladas do jornal não passam de um minuto, mas nessa edição, a escalada teve um minuto e vinte segundos, e foi totalmente dedicada a um único assunto, amplamente tematizado, ao contrário de uma escalada normal, em que vários acontecimentos destaque são colocados nesta chamada inicial, para chamar a atenção do telespectador. Nessa noite, não somente o fato de Lula ter sido indicado como ministro da Casa Civil foi enfatizado, como foi mencionado, segundo manobra opinativa do telejornal, por três vezes, que essa seria uma “manobra” para afastar o ex-presidente do juiz Sergio Moro, que era titular do caso, em uma das vezes, afirmando que “havia fortes indícios”. Dessa maneira, o jornal dedicou 25 segundos da escalada para veicular a ligação entre Dilma e Lula, sendo Dilma Rousseff a presidente da República naquele momento. Segundo a constituição brasileira, o grampo

telefônico pode ser utilizado para fins de prova, mediante ordem judicial, porém, em modalidade de segredo de justiça, fato que se agrava mais ainda com relação a um dos participantes da gravação gozar de foro privilegiado, como a presidenta Dilma Rousseff. Nesses casos, a recomendação é que o material seja enviado ao Superior Tribunal Federal, que é o órgão competente para analisar a prova. Mas neste caso específico, não só a gravação em questão foi divulgada para imprensa em caráter irregular, pois não deveria ter sido passada diretamente à imprensa, como também ocorreu após a decisão de Moro de retomar o sigilo das gravações, como demonstra a matéria do G1[24]. Temos aqui, como exemplo de regra de gramática própria da emissora, a Globo passando a palavra sobre o acontecimento ao juiz Sergio Moro, privilegiando sua versão do fato:

> A conversa entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a respeito do termo de posse dele como ministro-chefe da Casa Civil foi feita quase duas horas depois de o juiz federal Sérgio Moro mandar a Polícia Federal suspender as interceptações telefônicas de Lula. Segundo um documento da própria Polícia Federal, o diálogo entre Dilma e Lula foi interceptado às 13h32, desta quarta-feira (16). No entanto, o juiz Sérgio Moro havia determinado às 11h20 o fim das interceptações dos terminais telefônicos ligados ao ex-presidente. Na manhã desta quinta-feira (17), o juiz Sérgio Moro disse que não havia reparado antes no ponto, mas que não viu maior relevância. "Como havia justa causa e autorização legal para a interceptação, não vislumbro maiores problemas no ocorrido", argumento o juiz. Sérgio Moro argumentou ainda que "não é ainda o caso de exclusão do diálogo considerando o seu conteúdo relevante no contexto das investigações" (SITE G1, 2016).

Logo depois da escalada da edição do Jornal nacional do dia 16 de março de 2016, o programa reafirma, na voz de William Bonner, que a crise no governo Dilma Rousseff "atinge seu ponto mais alto desde o início", o que também evidencia uma modalidade de avaliação sobre o fato e que ganha uma expressão opinativa do próprio âncora do jornal, de acordo com a transcrição abaixo:

> Nesta quarta feira, a crise que envolve o governo Dilma Rousseff atingiu o ponto mais alto, desde o início. Antes que o Diário Oficial efetivasse a nomeação de Lula como ministro, o juiz Sergio Moro retirou o sigilo de toda a investigação sobre o ex-presidente e com isso tornaram-se públicas, no fim da tarde, conversas telefônicas de Lula. Os integrantes da Lava Jato afirmam que há indícios de uma ação para atrapalhar as investigações. Ainda nesta edição, o Jornal Nacional vai mostrar o conteúdo destes grampos e as reações que eles provocaram. (JORNAL NACIONAL, 16 mar 2016).

[24] Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/conversa-entre-dilma-e-lula-foi-grampeada-apos-despacho-de-moro.html>. Acesso em 11 abril 2021.

Uma outra operação resultante das gramáticas é que o fato se desdobra em microacontecimentos, devidamente hierarquizados pelas narrativas do âncora principal do telejornal. No mesmo programa, William Bonner, antes de chamar uma reportagem, adverte que a decisão de tornar Lula ministro chefe da Casa Civil ocorreu seis dias depois dos procuradores da Lava Jato pedirem a prisão de Lula. A matéria relata as diversas reuniões entre a presidenta Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula, ministros do governo e lideranças petistas sobre o melhor caminho para manter a aliança com a base aliada. Na passagem da matéria, a repórter reafirma que, na verdade, a decisão é uma manobra do governo para proteger Lula e escapar das mãos do juiz Sergio Moro. Logo em seguida, a matéria mostra uma fala do delegado da Polícia Federal, Igor de Paula, que foi um dos coordenadores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. Ele explica sobre a processualidade jurídica e esclarece que os autos serão encerrados em Curitiba, para que o processo siga em uma nova instância e que será apreciado pelo STF. Em 2019, Igor foi nomeado[25] diretor de investigação e combate ao crime organizado da Polícia Federal (Dicor), em Brasília.

O jornal segue falando de Lula e afirma que ele já estava em São Paulo quando foi publicada uma edição extra do Diário Oficial, com a nomeação do ex-presidente como ministro. A nota coberta[26], lida por Renata Vasconcellos, aponta que não é uma prática normal a publicação da medida antes da assinatura do termo de posse, que é costumeiramente assinada pela presidenta em uma cerimônia e só depois publicada no Diário Oficial. Dessa forma, percebemos que o telejornal vai além de sua função informativa e interioriza seu olhar testemunhal sobre o fato, como se fosse um personagem que acompanha o fato em tempo real. O tempo de narração do fato ultrapassa o tempo cronometrado, através de pequenos textos e pequenos relatos. Assim, este fato se torna um objeto central para o Jornal Nacional, que opera como se fosse um manto a abrigar o fato segundo uma outra temporalidade em termos de construção de narrativa.

Quem opera esta articulação de micro fatos, articulando-os entre si é justamente a conectividade tramada pelos jornalistas, espalhados em vários lugares da cobertura. O primeiro bloco do jornal já segue há oito minutos ininterruptos falando do mesmo assunto, chamando em seguida uma reportagem para falar sobre a repercussão negativa que a nomeação de Lula provocou nos partidos de oposição no Congresso Nacional e nos

[25] https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/17/delegado-que-atuou-na-lava-jato-e-nomeado-como-diretor-de-combate-ao-crime-organizado-da-pf.ghtml

[26] Nota lida em off (sem o apresentador estar em foco) com imagens ilustrando o que está sendo dito.

ministros do Supremo Tribunal Federal. O repórter Fernando Rego Barros é chamado ao vivo de Brasília para mostrar uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto. Corta para uma imagem aérea dos manifestantes, com faixas da cor amarela, um carro de som no centro da imagem e fogos de artifício ao lado. O repórter afirma que segundo a Polícia Militar, haveria aproximadamente 2 mil e quinhentas pessoas, mas que esse número foi atualizado para 5 mil pessoas. Barros finaliza a entrada ao vivo dizendo que "eles [os manifestantes] não aceitam a nomeação de Lula como ministro chefe da Casa Civil" e reforça que a manifestação é pacífica e que não houve violência, mas informa que alguns deputados que compareceram na manifestação foram expulsos. Do ao vivo em Brasília, a âncora Renata Vasconcellos passa para outro ao repórter ao vivo, que está transmitindo uma manifestação na Avenida Paulista. Na frente do prédio da Fiesp, que está todo em verde amarelo, com uma faixa em preto, com os dizeres "Renuncia já". A imagem é aérea, pois o repórter fala de um helicóptero, mostrando uma multidão de pessoas com camisetas verde e amarela. Nas duas incursões ao vivo, os repórteres afirmaram que as manifestações começaram antes da divulgação da gravação telefônica entre Dilma e Lula.

No entanto, a Globo News divulgou com exclusividade o diálogo no programa "Edição das 18h", com a apresentadora Leilane Neubarth trazendo uma transmissão direto de Brasília com a comentarista de política Cristiana Lobo. Porém, o repórter admite que a manifestação da Avenida Paulista tomou mais corpo depois da divulgação da gravação. Na chamada para o comercial, a apresentadora Renata Vasconcellos volta a falar "na crise política no auge em Brasília", que é complementada por Bonner ao relembrar que divulgariam ainda na edição a íntegra dos áudios vazados e que a polícia tinha indícios de ações para atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato. O primeiro bloco do Jornal Nacional tem 11 minutos integralmente dedicados a uma narrativa que aponta uma grave crise no governo federal, coloca em suspensão a medida de nomear Lula ministro-chefe da Casa Civil e o acusa de obstrução da justiça.

Até este momento o princípio da gramática é considerado como cumprido. Então, no segundo bloco o programa decide dar a palavra aos personagens envolvidos com o fato. Somente no segundo bloco do jornal, é exibida a fala da presidenta do país, Dilma Rousseff, resultado de uma entrevista coletiva. São exibidos trechos editados a partir de respostas da governante, que no programa começa com uma fala descontextualizada e editada, em que ela primeiro responde se, com a nomeação de Lula, ela estaria perdendo poderes. Em outra resposta, Dilma afirma que acha estranha a maneira com que Lula estaria sendo investigado, pois estaria prestando todos os esclarecimentos e mesmo assim

havia um pedido de condução coercitiva e pedido de prisão contra ele, e também esclarece que a prerrogativa de foro privilegiado não significa que não haverá investigação. As respostas de Dilma ocupam praticamente todo o segundo bloco do programa, mas os apresentadores chamam o comercial falando sobre "a crise política no auge em Brasília", repetindo que a justiça federal havia autorizado a divulgação das gravações e que haveria indícios de ações para atrapalhar as investigações da Lava Jato. Dessa maneira, identificamos como estratégia o uso de discursos publicizantes e comerciais, que se misturam com o discurso jornalístico, para gerar mais audiência.

No terceiro bloco, a primeira reportagem fala sobre o impeachment de Dilma Rousseff, que foi mantido pelo STF. É veiculada uma matéria sobre as gravações, novamente com a frase "nessa quarta-feira, a crise política atingiu seu ponto mais alto" e mencionado novamente que "integrantes da Operação Lava Jato afirmam que há indícios de ações para atrapalhar as investigações". No mesmo texto, a apresentadora afirma que o juiz Sergio Moro quebrou o sigilo da fase 24 da Operação Lava Jato, tornando públicas conversas telefônicas decorrentes desta operação. Na reportagem do jornalista Vladimir Netto, direto de Curitiba, foram reveladas conversas de Lula com o então presidente do PT, Rui Falcão, dizendo que estaria esperando mandados de busca e apreensão em sua casa e de seus filhos, motivo que foi apontado por integrantes da Lava Jato como indícios de ações pensadas para atrapalhar as investigações da operação. O jornalista narra alguns diálogos em que o ex-presidente Lula comenta sobre as processualidades da Lava Jato e deixa a entender que ele está buscando articular influências com algumas autoridades, uma delas, com o então novo ministro da justiça, Eugênio Aragão, através de uma conversa captada com o ex-ministro dos Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vanucci.

É muito clara a participação do âncora do telejornal como o principal cadenciador do acontecimento jornalístico em gestação, pois sua centralidade visa um efeito de sentido. O jornal se corporifica através da figura do apresentador William Bonner, depois de veiculada a matéria, relê o mesmo diálogo ao vivo, retomando que a Polícia Federal acredita que há indícios de ações para atrapalhar as investigações da operação, em uma clara acusação de obstrução da justiça por parte do ex-presidente Lula, mesmo que não usando esse termo diretamente. Então os apresentadores começam a relatar alguns diálogos e interpretar algumas ações do ex-presidente Lula, que, na leitura apresentada, parecem suspeitas, inclusive alguns diálogos com o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Os apresentadores repetem os diálogos mais de uma vez. Depois de lerem

as transcrições dos diálogos, Bonner enfim faz a chamada para a gravação entre Dilma e Lula, que é realizada no celular do segurança do ex-presidente.

Logo depois da gravação, Bonner está de pé, no estúdio, fora de uma posição habitual, faz com que o fato de impunha inclusive ao ambiente de rotina do telejornal, para mostrar que ele se reveste de uma excepcionalidade, pois é preciso dizê-lo de outro modo, estabelecendo uma nova conversação entre os jornalistas. O âncora então chama o repórter Ricardo Soares, em Belo Horizonte, que está em enquadramento fechado e cercado por uma multidão que grita "Lula Ladrão, seu lugar é na prisão". Ele afirma que há no local cerca de 300 pessoas que combinaram de fazer a manifestação pelas redes sociais. Enquanto o repórter falava, a imagem mostrava os manifestantes com faixas verde e amarela na cabeça e bonecos de Lula presidiário, fazendo movimentos de jogos da velha. Ele afirma que os manifestantes pedem a renúncia da presidenta Dilma Rousseff. Logo em sequência o programa mostra novamente a manifestação em São Paulo, na Avenida Paulista e em Brasília.

Bonner então chama a repórter Camila Bomfim, também de Brasília, agora com as explicações do juiz Sergio Moro sobre a quebra do sigilo telefônico. A repórter usa uma citação do juiz, que afirma que "a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando esses buscam agir protegidos pelas sombras", sendo que a repórter afirma que é uma prática recorrente de Moro tornar tudo público depois que as "diligências estão cumpridas". Ela ainda fala que mesmo que a gravação tenha a presença de pessoas com foro privilegiado, elas aparecem porque estão recebendo ligações de Lula e que há indícios de que Lula sabia que estava sendo monitorado e que apresentava indícios de "aparente tentativa de obstrução de justiça" e nessa hora é lembrado o caso de Delcídio Amaral, que foi preso justamente pela acusação de obstrução da justiça. Nesse momento, o telejornal dá a palavra ao juiz Sergio Moro, que se torna um co-personagem.

Bonner então afirma que a divulgação dos diálogos entre Lula e Dilma provocou uma reação imediata no Congresso Nacional e chama ao vivo o repórter Julio Mosquera, que em tom de sensacionalismo afirma que o clima no Congresso esquentou e que muitos deputados não acreditaram que o diálogo seria real. Ele depois afirma que a oposição ao governo pediu imediatamente a renúncia de Dilma e a prisão de Lula. Também relatou a indignação dos políticos governistas sobre a atuação do juiz Sergio Moro. No fechamento do terceiro bloco, Renata Vasconcellos, o telejornal traz a rua para dentro do setting televisivo, informando que houve panelaços em pelo menos 11 capitais brasileiras, e

mostrando vídeos publicados pelas pessoas nas redes sociais. O jornal termina com imagens de um ato pró-Lula e Dilma, sem falar do número de manifestantes presentes no total, seguido das imagens de manifestações contra Lula e Dilma na Avenida Paulista. William Bonner termina o jornal dizendo que foi um 16 de maio histórico e que o jornal trouxe aos telespectadores uma cobertura dos acontecimentos ao vivo.

Trazemos aqui marcas das gramáticas e algumas de suas incidências sobre o funcionamento do telejornal, uma vez que esta edição foi integralmente devorada pelo fato, cujo agendamento foi sugerido ao longo das suas estratégias de ações comunicacionais. Chamamos ainda a atenção para algumas construções retóricas, que se materializaram através de enunciados, como: "a grave crise no governo atingiu o seu ponto mais alto", "integrantes da Lava Jato afirmam que há indícios de ações para atrapalhar as investigações da operação" e que Lula estaria articulando para "fugir do alcance do juiz Sergio Moro". Essas afirmativas, além da recorrente insinuação pela renúncia de Dilma, foram recorrentes e repetidas em todos os blocos do jornal, trazendo aspectos do fato como anaforizados, isto é, repetidos para persuadir o telespectador de uma ideia. Também identificamos como interpenetrações intersistêmicas, o uso de argumentações proferidas por integrantes da Polícia Federal, do Judiciário e figuras políticas, assim como o uso de imagens de manifestações tanto com o aparato técnico da própria emissora, mesclado com as imagens amadoras dos panelaços que estavam circulando pelas redes e que denotavam uma repercussão imediata sobre o que estava sendo veiculado, construindo uma narrativa que suscitava uma crise política, e que foi corroborada por uma eficiente estratégia narrativa. Esta estratégia contribuiu enormemente para o fortalecimento da Operação Lava Jato e seus desdobramentos, como a confirmação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a efetivação da posterior prisão do ex-presidente Lula.

A partir da análise deste primeiro programa constatamos que o ex-presidente Lula é o personagem principal desta narrativa da cobertura jornalística da TV Globo sobre a Operação Lava Jato. Através das gramáticas percebidas na análise do primeiro programa, identificamos que este personagem não somente fez com que o telejornal transpusesse os próprios rituais normativos do programa, como dedicasse a elaboração de uma estratégia narrativa para agendar o político petista como envolvido nos "fortes indícios de corrupção" denunciados pelo programa. Sendo assim, segue-se uma construção desta narrativa em outras duas edições do Jornal Nacional: os programas dos dias 10 e 11 de maio de 2017, que trazem alguns fragmentos do depoimento do ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva ao juiz Sergio Moro em Curitiba. No primeiro programa, como mostra a imagem 13, o registro que se tem do fato é da imagem de Lula em primeiro plano, e a voz do juiz Sergio Moro, não enquadrado na imagem.

Figura 13: Imagem veiculada no JN de 10 de maio de 2017



Fonte: reprodução Globo

Nesta edição, já na escalada, ocorre um rastreamento do fato, seguindo Lula em uma menção curta sobre o evento, com imagens de Lula no aeroporto, chegando em Curitiba e chegando no prédio da Justiça Federal A descrição do ambiente interno do interrogatório, pelos apresentadores faz com que o telejornal se desloque de um ambiente a outro, seguindo a rotina do fato enquanto um ritual judicial, como mostra o trecho abaixo:

> [Bonner] O interrogatório do ex-presidente. Lula vai à Curitiba como réu por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.
> [Renata] Ele fica frente a frente com o juiz Sergio Moro por mais de cinco horas.
> [Bonner] E a justiça só divulgou as gravações da sessão há menos de 40 minutos. (JORNAL NACIONAL, 10 mai 2017).

No programa os jornalistas narram as suas rotinas, demonstrando uma preocupação inicial em informar que receberam os vídeos e as transcrições em um tempo muito próximo do fechamento do jornal, afirmando por diversas vezes que a equipe do jornal estava realizando uma apuração prévia do conteúdo para veicular ainda naquela edição. O programa inicia com os relatos do depoimento, com Bonner informando que o ex-presidente Lula prestou depoimento como réu pela segunda vez em uma ação judicial relacionada à Lava Jato. O apresentador lembrou que a primeira vez Lula havia prestado depoimento quanto à acusação de obstrução de justiça. Renata então informa que é a

primeira vez que Lula falou como réu pela primeira vez ao juiz Sergio Moro, em Curitiba, e esclarece que nessa ação o ex-presidente é acusado de ter recebido propina da construtora OAS por meio do recebimento de um Tríplex. Bonner então afirma que os jornalistas de todo o Brasil estão todos dedicados a um mesmo trabalho: analisar as declarações de Lula no depoimento dado a Moro. Bonner explicou que é um desafio imenso, porque os vídeos somente são liberados depois que o depoimento termina, e que era exclusivamente através dos vídeos que os jornalistas poderiam saber o que havia acontecido no depoimento. Os vídeos só foram liberados às 19h36min, portanto, menos de uma hora da edição do telejornal começar. Coincidência ou não, esse fator permitiu que o depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro tomasse duas edições do Jornal Nacional, gerando um fenômeno de convergências entre as temporalidades do telejornal para se adequar à temporalidade do interrogatório.

Depois de informar que a defesa de Lula havia tentado adiar o depoimento sem sucesso, os apresentadores chamaram a reportagem sobre o acontecimento, que mostrou o percurso de Lula desde São Bernardo do Campo até Curitiba e a sua participação depois do depoimento, que foi considerado o mais longo da história da Operação Lava Jato, o que demonstra que este fato se desdobra em micro acontecimentos colaterais. Os vídeos do depoimento foram exibidos no segundo bloco do programa, reforçando que o juiz Sergio Moro foi o primeiro a perguntar e que ele se refere a Lula como "Senhor ex-presidente". As primeiras imagens focam em Lula, que responde as perguntas olhando para Moro, de quem só ouvimos a voz. As imagens, que são fornecidas pela gravação disponibilizada pela equipe do Ministério Público Federal, sofrem uma mixagem no tratamento jornalístico quanto a questão do agendamento de uma construção de uma imagem culposa de Lula. O programa mostra o juiz Moro perguntando, reiteradas vezes, sobre se houve alguma intenção de adquirir o apartamento Tríplex, no que Lula nega enfaticamente. A imagem segue sendo veiculada sem cortes e mostra um trecho do depoimento, de 3 minutos e meio, para depois revelar outro trecho sem cortes de cinco minutos, os dois trechos tratando sobre a questão do Tríplex. Logo depois é mostrado outro trecho de menos de um minuto, em que Lula fala sobre Renato Duque, ex-diretor da Petrobrás, que havia acusado Lula de ser o líder do esquema de propinas ao PT.

O jornal também veicula uma breve fala do ex-presidente Lula, no ato em que foi realizado depois de seu depoimento, em que ele diz que sempre vai prestar todos os depoimentos a que for chamado e que diz estar em busca da verdade. No terceiro bloco do programa são mostrados novos trechos do depoimento, com Bonner informando que

a equipe do Jornal Nacional ainda estava realizando a apuração dos materiais. Nessa segunda parte, Lula afirma que não solicitou destruição de provas, e aparece um outro trecho em que o juiz Moro volta a perguntar se Lula quis alguma vez ficar com o apartamento Tríplex e se Lula realmente não sabia de conversas sobre propina em seu governo, trecho em que o ex-presidente fala que "se seu filho recebe nota baixa ele nunca irá lhe contar" no que o juiz Sergio Moro responde que "sempre fica sabendo das notas dos filhos". Em um último trecho, Moro volta a perguntar do Tríplex e inclusive cita a reportagem de O Globo que inspirou a denúncia contra Lula, que responde de maneira veemente, negando as acusações, dizendo que é invenção do Ministério Público. Por último, foi divulgado um trecho que falava sobre uma conversa de Lula com Renato Duque, e que ele só procurou esse ex-diretor da Petrobras, porque ele tinha sido indicado pelo PT. Esta tensão, gerada pelos jornalistas do Jornal Nacional, focando na questão do tríplex e na reportagem usada como prova, corrobora a argumentação narrativa usada pelos procuradores da Operação Lava Jato e demonstra uma deficiência de apuração do próprio telejornal, que não conseguiria abordar uma análise opinativa em tempo real sobre o acontecimento, sendo que ele ocorreu minutos antes do programa entrar no ar. O jornal termina com a fala de Cristiano Zanin Martins, advogado de defesa de Lula, que afirma que seu cliente respondeu a todas as questões, assim demonstrando que não possui envolvimento nas acusações que sofreu.

Figura 14: Imagem veiculada no JN de 11 de maio de 2017



Fonte: reprodução Globo.

A diferença de temporalidades entre a apuração necessária para publicação no telejornal e a das processulidades próprias do campo judiciário que se demonstraram no interrogatório ocasionou uma nova edição do Jornal Nacional, mais aprofundada sobre o

assunto. O programa do dia 11 de maio de 2017 retoma o depoimento de Lula, mostrando mais imagens sobre o acontecimento em uma tomada de um plano diferente, captado de um ângulo lateral, que agora também mostra o juiz Sergio Moro (Figura 14). A apresentadora Renata Vasconcellos começa o programa dizendo que o Jornal Nacional irá cumprir o compromisso de mostrar detalhadamente os principais momentos do depoimento de Lula e que só não pode realizar esse intuito na edição anterior porque o horário em que os vídeos foram liberados não possibilitou que eles pudessem ser analisados, pois eram 5 horas de depoimento. Foram aproximadamente 31 minutos ao total, de trechos que retomaram assuntos tratados na edição anterior, mais outras questões que foram pontuadas pelos apresentadores, como a reforma no sítio em Atibaia.

Na escalada, os apresentadores já afirmaram que iriam trazer os relatos de Lula e que a Operação Lava Jato havia quebrado o sigilo de João Santana (coordenador de campanha de Lula), além de citar outros assuntos não relativos à Lava Jato. Os dois apresentadores relembram o que foi dito sobre o depoimento na edição anterior e reafirmaram que mostrariam de forma detalhada o que ocorreu na arguição, iniciando com uma declaração do juiz Sergio Moro. Ele diz a Lula que não tem nada pessoal contra ele, o que vai prevalecer no final do julgamento são as provas apresentadas e que ele queria deixar claro que quem faz as acusações no processo é o Ministério Público. A fala inicial do juiz também demonstrou preocupação em dizer que são infundados os boatos de que ele determinaria a prisão do acusado em meio ao depoimento.

O jornal veiculou novamente a resposta de Lula sobre a questão do Tríplex, que havia sido veiculada na edição anterior, mas em uma versão editada, com a ressalva da apresentadora que mostrariam somente os aspectos mais importantes da resposta. O telejornal também apresentou uma discussão entre o juiz Moro e o advogado de defesa de Lula, Cristiano Zanin Martins, na qual o juiz o repreendia por interceder demais no depoimento pelo seu cliente e lhe indeferiu o direito à palavra. Nesse momento, o programa veicula um trecho em que Lula é perguntado por Moro se recebeu Leo Pinheiro em seu apartamento para discutir a reforma do sítio em Atibaia e Lula diz que não se lembra, mas o fato é mostrado como uma confissão pelo jornal, tratando-se de uma interpretação opinativa dos apresentadores do Jornal Nacional. É então mostrada uma fala do ex-presidente em que ele denuncia o Ministério Público de coagir testemunhas para acusá-lo no processo. Em seguida, a apresentadora Renata Vasconcellos afirma que o juiz Moro confrontou Lula sobre a denúncia de Leo Pinheiro, empreiteiro da OAS, de que a diferença entre o apartamento simples para o apartamento Tríplex foi paga com dinheiro

de propina, mas na imagem mostrada do depoimento, Lula afirma categoricamente que Pinheiro está mentindo.

Os dois apresentadores ainda apresentam um trecho editado sobre uma pergunta de Moro de qual era a relação entre Lula e Renato Duque, e que este último havia relatado uma conversa entre eles em um aeroporto, na qual Lula havia dito que ele não poderia ter contas no exterior em seu nome, e que Duque afirmou que naquele momento percebeu que Lula não só sabia do esquema de propina, como o liderava. A resposta de Lula reforçou a história do encontro no aeroporto, justificando que procurou Duque para confrontá-lo sobre reportagens na imprensa que o denunciavam por desvio de dinheiro ao exterior. Porém, o trecho foi exibido para mostrar uma aparente contradição na fala de Lula: ele havia dito antes que não sabia da relação entre João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT e ex-presidente do Bancoop com Renato Duque, mas na resposta sobre o encontro no aeroporto, Lula disse que havia pedido a Vaccari que levasse Duque a ele. Então, os apresentadores do telejornal mostraram um vídeo em que Moro pergunta sobre uma incoerência na resposta de Lula, no que o advogado de defesa do ex-presidente intervém dizendo que eram momentos diferentes, e que as duas pessoas se conheciam de fato, mas que não necessariamente mantinham uma relação de amizade. Esse trecho demonstra que os apresentadores, através do recurso das imagens editadas aliadas a uma interpretação opinativa dos apresentadores, parecem querer corroborar a contradição apontada à Lula pelo juiz no depoimento.

Outra questão levantada no programa foi sobre o questionamento de Moro sobre se Lula havia usado a sua influência como fundador do PT para solicitar investigações internas na Petrobrás depois das denúncias de corrupção. Bonner ironiza o fato de que Lula responde que não gozava de tanta influência no partido dos trabalhadores, depois de ser se tornado ex-presidente, por ter sido um dos fundadores e um dos presidentes da entidade. Em seguida, foram veiculados diversos trechos em que falaram de inconsistências de falas de Lula, como por exemplo, falas sobre o mensalão e novamente o juiz veta a palavra dos advogados, quando eles advertem seu cliente a não falar sobre o assunto, mas as imagens que aparecem no programa são somente das falas de Moro. Também aparecem vários trechos editados nos quais o juiz Moro aponta críticas de Lula à Lava Jato e pergunta se eventuais ameaças de processos que partiriam do ex-presidente Lula não seriam tentativas de intimidação. O juiz cita a frase “se eles não me prenderem logo, quem sabe um dia eu mando prendê-los pelas mentiras que eles contam” e pede esclarecimentos, no que Lula responde: “que a história não para com esse processo. Um

dia a história vai julgar se houve abuso ou não de autoridade, nesse caso, do comportamento da Polícia Federal e do Ministério Público. Os apresentadores comentaram que Lula, ao afirmar que estava vivendo um julgamento político, foi advertido por Moro de que aquele espaço não era palanque, e que "o ex-presidente disse que tem sido perseguido".

Nesse momento, identificamos a mídia como um objeto das falas de Lula e do juiz Moro, que através da veiculação no Jornal Nacional se torna também assunto no contexto do interrogatório. Isso se reforça quando o programa veicula na parte final uma crítica de Lula à imprensa, citando inclusive o Jornal Nacional, na qual o ex-presidente afirma que a imprensa sabia das acusações contra Lula mesmo antes de sua defesa ser notificada, declaração que fez o juiz Sergio Moro afirmar que a imprensa não tinha qualquer papel no processo e que o julgamento estava sendo realizado com base na lei. A última declaração veiculada foi do juiz Sergio Moro, afirmando que ele mesmo era perseguido por blogs, reafirmando no vídeo que não estava dando a palavra para a defesa, mas que iria realizar um julgamento justo. A análise discursiva dos dois programas deixou bastante clara a intenção dos jornalistas de apontar contradições no depoimento de Lula e de mostrar o juiz Moro como uma figura intimidadora e que exerce seu poder. Os apontamentos dos depoimentos relatados pelos apresentadores eram confusos e vagos, justamente com o objetivo de suscitar desconfiança com relação a postura de Lula. E ao veicular a própria crítica do ex-presidente à imprensa, a igualando à fala de Moro, que também se dizia atacado por blogueiros, o Jornal Nacional se utiliza de uma falsa figura de equivalência, se preocupando em apontar incoerências de uma pessoa que está prestando um depoimento, porém não questionando em nenhum momento as atitudes de um juiz que inclusive trouxe para o julgamento questões que não tinham relação com o mérito a ser julgado, e que retirou a palavra da defesa por diversas vezes, mas em nenhum momento teve o mesmo tratamento com a acusação. A estratégia do Grupo Globo, seguida por boa parte da mídia brasileira, se manifesta na cobertura pouco aprofundada, com registros oficialistas dos fatos e declarações institucionais de integrantes da Operação Lava Jato, como fontes oficiais. A apuração é superficial e feita de maneira apressada, pois atende a uma lógica mercadológica, pois a própria temporalidade da mídia, na qual a temporalidade do judiciário se adequa, atende a lógicas determinadas, na qual quem publica antes recebe o crédito primeiro, havendo pouco questionamento, reflexão, problematização e subjetividade. Nossa investigação segue realizando uma análise de outra imprensa do jornalismo hegemônico que realizou uma emblemática

cobertura da Operação Lava Jato: a Revista Veja. Investigaremos, através das capas da publicação, qual o tratamento dedicado à inciativa e quais personagens sofreram maior destaque no periódico.

b) Revista Veja

A Revista Veja é uma das publicações do Grupo Abril, com uma tiragem superior a um milhão de cópias, sendo a revista de maior circulação do Brasil, segundo dados de 2017. Não há em seus canais de comunicação alguma sessão que informe o leitor sobre a sua postura editorial, porém apresentamos aqui algumas pistas:

> Em seu mídia kit de 2018, Veja reitera o papel social que cumpre em 50 de existência: Em 2018 VEJA completa 50 anos de história. São cinco décadas em defesa de três princípios inabaláveis: a democracia, a livre iniciativa e a justiça social. São cinco décadas oferecendo jornalismo de qualidade, com informações exclusivas, furos de reportagem e análises densas. Cinco décadas fiscalizando o poder - qualquer poder. E hoje, mais do que nunca, a revista é um porto seguro contra a infestação das fake news. A editora Abril, a qual pertence Veja, também confirma alguns princípios: "A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país" (POZZOBON, DAVID, 2019, s.p.)

Entretanto, na sua prática jornalística, a revista Veja se utiliza de um conjunto de gramáticas para apresentar uma quantidade significável de subtextos em seus conteúdos, na qual apresenta um texto que se propõe informativo, mas que se mescla com considerações adjetivadas e uma ênfase em marcar opinião sobre os assuntos divulgados. Essa estratégia da revista demonstra uma visão editorial que não é declarada, mas que se evidencia em suas enunciações, conforme outros estudos de outros pesquisadores que também identificam essa característica no jornalismo praticado pela Veja, como Holdorf:

> A opinião aparece nas reportagens, misturada à informação, em forma de adjetivos. Em algumas matérias esses termos expressam um ufanismo exacerbado, acentuados elogios e uma tentativa de se alçar a imagem pessoal de alguém defendido pela redação ou de uma instituição, ainda nas graças da filosofia patronal. Em outras reportagens aparecem a ironia, a crítica e a visão unilateral da revista, exprimidas por vocábulos depreciativos que revelam conceitos preconcebidos e protegidos pela empresa jornalística como patrimônio moral da ideologia representada nas entrelinhas das páginas. (HOLDORF, 2009, p.28).

Uma das singularidades trazidas pela gramática da Revista Veja é a criação de narrativas de personagens políticos. Analisaremos a construção da imagem de dois personagens intrínsecos ao nosso objeto: o ex-presidente Lula e o juiz Sergio Moro. Ambos aparecem em destaque nas capas e páginas da revista, principalmente no período de maior disputa entre as narrativas da Lava Jato e da Vaza Jato. A partir desta contextualização, mostraremos como a revista Veja também contribuiu ativamente para a construção de uma narrativa favorável à Operação Lava Jato, dedicando boa parte de suas capas ao juiz Sergio Moro, colocado imageticamente como um herói, a partir da construção de uma narrativa que foi amplamente aderida por parte da imprensa e por atores de outros sistemas sociais. Ao longo da Operação Lava Jato, as reportagens da Veja apoiaram-se em uma narrativa sobre o acontecimento bastante favorável, principalmente com recorrentes comentários elogiosos à conduta profissional do juiz Sergio Moro, considerado pela revista como o comandante maior da operação.

E embora a revista não se posicione de forma clara quanto à posição política que defende, seus enunciados denunciam uma postura política direita-liberal e antipetista. Um dos indícios usar como estratégia o jornalismo de opinião, contando em sua equipe com articulistas como Joice Hasserlman e Rodrigo Constantino, duas personalidades que posteriormente se tornaram seguidores de Jair Bolsonaro, e Reinaldo Azevedo, que se declara abertamente como liberal-direitista e não escondia na época em que trabalhava[27] na Veja a sua aversão ao PT e ao ex-presidente Lula, como mostra esta coluna[28] de maio de 2017:

> Lula, o chefe máximo do PT — partido que comandou esquema de assalto ao estado —, estará solto, e o principal líder da oposição e sua irmã estarão presos. Os petistas estão em uma alegria incontida. Entendo que a esquerda esteja contente. Afinal, a força-tarefa fez um esforço enorme para ressucitá-la e foi bem sucedida. Mas peço que pensem um pouquinho. Se o Supremo votar a favor da prisão de Aécio [Neves] e se pelo menos 41 senadores aprovarem tal decisão, estaremos diante de algo fabuloso. Lula, o chefe máximo do PT – partido que, sem dúvida, comandou o esquema de assalto ao estado - , estará solto, e o principal líder de oposição e sua irmã estarão presos. Nem é preciso entrar nas motivações para que fique claro que isso não faz sentido. E a Lava Jato e seus braços têm lá suas vocações simétricas. Se Aécio for preso, Lula pode fazer a malinha com a escova de dentes. Por que razão? Sempre se dá um jeito. (AZEVEDO, 18 mai 2017).

[27] Reinaldo Azevedo pediu demissão da revista Veja depois da publicação ter divulgado uma conversa gravada entre o jornalista e Andrea Neves, irmã do senador Aécio Neves. Ele explica a situação em sua última coluna na revista, disponível em: < https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/meu-ultimo-post-na-veja/>. Acesso em 12 abr 2021.

[28] Disponível em: < https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/se-aecio-for-preso-lula-faca-a-malinha-com-a-escova-de-dentes/>. Acesso em 12 abr 2021.

Entretanto, o próprio jornalista Reinaldo Azevedo demonstrou uma mudança em sua narrativa, aderindo posteriormente à Vaza Jato e rompendo com a própria Veja, apresentando inclusive, em seus espaços jornalísticos, a defesa de um julgamento justo ao ex-presidente Lula. A equipe da Veja também contava com o jornalista Thiago Prado[29], que foi apontado pela Operação Spoofing[30] como colaborador ativo da Operação Lava Jato:

> [Thiago] Prado sugeria ao procurador [Deltan Dallagnol] prisão de pessoas, fornecia mensagens (e-mails) para incriminar pessoas suspeitas, documentos e extratos bancários. Ele festeja quando Nestor Cerveró, então diretor da Petrobras, foi preso por causa dele. Prado, que vive no Rio, implora por uma "ponte" com a Procuradoria-Geral da República para entregar o que considera provas para condenar pessoas. O chat compreende o período de abril de 2015 a junho de 2016. (CONJUR, 11 fev 2021, online).

Prado possui em seu histórico poucas reportagens sobre a Operação Lava Jato, mas assina na revista uma matéria bastante elogiosa sobre o lançamento do livro "Lava Jato – O juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil", escrito pelo jornalista Vladimir Netto, o mesmo repórter da Globo que fazia a cobertura da operação pela emissora em Curitiba na edição que mostrou ao vivo a gravação telefônica de Dilma e Lula. Portanto, um aspecto que merece um olhar mais aprofundado é a maneira como a Veja retratou o ex-presidente Lula em suas capas durante o desenrolar da Operação Lava Jato até o seu final. Desde o início da cobertura da Operação Lava Jato pela publicação, que se inicia em 2014, até o ano de 2021, quando esta pesquisa foi finalizada, contamos 21 capas da Revista Veja dedicadas a Lula, sendo de longe a maior personalidade política, neste contexto, a ser enunciada pela publicação.

A trajetória política do ex-presidente também é significada através das capas da revista em um vídeo[31], demonstrado na Figura 15 e publicado pelo canal Veja Pontocom, desde o ano de 1979, em que Lula era líder do sindicato dos trabalhadores. A legenda do vídeo, publicado em 10 de dezembro de 2018, afirma que "Luiz Inácio Lula da Silva, ao concluir seu segundo mandato como presidente da República, estava convencido de que alcançaria o que o PT almejava: ficar trinta anos no governo".

[29] Atualmente, o jornalista faz parte da equipe do jornal O Globo e é colunista da revista Época.
[30] Operação Spoofing é uma operação da Polícia Federal, deflagrada em 23 de julho de 2019, com o objetivo de investigar invasões nas contas de Telegram de pessoas relacionadas à operação Lava Jato.
[31] Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=cwUu8f9Qz64>. Acesso em 15 abr 2021.

Figura 15: Print vídeo da Vejapontocom das capas da revista sobre Lula



Fonte: Vejapontocom, 2018.

Portanto, é interessante apresentarmos nesta pesquisa uma análise sobre as capas da revista e seu conteúdo durante a época da Operação Lava Jato, estabelecendo um comparativo de como a publicação constrói em seus enunciados imagens de duas figuras centrais deste caso: o juiz Sergio Moro e o ex-presidente Lula. Para tanto, oferecemos alguns aspectos deste exercício de investigação nas edições da mesma época, que trazem estes personagens na capa da revista. Portanto, na análise das edições 2397/2398, 2424/2436, 2458/2469 e 2480/2496, mostramos a trajetória da construção de uma imagem polarizadora que antagonizava as construções de sentido em torno de Lula e Moro. Também analisaremos a capa da edição 2529, sobre o depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro, e que traz na capa os dois personagens centrais desse macroacontecimento.

Figura 16: Edição 2397 da Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2014.

Uma das primeiras edições que relaciona o ex-presidente Lula com a Operação Lava Jato é a de número 2397, de 29 de outubro de 2014. Na capa, as imagens de Lula e Dilma são colocadas lado a lado (Figura 16), mediados por um título e um texto nos quais a revista não só dá um informe aos seus leitores, mas toma partido sobre o envolvimento dos dois líderes com as investigações sobre a Lava Jato. A manchete de capa denuncia: "Eles sabiam de tudo". A edição promete ainda com exclusividade os diálogos da delação premiada de Alberto Youssef, que é uma das primeiras ações divulgadas através da força-tarefa da Operação Lava Jato. Na carta ao leitor, o texto já destaca as ações da Operação Lava Jato, menciona o juiz Sergio Moro como comandante da iniciativa e divulga os diálogos de Youssef, que colocam como suspeitos a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente, Lula, que segundo o doleiro, sabiam do esquema de corrupção na Petrobras:

> O Planalto sabia de tudo – disse Youssef.
> Mas quem sabia de tudo? – perguntou o delegado.
> Lula e Dilma – respondeu o doleiro. [...]
> Nos últimos depoimentos, Youssef disse que Lula participou da montagem do esquema de corrupção na Petrobras, e que Dilma Rousseff sabia de tudo quando era ministra-chefe da Casa Civil e depois, já eleita presidente da República. A sala despojada, a rotina do registro das informações dadas pelo doleiro, o trabalho disciplinado, quase litúrgico, dos delegados e promotores, emprestavam à cena uma falsa sensação de normalidade. Mas é explosivo o que foi dito, registrado e anexado ao processo de delação premiada de Youssef. O conteúdo logo estará nas mãos do juiz Sergio Moro, responsável pelo caso, em que passam a constar como suspeitos um ex e uma atual e, quem sabe, futura presidente da República. (VEJA, 29 out 2014, p. 12).

Neste caso, vamos uma operação do contrato de leitura da revista Veja ao articular o título da publicação com a imagem, mas cujo operador principal é transformar o nome da revista em um marcador linguístico de caráter verbal, que apoiado entre uma anunciação imperativa e ao mesmo tempo, propositiva, da palavra "veja", sugere uma estratégia enunciativa. Tais estratégias se ampliam no texto da carta ao leitor, em que os argumentos condensados no título da revista são retomados. A primeira vez que a Veja traz Sergio Moro na capa é na edição 2398 de 05 de novembro de 2014, com o título "Operação Mãos Sujas: os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo processo", mostrada na Figura 17.

Figura 17: Capa da Edição 2398 da Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2014.

A edição traz uma matéria que elogia a atuação de Moro na Operação Lava Jato, o definindo como o comandante da iniciativa e ainda defende a sua permanência como juiz titular do caso, denunciando uma tentativa de conspiração contra o magistrado por parte de empresários e políticos. A publicação traz na manchete de capa e em matéria online[32] o termo "mãos sujas" para configurar uma campanha que a empreiteira OAS estaria realizando contra o magistrado, o acusando de parcialidade. O termo faz alusão à operação Mãos Limpas, iniciativa que já explicamos nesta pesquisa como uma das maiores inspirações de Moro na atuação de operações contra corrupção.

> Um roteirista de filme diria que o destino preparou o juiz Sergio Moro para o seu presente desafio – a Operação Lava Jato, que começou localmente em Curitiba, avançou por quase uma dezena de estados e foi subindo na hierarquia política do Brasil até chegar à inimaginável situação de ter um ex-presidente e a atual ocupante do cargo citados por um peixe grande caído na rede. Moro começou investigando uma teia de doleiros acusados de lavagem de dinheiro, mas enveredou por um esquema de corrupção na Petrobras armado durante os governos do PT com o objetivo de financiar campanhas políticas e, de quebra, enriquecer bandidos do colarinho branco. Lula teve o mensalão. Agora Dilma tem o Petrolão.
>
> Como os navios, cuja capacidade é medida em toneladas de água que deslocam, um processo investigativo e punitivo como a Operação Lava Jato tem sua importância definida pelo poder dos interesses que contraria. Moro comanda hoje o maior navio a singrar os mares da Justiça brasileira. Isso não ocorre sem provocar reações. É justamente delas que trata esta reportagem. VEJA descobriu que advogados, empreiteiras e políticos citados na Operação Lava Jato se dedicam

[32] Disponível em: < https://veja.abril.com.br/politica/juiz-critica-operacao-maos-sujas-e-rebate-empreiteiros/>. Acesso em 12 abr 2021.

> atualmente a divisar um plano para torpedar o transatlântico capitaneado por Moro – mesmo que isso implique a neutralização do próprio juiz. (REVISTA VEJA, 05 nov 2014, p.65).

No mesmo ano a revista publica outra matéria de capa cujo personagem principal é o magistrado. Na edição de número 2424, publicada em 06 de maio de 2015, a revista publica o título: "O juiz Moro vê mais longe: porque a soltura, pelo STF, dos empreiteiros presos na Lava Jato não representa o fim da esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia". Na capa (Figura 18), podemos ver uma imagem do juiz moro, com uma expressão séria e olhando para o horizonte. A reportagem, "Balança o tripé de Moro", reafirma que a estratégia de Moro se inspira na Operação Mãos Limpas e se utiliza de três pilares fundamentais: prisão, delação e divulgação, que estavam funcionando extraordinariamente bem até o STF decidir pela soltura dos delatores, fato que é citado na matéria como algo que decepciona mas não surpreende o juiz, já que "processos contra figuras poderosas não correm sem reações". Dessa forma, a publicação dá a voz ao magistrado, que se torna um co-personagem recorrente na publicação.

Figura 18: Capa da Edição 2424 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2015.

Dois meses depois, em 29 de julho, a revista traz na edição 2436 a imagem do rosto do ex-presidente Lula entre o título da revista e a manchete de capa, com os dizeres: "A vez dele" (Figura 19). A publicação também traz uma tarjeta vermelha como elemento gráfico que destaca o conteúdo exclusivo antecipado, em primeira página, da publicação. Na linha de apoio, a publicação afirma que o empreiteiro da OAS e amigo de Lula, Leo

Pinheiro, resolveu contar ao Ministério Público tudo que sabe sobre a relação de Lula com o escândalo da Petrobrás e declara que o filho de Lula ficou milionário com o esquema. Já no índice, há uma foto de Lula com a mão escondendo os olhos e a legenda promete "os segredos sobre Lula e sua família revelados pelo executivo Leo Pinheiro".

Figura 19: Edição 2436 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2015.

Na publicação, Lula é mostrado segundo um ponto de vista que submete a sua imagem à um enfoque apassivado, cercado de estereótipos e com uma construção narrativa que até mesmo lhe confere um caráter de ameaça. Na reportagem, uma chamada em preto e branco com a manchete "Segredos devastadores", traz a foto de Lula e promete trazer denúncias contra o ex-presidente, mas somente sugere que Leo Pinheiro está querendo se beneficiar da lei da delação premiada para denunciar figuras da cúpula do PT no escândalo de corrupção na Petrobras. São dedicadas 12 páginas da revista em duas reportagens, uma delas relacionando as possíveis delações de Pinheiro a figuras políticas do PT, e a segunda denuncia um esquema de propina da empreiteira Odebrecht com o Instituto Lula, porém só são incluídos na reportagem relatos dos procuradores, informando que há muitos indícios e anotações que envolvem os empreiteiros da Odebrecht com políticos do PT, entre eles, Lula e Dilma Rousseff, mas que "muito ainda precisa ser investigado". A reportagem não apresenta nenhuma prova material sobre as denúncias realizadas e mostra fotos dos procuradores da Operação Lava Jato, entre eles, Deltan Dallagnol. Posteriormente, a mesma capa da Edição 2436 foi adulterada e usada para disseminar boatos de que Lula estaria ameaçando ministros do STF para se proteger,

como mostra a figura 20. O desmentido[33] pela equipe de fact-checking do jornal Estado de São Paulo. Nesse sentido, constatamos que esta capa opera como um produto de argumentação por parte dos dispositivos jornalísticos.

Figura 20: Montagem sobre capa de revista veja usada como fake news



Boato adultera capa da revista Veja para atribuir declaração falsa a Lula. Foto: Reprodução / Arte: Estadão

Fonte: Estadão verifica, 2015.

Imagem 21: Capa da Edição 2458 da Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2015.

A revista também realizou, no mesmo ano, uma edição retrospectiva de 2015, colocando novamente Sergio Moro na capa (Figura 21), com a afirmação: "Ele salvou o ano". O intertítulo informa que a equipe da revista analisou cerca de 200 sentenças do juiz e que a partir dessa análise "descobriu as raízes da determinação e eficiência do juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção". No índice da edição 2458, o contraste com uma imagem de Dilma Rousseff, com a legenda "O ano infernal

[33] Disponível em: < https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/boato-adultera-capa-de-veja-para-atribuir-a-lula-declaracao-falsa-sobre-favores-do-stf/>. Acesso em: 12 mar 2021.

da presidenta Dilma". No interior da revista, um perfil detalhado sobre juiz, com sua biografia, em que é citado o caso Banestado e também que ajudou a desmantelar a quadrilha do traficante Fernandinho Beira-Mar. Na extensa reportagem, é citado que Moro é entusiasta da delação premiada e que tem como referência o juiz Stephen Trott, considerado pelo magistrado um especialista no assunto. Também é mencionado que em 2012, Moro trabalhou como assistente da ministra do STF Rosa Weber e que nessa oportunidade "viu com lupa as entranhas de uma engrenagem ilegal que, então, parecia gigantesca. Em uma parte da matéria, há uma tentativa de dramatização da atuação do juiz, em um texto com um tom bastante irônico:

> Moro chegou ao terceiro momento da carreira naquela quinta-feira, 11 de julho de 2013, em que autorizou a escuta contra o doleiro obscuro. Dali em diante, apesar do desmembramento das denúncias na Lava Jato, suas sentenças ficaram bem mais extensas – em média, 31 páginas, contra 12 anteriormente – e sua indignação cresceu. As sentenças viraram como que tribunas. Passaram a distribuir recados e explicações sobre as controvérsias mais agudas a respeito de sua atuação: delação premiada, prisão preventiva, artigo publicado em jornal e até mesmo um discurso que fez ao receber um prêmio do jornal O Globo. [...] As mais poderosas bancas de advogados têm lutado com fervor e verve contra Moro. No país da impunidade, os advogados chegam a falar de "ciclo de punitivismo". Acusam-no de ser parcial. De fazer "pedaladas jurídicas". De prender suspeitos para arrancar delações. De odiar os advogados, ele, que é casado com uma advogada. Com ironia, um deles diz que os julgamentos de Moro têm uma base jurídica toda própria, o "Código de Processo Penal de Curitiba". Mas, apesar das críticas, de cada 100 dos recursos impetrados por advogados de acusados da Lava Jato contra decisões de Moro, 97 têm sido derrotados. É um placar brutal. (REVISTA VEJA, 30 dez 2015, p. 54).

A figura de Lula como personagem principal da estratégia narrativa criada pela revista Veja é tão emblemática que apontamos que em um único mês a publicação se dedicou somente a colocar a imagem do ex-presidente em suas capas. Isso ocorreu em março de 2016, mês em que ocorreu a divulgação da gravação telefônica entre Dilma Rousseff e Lula. Nessa ocasião, a Veja dedicou todas as suas cinco edições de capa (Figura 22) ao ex-presidente Lula, sendo uma delas um especial com o título "Lula e a Lei" (edição 2468). Em todas as edições, os títulos procuram mostrar Lula exposto ao arranjo do desenho da capa, com o título da revista se associando ao título verbal.

Figura 22: Capas da revista Veja do mês de março de 2016



Fonte: Revista Veja.

Neste mesmo mês, no dia 15 de março de 2016, a denúncia[34] e pedido de prisão preventiva do ex-presidente foram enviados ao juiz Sergio Moro. Destas edições, destacamos a número 2469, publicada no dia 16 de março de 2016, portanto, um dia após a denúncia, e que traz o título "O desespero da jararaca", cuja enunciação cria uma imagem para o ex-presidente. A capa (Figura 23) sugere a imagem de Lula em uma montagem com uma peruca de cobras, como uma representação da deusa mitológica Salomé, que tinha serpentes no lugar dos cabelos, expondo a imagem do ex-presidente como uma figura raivosa e traiçoeira que está acuada, como sugere a linha de apoio: "Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça de impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva".

Figura 23: Edição 2469 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2016.

[34] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/14/politica/1457982971_616341.html. Acesso em 20 mai 2021.

A imagem também faz referência ao pronunciamento que Lula realizou depois do depoimento à Polícia Federal, no dia em que foi levado sob condução coercitiva. Na ocasião, o ex-presidente declarou: "Se quiseram matar a jararaca, não bateram na cabeça. Bateram no rabo. A jararaca está viva". Na reportagem central, que traz o título "A serpente acuada", a figura da serpente é desdobrada em outra qualificação, em um texto que aborda a figura da jararaca como imagem metafórica, e que simboliza o ex-presidente, afirmando que o governo de Dilma Rousseff "esfacela-se a olho nu ", e que Lula encerrou a semana constrangido por um "inédito e espetaculoso pedido de prisão preventiva". Aqui apontamos a maneira do texto se fazer opinativo, misturando sarcasmo com ironia e se utilizando das mesmas metáforas como uma resposta à fala do ex-presidente:

> Embora a jararaca seja uma serpente endêmica na América do Sul, nenhum outro país do continente além do Brasil tem uma jararaca como Luiz Inácio Lula da Silva. "A jararaca está viva", disse o ex-presidente há duas semanas, logo depois de depor nas investigações da Lava-Jato, na barulhenta condução coercitiva de que foi alvo. Na semana passada, a jararaca provou-se realmente muito viva, mas em luta desesperada pela sobrevivência. Jantou por três horas no Palácio da Alvorada com a presidente Dilma Rousseff, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar as investigações sobre seu patrimônio, reuniu-se com líderes do PMDB em busca de uma saída política, recebeu um convite para ser "ministro do foro -privilegiado" e terminou a semana ainda pior do que começou: denunciada por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, e com um inédito pedido de prisão preventiva apresentado à Justiça pelo Ministério Público de São Paulo. Sim, a jararaca está viva, mas nunca esteve tão acuada. (VEJA, 16 mar 2016).

A edição 2480 é publicada no dia 01 de julho de 2016, portanto, durante o período em que a presidenta Dilma Rousseff já estava afastada do cargo por conta da abertura do processo de impeachment. Na edição de capa, que tem o título "O complô para calar a Lava Jato: como os líderes do PMDB conspiram para travar as investigações" e na reportagem principal, que ocupa sete páginas da edição e traz o título "Hora do Pânico", surgem como destaque a denúncia de uma conspiração movida por políticos que faziam parte da ala de oposição ao governo Dilma. Porém, quem ganha espaço na capa é o juiz Sergio Moro, com uma imagem em que aparece situado em uma posição vitimizada, amordaçado. Essa imagem que torna o líder da Operação Lava Jato uma vítima é destacada como estratégia argumentativa, junto com o uso do verbo "calar", para que a revista realizasse um alerta de que havia uma trama em curso no governo Temer para acabar com a força-tarefa, como mostra a Figura 24:

Figura 24: Capa da Edição 2480 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2016.

A reportagem revela com detalhes uma conspiração de integrantes do governo Temer, muitos deles, figuras políticas do PMDB junto a lideranças do Senado e da Câmara para derrubar o governo Dilma e assim interromper as investigações contra a corrupção, sendo que um dos destaques é justamente um dos diálogos do então ministro do planejamento, Romero Jucá, com o ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado, em articulação para estimular o impeachment de Dilma Rousseff, com a possibilidade de Michel Temer assumir seu lugar, o que de fato aconteceu. A reportagem ainda destaca que embora a estratégia tenha tido o objetivo de enfraquecer a Operação Lava Jato, ela não foi bem sucedida e o texto aponta diversas lideranças do PMDB e do PT como investigados, revelando que a crise de corrupção na política brasileira é generalizada.

> Petistas e peemedebistas têm uma relação muito parecida com o esquema de corrupção da Petrobras. Antigos aliados, beneficiaram-se do dinheiro desviado, tentaram abafar a apuração do caso e já começaram a pagar, política e juridicamente, o preço pelos crimes que cometeram. Dilma está afastada do cargo. Temer, o presidente interino, não terá vida fácil pela frente. Um dos seus ministros, Henrique Eduardo Alves, do Turismo, é suspeito de embolsar propinas do petrolão. Outros auxiliares importantes foram indicados pelo PP, partido que protagonizou a etapa mais recente da Lava Jato. O temor pelos rumos da operação é amplo, geral e irrestrito. (VEJA, 01 jul 2016).

Um dos ataques imagéticos mais emblemáticos da revista Veja ao ex-presidente Lula faz um plágio declarado da revista estadunidense Newsweek, que em sua edição de novembro de 2011 trouxe a imagem da cabeça do ditador líbio Muammar al-

Gaddafi, após sua morte por linchamento, em um fundo vermelho sangue e com um efeito como se a imagem estivesse derretendo. Na edição 2496, publicada em 21 de setembro de 2016, a capa com o mesmo fundo vermelho sangue traz em seu centro a imagem da cabeça de Lula decapitada e derretendo. Na reportagem, intitulada "Lula e Lava Jato: prenda-me se for capaz", a publicação admite ter buscado inspiração na famosa capa da revista dos EUA. Trazemos esta ocorrência para exemplificar quando um modelo de jornalismo é condição de produção para um outro modelo, como mostra a Figura 25:

Figura 25: Capa de Lula plagiada da edição de Newsweek sobre Gaddafi.



Fonte: Veja, 2016; Newsweek, 2011.

Na edição da revista, a mesma matéria admite que, nas acusações dos procuradores da Operação Lava Jato contra Lula, a retórica havia tomado o lugar das provas, revelando que a publicação também opera como uma espécie de portavoz do Ministério Público Federal, segundo comprova o trecho abaixo:

> Em menos de quinze dias, a presidente da República sofreu um processo de impeachment, o parlamentar mais poderoso do Congresso teve o mandato cassado e o líder mais popular da história política recente começou a enfrentar o período mais dramático de sua carreira. Como aparece na capa desta edição de VEJA, em imagem inspirada em capa publicada pela revista Newsweek em outubro de 2011, o mito Lula pode estar começando a derreter. Na semana passada, os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato formalizaram denúncia de corrupção passiva e lavagem de dinheiro contra o ex-presidente. A isso se resume a denúncia, mas ela veio embalada numa retórica segundo a qual Lula era o "comandante máximo" da organização criminosa, o chefe da quadrilha que assaltou os cofres da Petrobras, o general que usava propinas para subornar parlamentares e comprar partidos, o fundador da "propinocracia", o homem que aceitava dinheiro e pequenos luxos em troca de favores. Nisso tudo, a retórica tomou o lugar das provas. (VEJA, 21 set 2016).

Em 2017, o juiz Sergio Moro convoca o ex-presidente Lula para depor em Curitiba e esse acontecimento se torna assunto da capa da edição 2529, publicada em 10 de maio, portanto, nas vésperas do interrogatório. A manchete destaca que essa seria a primeira vez em que os dois estariam cara a cara e traz uma construção imagética espetacularizando o acontecimento, e trazendo uma ilustração de Lula e Moro com máscaras estilizadas como lutadores de luta livre (Figura 26), de frente um para o outro, como se fosse realmente o anúncio de uma luta. A mesma construção imagética é trazida para o interior da revista, que repete a montagem das fotos de Lula e Moro, frente a frente. São 14 páginas tratando sobre o assunto, mencionando a libertação de José Dirceu, que segundo a revista, não ficaria livre muito tempo. Outra reportagem afirma que Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, disse que Lula o orientou a fechar a sua conta no exterior. Essas duas ocorrências seriam, segundo a publicação, fatos que colaborariam para fortalecer a Java Jato.

Figura 26: Edição 2529 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2017.

A questão que envolve a prisão do ex-presidente Lula mediante decisão judicial do juiz Sergio Moro também foi assunto de duas capas da revista, uma antes e outra depois do acontecimento, nas edições 2567 e 2577. Na construção imagética apresentada pela revista, o modo de pesquisa jornalística da publicação se apoia em fragmentos jornalísticos e de documentos de outras fontes, como documentos e arquivos policiais, recursos que são desenvolvidos pela Veja em seu contrato para sustentar argumentos que

são construídos na base de colagens de outros materiais que são enunciados em outras discursividades, conforme se pode ver abaixo, na Figura 27:

Figura 27: Edição 2567 e edição 2577 da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2018.

Nas duas capas acima, Lula aparece como presidiário, com elementos que simbolizam a construção de sua imagem como condenado da justiça. Na edição de 31 de janeiro de 2018, Lula é retratado em uma montagem fotográfica realizada pela revista em que carrega uma placa com os dizeres "condenado", em comparação com a primeira fotografia da prisão do então líder do sindicato dos metalúrgicos pelo Dops, em 1980. A reportagem central traz o título "Derrota Histórica" e uma outra montagem fotográfica de Lula segurando uma bandeira do Brasil em trapos, uma relação à capa da mesma revista de quando Lula se tornou presidente do Brasil. Na linha de apoio, a matéria diz que "a condenação de Lula é o mais significativo capítulo da desgraça político-policial que o Brasil vive, mas é também evidência de maturidade institucional". No corpo da matéria são exibidas as falas literais dos procuradores da Operação Lava Jato, que ingressam na revista como referenciadores da estratégia argumentativa da publicação:

> Logo no INÍCIO do julgamento, o procurador Maurício Gerum pronunciou uma frase melancólica, ao narrar as obscuras transações do ex-presidente Lula em torno do tríplex do Guarujá: "Lamentavelmente, Lula se corrompeu". Em seguida, o relator do caso, desembargador João Pedro Gebran Filho, começou a ler seu extenso voto e, três horas e meia depois, disse o seguinte: "Infelizmente, e repita-se infelizmente, está sendo condenado um ex-presidente da República". Os advérbios de pesar — lamentavelmente, infelizmente — podem ser autênticos ou retóricos, mas o fato é que encerram um sentimento nacional: seria um bálsamo se uma nação inteira não tivesse de passar por tudo o que o Brasil tem passado — coroado agora com a condenação de um líder político que teve trajetória excepcional mas mentiu, dissimulou e

> corrompeu-se miseravelmente. Na primeira eleição de Lula, em 2002, VEJA publicou uma reportagem de capa em que celebrava o seu "triunfo histórico" nas urnas e trazia uma fotografia em que ele segurava uma bandeira brasileira. Agora, sua imagem atualizada, trabalhada em computador, é como a que aparece na página ao lado: um Lula condenado já em segunda instância por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, segurando uma bandeira tão enxovalhada quanto sua biografia. (VEJA, 31 jan 2018).

A edição número 2577, publicada em 7 de abril de 2018, estampa Lula atrás das grades em uma ilustração digital, trazendo no corpo da revista uma reportagem com o título "O corrupto encarcerado", que transcende regras jornalísticas ao qualificar o ator em referências externas e que traz como destaque no texto como linha de apoio a seguinte frase: "Derrotado no STF e com uma ordem de prisão expedida pelo juiz Moro, o ex-presidente Lula decide não se entregar à PF — mas seu destino é um só: a cadeia". O texto relata de maneira descritiva sobre o dia em que Lula deveria se apresentar à Polícia Federal, o que acabou não acontecendo até o fechamento da revista. A edição especial, cuja publicação digital foi retirada de circulação no acervo disponível para os assinantes, disponibiliza a coluna de Dora Kramer comentando a decisão de Sergio Moro, uma pesquisa chamada "o que o eleitor de Lula vê nele", um histórico sobre a "ascenção e queda do PT", fala sobre a dimensão histórica da condenação do ex-presidente e ressalta a importância da liberdade de expressão.

Em 2018, depois da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república do Brasil, o juiz Sergio Moro é convidado para ocupar o cargo de ministro da Justiça do Governo Federal, fato que é retratado em reportagem de capa da edição número 2607 da Revista Veja. A publicação, realizada em novembro de 2018, traz como título "A Pirueta de Moro: a convite de Bolsonaro, o juiz faz um movimento temerário e troca a Lava Jato pela política. A reportagem principal, que traz como título "Triplo Carpado", comenta como algo normal o juiz da Operação Lava Jato ser convidado pelo presidente Jair Bolsonaro a ocupar ministério em seu governo e inclusive elogia a indicação, afirmando que o magistrado possui de fato as melhores qualificações para o cargo. Não há por parte da revista maiores questionamentos sobre suspeitas de parcialidade do juiz, mesmo mencionando que foi Moro o responsável pela prisão de Lula, se tornando inelegível para a eleição de 2018 que elegeu Bolsonaro.

> O aspecto temerário da decisão de Moro é outro. Está no que ele deixa para trás, que é a própria Lava-Jato. Durante os mais de quatro anos em que foi o juiz da operação, Moro recebeu acusações - equivocadas, na maioria – de tomar medidas excessivas e motivadas por razões

> políticas. O PT, na tentativa incansável de politizar a condenação e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sempre levantou a bandeira de que o juiz agia politicamente e, por isso, perseguiu de modo implacável o ex-presidente. O Brasil inteiro sabe que tudo isso é balela. Mas é inegável que, ao aderir ao governo Bolsonaro, Moro dá um extraordinário impulso às acusações de que, no fundo, tinha preferências e mesmo ambições políticas. Nada disso compromete o valor técnico de suas ações jurídicas, mas pega mal para um juiz. Pega ainda pior quando esse juiz é Sergio Moro, o magistrado que mandou prender um ex-presidente e agora assume um cargo no governo do adversário político do condenado. (VEJA, 2 nov 2018).

Contudo, a capa na edição 2639, traz o título "Desmoronando" (Figura 28), que embora proponha uma mudança na narrativa que a própria publicação construiu do juiz, ainda mantém a sua estrutura argumentativa, ao articular o título da edição com o enunciado verbal, sobrepondo-se à imagem, que é exibida em torno de construções valorativas, como fruto destas articulações.

Figura 28: Capa da Revista Veja edição 2639



Fonte: Revista Veja, 2019.

No corpo da revista, a reportagem publicada em 19 de junho de 2019, sob o título "A desconstrução do herói", traz a foto de Sergio Moro acompanhado de Jair Bolsonaro, mencionando no subtítulo que "a divulgação das conversas com o Ministério Público compromete Sergio Moro e pode soltar o ex-presidente Lula". Porém, a matéria começa fazendo um histórico sobre as contribuições da Operação Lava Jato para a sociedade e destaca que o índice de aprovação do juiz é maior do que o do presidente Jair Bolsonaro:

> As sentenças do juiz Sergio Moro ainda serão objeto de estudo de juristas, sociólogos e cientistas políticos. Um fato, porém, é inquestionável: por meio delas, o Brasil mudou. Desde que Moro assumiu o papel de protagonista, a Justiça do país da impunidade levou à cadeia dois ex-presidentes da República (Lula e Michel Temer), processou outros dois (Dilma Rousseff e Fernando Collor) e praticamente dizimou a carreira de mais de uma centena de outros políticos, entre ministros, governadores, deputados, senadores e dirigentes partidários, ao desvendar o maior esquema de corrupção do planeta. O trabalho dos integrantes da chamada força-tarefa da Lava-Jato, com Moro à frente, resgatou um pedaço do Estado que havia sido tomado por criminosos do colarinho branco e também condenou poderosos empresários tidos como intocáveis a cumprir prisão em celas comuns. Entre corruptos e corruptores, o juiz puniu pelo menos 140 pessoas com penas que somam mais de 2 000 anos. O protagonismo alçou Moro ao posto de celebridade. Seu índice de aprovação supera até o do presidente Jair Bolsonaro. (REVISTA VEJA, 19 jun 2019).

A reportagem relembra o impacto da Vaza Jato na ruptura da narrativa construída pela Operação Lava Jato, o que denota um possível prenúncio da queda de Moro como figura pública:

> Na semana passada, a imagem de Moro como guardião da lei e da ordem ficou seriamente comprometida depois da divulgação pelo site The Intercept Brasil de mensagens que ele trocou com o procurador Deltan Dallagnol, o chefe da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba, enquanto julgava os processos. Os diálogos são inequívocos: mostram o estabelecimento de uma relação de cooperação incompatível com a imparcialidade exigida por lei de qualquer juiz. A dobradinha teria beneficiado os acusadores em detrimento dos acusados, desequilibrando a balança da Justiça e desrespeitando a equidistância entre juízes e as partes do processo. Para garantir a chamada paridade de armas entre defesa e acusação, o Código de Processo Penal (CPP) proíbe que julgadores e procuradores trabalhem juntos em busca de um resultado comum. A lei estabelece que o magistrado deve sempre declarar-se suspeito para julgar um caso quando, por exemplo, "tiver aconselhado qualquer das partes". Numa das mensagens divulgadas, o então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba relatou a Dallagnol ter recebido de "fonte séria" a dica de que uma testemunha teria informações sobre transferências de propriedade de um dos filhos de Lula. Em seguida, Moro orientou o procurador a ouvir a pessoa, que, contudo, não aceitou colaborar. (REVISTA VEJA, 19 jun 2019)

No mesmo ano a revista publica em outubro a reportagem de capa "O Fator Lula" (Edição 2657 – Figura 29), que depois de ter a liberdade concedida pelo STF é tirado do nicho carcerário para o solo da disputa política e aponta o político petista como a única chance da esquerda de derrotar Jair Bolsonaro nas urnas. A edição também traz uma entrevista com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com a manchete "FHC sobre Bolsonaro: 'É uma pessoa tosca'". Na reportagem "Lula é o principal nome da esquerda

contra Bolsonaro em 2022", a publicação traz dados da pesquisa da Veja/FSB que aponta projeções eleitorais para a próxima eleição presidencial. Os cenários sugeridos pela revista são disputas de Jair Bolsonaro com Lula, Fernando Haddad, Sergio Moro, Luciano Huck, Ciro Gomes e João Amoedo.

Figura 29: Edição 2657 da Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2019.

A reportagem destaca que, segundo a pesquisa, Jair Bolsonaro e Sergio Moro lideram todos os cenários de disputa eleitoral, e afirma que mesmo Lula sendo o melhor candidato da esquerda em disputa com o atual presidente, ele não conseguiria vencer em um segundo turno. O texto também destaca que Sergio Moro superaria Bolsonaro, Lula, Haddad e Huck em uma disputa eleitoral no segundo turno e ainda aponta que o magistrado é o ministro do governo que mais possui aprovação popular. Como resultado do processo de leitura das revistas e análise das capas, inferimos que o uso de elementos imagéticos como construção narrativa é uma das fortes estratégias utilizadas pela publicação, assim como apontamos que os textos da Revista Veja se realizam em torno de estratégias autoreferenciais, em sua maior parte, mas principalmente quando se dirigem aos seus leitores, como por exemplo, em seções como "Carta ao Leitor". Apresentamos no próximo item um desfecho sobre as estratégias apresentadas na cobertura da mídia hegemônica sobre a Operação Lava Jato através da perspectiva do jornal Folha de São Paulo.

c) Folha de São Paulo

O jornal é conhecido pela postura pluralista e demonstra uma predisposição à diversidade de pensamentos e é o único do país a apresentar um ombudsman em sua equipe. A publicação possui uma sessão em seu site que define suas gramáticas próprias, com o nome "Como a Folha pensa: conheça os principais pontos de vista defendidos pelo jornal[35]". No texto, embora afirme ser apartidária, a Folha afirma demonstrar uma perspectiva política liberal sobre costumes e economia e também defende a democracia.

> A história mostrou que o melhor arranjo institucional conhecido é aquele capaz de preservar liberdades tanto na política quanto na economia. Não há, portanto, como relativizar a democracia nem o Estado de Direito. Pelos mesmos motivos, é preciso estimular a livre-iniciativa e o desenvolvimento, no Brasil, de uma economia de mercado, sem deixar de reconhecer o papel do Estado na correção de desequilíbrios e redução das desigualdades. O apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo ou à descriminalização do uso de drogas, por exemplo, decorre da percepção de que as liberdades individuais se ampliaram nas sociedades contemporâneas, nas quais a própria religião se tornou assunto da esfera privada. No plano internacional, duas guerras mundiais e conflitos recentes no Oriente Médio evidenciam os riscos de políticas intervencionistas, bem como a importância da via diplomática e dos mecanismos multilaterais que ajudem a equilibrar o peso das nações. (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 fev 2014).

Entretanto, na cobertura da Operação Lava Jato, algumas incoerências nesse sentido são apresentadas. A cobertura da Lava Jato dentro do jornal está submetida à editoria Poder e ocupa uma sessão própria na versão online, que é atualizada de acordo com os mais recentes acontecimentos. As reportagens da Lava Jato possuem conexão com outras reportagens que referenciam o mesmo acontecimento, com hiperlinkagens de outras matérias que são destacadas na cor azul, em uma operação na qual a Folha realiza a conectividade entre acontecimentos.

Nesta parte da pesquisa será realizada uma análise sobre a cobertura da Folha sobre a Operação Lava Jato. Em seu primeiro momento, nas reportagens do jornal que relatam sobre o vazamento da ligação telefônica entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff, assim como a reportagem sobre o depoimento de Lula ao juiz Sergio Moro, assim como outras duas reportagens, sendo que a primeira trata sobre a denúncia do Triplex e a segunda sobre a intensificação das operações da Lava Jato em

[35] Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1414326-o-que-a-folha-pensa-veja-os-principais-pontos-de-vista-defendidos-pelo-jornal.shtml>. Acesso em 12 abr 2021.

2016. A primeira reportagem em análise fala sobre a divulgação do vazamento da gravação telefônica entre o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff, mediante quebra do sigilo telefônico determinado por Sergio Moro. Portanto, na estrutura enunciativa da Folha de São Paulo, percebemos como estratégia a criação de uma conexão com o leitor através da titulação do fato. Assim, a Folha de São Paulo cria uma conexão com o leitor através da intenção de conectá-lo com aquilo que ela exibe, ao deslocar o leitor para conferir aquilo que ela o oferece, tal como no enunciado da reportagem exibida na Figura 30.

O texto da reportagem acima tem como manchete “Dilma agiu para tentar evitar a prisão de Lula, sugere gravação, ouça”, publicada no dia 16 de março de 2016 em uma matéria não assinada, e informa que Moro anexou no processo contra Lula, a parte da gravação em que Dilma avisa que está enviando o termo de posse de ministro da Casa Civil para Lula. Dessa maneira, a Folha concorre com a narrativa da televisão, pois a reportagem se baseia na interpretação dos procuradores da Operação Lava Jato para argumentar que o diálogo era uma tentativa de evitar a prisão de Lula, e que caso o político recebesse um mandado na sua casa, poderia mostrar o termo de posse para não ser preso, o que já foi demonstrado anteriormente na reportagem da TV Globo.

Figura 30: Reportagem Folha de São Paulo sobre diálogo de Dilma e Lula



Dilma agiu para tentar evitar a prisão de Lula, sugere gravação; ouça

00:00 00:00

DE SÃO PAULO

16/03/2016 © 18h46 - Atualizado às 21h26

Compartilhar 0 OUVIR O TEXTO Mais opções

O juiz federal Sergio Moro incluiu no inquérito que tramita em Curitiba uma conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff, na qual ela diz que encaminhará a ele o "termo de posse" de ministro.

Vai na sua. Vai com elo. Confira

Dilma diz a Lula que o termo de posse só seria usado "em caso de necessidade".

Os investigadores da Lava Jato interpretaram o diálogo como uma tentativa de Dilma de evitar uma eventual prisão de Lula. Se houvesse um mandado do juiz, de acordo com essa interpretação, Lula mostraria o termo de posse como ministro e, em tese ficaria livre da prisão.

A informação foi revelada nesta quarta-feira (16) pelo canal "Globonews". A gravação ocorreu às 13h32 desta quarta, quando Lula aceitou o convite para assumir a Casa Civil, no lugar de Jaques Wagner.

Segundo Moro, o telefone grampeado é de um assessor do Instituto Lula que era usado com frequência pelo ex-presidente.

O juiz Moro não pode mandar prender ministros porque eles detêm foro privilegiado.

Ernesto Rodrigues - 13.out.2015/Folhapress

A presidente Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva durante congresso da CUT em São Paulo

Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

O texto ainda co-referencia que a informação foi dada primeiro pela Globo News e alerta que o juiz Moro não pode mandar prender um ministro porque este gozaria de foro privilegiado. Uma curiosidade interessante é que a reportagem da Folha disponibiliza um link para a transcrição dos diálogos, que foi fornecida pela força-tarefa da Lava Jato, como mostrado na Figura 31, mostrando que os fragmentos desta cobertura são insumos gerados no contexto da cultura judicial e apropriados pelo campo jornalístico.

Imagem 31: Transcrição do diálogo gravado entre Lula e Dilma



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
NÚCLEO DE ANALISE – GT LAVA JATO/DRCOR/SR/DPF/PR

(Intervalo - música do ramal)

DILMA: Alô.

LILS: Alô.

DILMA: LULA, deixa eu te falar uma coisa.

LILS: Fala querida. "Ahn"

DILMA: Seguinte, eu tô mandando o "BESSIAS" junto com o PAPEL pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o TERMO DE POSSE, sã?!

LILS: "Uhum". Tá bom, tá bom.

DILMA: Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.

LILS: Tá bom, eu tô aqui, eu fico aguardando.

DILMA: Tá?!

LILS: Tá bom.

DILMA: Tchau

LILS: Tchau, querida.

É a informação.

Curitiba, 16 de março de 2016.

EQUIPE DE ANÁLISE
GT LAVA JATO/SR/DPF/PR

Página 3 de 3

Fonte: Lava Jato/Folha de São Paulo, 2016.

A cobertura do jornal sobre o depoimento de Lula ao juiz Moro também aponta a preocupação com um jornalismo pluralista. No relato "'Já fui julgado pelo povo': leia destaques da audiência de Lula a Moro" a publicação realiza uma seleção sobre as falas de destaque do ex-presidente, com evidência para a disputa entre Lula e Moro, Lava Jato e a esposa de Lula, Marisa Letícia. Apresentaremos abaixo os trechos sobre o debate de Lula e Moro, que foram realizados durante o depoimento judicial e que foram publicados posteriormente pelo dispositivo jornalístico pela Folha de São Paulo, apontando as melhores falas dos dois personagens e destacando a aparente rivalidade entre os dois. As falas, extraídas do contexto do interrogatório e enunciadas pela mediação do texto jornalístico, oferecem uma nova dinâmica, que interpreta e destaca um jogo retórico de pergunta e resposta entre os personagens, colocados como antagonistas e que se tornam co-enunciadores:

> LULA *X* MORO - **Moro**: A imprensa não tem qualquer papel no julgamento desse processo. O juiz não tem nenhuma relação com o que

> a imprensa publica ou não publica. **Lula**: O vazamento de conversas minhas, da minha mulher e dos meus filhos, foi o senhor que autorizou. [...] **Lula**: "Nem eu, nem o senhor, nem o Ministério Público, nem a Petrobras, nem a imprensa, nem a Polícia Federal. Todos nós só ficamos sabendo [do esquema de ex-diretores da estatal] quando foi pego no grampo a conversa do [Alberto] Youssef com o Paulo Roberto [Costa]." **Moro**: "O senhor que indicou ele ao Conselho de Administração da Petrobras. É uma situação diferente de mim, que não tenho nada a ver com isso, nunca participei disso". **Lula:** "O senhor que soltou o Youssef e mandou grampear. Poderia saber mais do que eu" **Moro:** "Eu decretei a prisão do Alberto Youssef, é um pouco diferente". [...] **Lula:** "Eu queria lhe avisar uma coisa, esses mesmos que me atacam hoje, se tiverem sinais de que eu serei absolvido, prepare-se, porque os ataques ao sr. vão ser muito mais fortes". **Moro:** "Infelizmente, eu já sou atacado por bastante gente, inclusive por blogs que supostamente patrocinam o sr. Então, padeço dos mesmos males em certa medida". **Lula**: "Doutor, eu não fui convidado para a Copa do Mundo, que fui eu que trouxe para cá. Eu não fui convidado para as Olimpíadas. Ex-presidente, doutor... Não queira ser ex-ministro, ex-juiz que o senhor vai ver o que vai lhe acontecer". **Moro**: "O senhor ex-presidente aí tem que reclamar com a sua sucessora, né". [...] **Lula:** "Eu posso falar? Eu quero evitar que o senhor brigue muito com o meu advogado". **Moro**: "É o seu advogado que está brigando, eu estou tentando fluir com a audiência". [...] LULA *X* LAVA JATO - "Como eles [procuradores] contaram uma primeira inverdade, eles vão morrer contando inverdade, porque ficaram prisioneiros da imprensa."/ "O dr. Dallagnol deveria estar aqui para explicar aquele famoso powerpoint. Aquilo é uma caçamba, onde cabe tudo."/ "Estou sendo vítima da maior caçada jurídica que um político brasileiro já teve. Eu quando fui eleito, eu tinha um compromisso de fé. Eu me espelhava no [Lech] Walesa na Polônia, que depois de ter sido presidente tentou se reeleger e teve apenas 0,5%. /"Apresentem uma prova; chega de diz-que-diz."/ "Eu falo vazamento que sai para a imprensa, porque determinadas coisas são feitas, eu conheço os vazamentos, eu sei os vazamentos, é como se o Lula tivesse pela imprensa, pelo Ministério Público, sendo procurador, procura-se vivo ou morto." (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 mai 2017).

Em um artigo de análise sobre o depoimento, conforme fragmento acima, assinado por Igor Gielow, com o nome “Anticlimático, duelo serviu para embasar campanha de Lula”, o articulista afirma que Lula buscou consolidar na ocasião o discurso que pretenderia adotar na candidatura à presidência nas eleições de 2018, insinuando inclusive que o juiz Moro poderia ser adversário nas urnas. Essas interpenetrações discursivas entre os sistemas judicial e midiático, provenientes de um acontecimento midiatizado, segundo construções midiáticas, são efeitos da dinamização dessas estratégias.

> Moro conseguiu segurar os arroubos maiores de Lula. Apenas nos 17 minutos de considerações finais do ex-presidente houve uma tentativa mais coerente de discurso, sob os protestos do juiz. Se não houve o palanque explícito de seu primeiro depoimento, em outro processo da

> Lava Jato, Lula ainda assim conseguiu passar uma mensagem inteligível em programas eleitorais. Ele também admoestou Moro ao chamá-lo de "jovem" e "sem paciência", e falou do "dia em que o senhor for candidato". Foi um misto de estocada e recibo pelo desempenho do magistrado numa simulação de segundo turno da mais recente pesquisa do Datafolha, na qual Moro o bate numericamente. No mais, houve altercações, mas nem Moro perdeu mesmo a paciência com Lula, nem o petista ultrapassou alguma linha vermelha. Assim, o juiz não repetiu os erros anteriores, como quando tentou obrigá-lo a acompanhar todas as audiências do caso. As ruas, por sua vez, mostraram-se soporíferas. Lula fez uma parada para a "photo opportunity" junto ao "povo", uma concentração bem modesta de militantes e senadores enrolados na Lava Jato que enforcaram a quarta-feira de trabalho. (GIELOW, 11 mai 2017).

A reportagem “Lula diz a Moro que imprensa o demoniza e criminaliza”, da jornalista Carolina Linhares, mostra que o ex-presidente apresentou no depoimento um levantamento de reportagens da imprensa brasileira que citam seu nome. Na ocasião, o ex-presidente realiza uma autorreflexão sobre a sua condição de personagem da mídia, em uma ação autoreferencial, trazida pelo jornal na qual ele é objeto desta mesma mídia, como destacado abaixo:

> "De março de 2014 pra cá, são 25 capas na [revista] 'IstoÉ' criando a imagem de monstro do Lula. A revista 'Veja' tem 19 capas e a 'Época', 11 capas. As capas são apenas fechamento da matéria, porque dentro é demonizando o Lula", disse. "Nesse mesmo período, a Folha de S.Paulo teve 298 matérias contra o Lula e apenas 40 favoráveis, tudo com informações da Polícia Federal e do Ministério Público. Eles não se autoassumem, eles culpam alguém. "O Globo", que é o mais amigo [sendo irônico], tem 530 matérias negativas contra o Lula e 8 favoráveis. O "Estadão", que é mais amigo ainda, tem 318 matérias contrárias e 2 favoráveis. Aliás, esses jornais parece que têm gente que tem mais informações do que alguns advogados", completou. "Só o Jornal Nacional foram 18 horas e 15 minutos nos últimos 12 meses. Sabe o que significa 18 horas falando mal de um cidadão? Significa 12 partidas de futebol entre Barcelona e Atlético de Madrid", disse. "Nos últimos depoimentos das pessoas que citaram meu nome, qual eram as manchetes do dia seguinte? Qual era o tratamento que o Jornal Nacional dava à figura do Lula. Era de criminalizá-lo." (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 mai 2017).

A matéria “Lava Jato intensifica operações em 2016” (Figura 32), publicada em 16 de maio, começa afirmando que o volume de operações da Lava Jato aumentou em 2016 no comparativo com o ano anterior e traz números das prisões e conduções coercitivas que ocorreram até aquele momento na operação. Um dos dados trazidos na reportagem é um gráfico (Imagem 33) sobre o número de políticos investigados por partido. O Partido Progressista aparece com o maior número de investigados (32) e o

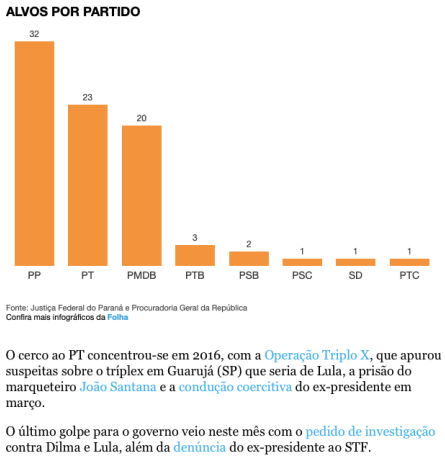
Partido dos Trabalhadores em segundo lugar, com 23 investigados. E apesar de a diferença entre o número de investigados dos dois partidos não ser pequena, a reportagem coloca logo abaixo deste gráfico que o "cerco ao PT concentrou-se em 2016, com a operação Triple X, atribui o apartamento Triplex à Lula e informa que o ex-presidente e Dilma Rousseff estão sendo investigados pelo STF. A reportagem não menciona nenhum político do PP.

Figura 32: Reportagem da Folha de São Paulo sobre Lava Jato



Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Figura 33: Gráfico da Folha mostra investigados da Lava Jato por partido



Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Ao trazermos algumas das manchetes da Folha de São Paulo, há de uma certa forma uma cobertura que o coloca em suspeita e que reforça o discurso da força-tarefa da

Lava Jato. Nas reportagens “Tríplex supostamente usado por família de Lula é alvo de protesto” (Figura 34), “Veja dúvidas não esclarecidas sobre o Triplex que seria de Lula” e “Obra em Tríplex atendia a gosto de Lula, diz engenheiro”, endossa a premissa da força-tarefa da Operação Lava Jato de que o Tríplex do Guarujá teria mesmo Lula como proprietário, mesmo que não haja documentação ou algum indício que comprove esse fato.

Figura 34: Reportagem da Folha de São Paulo relacionando Tríplex a Lula


poder

Tríplex supostamente usado por família de Lula é alvo de protesto

Gilmar Alves Jr./Folhapress

leia também

ANÁLISE: Junto com a crise, cresce a virulência entre Globo e Lula

Jararaca citada por Lula vira inspiração em protestos

Juiz Sergio Moro, da Lava Jato, é exaltado como herói em protestos

ANÁLISE: Protesto entrega o que promete e 'saída Lula' paira sobre Dilma

Leitores da Folha dizem aprovar ação contra Lula

Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Uma das reportagens tenta, através de suspeitas e suposições vagas, afirmar que “seria possível inferir” que as obras realizadas no apartamento seriam um pedido de Lula, mas não é apresentada nenhuma comprovação do fato:

> O engenheiro e funcionário da OAS Igor Pontes, que acompanhou as reformas no tríplex cuja opção de compra pertencia à família de Luiz Inácio Lula da Silva, disse ser possível inferir que a obra estava sendo feita seguindo o gosto do ex-presidente, segundo pessoas que tiveram acesso ao depoimento dele. Pontes foi ouvido na semana passada por procuradores da força-tarefa da Lava Jato que vieram a São Paulo apurar informações sobre os apartamentos do Condomínio Solaris, no Guarujá (SP), alvo de uma nova fase da operação deflagrada na última quarta-feira (27). O imóvel era originalmente da cooperativa Bancoop, que depois o repassou à OAS. O Ministério Público suspeita que a empreiteira tenha pago reforma do apartamento para o ex-presidente. O engenheiro é apontado por testemunhas ouvidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que também investiga o caso, como o principal elo entre a família do petista e a empreiteira OAS, que fez a reforma na unidade 164A, atribuída ao ex-presidente. Por essa razão, ele é visto como testemunha central no curso da investigação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 31 jan 2016).

Na mesma época, é publicado o texto com o título “’Tem que matar e pisar na cabeça da jararaca’, afirma vereador sobre Lula” (Figura 35), que traz declarações chulas e intolerantes por parte do vereador de Araraquara e líder do PMDB na câmara da cidade, Roberval Fraiz, o que nos traz uma reflexão sobre até que ponto quem publica uma frase intolerante não está também, como veículo disseminando discurso de ódio e incitação à violência, em um discurso de extinção do ator político, como demonstrado abaixo:

> O vereador peemedebista continuou: "devia ter morrido. Em vez de o torno cortar o dedo, devia cortar a cabeça dele", disse ele enquanto batia no púlpito com uma cobra de brinquedo. "Me sinto realmente ofendido por essa víbora chamada Luiz Inácio Lula da Silva. Um covarde. Um hipócrita. Um canalha." [...] De acordo com o vereador, o discurso foi motivado pela conversa telefônica divulgada pela Justiça Federal no dia 16, entre Lula e a presidente Dilma Rousseff (PT), em que o ex-presidente diz haver um "parlamento acovardado". "Me senti ofendido. Queira ou não sou um parlamentar", afirma Fraiz. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Figura 35: Reportagem com incitação à violência a Lula


'Tem que matar' e pisar na cabeça da jararaca, afirma vereador sobre Lula

PE 146 Roberval Fraiz

CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA

Assistir no YouTube

THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

31/03/2016 ⊙ 11h03 - Atualizado em 01/04/2016 às 10h00

Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

Outra reportagem da Folha de São Paulo comenta sobre como o PMDB irá se relacionar com a Lava Jato, sendo que Michel Temer já assumiu a presidência no lugar de Dilma Rousseff. No texto “PMDB deve neutralizar os danos da Lava Jato” (Figura 36), publicado em 13 de maio de 2016, é mencionada a ameaça que a Operação Lava Jato pode significar na gestão do presidente Michel Temer, que era vice de Dilma Rousseff e assumiu em seu lugar quando ela foi afastada por conta do impeachment.

Figura 36: Reportagem da Folha de São Paulo sobre PMDB e Lava Jato



Fonte: Folha de São Paulo, 2016.

O texto informa que grande parte dos integrantes do governo que são do mesmo partido de Michel Temer estão sendo investigados pela Lava Jato, e que, na análise do repórter, o presidente interino deveria fazer o que o PT não fez, ou seja, liquidar a Lava Jato:

> Ou o futuro presidente Michel Temer garroteia a Lava Jato ou a Lava Jato deve devastar o seu governo. [...] É óbvio que o PMDB vai tentar evitar aquilo que o PT, Dilma e o ex-presidente Lula não conseguiram: buscar neutralizar ou reduzir os danos da Lava Jato. A tarefa tem algo de missão impossível, mas os procuradores da Lava Jato, tanto em Curitiba como em Brasília, trabalham com a hipótese de que o PMDB vai tentar fazer alguma manobra para salvar a cúpula do partido. Peemedebistas chegaram a cogitar até uma anistia a Cunha, que funcionaria como uma medalha para o ímpeto com que conduziu o processo de impeachment na Câmara, mas o plano foi neutralizado pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Para piorar a situação, Temer tem sido extremamente ambíguo ao falar sobre a Lava Jato. Ele já se manifestou pelo menos três vezes sobre a apuração desde que a Câmara aprovou a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 17 de abril, sem nunca ter dito as palavras mágicas que os investigadores da Lava Jato querem ouvir dele: "Eu apoio incondicionalmente a apuração". (FOLHA DE SÃO PAULO, 13 mai 2016).

Na versão online da Folha é possível notar algumas estratégias enunciativas que fazem parte da organização do jornal. A retranca “governo encurralado” e “impeachment”, lado a lado, denunciam uma interpretação do jornal sobre a situação no governo daquela época, e uma das notícias secundárias que aparecem como sugestão de leitura chama a atenção: um editorial do jornal estadunidense New York Times, que afirma que Dilma Rousseff vai "pagar um preço desproporcionalmente grande por irregularidades administrativas enquanto vários de seus detratores mais ardentes são

acusados de crimes mais escandalosos", demonstrando uma interpretação dos acontecimentos que é no mínimo divergente, pelo menos em linguagem, com a cobertura jornalística feita pelos veículos de comunicação do Brasil.

5.2.2 Leitura da Vaza Jato, segundo estratégias jornalísticas

A primeira publicação da Vaza Jato refere-se a um editorial, intitulado "Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro" (Figura 37) e mais duas matérias, a primeira, "Exclusivo: procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições, por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'" e a segunda, "Exclusivo: Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobrás horas antes da denúncia do tríplex". Os textos foram publicados simultaneamente nos sites The Intercept Brasil, em inglês, e The Intercept Brasil, em português. O Editorial apresenta uma preocupação didática, que visa explicar a relevância do material divulgado, bem como justificar a importância da denúncia para a sociedade:

> A importância dessas revelações se explica pelas consequências incomparáveis das ações da Lava Jato em todos esses anos de investigação. Esse escândalo generalizado envolve diversos oligarcas, lideranças políticas, os últimos presidentes e até mesmo líderes internacionais acusados de corrupção. O mais relevante: a Lava Jato foi a saga investigativa que levou à prisão o ex-presidente Lula no último ano. Uma vez sentenciado por Sergio Moro, sua condenação foi rapidamente confirmada em segunda instância, o tornando inelegível no momento em que todas as pesquisas mostravam que Lula – que terminou o segundo mandato, em 2010, com 87% de aprovação – liderava a corrida eleitoral de 2018. Sua exclusão da eleição, baseada na decisão de Moro, foi uma peça-chave para abrir um caminho para a vitória de Bolsonaro. A importância dessa reportagem aumentou ainda mais depois da nomeação de Moro ao Ministério da Justiça. Moro e os procuradores da Lava Jato são figuras altamente controversas aqui e no mundo – tidos por muitos como heróis anticorrupção e acusados por tantos outros de ser ideólogos clandestinos de direita, disfarçados como homens da lei apolíticos. [...] Mas, até agora, os procuradores da Lava Jato e Moro têm realizado parte de seu trabalho em segredo, impedindo o público de avaliar a validade das acusações contra eles. É isso que torna este acervo tão valioso do ponto de vista jornalístico: pela primeira vez, o público vai tomar conhecimento do que esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto pensavam que ninguém estava ouvindo. (GREENWALD; REED; DEMORI, 9 jun 2019, online).

Figura 37: Editorial do The Intercept Brasil apresentando a Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

Os jornalistas também explicaram no texto os cuidados adotados para proteger o material, o mantendo fora do Brasil, para que não houvesse interferência nas apurações. No texto, os editores mencionaram que a única participação que tiveram quanto aos vazamentos foi de ter recebido o material por meio da fonte, afirmando que já haviam sido procurados algumas semanas antes do juiz Sergio Moro ter alegado que seu celular havia sido hackeado:

> O único papel do The Intercept Brasil na obtenção desse material foi seu recebimento por meio de nossa fonte, que nos contatou há diversas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve "captação de conteúdo") e nos informou de que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas.
> Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso.
> O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos, nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam permanecer em sigilo.
> Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas. (GREENWALD; REED; DEMORI, 9 jun 2019, online).

A mesma preocupação em reforçar que o único ato do Intercept quanto aos vazamentos foi o de receber o material de sua fonte e divulgar as denúncias, foi demonstrado na matéria "Exclusivo: procuradores da Lava Jato tramaram em segredo

para impedir entrevista de Lula antes das eleições, por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'", texto em que os jornalistas também apontam a possibilidade do leitor poder acessar outro texto, linkado na matéria, que exibe os critérios editoriais em que os jornalistas se apoiam para a publicação das conversas:

> Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder. As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve "captação de conteúdo"). O único papel do Intercept foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas. A declaração conjunta dos editores do The Intercept e do Intercept Brasil (clique para ler o texto completo) explica os critérios editoriais usados para publicar esses materiais, incluindo nosso método para trabalhar com a fonte anônima. (GREENWALD; POUGY, 9 jun 2019, online).

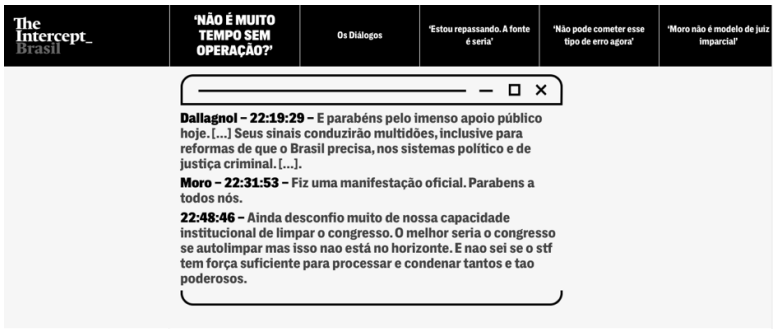
Uma característica bastante evidente na escolha dos primeiros materiais divulgados se relacionou a uma tentativa de provar que havia uma construção de narrativa, por parte de Moro e do MPF, demonstrando uma perseguição política da Operação Lava Jato ao ex-presidente Lula, argumento que já no editorial relacionava o surgimento da Vaza Jato ao próprio episódio de vazamento das ligações telefônicas entre Lula e Dilma Rousseff:

> A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público. Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas revelações de interesse público, mas também comunicações privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade – o que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao contrário deles, o Intercept decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto,

> desprovida de real interesse público. (GREENWALD; REED; DEMORI, 9 jun 2019, online).

O editorial também explica o porquê dos jornalistas do The Intercept Brasil não procurarem os envolvidos nas denúncias para que eles dessem suas declarações, porque, segundo os editores, "o conteúdo falava por si" e argumenta que um dos critérios de publicação do Intercept é de revelar somente conteúdo exclusivo, dando foco para o que normalmente não sairia em outros veículos, com o objetivo de realizar uma nova forma de prática jornalística. Dessa forma, observamos, nos materiais da Vaza Jato, uma capacidade de reflexividade jornalística, ao atuar como um operador crítico, exercendo uma autoreflexividade através de seus textos e oferecendo ao leitor uma própria reflexão dos jornalistas sobre seus processos. Outra questão a ser mencionada, é a hiperlinkagem das matérias, segundo a imagem abaixo (Figura 38). As reportagens são disparadas previamente na *newsletter* e depois publicadas em conjunto no site e nas redes sociais e simultaneamente na versão brasileira e estadunidense do site, buscando uma maior convergência como estratégia comunicacional. As matérias da Vaza Jato realizadas pelo TIB[36] também possuem uma forte característica midiatizada, com destaques para **prints de diálogos**, e registros de **áudios,** além de apresentar, através dos **hiperlinks**, marcas de transformações de narrativas midiatizadas.

Figura 38: Hiperlinks da série inicial da Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil, 2019.

A Vaza Jato, em uma de suas estratégias comunicacionais, ajudou a desmascarar a credibilidade das processualidades jurídicas dos agentes da Lava Jato, mostrando conversas em que os procuradores aparecem oferecendo a venda de informações sigilosas da operação, como é mostrado neste trecho da matéria da Folha de São Paulo, em

[36] TIB é sigla de The Intercept Brasil

conjunto com o Intercept, "Corregedor da Procuradoria viu conduta grave de Deltan, mas não abriu apuração". A reportagem revela o projeto de uma palestra, idealizada por Deltan Dallagnol, que pretendia vender informações da investigação "em primeira mão":

> O episódio da promoção da palestra feita por Deltan teve início quando o procurador fez uma publicação em sua página pessoal no Facebook em 1º de julho de 2017. O post convidava para um evento intitulado "Operação Lava Jato - Passado, presente e futuro - A Lava Jato na visão de quem está no olho do furacão", que seria realizada na Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) na noite de 4 de julho daquele ano. Na lista de palestrantes estavam Deltan e outros quatro procuradores da Lava Jato. O ingresso para o evento custava R$ 80 e a renda seria revertida para a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Curitiba, segundo a divulgação. Porém o post de Deltan trazia a promessa da revelação de informações inéditas sobre a Lava Jato: "Venha conhecer pessoalmente os procuradores da Lava Jato em Curitiba e ficar por dentro do que está acontecendo na operação - em primeira mão!!". Esse texto gerou polêmica no Ministério Público, e o procurador Vladimir Aras chegou a enviar a Deltan uma lista com críticas de outros colegas. "Virou atração circense A Corregedoria devia suspender Os tentáculos da vaidade e do estrelismo podem agarrar os colegas sutilmente (ou nem tão sutilmente assim)", afirmou um dos procuradores. "Se eu estivesse do outro lado do balcão faria a festa com esse "Xow do Deltan"!", escreveu outro crítico. Após reproduzir os ataques ao colega, Aras então aconselhou a Deltan: "Sei que o evento é beneficente e vc tem o melhor propósito. Mas procure evitar a monetização da Lava Jato, ainda que indireta". (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 AGO 2019).

Dessa forma, identificamos que em sua estratégia argumentativa inicial, a Vaza Jato já surge com a pré-disposição de desmontar a argumentação da Lava Jato. Outro aspecto que apontamos, contempla a realização de uma forma de curadoria do material que está sendo divulgado, realizando uma análise crítica deles e informando ao público o porquê de estar publicando-os, destacando o que deve ser acompanhado, reforçando aspectos mais graves desta história e ainda explicando os fatos que envolvem o acontecimento e traduzindo termos técnicos, próprios de outros campos, como no caso do campo jurídico. Inclusive um fator a se destacar como diferencial quanto à condução da Vaza Jato é o fato do seu editor sênior, Glenn Greenwald, dominar as gramáticas dos campos jurídico e midiático, aspecto importante para a decodificação dos dados revelados pela Vaza Jato, bem como sobre as estratégias apresentadas.

A comprovação da crítica jornalística aos veículos de imprensa hegemônicos no trabalho realizado pelo Intercept é a matéria[37] "A defesa já fez o showzinho dela", que

[37]Disponível em: < https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/

mostra, através de diálogos entre Moro, o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima e Deltan Dallagnol, a preocupação com as repercussões na mídia das ações da Lava Jato, fato que, segundo os diálogos, causava estranhamento inclusive nos assessores de imprensa do Ministério Público. Nas conversas publicadas na reportagem, Moro aparece sugerindo estratégias comunicacionais, como a redação de uma nota em que sejam exploradas as contradições do depoimento de Lula. Porém, antes do pedido, a matéria do The Intercept Brasil revela um diálogo no qual o magistrado pergunta ao procurador o que ele achou da sua condução no depoimento de Lula e admite a preocupação com o midiático ao teatralizar a ocorrência:

> Além do depoimento, outro vídeo com Lula também tomava conta da internet e dos telejornais naquele mesmo dia. Depois de sair do prédio da Justiça Federal, o ex-presidente se dirigiu à Praça Santos Andrade, em Curitiba, e fez um pronunciamento diante de uma multidão. Por 11 minutos, Lula atacou a Lava Jato, o Jornal Nacional e o então juiz Sergio Moro; disse que estava sendo "massacrado" e encerrou com uma frase que entraria para sua história judicial: "Eu estou vivo, e estou me preparando para voltar a ser candidato a presidente desse país". Era o lançamento informal de sua candidatura às eleições de 2018. Um minuto depois da última mensagem, Moro mandou para o procurador Santos Lima:
> Moro – 22:12 – Talvez vocês devessem amanhã editar uma nota esclarecendo as contradições do depoimento com o resto das provas ou com o depoimento anterior dele.
> Moro – 22:13 – Porque a defesa já fez o showzinho dela.
> Santos Lima – 22:13 – Podemos fazer. Vou conversar com o pessoal.
> Santos Lima – 22: 14 – Não estarei aqui amanhã. Mas o mais importante foi frustrar a ideia de que ele conseguiria transformar tudo em perseguição sua. (THE INTERCEPT, 14 JUN 2019, online).

Segundo a matéria, a recomendação de Moro, que sugere ao procurador a edição de uma nota que esclareça as contradições do depoimento de Lula, surge logo após a repercussão sobre o pronunciamento de Lula, proferido na saída do depoimento daquele dia, em que o ex-presidente critica a Lava Jato, o Jornal Nacional e o juiz Sergio Moro, e declara que estava pronto para se lançar candidato nas eleições de 2018. A reportagem também interpreta, através dos diálogos entre juiz e procurador, que havia uma ação conjunta que buscava na intencionalidade na teatralização do depoimento de Lula uma tentativa de controle da narrativa perante a imprensa, fato que é reforçado através dos diálogos, de uma preocupação com os desdobramentos das ações da Operação perante a opinião pública, fazendo com que a força-tarefa da Lava Jato agisse de maneira a apontar para a imprensa o que deveria ser destacado na cobertura jornalística do evento, assim, controlando a narrativa de maneira estratégica:

> "O que achou?", quis saber Moro. O juiz se referia ao maior momento midiático da Lava Jato até então, ocorrido naquele dia 10 de maio de 2017: o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo em que ele era acusado – e pelo qual seria preso – de receber como propina um apartamento triplex no Guarujá. Disponibilizado em vídeo, o embate entre o juiz e o político era o assunto do dia no país.
> Seguiu-se o seguinte diálogo:
> Santos Lima – 22:10 – Achei que ficou muito bom. Ele começou polarizando conosco, o que me deixou tranquilo. Ele cometeu muitas pequenas contradições e deixou de responder muita coisa, o que não é bem compreendido pela população. Você ter começado com o Triplex desmontou um pouco ele.
> Moro – 22:11 – A comunicação é complicada pois a imprensa não é muito atenta a detalhes
> Moro – 22:11 – E alguns esperam algo conclusivo
> [...]
> Moro, o juiz do caso, zombava do réu e de seus advogados enquanto fornecia instruções privadas para a Lava Jato sobre como se portar publicamente e controlar a narrativa na imprensa. (THE INTERCEPT BRASIL, 14 jun 2019, online).

A reportagem então conta que, logo depois, Sergio Moro sugeriu ao procurador a confecção de uma nota para a imprensa, em que se apontasse as contradições do depoimento de Lula, porque, segundo o magistrado, a defesa do ex-presidente já tinha "feito o showzinho dela". Santos Lima repassa na mesma hora a mensagem a Deltan Dallagnol, segundo relatos do Intercept:

> Eram 22h38. Àquele horário, os procuradores da força-tarefa discutiam num chat chamado Filhos de Januário 1 se deveriam comentar publicamente o depoimento de Lula. Às 22h43, Santos Lima escreveu no grupo, dirigindo-se a Dallagnol: "Leia o que eu te mandei.". Ele se referia às mensagens que trocara com Moro. Três minutos depois, Dallagnol responderia em quatro postagens consecutivas no grupo:
> Deltan - 22:46:46 – Então, temos que avaliar os seguintes pontos: 1) trazer conforto para o juízo [Moro] e assumir o protagonismo para deixa-lo mais protegido e tirar ele um pouco do foco; 2) contrabalançar o show da defesa;
> Deltan – 22:41:19 – Esses seriam os porquês para avaliarmos, pq ng tem certeza.
> Deltan – 22:48:50 – O "quê" seria: apontar as contradições do depoimento.
> Deltan – 22:49:18 – E o formato, concordo, teria que ser uma nota, para proteger e diminuir riscos. O JN vai explorar isso amanhã ainda. Se for para fazer, teríamos que trabalhar intensamente nisso durante o dia para soltar até lá por 16h.
> Foi a vez então de Dallagnol mandar uma mensagem ao grupo Análise de clipping, dos assessores de imprensa.
> Deltan – 23:05:51 – Caros, mantenham avaliando a repercussão de hora em hora, sempre que possível, em especial verificando se está sendo positiva ou negativa, e se a mídia está explorando as contradições e evasivas. As razões para eventual manifestação: a) contrabalançar as

> manifestações da defesa. Vejo com normalidade fazer isso. Nos outros casos não houve isso. b) tirar um pouco o foco do juiz que foi capa das revistas de modo inadequado. (THE INTERCEPT BRASIL, 14 jun 19, online)

Figura 39: Folha aponta contradição de Lula no depoimento a Moro



Depoimento de Lula teve 'diversas contradições', dizem procuradores

Reprodução/Vídeo

O ex-presidente Lula, em depoimento nesta quarta-feira (10)

DE CURITIBA
DE SÃO PAULO

11/05/2017 ⊙ 19h40

Compartilhar 0 OUVIR O TEXTO Mais opções

O interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Justiça Federal em Curitiba apresentou "diversas contradições", segundo a força-tarefa do Ministério Público Federal responsável pela Lava

Fonte: Folha de São Paulo, 2019.

Na mesma matéria da Vaza Jato, há um link para uma matéria da Folha de São Paulo[38] que mostra a adesão ao enquadramento sugerido, no sentido em que os jornalistas trazem um questionamento sobre as contradições do depoimento de Lula, como demonstra a Figura 39. A Vaza Jato também proporcionou debates sobre o campo jurídico, por exemplo, sobre a legalidade ou não dos processos que foram executados pelos operadores jurídicos do processo, destacando especialmente a conduta do juiz Sergio Moro[39], acusado por especialistas da prática de lawfare[40], ou seja, de se utilizar da manipulação do sistema legal, para executar acusações sem materialidade, com fins de perseguição política, como sugere o print dos diálogos entre procuradoria e juiz, publicados pela Vaza Jato, como demonstrado na Figura 40. Ao analisarmos o material jornalístico publicado pelo The Intercept Brasil observamos a criação de uma narrativa

[38] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883172-depoimento-de-lula-teve-diversas-contradicoes-dizem-procuradores.shtml

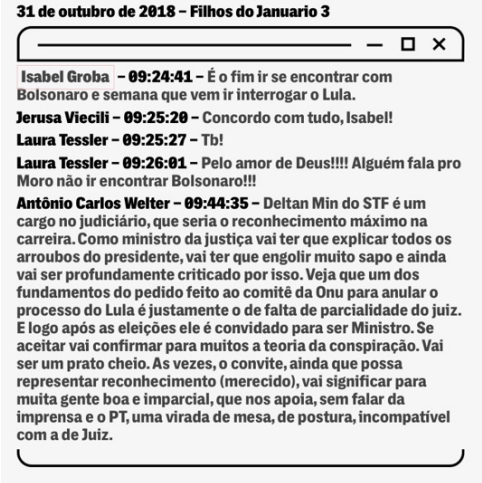
[39] Disponível em: <https://coad.jusbrasil.com.br/noticias/315407846/oab-nacional-lamenta-teor-de-conversas-gravadas-e-seccionais-criticam-vazamento

Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/10/Como-vazamentos-ajudaram-e-agora-emparedam-a-Lava-Jato

[40] Disponível em: < https://rbispo77.jusbrasil.com.br/artigos/719134571/o-ex-juiz-sergio-moro-cometeu-lawfare-contra-o-ex-presidente-lula

que sugere um contraponto à cobertura realizada pela cobertura da mídia hegemônica sobre a Lava Jato, trazendo questionamentos sobre as ações jurídicas da força-tarefa da operação e sobre a cobertura jornalística realizada pela imprensa hegemônica. As reportagens também demonstram, através da publicação dos diálogos entre os próprios integrantes da força-tarefa, que as atitudes do juiz Sergio Moro eram colocadas em dúvida. Um dos diálogos entre os procuradores critica a atitude do magistrado de aceitar se encontrar e cogitar fazer parte do governo do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, sendo que o magistrado foi o agente responsável pela determinação da prisão do ex-presidente Lula, tornando-o inelegível. Neste episódio, Lula se configurava como o principal adversário político de Bolsonaro, fato que os procuradores temessem que colocasse em suspeita a Operação Lava Jato como um todo.

Figura 40: Diálogos da procuradoria do MPF sobre a conduta de Moro[41]


31 de outubro de 2018 – Filhos do Januario 3

Isabel Groba – 09:24:41 – É o fim ir se encontrar com Bolsonaro e semana que vem ir interrogar o Lula.

Jerusa Viecili – 09:25:20 – Concordo com tudo, Isabel!

Laura Tessler – 09:25:27 – Tb!

Laura Tessler – 09:26:01 – Pelo amor de Deus!!!! Alguém fala pro Moro não ir encontrar Bolsonaro!!!

Antônio Carlos Welter – 09:44:35 – Deltan Min do STF é um cargo no judiciário, que seria o reconhecimento máximo na carreira. Como ministro da justiça vai ter que explicar todos os arroubos do presidente, vai ter que engolir muito sapo e ainda vai ser profundamente criticado por isso. Veja que um dos fundamentos do pedido feito ao comitê da Onu para anular o processo do Lula é justamente o de falta de parcialidade do juiz. E logo após as eleições ele é convidado para ser Ministro. Se aceitar vai confirmar para muitos a teoria da conspiração. Vai ser um prato cheio. As vezes, o convite, ainda que possa representar reconhecimento (merecido), vai significar para muita gente boa e imparcial, que nos apoia, sem falar da imprensa e o PT, uma virada de mesa, de postura, incompatível com a de Juiz.

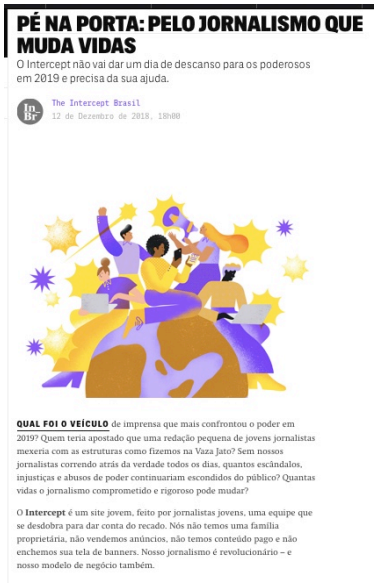
Fonte: The Intercept Brasil, 2019.

A autoreferencialidade também é um aspecto bastante importante que aproxima a prática jornalística do The Intercept Brasil às lógicas de midiatização. O site faz referência ao trabalho da Vaza Jato constantemente e os jornalistas que fazem parte da equipe também divulgam as matérias em seus perfis pessoais nas redes sociais. Eles também têm autonomia para comentarem sobre seus processos jornalísticos, assim como são livres para emitirem opiniões, característica que possui efeitos diversos sobre as transformações da própria noção de acontecimento, pois este ultrapassa as fronteiras dos dispositivos jornalísticos. Todos esses aspectos ajudam a formar uma nova cultura jornalística, com

[41] Disponível em: < https://theintercept.com/2019/06/29/chats-violacoes-moro-credibilidade-bolsonaro/

novas processualidades e outras maneiras de conduzir um dispositivo jornalístico. A operação de autorreferencialidade também é praticada como estratégia argumentativa em uma tentativa de convencimento do leitor e uma proposta de adesão ao seu modelo jornalístico, buscando fazer com que os leitores se convertam em seguidores, ou assinantes. Sendo assim, conforme a imagem 41, o dispositivo jornalístico também se vale das lógicas comunicacionais, criadas nas redes sociais para ampliar ainda mais seu público, o que seria uma das características do contrato de leitura da publicação.

Figura 41: Anúncio de divulgação do The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil, 2018

Entende-se que o The Intercept Brasil maneja bem estratégias de circulação, realizando publicações simultâneas no site e nas redes sociais, utilizando preferencialmente o Twitter, como mostra a Figura 42, que permite como recurso a **linkagem das reportagens em sequência**. A mesma rede social também permite que se tenha uma percepção visual sobre a repercussão pública que cada postagem alcança, fazendo com que visualize a partir das postagens os comentários de atores sociais, assim como de personalidades conhecidas e o número de compartilhamentos das postagens.

Figura 42: Uso do Twitter pelo The Intercept Brasil



Fonte: Twitter

Porém, a Vaza Jato suscita dentro do campo jornalístico algumas questões dentro de suas próprias práticas, por se diferenciar através da própria linguagem, da forma de se comunicar com seu público. Desse modo, a equipe do Intercept realiza relatos ao público sobre seus processos de apuração, e por compartilhar o material do vazamento com outras empresas jornalísticas, criando uma cultura de cooperação entre mídias, o que rompe com uma própria cultura do campo jornalístico, que antes nitidamente era concorrencial. E para que a apuração do vasto material dos vazamentos fosse realizada de forma criteriosa, a equipe do The Intercept Brasil adotou na Vaza Jato algumas práticas diversificadas na condução dessa investigação jornalística, como estabelecer parcerias com outros veículos[42]. Entre as empresas que aderiram à iniciativa figuram a Revista Veja, a Folha de São Paulo, os sites Buzzfeed e UOL, entre outros, criando uma força-tarefa jornalística que permitiu uma grande colaboração na verificação do material, assim como de atestar a veracidade dos vazamentos.

Outra grande disputa que se estabeleceu entre a Lava Jato e a Vaza Jato foi quanto ao caso do Triplex da OAS que foi usado para incriminar o ex-presidente Lula no processo, assim como o debate sobre a legalidade do processo que o condenou e prendeu em segunda instância. Na matéria "'Até agora tenho receio.' Exclusivo: Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex", o Intercept mostra que as denúncias que condenaram Lula se originaram de uma matéria jornalística do jornal O Globo, que nem sequer se tratava de Lula. Mas, para os procuradores da Lava Jato, era vital provar a relação entre o Triplex do Guarujá e Lula,

[42] O El País foi um dos veículos de comunicação que publicou conjuntamente com o The Intercept Brasil o material da Vaza Jato. Aqui, eles explicam o porquê dessa atitude aos leitores: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/05/opinion/1565029192_731997.html

para que o processo permanecesse em Curitiba. Essas explicações detalhadas da equipe do The Intercept ao público sobre as intencionalidades das estratégias jurídicas denota uma interdiscursividade entre os sistemas judicial e jornalístico:

> Naquele dia, ninguém respondeu à dúvida de Dallagnol: se o apartamento triplex poderia ser apontado como propina para Lula nos casos de corrupção na Petrobras. O documento seria anunciado ao público, com direito a um hoje famoso PowerPoint, dali a poucos dias.Sem essa ligação, o caso não poderia ser tocado em Curitiba, onde apenas ações relacionadas à empresa eram objeto de investigação. A ligação do apartamento com a corrupção na petrolífera tinha gerado uma guerra jurídica nos primeiros meses daquele 2016. De um lado, o Ministério Público do Estado de São Paulo. Do outro, a força-tarefa de Curitiba. Caso o caso ficasse em São Paulo, não seria julgado por Sergio Moro, o atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e ex-juiz que ajudou coordenar a operação quando era o encarregado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, como mostram diálogos revelados pelo Intercept. E uma das consequências desse contrafluxo foi que a polêmica gerada pelas matérias acabou por provocar a libertação do ex-presidente Lula, quando o Superior Tribunal Federal resolveu voltar a julgar a questão de prisão em segunda instância. O MPSP já investigava o caso Bancoop muito antes de Curitiba. Em uma disputa que envolveu até mesmo o Supremo Tribunal Federal, a Lava Jato tentava tirar o caso das mãos dos paulistas para denunciar e julgar Lula em Curitiba. Para isso, o imóvel de Lula precisaria obrigatoriamente ter relação com a corrupção na Petrobras. (THE INTERCEPT BRASIL, 9 jun 2019, online).

Porém, a reportagem demonstrou que a alegação de que o caso do tríplex tinha relação com a Petrobrás foi um blefe, garantida pela atuação de Sergio Moro. Para comprovar que o triplex era de Lula e o ligava ao esquema de corrupção da Petrobras, os procuradores tentaram estabelecer uma ligação entre essa acusação e uma reportagem escrita pela repórter Tatiana Farrah, publicada no jornal O Globo (Figura 43), que relatava o atraso na entrega de um empreendimento da Bancoop, sendo um dos apartamentos propriedade da esposa do ex-presidente Lula. A reportagem foi então anexada em uma sentença de acusação assinada pelo juiz Sergio Moro, que enquadrava oito réus por corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobrás, entre eles o ex-presidente Lula e sua esposa, Marisa Letícia da Silva. Porém, segundo o Intercept, além de não haver relação direta entre o imóvel e a construtora OAS, investigada na Operação Lava Jato, também não há indícios suficientes que comprovem que o imóvel adquirido pelo casal era de fato um Triplex.

> A reportagem do Globo não foi um item trivial nesse caso: além de figurar na denúncia como prova de que o triplex era de fato do casal

> Lula, foi usada na sentença assinada por Sergio Moro. Sobre ela, o juiz escreveu: "A matéria em questão é bastante relevante do ponto de vista probatório." Mas a reportagem não bate com ao menos dois pontos do que é dito na denúncia do MPF. O texto do Globo atribui o triplex a Lula e, para comprovar isso, usa a declaração do então candidato à reeleição apresentada à Justiça Eleitoral em 2006. Ela afirma o seguinte: "Participação Cooperativa Habitacional Apartamento em construção no Guarujá – SP Maio 2005 – R$ 47.695,38 já pagos". Em tese, a cota poderia ser usada para qualquer apartamento – a defesa de Lula alegaria mais tarde que se tratava de uma unidade simples. O que é certo é que a palavra triplex não aparece na lista de bens do político usada pelo Globo. A segunda inconsistência poderia ter sido percebida pelos procuradores com uma leitura atenta da própria reportagem. A matéria do Globo atribuiu a Lula a propriedade de um triplex na torre B, o prédio dos fundos do condomínio. Isso fica claro na matéria: "A segunda torre (a torre A), se construída como informa a planta do empreendimento, lançado no início dos anos 2000, pode acabar com parte da alegria de Lula: o prédio ficará na frente do imóvel do presidente, atrapalhando a vista para o mar do Guarujá, cidade do litoral paulista". A Lava Jato usou a reportagem como prova de que o apartamento era, sim, uma propriedade ou uma aspiração da família presidencial, mas indicou outro imóvel na denúncia. Na denúncia feita pela Lava Jato, no entanto, os procuradores afirmam que o triplex de Lula fica na torre A, que ainda não existia quando a reportagem foi publicada. (THE INTERCEPT BRASIL, 9 jun 2019, online).

Figura 43: Reportagem usada para relacionar Lula com corrupção na Petrobrás



Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado

Tatiana Farah, , e
10/03/2010 - 00:00 / Atualizado em 01/11/2011 - 19:52

Newsletters

PUBLICIDADE

GUARUJÁ (SP) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua mulher, Marisa Letícia, são donos de uma cobertura na praia das Astúrias, no Guarujá, mas amargam há cinco anos na fila de cooperados da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) para receber o imóvel. A solução encontrada pelos cerca de 120 futuros proprietários do empreendimento foi deixar de lado a Bancoop e entregar o Residencial Mar Cantábrico à construtora OAS, que prometeu concluir as obras em dois anos. Procurada, a Presidência confirmou que Lula continua proprietário do imóvel.

Fonte: O Globo, 2010

Mesmo assim a reportagem foi a base da denúncia do Ministério Público, apresentada em uma coletiva de imprensa, tendo como porta-voz o procurador Deltan Dallagnol que explicou, através de um diagrama feito no Power Point (Figura 44), sobre a relação dos indícios apontados pela investigação da força-tarefa até aquele momento, e que tentava relacionar, através de percepções, a figura de Lula como líder do esquema de corrupção da Petrobrás. Depois da famosa apresentação do Power Point, Dallagnol ainda se mostrou inseguro quanto à repercussão negativa e resolveu questionar o juiz Moro

sobre a pouca fundamentação sobre as denúncias, conforme consta o diálogo reproduzido na matéria do Intercept:

> Dallagnol voltaria ao assunto numa conversa privada com o então juiz Sergio Moro, em 16 de setembro, dois dias após a denúncia. O procurador estava sendo duramente criticado por parte da opinião pública, que alegava fragilidade na denúncia. Tinha virado, também, alvo de chacotas e memes pelo PowerPoint que apresentou na entrevista coletiva. O coordenador da Lava Jato escreveu a Moro: "A denúncia é baseada em muita prova indireta de autoria, mas não caberia dizer isso na denúncia e na comunicação evitamos esse ponto." Em privado, Dallagnol confirmava a Moro que a expressão usada para se referir a Lula durante a apresentação à imprensa ("líder máximo" do esquema de corrupção) era uma forma de vincular ao político os R$ 87 milhões pagos em propina pela OAS em contratos para obras em duas refinarias da Petrobras – uma acusação sem provas, ele mesmo admitiu, mas que era essencial para que o caso pudesse ser julgado por Moro em Curitiba. Preocupado com a repercussão pública de seu trabalho – uma obsessão do procurador, como demonstra a leitura de diversas de suas conversas –, ele prossegue: "Ainda, como a prova é indireta, 'juristas' como Lenio Streck e Reinaldo Azevedo falam de falta de provas. Creio que isso vai passar só quando eventualmente a página for virada para a próxima fase, com o eventual recebimento da denúncia, em que talvez caiba, se entender pertinente no contexto da decisão, abordar esses pontos", escreveu a Sergio Moro. (THE INTERCEPT BRASIL, 9 jun 2019, oline).

Figura 44: Intercept explica como a Lava Jato construiu a denúncia contra Lula

Mesmo antes de ter o telefone, no entanto, Dallagnol já parecia aliviado quando retornou ao grupo Incendiários ROJ, em que postou às 23h08: "Vcs não têm mais a mesma preocupacção que tinham quanto ao imóvel, certo? Pergunto pq estou achando top e não estou com aquela preocupação. Acho que o slide do apto tem que ser didático tb. Imagino o mesmo do lula, balões ao redor do balão central, ou seja, evidências ao redor da hipótese de que ele era o dono", já sugerindo a ideia para o PowerPoint que apresentaria aos jornalistas dali a alguns dias.

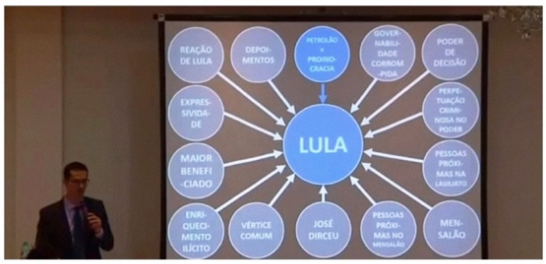


Foto: Reprodução/MPF

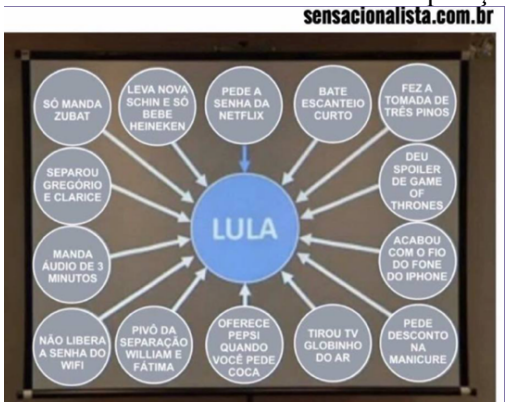
Fonte: The Intercept Brasil, 2019.

O Intercept reforça na reportagem que, em menos de um ano depois desta conversa, Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão. Posteriormente à publicação da reportagem, o The Intercept Brasil publicou uma atualização no rodapé da matéria com respostas tanto da força-tarefa da Operação Lava Jato, quanto do juiz Sergio Moro:

> *A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas, dedicou especial atenção à "ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes" e disse que "oferece acusações quando presentes provas consistentes dos crimes. Antes da apresentação de denúncias são comuns debates e revisões sobre fatos e provas, de modo a evitar acusações frágeis em prejuízo aos investigados". "No caso Triplex, a prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro foi examinada por nove juízes em três instâncias que concordaram, de forma unânime, existir prova para a condenação."*
> *Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que "não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias". O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado.* (THE INTERCEPT BRASIL, 09 jun 2019, online, grifo dos autores).

A apresentação do Power Point, embora tenha sido amplamemte divulgada pela mídia hegemônica na época, de fato não foi recebida pela sociedade da maneira planejada pela força-tarefa da Lava Jato, sendo inclusive objeto de diversos memes[43], publicados nas redes sociais e sites de sátira política, como o sensacionalista (Figura 45). Essa situação mostra uma desconformidade entre os contratos de leitura estabelecidos pelas mídias hegemônicas e a percepção da sociedade sobre o fato veiculado:

Figura 45: Um dos memes sobre o Power Point da Operação Lava Jato



Fonte: site sensacionalista.com.br.

Sobre a condenação em segunda instância, medida jurídica que permitiu que Lula fosse preso mesmo que sem condenação, a Vaza Jato foi apontada como a causa direta da

[43] No contexto da internet, meme é qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e outros que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade. Muitas vezes, o material veiculado é ressignificado ou até mesmo remixado com outras referências.

reavaliação deste caso pelo Supremo Tribunal Federal. Para o jornalista Kennedy Alencar[44], "a Vaza Jato foi fundamental para o STF derrubar a possibilidade de prisão após uma sentença condenatória em segunda instância". De acordo com Alencar, isso só se tornou possível através das revelações dos abusos cometidos pelos integrantes da força-tarefa da Lava Jato, o que convenceu os ministros Celso de Mello e Rosa Weber a manterem seus entendimentos a favor do esgotamento do trânsito em julgado, como prevê a Constiuição, e de acordo com o jornalista, inibindo reações dos ministros Roberto Barroso, Luiz Fux e Edson Fachin, que segundo o jornalista, são os três juízes mais lavajatistas do STF. O ministro Gilmar Mendes também comentou em uma entrevista[45] sobre a importância das reportagens da Vaza Jato na mudança da decisão:

> Vocês viram, nessas informações da Vaza Jato, que muitas pessoas eram mantidas presas, ou se prendia parentes para constranger aquele que estava já preso. Mas em suma, eu tenho a impressão que a vaza jato certamente contribuiu para criar uma massa crítica em torno disso. Se foi decisivo ou não é difícil saber, mas o tribunal vinha refletindo sobre essa questão há muito tempo, e vem refletindo sobre isso", explicou o ministro, deixando claro que a decisão de derrubada da prisão em segunda instância, não se restringe apenas ao ex-presidente. Quando a gente se centra só nessa questão da segunda instância, a gente se esquece de uma coisa. Nós temos no Brasil alguma coisa como 850 mil presos, dos quais 41% de presos provisórios. Quando eu falo em preso provisório estou falando em preso sem sentença, foi preso por uma ordem judicial e está sem condenação alguma. É um número muito grande, perto de 400 mil pessoas. (DORILEO, 09 nov 2019).

As contestações às ações dos agentes da Operação Lava Jato, a partir da publicação da Vaza Jato, não se restringiram somente ao âmbito jurídico. A partir das revelações destes vazamentos, a equipe da Lava Jato, que antes gozava de credibilidade perante a opinião pública e a sociedade, passou a ser questionada[46]. O debate extrapolou as fronteiras entre os sistemas jornalístico e jurídico, em publicações nas redes sociais de contestação da operação de uma maneira ampla, proferido por parte de figuras diversas, como atores sociais, figuras políticas e tanto jornalistas considerados contra-hegemônicos como participantes da mídia hegemônica, como mostram as Figuras 46 e 47:

[44] Disponível em: < https://www.blogdokennedy.com.br/vaza-jato-foi-fundamental-para-fim-da-prisao-em-2a-instancia/>. Acesso em 13 mar 2021.
[45] Disponível em: < https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=41827&noticia=vaza-jato-contribuiu-para-criar-uma-massa-critica-diz-ministro-sobre-derrubada-de-prisao-em-2-instancia&edicao=1 >. Acesso em 13 mar 2021.
[46] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-01-04/o-ano-em-que-a-vaza-jato-colocou-a-maior-operacao-anticorrupcao-do-pais-em-xeque.html

Figura 46: Tweets de contestação à Lava Jato



Fonte: Twitter, 2019.

Figura 47: Postagens no Twitter de críticas à Moro e defesa da Vaza Jato



Fonte: Twitter

O caso Vaza Jato também permitiu um intenso debate sobre o hackeamento de informações e seu uso no jornalismo. A repercussão em torno da discussão sobre a legitimidade dos vazamentos, criou uma dinâmica de circulação que quase retirou o foco do conteúdo das mensagens (em alguns casos, poderia ser realmente a intenção). O foco deste debate argumentava se era a ação de hackeamento seria legal ou ilegal, e se haveria legitimidade para ser usada em um material jornalístico. A discussão que foi suscitada pela questão do vazamento da Vaza Jato motivou um artigo[47], escrito pelos editores do The Intercept Brasil, Leandro Demori e Glenn Greenwald, sobre o assunto. Intitulado "A quem interessa a narrativa dos 'hackers criminosos' na #VazaJato?" (Figura 48), o texto comenta que, mesmo que Sergio Moro e Deltan Dallagnol tenham tentado diminuir o fato, não houve contestação por parte deles da veracidade das mensagens.

[47] Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/17/hackers-criminosos-vazajato-sergio-moro/

Figura 48: The Intercept Brasil rebatendo a polêmica sobre os vazamentos



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

Os jornalistas também citam no texto a repercussão imediata da grande imprensa, que reagiu ao acontecimento:

> A imprensa séria virou contra Sergio Moro e Deltan Dallagnol em uma semana graças às revelações do TIB. O Estadão, mesmo que ainda fortemente aliado de Curitiba, pediu a renúncia de Moro e o afastamento dos procuradores. A Veja escreveu um editorial contundente ("Moro ultrapassou de forma inequívoca a linha da decência e da legalidade no papel de magistrado.") e publicou uma capa demolidora. A Folha está fazendo um trabalho importante com os diálogos, publicando reportagens de contexto absolutamente necessárias. (GREENWALD; DEMORI, 17 jun 2019, online).

E realmente, o juiz Sergio Moro reagiu a denúncia dos vazamentos de diversas maneiras, o que na verdade acabou por somente demonstrar que os diálogos eram realmente autênticos. Incialmente o magistrado argumentou em entrevistas[48] e em suas redes sociais, que seu celular havia sido hackeado, e que o conteúdo havia sido obtido de maneira criminosa, acusando o Intercept de sensacionalismo, para posteriormente afirmar, em audiência[49] sobre o assunto, na Câmara dos Deputados, que o material divulgado havia sido adulterado parcialmente ou intergralmente. Porém, a partir da publicação da reportagem "Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens[50]", em parceria do Intercept com a Folha de São Paulo, o juiz

[48] Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/20/moro-fala-sobre-vazamentos-da-lava-jato-e-um-monte-de-bobageirada.htm>. Acesso 15 abr 2021.
[49] Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jul-02/mensagens-podem-sido-alteradas-parcial-ou-totalmente-moro. Acesso 15 abr 2021.
[50] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-articulou-apoio-a-moro-diante-de-tensao-com-stf-mostram-mensagens.shtml>. Acesso 15 abr 2021.

divulgou um vídeo se desculpando com os integrantes do Movimento Brasil Livre, por conta do seguinte trecho divulgado na matéria:

> No fim da noite, Moro pediu a Deltan que ajudasse a conter o grupo antipetista MBL (Movimento Brasil Livre), após um protesto em frente ao apartamento do ministro Teori Zavascki em Porto Alegre, em que militantes estenderam faixas que o chamavam de "traidor" e "pelego do PT" e pediam que deixasse "Moro trabalhar". "Nao.sei se vcs tem algum contato mas alguns tontos daquele movimento brasil livre foram fazer protesto na frente do condominio.do ministro", digitou Moro no Telegram, no fim da noite. "Isso nao ajuda evidentemente." (THE INTERCEPT BRASIL, FOLHA DE SP, 23 jun 2019).

A divulgação do trecho da conversa gerou um pedido de desculpas do magistrado ao movimento, que foi publicada no canal do Youtube "Mamãe Falei", do deputado estadual Arthur do Val, integrante do Movimento Brasil Livre. A gravação também foi posteriormente veiculada em materiais jornalísticos, como a reportagem da Folha de São Paulo, intitulada "Em áudio, Moro pede desculpas a integrantes do MBL por chamá-los de tontos[51]". Apresentamos abaixo uma transcrição do áudio que foi veiculado na reportagem da Folha:

> Bom dia, esse áudio vai para os membros, componentes, aí, do Movimento Brasil Livre. A Folha de São Paulo publicou uma matéria hoje, baseada naquelas mensagens que forma obtidas de maneira criminosa, por um hacker, nem sei se as mensagens são verdadeiras, mas eu não tenho mais essas mensagens, eu saí do tal do Telegram em 2017. Mas uma das mensagens ali, que eu não sei se são autênticas ou não, podem ter sido adulteradas, tem uma referência, da minha parte, na qual eu reclamaria ao procurador Deltan [Dallagnol] contra um protesto, realizado lá em 2016, na frente da casa do ministro Teori Zavascki. Dois mil e dezesseis tava lá aquele momento tenso da divulgação do áudio do Lula com a Dilma, aquilo lá eu fiz, com convicção da absoluta correção, mas gerou toda uma pressão, e foi um período complicado. E eu achei que esse protesto, na época, era um tanto quanto inconveniente, o ministro Teori Zavascki era boa gente, uma pessoa séria, e a realização daquele protesto poderia gerar uma animosidade contra o Supremo, contra lá a décima terceira vara, o que não era desejado. É... consta ali um termo que eu não sei se usei mesmo, acredito que não, pode ter sido adulterado, mas queria dizer, assim, pedir minhas escusas, se eu, eventualmente utilizei, porque sempre respeitei o Movimento Brasil Livre e sempre agradeci o apoio que esse movimento deu, não só à Lava Jato, mas esse movimento nos últimos anos, nos últimos cinco anos, de avanço contra a corrupção e construção de um país melhor, um país mais integro. Então fica a minha referência a uma conversa privada, não sei se é autêntica essa mensagem, mas enfim, quero externar aqui o meu respeito a todos os membros do Movimento Brasil Livre e... enfim. Se de fato usei o termo, peço

[51] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/em-audio-moro-pede-desculpas-a-integrantes-do-mbl-por-chama-los-de-tontos.shtml>. Acesso 15 abr 2021.

> escusas, mas é bom (saber) que têm todo o meu respeito e sempre terão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 23 jun 2019).

Alertamos para o fato de que, na mensagem em áudio, o juiz Sergio Moro reafirma que considerou a manifestação do MBL na frente da casa do ministro do STF, Teori Zavascki, "um inconveniente" e que "poderia gerar uma animosidade com o Supremo, contra a décima terceira vara, o que não era desejado", e pede desculpas pelo uso do termo que poderia ter soado ofensivo. E mesmo que mencione que as gravações possam ter sido adulteradas, o magistrado reafirma sua contrariedade com relação a um ato público motivado por uma entidade que declaradamente apoiava a Operação Lava Jato. É importante também afirmar que na mesma reportagem, o jornal Folha de São Paulo, que nesta época já atuava em parceria com o The Intercept Brasil, declara que não há nenhuma constatação de adulteração das mensagens.

> A reportagem publicada pela Folha e pelo Intercept neste domingo foi produzida a partir de mensagens privadas enviadas por uma fonte anônima ao The Intercept Brasil e analisadas em conjunto pelo jornal e pelo site. [...] Ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado. Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material. (FOLHA DE SÃO PAULO, 23 jun 2019).

A partir das alegações de Moro, de que o hackeamento que originou a Vaza Jato demonstrou conivência com práticas criminosas, a Câmara dos Deputados intimou o jornalista Glenn Greenwald a prestar depoimento sobre o assunto. Ele na ocasião usou justamente o princípio constitucional de sigilo da fonte jornalística como defesa, assim como do direito de divulgar informações que atendiam o interesse público. Glenn também foi denunciado pela Procuradoria da República pelo crime de invasão de celulares de autoridades brasileiras, porém foi inocentado da acusação. Esse acontecimento em si já demonstra como o controle de informações pelas instituições oficiais do governo pode abrir caminho para encobrir ilegalidades, cometer censuras e agir arbitrariamente. As atividades dos hackers também provocaram uma intensa investigação da Polícia Federal sobre o assunto, em que realizou a prisão de suspeitos acusados pelo hackeamento. Na ocasião da prisão dos hackers, o juiz Moro chegou a anunciar que iria destruir todo o conteúdo dos vazamentos, declaração que foi desmentida horas depois pela Polícia Federal.

A maneira como a apuração do material vazado também foi assunto de uma das matérias do The Intercept Brasil, que explicou ao seu leitor, de forma didática, como essa apuração é realizada. A equipe aproveitou para realizar esse esclarecimento a partir de uma nota da procuradora da Lava Jato, Monique Cheker, enviada ao site Antagonista[52], na qual ela alega desconhecer sua participação nos diálogos vazados na matéria "Moro viola sempre o sistema acusatório", publicada pela Vaza Jato em 29 de junho de 2019. Como resposta à procuradora, o The Intercept revolveu explicar, tanto em matéria no site[53], intitulada "Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato" (Figura 49), assim como em uma sequência de postagens no Twitter, relatando didaticamente como havia checado o nome da procuradora, em uma processualidade em que os jornalistas demonstram ter verificado as declarações com checagem de fatos e dados citados nas conversas.

Figura 49: Relato de como o Intercept apura o material da Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

Na reportagem, os jornalistas Leandro Demori e Rafael Moro Martins relatam todo o processo que realizaram para a verificação da identidade de Monique Cheker, que constava no chat somente como Monique. Os jornalistas também explicaram que o processo de verificação é realizado de forma exaustiva, pois são confrontados com vários indícios de datas, eventos e menções nas redes e nas mídias, e se preocupam em descrever detalhadamente na matéria esse processo:

> Essa busca é um processo exaustivo e frequentemente demorado, que repetimos cada vez que nos deparamos com o nome de um novo

[52] Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/monique-nao-e-monique/ Acesso 15 abr 2021.
[53] Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/08/como-o-intercept-brasil-confirma-a-identidade-das-pessoas-que-aparecem-nos-chats-da-vazajato/ Acesso 15 abr 2021.

> personagem. No caso da procuradora Monique Cheker isso se deu da seguinte forma: Para começar, buscamos em outras conversas sinais que possam trazer evidências sobre quem é a pessoa de que temos certeza sobre o sobrenome. Fazendo isso, encontramos o seguinte diálogo de Cheker no chat privado dela com Deltan Dallangnol, datado de 9 de setembro do ano passado:
> Deltan – 00:17:33 – Mo, como faço a citação do artigo? Preciso dos dados da obra em que estará inserido. Vc me passa ou indica nome se estiver já online?
> Monique – 01:10:06 – Pela ABNT, faça a citação e coloque a informação "no prelo" após o nome do autor.
> Monique – 01:11:20 – [imagem não encontrada]
> Monique – 01:11:50 – O nome da coletânea será "Desafios contemporâneos do Sistema Acusatório"
> (DEMORI; MARTINS, 8 jul 2019)

Na matéria, os jornalistas mostram o print da busca no site Amazon pela coletânea mencionada, e que o livro realmente contém um artigo com assinatura da procuradora. Porém, os jornalistas afirmam que ainda fizeram outra verificação do nome da procuradora, consultando a base de dados do Ministério Público Federal, no Portal da Transparência, que trouxe os nomes ativos dos procuradores na mesma época em que o diálogo foi realizado. Neste site, havia o nome de Monique Cheker integrando o quadro dos procuradores federais. Outra verificação também foi a pesquisa sobre os servidores inativos do Ministério Publico Federal, que não incluía nenhuma pessoa com o nome Monique.

Além da estratégia argumentativa afim de defender o uso dos vazamentos como fonte jornalística e de provar que o conteúdo era realmente verdadeiro, havia uma disputa política que evidenciava, através dos conflitos argumentativos, uma disputa entre os sistemas judiciário, jornalístico e político. Uma das reportagens que aponta esse conflito é a matéria "A reação do governo Bolsonaro contra a Vaza Jato mostra por que nossas reportagens sobre o arquivo são tão vitais[54]" (Figura 50), escrita por Glenn Greenwald, Leandro Demori e Betsy Reed, editores-chefe do Intercept. Publicada em 28 de julho de 2019, o texto comenta sobre a prisão dos hackers que efetuaram a invasão nas contas de Telegram da força-tarefa da Lava Jato e sobre qual a consequência que essa notícia traria para o jornalismo que estava sendo realizado pelo Intercept sobre a Vaza Jato.

[54] Disponível em: < https://theintercept.com/2019/07/28/reacao-bolsonaro-vaza-jato-reportagens-vitais/>. Acesso em 15 abr 2021.

Figura 50: Matéria do TIB explica a relevância da Vaza Jato



A REAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO CONTRA A VAZA JATO MOSTRA POR QUE NOSSAS REPORTAGENS SOBRE O ARQUIVO SECRETO SÃO TÃO VITAIS

Quando foram publicadas as notícias de que a Polícia Federal prendeu quatro suspeitos de hackear o Telegram de várias autoridades brasileiras e de enviar parte desse material ao Intercept, muitos de nossos leitores se perguntaram: qual o efeito que isso terá no jornalismo que estamos produzindo a partir desse arquivo? A resposta é: nenhum.

Glenn Greenwald, Leandro Demori, Betsy Reed

28 de Julho de 2019, 15h23

Fonte: The Intercept Brasil, 2019

Os jornalistas então comentam uma declaração do presidente Jair Bolsonaro, de que o jornalista estadunidense Glenn Greenwald poderia "pegar uma cana aqui no Brasil" e da acusação do juiz Sergio Moro, então ministro da justiça do governo Bolsonaro, de que os jornalistas do Intercept seriam "aliados de criminosos":

> À medida em que novas revelações foram sendo publicadas – pelo Intercept e por nossos parceiros jornalísticos – eles recorreram à mesma tática empregada por autoridades no mundo todo quando vêem sua corrupção sendo revelada pela imprensa: distrair a atenção de seus atos, demonstrados pelas reportagens, preferindo fixar seu discursos contra os jornalistas e suas fontes. É isso que Sergio Moro, se valendo de sua posição de ministro da Justiça e Segurança Pública, vem há semanas tentando fazer. Ele e seus defensores, em sua maioria do partido de Bolsonaro, falam constantemente dos supostos crimes cometidos pela fonte e insinuam que os repórteres e editores do Intercept e dos demais veículos trabalhando em cima desse arquivo são "criminosos" ou "cúmplices" devido ao papel que desempenhamos em expor a verdade. O blog que vem funcionando como porta voz oficial de Moro se refere a nós como "cúmplices", enquanto Moro nos chama de "aliados de criminosos". Ontem, o presidente Bolsonaro se envolveu diretamente no assunto (depois de fugir dele por semanas), com a acusação indecorosa de que Glenn Greenwald se casou no Brasil e adotou crianças para evitar uma deportação (seu casamento ocorreu há catorze anos); e ameaçando Greenwald com prisão: "Ele pode pegar uma cana aqui no Brasil". Apesar de seus esforços, Moro, Bolsonaro e seus defensores se mostraram incapazes de obter uma única prova ou indício de que o Intercept tenha feito qualquer coisa além de exercer seu direito de praticar jornalismo, tal qual é garantido e protegido pela Constituição brasileira e gozado por todos os jornalistas do país. Pelo contrário: todas as insinuações e sugestões feitas por eles de que o Intercept teria agido de forma imprópria foram desmentidas pelos fatos. (GREENWALD; REED; DEMORI, 28 jul 2019, online).

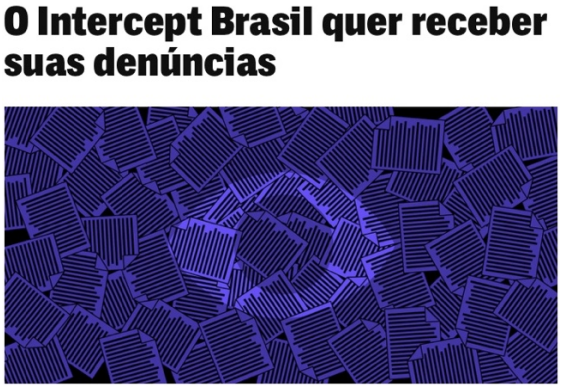
No mesmo texto, os jornalistas informam que no depoimento do hacker Walter Delgatti à Polícia Federal, ele mesmo reforça que não houve nenhuma vinculação entre ele e a equipe do Intercept:

> Depois que a Polícia Federal anunciou as prisões, foi vazada à imprensa uma confissão de um dos suspeitos, Walter Delgatti Neto, apontado pelas autoridades como sendo o principal hacker que teria fornecido o material ao intercept. Depois de ter sido submetido a horas de interrogatório e supostamente confessar ser o hacker, Delgatti Neto disse em seu depoimento, conforme vazado:
> - Que nunca falou com qualquer repórter do Intercept antes de ter realizado os hackeamentos;
> - Que nunca pediu ou recebeu qualquer pagamento do Intercept (ou de qualquer outra parte) por fornecer os documentos;
> - Que só se comunicou com o Intercept de forma anônima;
> - Que nunca alterou os chats enviados ao Intercept, e que considera tecnicamente impossível realizar alterações desse tipo devido à forma como foram baixados do Telegram; e
> - Que se inspirou no whistleblower da NSA Edward Snowden, obtendo e vazando esses documentos com o objetivo de expor corrupção praticada por autoridades que a população tem o direito de saber. (GREENWALD; REED; DEMORI, 28 jul 2019, online).

O editor do The Intercept Brasil, Alexandre de Santi[55], ressalta que ficou surpreso sobre a polêmica acerca das origens dos vazamentos, o que, em sua visão, retirou o foco do conteúdo das denúncias: "achei que não haveria esse debate". Outra questão abordada pelo editor do The Intercept Brasil é a liberdade editorial permitida pelo portal: "não estamos acostumados a ouvir sim no jornalismo. É muito difícil se acostumar com esse tipo de liberdade. Nosso freio é jurídico, não a linguagem." O apoio jurídico do The Intercept Brasil é realizado por dois advogados cariocas, que segundo o editor, são entusiastas da liberdade de imprensa e prestam consultoria jurídica sobre ilegalidades. De Santi esclarece que não foi a partir da Vaza Jato que se inaugurou a prática de jornalismo investigativo utilizando vazamento de informações. Na verdade, o jornalista afirma que essa é uma prática recorrente do portal (Figura 51), e mais do que isso, foi exatamente com essa missão que o projeto foi criado. O portal divulga através do site uma possibilidade de contato para o grande público realizar denúncias, denominada "seja nossa fonte", sessão na qual se disponibiliza um link para uma plataforma de segurança que permite o envio de informações criptografadas.

[55] Palestra de Alexandre de Santi – Aula inaugural do curso de jornalismo da Unisinos, realizada no Campus Porto Alegre em 17/09/2019

Figura 51: Página de orientação do Intercept sobre como realizar denúncias



Fonte: The Intercept, 2019.

No site, há um convite[56] para que qualquer pessoa possa fazer uma denúncia sobre uma instituição, governo ou figura pública, através de um link, que redireciona para o repositório SecureDrop, aonde as denúncias são apuradas e posteriormente publicadas. Essa ferramenta de depósito de arquivos costuma ser bastante utilizada no jornalismo internacional, tendo sido inclusive utilizada no caso Snowden. No Brasil, o The Intercept Brasil é o único veículo jornalístico que utiliza o Secure Drop como ferramenta de segurança de dados. Na página, o Intercept orienta, de forma detalhada, quais os caminhos para que a pessoa possa realizar a denúncia de forma anônima e segura:

> Se você deseja se comunicar conosco de maneira anônima, pode usar um canal chamado SecureDrop. Com esse servidor, é possível enviar mensagens ou materiais confidenciais para nossos repórteres sem revelar a sua identidade, e nós podemos responder os seus contatos. Como os metadados de nossa correspondência – informações sobre remetente e destinatário e horários das mensagens – não estão disponíveis para terceiros, esse canal é muito seguro. (THE INTERCEPT BRASIL, 2019, online).

Quanto à Vaza Jato, De Santi relatou que foi realizado um intenso levantamento de checagem dos vazamentos, e a partir disso percebeu-se que havia um conteúdo que suscitava o interesse público. O editor afirma que em todas as reportagens há um extenso processo de fact-checking, que passa por vários editores, para logo depois as matérias serem analisadas pelo departamento jurídico. Um ano depois da publicação das matérias da Vaza Jato, The Intercept Brasil publicou em seu site um relato[57] do editor Leandro Demori, junto com imagens inéditas dos bastidores do primeiro dia de Vaza Jato, 9 de

[56] Disponível em: < https://theintercept.com/brasil/fontes/ Acesso em 15 abr 2021.
[57] Disponível em: < https://theintercept.com/2020/06/09/vaza-jato-um-ano/ Acesso 15 abr 2021.

junho de 2019. Esse texto, conforme imagem abaixo (Figura 52), demonstra uma das marcas do jornalismo produzido por este dispositivo jornalístico em uma ambiência midiatizada, que é a capacidade de **autoreflexividade**.

Figura 52: Um ano de Vaza Jato - imagem dos bastidores



Equipe do Intercept Brasil na redação, em 9 de junho de 2019. Foto: Christian Braga para o Intercept Brasil

Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

No texto, Demori recordou ter sido avisado do conteúdo dos vazamentos através de uma ligação de Glenn Greenwald e também fez uma análise, em seu texto, sobre as mudanças que a Vaza Jato proporcionaram na sociedade. Apesar de não ter feito uma reflexão sobre as mudanças jornalísticas que a Vaza Jato trouxe para o seu campo, o editor citou várias mudanças percebidas por ele no campo jurídico, como a mudança na prisão em segunda instância, que libertou Lula, e a decisão de que o réu delatado tem agora o direito de se defender por último, depois dos delatores.

O jornalista também mencionou o enfraquecimento de Sergio Moro como figura pública, por conta de todas as inciativas que não conseguiu aprovar no governo Bolsonaro, como o pacote anticrime, uma idealização de Moro, que não foi aprovado sem ressalvas. Demori inclusive relembrou uma reunião em que participou com a presença de 40 advogados[58], e afirmou que ouviu de muitos deles "que a Lava Jato estava destruindo o direito de defesa no Brasil" e que o jornalismo realizado pelo The Intercept Brasil "aparecia como uma luz brilhante no fim de um túnel que antes parecia não ter fim". Ele

[58] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/07/quarenta-advogados-se-reunem-com-glenn-greenwald-no-rio.shtml?origin=folha Acesso 15 abr 2021.

terminou o texto referindo a mesma frase final do editorial que acompanhava as primeiras matérias da Vaza Jato: “A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras”.

5.2.3 Disputas estratégicas intersistêmicas da Vaza Jato

Um dos aspectos que estabelece um nível de comparação entre a maneira das práticas jornalísticas que eram realizadas antes da Lava Jato é o ingresso do Intercept como um novo ator jornalístico, que através de práticas que se deslocam do próprio repertório de valores e ações do jornalismo tradicional, propõe uma improvável aliança entre eles. É a partir da Vaza Jato que se estabelece uma aliança entre velhos e novos meios, ressignificando uma nova forma de fazer jornalístico, que antes era concorrencial e passa a se tornar colaborativo através da adesão, na apuração do material e na colaboração com reportagens complementares, realizadas por mídias que aderiram à Vaza Jato, conforme parcerias estabelecidas com a Revista Veja e o jornal Folha de São Paulo.

A primeira parceria com The Intercept Brasil partiu do jornalista Reinaldo Azevedo[59], que republicou as conversas entre Moro e Dallagnol em sua coluna no UOL e repercutiu suas impressões acerca dos diálogos em seu programa de rádio chamado “O É da Coisa”, veiculado na Rádio Band News FM. Essa atitude fez com que posteriormente outros veículos também aderissem ao esquema de parcerias com o The Intercept Brasil, tais como o Buzzfeed Brasil, a Revista Veja, a Folha de São Paulo, o El País e a Agência Pública. O que chama a atenção nesse caso, é a adesão de perfis de empresas jornalísticas bem diferenciadas entre si, desde as que são consideradas hegemônicas, quanto as que realizam um jornalismo contra-hegemônico, considerado jornalismo independente, o que comprova na prática a complexificação da circulação como algo que criou novos circuitos e vínculos a partir deste fato.

Dessa forma, trazemos a análise da colaboração de dois diferentes veículos que firmaram parcerias com o The Intercept Brasil na Vaza Jato: Folha de São Paulo e Veja. Essa escolha se justifica pelo fato de o acontecimento jornalístico proporcionado pela Vaza Jato ter conseguido a adesão até dos veículos hegemônicos, que inicialmente se mostravam favoráveis às realizações da Operação Lava Jato. Porém, essa escolha também

[59] Disponível em: < https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/06/12/exclusivo-moro-sobre-papo-de-dallagnol-com-membro-do-stf-in-fux-we-trust/ Acesso 15 abr 2021.

tem o propósito de evidenciar dois acontecimentos: explicar melhor a processualidade que envolveu a divulgação do vazamento da ligação entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, assim como o *mea culpa* de uma mídia hegemônica, assumido através da Revista Veja, com relação a uma contribuição da narrativa que favoreceu os operadores jurídicos da Lava Jato. Dessa forma, Lula se tornou inelegível para as eleições presidenciais que aconteceram em 2018. No ano seguinte, o candidato eleito, Jair Bolsonaro, nomeou Sergio Moro[60] como ministro da Justiça de seu governo.

Outro episódio que referencia e contrapõe versões divulgadas na imprensa é a matéria do The Intercept Brasil, com o título "Vazamento Seletivo[61]". A reportagem se baseia em uma entrevista[62] dada por Deltan Dallagnol, no site BBC Brasil, em 2017, em que ele afirma que não haveria possibilidade de a Lava Jato realizar vazamentos, "pois não teriam instrumentos eficientes para identificá-los". A partir dessa entrevista do procurador, o The Intercept refuta na matéria essa declaração, confirmando, através dos diálogos mostrados, que a prática de vazamentos era amplamente utilizada pela Lava Jato.

O editor Alexandre De Santi afirma que realmente houve por parte do The Intercept Brasil uma estratégia de temporalidade e de procura por adesões de outros veículos na disseminação dessas reportagens, o que conferiu uma base de credibilidade para o processo. Segundo o editor, as parcerias estabelecidas com outras empresas de comunicação foram necessárias porque a pequena equipe do portal necessitava de ajuda na apuração dos fatos e levantamentos do vasto material. Ele ainda afirmou que foram as próprias empresas jornalísticas que se candidataram como possíveis parceiros e que a escolha foi feita por afinidade de princípios, uma vez que o The Intercept Brasil não os enxerga como concorrentes. Apresentamos na sequência algumas das reportagens em parceria entre o The Inttercept Brasil e duas empresas jornalísticas da mídia hegemônica: Folha de São Paulo e Revista Veja. Analisaremos discursivamente estas reportagens, pelo fato de que essas duas empresas jornalísticas, que aderiram posteriormente à Vaza jato, também tiveram uma contribuição importante na efetivação da estratégia argumentativa da Operação Lava Jato.

[60] Disponível em: < https://www.cartacapital.com.br/politica/a-linha-do-tempo-de-moro-de-juiz-de-1a-instancia-a-superministro/ Acesso 15 abr 2021.
[61]Disponível em: < https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/ Acesso 15 abr 2021.
[62] Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39563794 Acesso 15 abr 2021.

a) Parceria The Intercept + Folha de São Paulo

A outra grande parceria estabelecida na Vaza Jato foi a colaboração entre o The Intercept Brasil e o jornal Folha de São Paulo (Figura 53). Porém, a abordagem do jornal foi bem diferente da proposta pela Revista Veja. No editorial, a Folha apenas mencionou que havia recebido e estava verificando o material vazado que fazia parte do acervo da Vaza Jato, e informou aos seus leitores que a partir daquele dia, publicaria uma série de matérias sobre o assunto.

Figura 53: Parceria Folha de São Paulo/The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

O texto também menciona que a primeira matéria dos dois veículos relata sobre como os procuradores da Lava Jato agiram para proteger o juiz Sergio Moro para evitar tensões com o STF, um dia após o juiz ter sido repreendido pela mesma instituição por ter divulgado ilegalmente o vazamento entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula da Silva. Aliás, essa ocorrência aparece como bastante recorrente na Vaza Jato, que também se configura como o acontecimento primeiro que disparou todo o processo de criação do The Intercept Brasil, quanto ao surgimento da Vaza Jato. Essa relação é inclusive mencionada no editorial que introduz a Vaza Jato, relativizando os critérios sobre vazamentos utilizados pela própria Operação Lava Jato, porém argumentando que não iria expor a privacidade dos denunciados, ao contrário do que havia acontecido nos vazamentos anteriores:

> A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma

> Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público. Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas revelações de interesse público, mas também comunicações privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade – o que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao contrário deles, o Intercept decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto, desprovida de real interesse público. (GREENWALD; REED; DEMORI, 9 jun 2019, online).

Meses depois, a Vaza Jato traz uma reportagem[63], novamente em parceria com a Folha de São Paulo, em que relata, com detalhes, as conversas que antecederam o vazamento da ligação entre Dilma e Lula. Segundo a reportagem, outras conversas gravadas naquele dia revelam que Lula teria relutância em aceitar a indicação de Dilma para ser ministro da Casa Civil, o que contradiz a alegação de Moro de que Lula teria usado essa estratégia para assim gozar de imunidade por foro privilegiado:

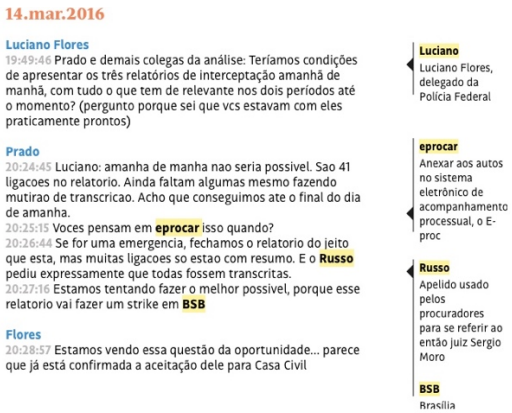
> A reportagem teve acesso a anotações dos agentes que monitoraram Lula, com resumos de 22 conversas grampeadas após a interrupção da escuta em março de 2016. Elas foram gravadas porque as operadoras de telefonia demoraram a cumprir a ordem de Moro e o sistema usado pela PF continuou captando as ligações. Os diálogos, que incluem conversas de Lula com políticos, sindicalistas e o então vice-presidente Michel Temer (MDB), revelam que o petista disse a diferentes interlocutores naquele dia que relutou em aceitar o convite de Dilma para ser ministro e só o aceitou após sofrer pressões de aliados. O ex-presidente só mencionou as investigações em curso uma vez, para orientar um dos seus advogados a dizer aos jornalistas que o procurassem que o único efeito da nomeação seria mudar seu caso de jurisdição, graças à garantia de foro especial para ministros no Supremo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 08 jul 2019).

A matéria ainda denuncia que as conversas vazadas demonstravam que um agente da Polícia Federal alertou os investigadores da Lava Jato sobre o conteúdo da ligação entre Dilma e Lula, e que foi instruído por eles a realizar um relatório sobre isso (Figura

[63] Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml Acesso 15 abr 2021.

54). Esta constatação mostra uma arbitrariedade no processo judicial, a ordem para a interrupção das escutas telefônicas já havia determinada pelo próprio juiz Sergio Moro, horas antes desta ligação. Embora as escutas estivessem sido realizadas desde 19 de fevereiro, a partir do conhecimento do convite de Dilma para Lula ser ministro, a equipe da Lava Jato manifestou mais atenção com o conteúdo das gravações, inclusive levando essas informações ao juiz Sergio Moro, que solicitou a transcrição completa do material.

Figura 54: Sergio Moro solicita a transcrição dos diálogos de Lula e Dilma



Fonte: Folha de São Paulo

Importante destacar a tradução do vocabulário jurídico pela didática jornalística, que, para explicar os fatos descritos na reportagem, também precisava realizar um esclarecimento sobre os procedimentos do campo jurídico, como demonstrado na imagem acima, na explicação do termo "eprocar", o que demonstra a interdiscursividade produzida por interpenetrações entre os sistemas jurídico e jornalístico. De acordo com as conversas reveladas, somente depois que a imprensa confirma a nomeação de Lula ao cargo de ministro da Casa Civil, ocorrido na manhã do dia 16 de março, é que o juiz Sergio Moro decide por solicitar o encerramento das escutas telefônicas, o que só ocorre cinco horas depois, por demora das operadoras de telefonia. Nesse meio tempo, às 13h32, ocorre a ligação entre Dilma e Lula.

Conforme informou a Folha de São Paulo na matéria, os diálogos divulgados pelo The Intercept Brasil revelaram que a conversa provocou impacto imediato entre a equipe de investigadores da Operação Lava Jato, que temiam que a estratégia do governo evitasse a prisão de Lula. Segundo a reportagem, a Polícia Federal anexou aos autos o áudio com a conversa de Dilma e Lula e o relatório com sua transcrição às 15h37, com o Ministério Público já se manifestando a favor da retirada do sigilo da investigação, antes mesmo de

tomar conhecimento do diálogo. Porém, o juiz Sergio Moro ainda não havia manifestado nenhuma decisão sobre o caso. Porém, a matéria apura que o juiz dedicou demasiada importância ao caso:

> Registros no sistema eletrônico de acompanhamento dos processos da Justiça Federal mostram que o juiz examinou com atenção os áudios anexados pela PF. Ele determinou a exclusão dos arquivos de duas conversas com advogados de Lula, argumentando que envolviam sigilo profissional. Moro decidiu levantar o sigilo dos autos às 16h19. A GloboNews noticiou a decisão às 18h32 e revelou que Dilma fora grampeada. Uma cópia da transcrição do diálogo que a presidente tivera com Lula naquela tarde foi lida ao vivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 jul 2019).

O Jornal Nacional também utilizou o mesmo vazamento como destaque da edição daquela noite, o que amplificou a exposição do caso. A reportagem ainda mostra que a decisão de Moro causou questionamentos dos próprios procuradores, que duvidavam da fundamentação legal da decisão, o que foi mostrado pelos diálogos da Vaza Jato. Logo depois, o relator do processo, Teori Zavascki, anulou as decisões de Moro e o repreendeu, argumentando que "ele usurpara as atribuições do Supremo ao tratar a conversa de Dilma e Lula como válida, divulgar diálogos dela e de outras autoridades com foro na corte e fazer juízo de valor sobre sua conduta sem ter competência legal para tanto". (FOLHA DE SÃO PAULO, jul 2019). Porém, os desdobramentos das atitudes de Moro já haviam se consolidado:

> Mas os efeitos das decisões de Moro eram irreversíveis. Com base nas conversas divulgadas pelo juiz, o ministro Gilmar Mendes, do STF, anulou a posse de Lula dois dias depois, em 18 de março. Com o aprofundamento da crise política, a Câmara aprovou a abertura do processo de impeachment em abril e afastou Dilma do cargo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 jul 2019).

A repercussão desse caso provocou diversos debates em diversos campos, principalmente o jurídico. A Revista Brasileira de Ciências Criminais[64] dedicou uma edição especial à Operação Lava Jato, com artigos que questionavam a espetacularização do processo penal, debatiam o uso dos vazamentos telefônicos e depoimentos inquisitórios, assim como também realizavam uma crítica à cobertura midiática da Lava Jato. No campo jornalístico, houve debate sobre o ocorrido em sites especializados[65],

[64] Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/443762 Acesso 15 abr 2021.
[65] Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arquivos-da-lava-jato/sergio-moro-e-os-antagonistas-do-jornalismo-serio-e-relevante/ Acesso 15 abr 2021.

assim como artigos acadêmicos e inclusive um artigo opinativo[66], escrito por Glenn Greenwald, fundador do The Intercept, que também é advogado constitucional. Seu primeiro artigo sobre o Brasil no The Intercept é assinado conjuntamente com os jornalistas Andrew Fishman e David Miranda, no dia 18 de março de 2016, apenas dois dias após o vazamento da ligação entre Lula e Dilma. O texto traz uma contextualização sobre a fragilidade política brasileira e também realiza uma intensa crítica midiática sobre a cobertura do governo Dilma Rousseff, assim como aponta uma campanha realizada pela imprensa quanto ao impeachment.

> A mídia corporativa brasileira age como os verdadeiros organizadores dos protestos e como relações-públicas dos partidos de oposição. Os perfis no Twitter de alguns dos repórteres mais influentes (e ricos) da Rede Globo contém incessantes agitações anti-PT. Quando uma gravação de escuta telefônica de uma conversa entre Dilma e Lula vazou essa semana, o programa jornalístico mais influente da Globo, o Jornal Nacional, fez seus âncoras relerem teatralmente o diálogo, de forma tão melodramática e em tom de fofoca, que se parecia literalmente com uma novela, muito distante de um jornal, e foram ridicularizados nas redes por isso. Durante meses, as quatro principais revistas jornalísticas do Brasil dedicaram capa após capa a ataques inflamados contra Dilma e Lula, geralmente mostrando fotos dramáticas de um ou de outro, sempre com uma narrativa impactantemente unificada. (GREENWALD; FISHMAN; MIRANDA, 18 mar 2016).

O próprio jornalista Glenn Greenwald declarou, através de entrevistas e declarações, a percepção de uma criação de narrativa unificada que partia da imprensa brasileira hegemônica sobre a Operação Lava Jato e que se direcionava contra figuras políticas como Lula e Dilma. Esse fato, segundo o jornalista estadunidense, foi algo que motivou essencialmente a criação do The Intercept Brasil e o que possibilitou posteriormente a publicação da Vaza Jato, pois a Vaza Jato, como acontecimento jornalístico, possibilitou uma série de disputas com a Operação Lava Jato, desde seu surgimento. Uma delas foi a contestação sobre a proibição da entrevista de Lula às vésperas da eleição presidencial de 2018. Na matéria "Exclusivo: procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições, por medo de que ajudasse a 'eleger o Haddad'", o Intercept afirma que havia nos diálogos um temor dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato que uma entrevista de Lula, concedida a veículos de imprensa hegemônicos, pudesse fortalecer a campanha presidencial de

[66]Disponível em: <https://theintercept.com/2016/03/18/o-brasil-esta-sendo-engolido-pela-corrupcao-da-classe-dominante-e-por-uma-perigosa-subversao-da-democracia/ Acesso 15 abr 2021.

Fernando Haddad, o que em si já configura direcionamento político às ações do campo jurídico:

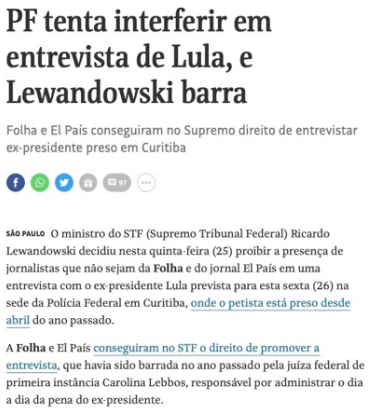
> Os procuradores, que por anos garantiram não ter motivações políticas ou partidárias, manifestaram repetidamente nos chats a preocupação de que a entrevista, a ser realizada a menos de duas semanas do primeiro turno das eleições, ajudaria o candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad. Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT. Essas discussões ocorreram no mesmo dia em que o STF acatou o pedido de entrevista da Folha de S.Paulo. Conforme noticiado no Consultor Jurídico: "Na decisão, o ministro [Ricardo Lewandowski] citou que o Plenário do STF garantiu 'a 'plena' liberdade de imprensa como categoria jurídica proibitiva de qualquer tipo de censura prévia'".

Outro trecho da reportagem demonstra como houve uma articulação dos procuradores e da própria Polícia Federal no sentido de oferecer uma menor importância para o acontecimento, liberando a entrevista solicitada pela Folha de São Paulo e El País para outros veículos:

> Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo, ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas. Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: "Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada." Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita da data em que ela deveria ocorrer. Dessa forma, seria possível evitar a entrevista sem descumprir a decisão.

Na ocasião, tanto o El País quanto a Folha de São Paulo resolveram tomar medidas jurídicas para assegurar o direito de realizar a matéria, e contornar a manobra da Polícia Federal. Os dois jornais obtiveram o pedido de realizar a entrevista com o ex-presidente concedido, mediante liminar deferida pelo ministro do STF, Ricardo Lewandowski, como mostra a imagem a seguir (Figura 55):

Figura 55: Folha de São Paulo anuncia decisão do STF em entrevista de Lula



PF tenta interferir em entrevista de Lula, e Lewandowski barra

Folha e El País conseguiram no Supremo direito de entrevistar ex-presidente preso em Curitiba

SÃO PAULO O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski decidiu nesta quinta-feira (25) proibir a presença de jornalistas que não sejam da **Folha** e do jornal El País em uma entrevista com o ex-presidente Lula prevista para esta sexta (26) na sede da Polícia Federal em Curitiba, onde o petista está preso desde abril do ano passado.

A **Folha** e El País conseguiram no STF o direito de promover a entrevista, que havia sido barrada no ano passado pela juíza federal de primeira instância Carolina Lebbos, responsável por administrar o dia a dia da pena do ex-presidente.

Fonte: Folha de São Paulo, 2019

Porém, a liminar que concedia a entrevista foi suspensa por decisão de outro ministro do STF, Luiz Fux, a pedido do Partido Novo. A medida evidenciou um embate entre dois desembargadores do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do judiciário brasileiro, porém também uma disputa entre os sistemas judiciário e jornalístico, além de um embate político entre partidos, como mostra a imagem abaixo (Figura 56):

Figura 56: Matéria da Folha comenta veto de Luiz Fux



ELEIÇÕES 2018

Fux proíbe Folha de entrevistar Lula e determina censura prévia

Ministro atendeu a um pedido de suspensão de liminar formulado pelo partido Novo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante entrevista exclusiva à Folha, em janeiro de 2018 - Marlene Bergamo - 28.jan.2018/Folhapress

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu na noite desta sexta (28) uma liminar concedida mais cedo por seu colega Ricardo Lewandowski e proibiu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dar entrevista à **Folha** na prisão. Conforme a decisão de Fux, se a entrevista já tiver sido realizada, sua divulgação está censurada.

Fonte: Folha de São Paulo, 2019

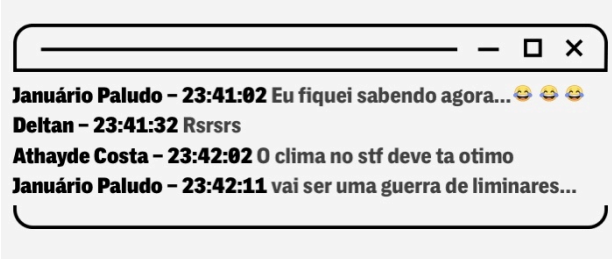
Esse episódio é retomado de forma detalhada pelo Intercept na reportagem que mostra, através dos diálogos dos procuradores, que foi de fato realizada uma articulação

para tentar barrar a entrevista e também mostra a comemoração dos procuradores diante da decisão de Fux:

> Descartada a possibilidade de impedir a entrevista, eles passaram a debater qual formato traria menos benefícios políticos para Lula: uma entrevista a sós com Mônica Bergamo, ou uma coletiva de imprensa com vários jornalistas. Januário Paludo, por exemplo, propôs as seguintes medidas: "Plano a: tentar recurso no próprio stf, possibilidade Zero. Plano b: abrir para todos fazerem a entrevista no mesmo dia. Vai ser uma zona mas diminui a chance da entrevista ser direcionada." Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita da data em que ela deveria ocorrer. Dessa forma, seria possível evitar a entrevista sem descumprir a decisão. [...] Os receios dos procuradores, porém, foram logo acalmados. Às 22h49 do mesmo dia, o procurador Julio Noronha compartilhou mais uma reportagem do Antagonista, dessa vez com uma boa notícia: "Partido Novo Recorre ao STF Contra Entrevista de Lula". Uma hora depois, o clima era de comemoração. O ministro do STF Luiz Fux concedeu uma liminar contra a entrevista, atendendo ao pedido do Partido Novo. Na decisão, o ministro diz que "se faz necessária a relativização excepcional da liberdade de imprensa". Januário Paludo foi taxativo: "Devemos agradecer à nossa PGR: Partido Novo!!!".Os procuradores não demonstraram preocupação com o fato de um ministro do STF ter poder para suspender a liberdade de imprensa – ou de que um partido que se diz liberal entrou com um pedido nesse sentido. Pelo contrário, os procuradores comemoraram a proibição.

Depois do texto apresentado acima, a matéria exibe um diálogo entre os procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato, em que eles comemoravam a proibição do ministro do STF, como mostra a imagem abaixo (Figura 57):

Figura 57: Comemoração de procuradores sobre decisão de Fux



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

A reportagem também desmascara as intenções políticas que motivavam os procuradores para tais atos, sendo que publicamente se divulgavam como uma operação imparcial.

> Os procuradores, que por anos garantiram não ter motivações políticas ou partidárias, manifestaram repetidamente nos chats a preocupação de

> que a entrevista, a ser realizada a menos de duas semanas do primeiro turno das eleições, ajudaria o candidato à Presidência pelo PT, Fernando Haddad. Por isso, articularam estratégias para derrubar a decisão judicial de 28 de setembro de 2018, que a liberou – ou, caso ela fosse realizada, para garantir que fosse estruturada de forma a reduzir seu impacto político e, assim, os benefícios eleitorais ao candidato do PT. [...] Assim, levando em conta que Lula "não [se encontra] em estabelecimento prisional, em que pode existir eventual risco de rebelião" e tampouco "se encontra sob o regime de incomunicabilidade", o ministro decidiu em favor da entrevista. [...] Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores. Acreditando se tratar de uma conversa privada que jamais seria divulgada, eles deixaram explícitas suas motivações políticas. A procuradora Laura Tessler logo exclamou: "Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas… e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse… ". 'ando muito preocupada com uma possivel volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve'. Uma outra procuradora, Isabel Groba, respondeu com apenas uma palavra e várias exclamações: "Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!". Após uma hora, Tessler deixou explícito o que deixava os procuradores tão preocupados: "sei lá mas uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad".

Para contrapor o discurso político proferido nos chats entre os procuradores, o Intercept publicou um print de uma postagem de Deltan Dallagnol em sua conta no Twitter, em que compartilhava trechos de um artigo da Folha de São Paulo conforme imagem abaixo (Figura 58), em uma estratégia do procurados para reafirmar a imparcialidade da Operação Lava Jato perante a opinião pública:

Figura 58: Tweet de Deltan Dallagnol na matéria do Intercept



Fonte: The Intercept Brasil, 2019.

b) Parceria The Intercept Brasil + Revista Veja

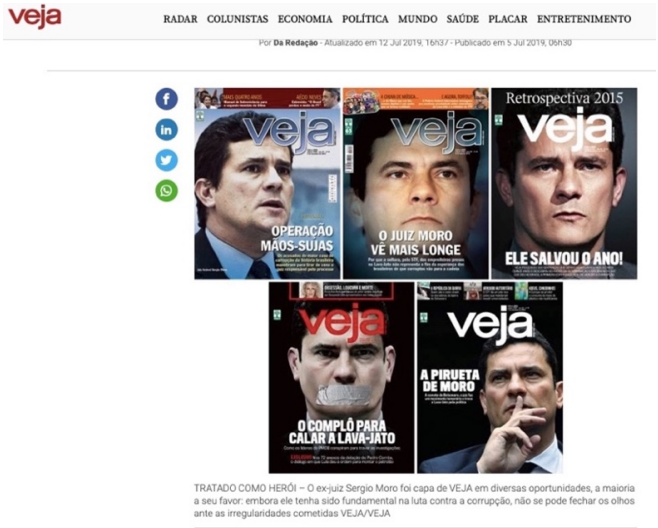
A parceria mais improvável se deu com a Revista Veja, a mídia que mais celebrou os feitos de Sergio Moro no comando da Operação Lava Jato. A publicação anunciou a adesão à Vaza Jato na capa da edição 2642, com a manchete "Justiça com as próprias mãos" (Figura 59). Na seção "Carta ao Leitor" (Figura 60), a revista realiza um *mea culpa* em um texto que admite ter tratado o juiz Sergio Moro como um herói em suas capas e reportagens. Os editores também assumem a parceria como The Intercept Brasil, afirmando que naquele momento, diante das denúncias apuradas, estava dando o seu aval quanto à veracidade dos vazamentos da Vaza Jato.

Figura 59: Capa Veja (parceria com Vaza Jato)



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

Figura 60: Carta ao Leitor da Veja



Fonte: Veja Online, 2019.

Esse acontecimento se coloca como uma ruptura frente ao jornalismo hegemônico, que o transforma, ao aceitar a Vaza Jato como pauta jornalística, referendando o jornalismo praticado pelo The Intercept Brasil e aceitando os vazamentos como fonte fidedigna. Esse episódio ainda provoca uma retratação bastante ambígua por parte da Revista Veja, que assume que o juiz Sergio Moro, que antes era protagonista das suas matérias, agora é denunciado, como na imagem abaixo (Figura 61).

Figura 61: Reportagem da Revista Veja aponta irregularidades da Lava Jato



Fonte: Revista Veja, 2019

Porém, é preciso fazer a ressalva que a Revista Veja, embora tenha feito uma autocrítica, não a fez de fato, pois no mesmo espaço em que assumiu seu equívoco, afirmou que não se arrepende de ter realizado campanha pró-Lava Jato e que a denúncia tampouco mostra que está contra Sergio Moro. Segundo a Revista, não há como se fechar os olhos para as irregularidades cometidas, pois a denúncia corrobora com o discurso de discurso de imparcialidade defendido pela Revista. Segundo a publicação, a motivação para ingressar na Vaza Jato foi de agir com Moro da mesma forma como agiu com Lula. Lembramos que um ano depois desta matéria, no dia 3 de julho de 2020, a mesma revista publicou uma entrevista nas páginas amarelas com Deltan Dallagnol, se referindo ao procurador como o "chefe da Lava Jato", com a manchete "A Lava Jato não deu apoio ao Bolsonaro", uma referência que podemos considerar subliminar à Sergio Moro e ao fato do magistrado ter passado de juiz da Operação à ministro do Governo Federal.

Porém, outra vantagem no estabelecimento dessas parcerias foi a de consolidar, através da adesão desses dispositivos jornalísticos, uma ampliação da audiência. Glenn considera inclusive como um aspecto extraordinário no jornalismo feito pelo The

Intercept Brasil o fato de compartilharem o material vazado da Vaza Jato com outros jornalistas, algo que ele não considera uma prática recorrente das grandes empresas jornalísticas. Essa atitude inclusive abriu um importante precedente de parcerias entre empresas jornalísticas, como se comprovou no consórcio montado para verificação dos casos de coronavírus. A partir dos exemplos mostrados, afirmamos que a série de reportagens da Vaza Jato gerou um contrafluxo a partir da narrativa provocada pela Lava Jato perante a opinião pública. A partir das divulgações, a equipe da Lava Jato passou então a sofrer contestações e operação sofreu um enfraquecimento da sua reputação como maior operação contra a corrupção brasileira para se tornar o maior escândalo judicial da história do país. E ao longo dessa trajetória, a imprensa brasileira mostrou uma transformação nos seus modos de enunciar, trazendo um outro lado da cobertura da Lava Jato que não havia sido mostrada.

5.3. UMA VISÃO COMPARATIVA DE TRANSFORMAÇÕES DE NARRATIVAS: FOLHA DE SP, VEJA E GLOBO

Depois de analisar as duas estratégias principais que se interpenetram e que se colocam em disputa, tanto da mídia hegemônica, quanto da mídia independente, assim apontando perspectivas diferentes, verificamos que suas estratégias são, na verdade, bifurcantes, ou seja, levam a dois lados antagônicos, que se disputam. Uma é a estratégia pró-Lava Jato, e a outra é a estratégia da Vaza Jato que propõe uma análise crítica e mais analítica sobre a própria Lava Jato. A partir dessa compreensão, estabelecemos uma análise comparativa dos materiais publicados de ambas as instituições jornalísticas envolvidas na cobertura jornalística da Lava Jato, verificando aspectos da bifurcação acima aludida. Também analisaremos se houve como destaque alguma transformação perceptível em seus enunciados, e na atuação desta mídia hegemônica, no contexto da midiatização.

5.2.4 Revista Veja

A partir da auto-crítica de Revista Veja publicada em sua carta ao leitor, conforme descrevemos acima, percebemos uma diferença de narrativa na maneira como o juiz Sergio Moro passou a ser retratado em suas páginas. Isso se comprova na reportagem “Moro erra ao tentar criticar capa de VEJA”, na qual a publicação entra em disputa com o magistrado, depois de ter recebido críticas sobre a matéria em parceria com a Vaza Jato.

> No começo da noite da sexta, 5, o Ministro da Justiça Sergio Moro postou em sua conta oficial no Twitter uma mensagem criticando VEJA. "Que constrangedor para a Veja a matéria abaixo. Será que tem resposta para isso ou vai insistir na fantasia, como na do juiz que favorece à acusação, mas que absolve os acusados no mesmo processo?". Moro postou em seguida o link para um texto publicado por um site que tentou desmentir uma das informações da reportagem "Justiça com as próprias mãos", feita em parceria entre VEJA e o site The Intercept Brasil: a de que, enquanto juiz da Lava Jato, Moro comunicava-se fora dos autos com membros do MPF por meio de um sistema privado de conversas, o Telegram. (VEJA, 6 jul 2019).

A publicação afirma que Moro declarou que haver inconsistências nas informações apresentadas e teve como resposta um passo a passo, detalhando como as decisões do juiz favoreceram as ações da procuradoria da força tarefa.

> De acordo com o texto citado pelo ministro da Justiça em seu Twitter, os contatos telefônicos de Moro com pedidos e cobranças ao MPF foram devidamente registrados na época dentro dos processos. Exemplo disso, ainda de acordo com o mesmo texto, seria o despacho datado do dia 2 de fevereiro de 2016. Ele está relacionado a um pedido da defesa de habeas corpus impetrado pela Odebrecht contra o envio de dados, incluindo extratos bancários, da Justiça Suíça à Lava Jato. Em determinado trecho do documento, Moro escreve o seguinte: "*Intime-se o MPF, com urgência e por telefone (já que há acusados presos)*". O pedido para fazer o telefonema registrado nos autos é um ato burocrático e comum nos processos da Lava Jato – e não tem absolutamente nada a ver com a flagrante irregularidade denunciada pela por VEJA (confira a arte e os documentos abaixo). Na reportagem, a revista cita um chat do Telegram entre Moro e Dallagnol sobre o mesmo assunto (habeas corpus Odebrecht) que começa no dia 2 de fevereiro e se estende até o dia 5. É uma conversa privada entre um juiz e um procurador tratando de detalhes de um processo. Moro informa sobre a petição a Dallagnol às 13h18 do dia 2 e diz que abrirá prazo para a manifestação do MPF. A oficialização do ato ocorre às 14h00 (o tal despacho no qual Moro manda intimar por telefone o MPF). No dia 4, às 15h06, Dallagnol envia a Moro pelo chat a peça "quase pronta" da manifestação do MPF. "Caso precise adiantar algo", escreve Dallagnol. É uma irregularidade evidente. Trata-se do chefe da força-tarefa enviando a Moro um trabalho inacabado do MPF para que o juiz possa adiantar uma decisão. Como se sabe, pela lei, um juiz determina prazos para manifestações da defesa e da acusação e, de posse das argumentações de cada um dos lados, arbitra a sentença. Não foi o que aconteceu nesse episódio. Dallagnol protocola a manifestação do MPF às 19h13 do dia 5 de fevereiro, quatro horas e sete minutos depois de enviar o "rascunho" da manifestação oficial. Cinco dias depois, Moro decide a favor do MPF. Esse é apenas um dos vários casos citados na reportagem de VEJA em que o ex-juiz não age de forma imparcial, atuando, na prática, como chefe e parceiro do MPF. (VEJA, 6 jul 2019).

Depois da edição em parceria com a Vaza Jato, a Revista Veja ainda publicaria outras duas edições com entrevistas exclusivas com Sergio Moro. A primeira, conforme

abaixo, foi publicada na edição 2655 (Figura 62), em 26 de outubro de 2019, é realizada com o ex-juiz ainda como ministro do governo Bolsonaro:

Figura 62: Sergio Moro como ministro do governo Bolsonaro



Fonte: Revista Veja, 2019.

Abaixo são mostrados alguns trechos da entrevista aludida acima, em que são tratados assuntos como a Operação Lava Jato, os diálogos da Vaza Jato e a relação com o presidente Jair Bolsonaro, que Moro afirmou que era seu candidato na eleição de 2022:

> ***"QUAL FOI O EXAGERO DA LAVA-JATO?"***
> ***Acusado de parcialidade na condução da Lava-Jato, o ministro vê ataques direcionados para minar os resultados da operação, rebate o discurso de que houve seletividade no que se refere aos alvos das investigações e comenta as revelações feitas pelo ex-procurador Rodrigo Janot, que afirmou ter tentado matar o ministro Gilmar Mendes no STF*** "Não houve excesso, ninguém foi preso injustamente. Opinião de militante político não conta, pois desconsidera as provas. A sociedade tem de consolidar os avanços conquistados pela operação. As pessoas falam em excessos, mas qual foi o excesso da Lava-Jato? Essa entrevista do ex-procurador Janot é coisa dele. Não tem nada a ver com Curitiba. É difícil acreditar nessa história. Agora vem essa discussão de que a ordem das alegações finais seria um erro da Lava-Jato. Os avanços anticorrupção não são de propriedade de juízes ou procuradores. É uma conquista da sociedade, do país. É o país que perde com eventuais retrocessos."
> ***"NÃO HÁ ILEGALIDADE NAS MENSAGENS"***
> ***A divulgação de mensagens captadas ilegalmente nos celulares dos procuradores da força-tarefa levantou suspeitas e gerou acusações de atuação imprópria e de parcialidade do então juiz Sergio Moro*** "No caso das mensagens divulgadas pelo The Intercept Brasil e por outros veículos, mesmo que elas fossem verídicas, não haveria nelas nenhuma ilegalidade. Onde está a contaminação de provas? Não há. É uma questão de narrativa. Houve, sim, exagero da imprensa. Esse episódio está todo superdimensionado. A Polícia Federal está investigando as pessoas que invadiram os celulares. Não está descartada a hipótese de

> que houve interesses financeiros por trás desse crime. Esses hackers, pelo que já foi demonstrado, eram estelionatários. Mas nada vai mudar o fato de que a Operação Lava-Jato alterou o padrão de impunidade da grande corrupção. As pessoas sabem diferenciar o que é certo do que é errado."
>
> ***"LULA ESTÁ PRESO PORQUE COMETEU CRIMES"***
>
> ***Condenado a vinte anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, o ex-presidente pediu ao Supremo Tribunal Federal que decrete a suspeição de Moro. Se isso acontecer, Lula, que está preso há mais de um ano, poderá ser solto e seu processo voltar à estaca zero*** "Estou bem tranquilo com minha consciência quanto ao que fiz. O ex-deputado Eduardo Cunha também diz que é inocente. Aliás, na cadeia todo mundo diz que é inocente, mas a Petrobras foi saqueada. Sempre que há um julgamento importante, dizem que a Lava-Jato vai acabar, que tudo vai acabar. Há um excesso de drama em Brasília. As pessoas pensam tudo pela perspectiva do Lula, embora seja possível que o julgamento do STF sobre a ordem das alegações finais leve à anulação da sentença sobre o sítio de Atibaia. Lula está preso porque cometeu crimes."
>
> ***"TENTATIVA DE ME INDISPOR COM O PRESIDENTE"***
>
> ***Moro, no entanto, admite que parte dessas intrigas tem origem dentro do próprio governo, inclusive da Polícia Federal, que está sob a jurisdição do Ministério da Justiça*** "Brasília é uma cidade onde as intrigas ganham uma dimensão irreal. As mais recentes afirmavam todo dia que eu estava saindo do governo. Há dentro do governo, no Congresso e no Supremo interesses múltiplos que nem sempre são convergentes, mas não entendo muito a lógica dessas intrigas. Toda relação de trabalho tem seus altos e baixos. Minha relação com o presidente é muito boa, ótima. Nunca cheguei perto de pedir demissão. As pessoas inventam histórias. Sei que é mentira, o presidente sabe que é mentira. Não sei direito de onde essas intrigas vêm." (VEJA, 26 out 2019).

Entretanto, antes dessa entrevista, a Revista Veja já havia realizado uma outra edição (2653), falando sobre a polarização entre Lavajatistas e Bolsonaristas, já percebendo que a relação entre Jair Bolsonaro e Sergio Moro passava por desavenças e disputas políticas, rompimento que se concretizou no mês de maio de 2020. Dessa forma, a edição número 2685 traz uma outra entrevista exclusiva com Sergio Moro, centrada nos conflitos que fizeram com que o magistrado deixasse o governo do presidente Jair Bolsonaro, quando este determinou a troca do diretor da superintendência da Polícia Federal. Nesta matéria, as declarações de destaque mostram uma grande disposição em ouvir a versão da história do magistrado no rompimento com o Planalto. A matéria de capa traz a manchete "Não sou mentiroso" e traz declarações de Moro, afirmando que o juiz apresentaria ao STF provas contra Bolsonaro e que o presidente nunca priorizou o combate à corrupção. Sendo assim, mesmo que a Revista Veja tenha realmente realizado uma autocrítica, admitindo a sua participação em uma narrativa que ajudou a construir

uma figura heroica do juiz Sergio Moro na Lava Jato, e que também tenha aderido à Vaza Jato, a revista ainda manteve em sua estratégia discursiva uma defesa efusiva com relação ao que considera o líder da Lava Jato, o juiz Sergio Moro. Porém, essa narrativa foi abandonada novamente quando em 2021 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela suspeição do juiz Sergio Moro no julgamento de Lula pela Lava Jato.

Figura 63: Edição 2734 da Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 2021.

A capa da edição número 2734, imagem acima (Figura 63), surpreendeu pela mudança de tom e de uma representação positiva do ex-presidente Lula na capa, admitindo que o político estava de volta ao jogo das eleições presidenciais para 2022. E embora a reportagem afirme que Lula não admite a candidatura, analisa alguns desafios que ele poderá enfrentar em uma possível campanha, como o apoio dos evangélicos e a relação com o empresariado brasileiro. Na mesma edição a revista, em um espaço de análise, compara Lula a Joe Biden, presidente dos Estados Unidos que derrotou Donald Trump, político de extrema-direita. Entretanto, mostramos no item a seguir, como comparativo entre as estratégias jornalísticas, a análise da cobertura jornalística do jornal Folha de São Paulo em um contexto pós-Vaza Jato, pelo fato de também ter sido, assim como a Veja, uma das grandes empresas jornalísticas que aderiram à parceria com o The Intercept Brasil.

5.2.5 Folha de São Paulo

O jornal foi o veículo que mais deu aval à Vaza Jato, lançando uma série de reportagens investigativas. Porém, o jornal se mantém fiel às suas próprias gramáticas e ainda traz um discurso pluralista, admitindo que houve parcialidade nas ações da força-tarefa da Lava Jato e nas decisões do juiz Moro, mas ainda traz a operação como uma grande referência na investigação contra corrupção no Brasil, e coloca em suspeição as denúncias contra Lula. Esse início se pode comprovar em dois textos, primeiro em um editorial, com o título "O pós Lava Jato[67]", publicado em 26 de fevereiro de 2021. No texto o jornal admite que os vazamentos denunciaram as práticas ilegais em um julgamento que se mostrou parcial, mas ainda aponta benefícios sobre a Operação Lava Jato e coloca suspeitas sobre o caso do apartamento, cujas provas não foram apresentadas.

> Desde que vieram a público, em junho de 2019, os primeiros vazamentos de conversas entre investigadores da Lava Jato e o então juiz Sergio Moro, ficou evidente que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não teve um julgamento imparcial no caso do famigerado apartamento de Guarujá (SP). As gravações mostraram uma proximidade inaceitável entre magistrado e acusadores, o que é razão suficiente para a suspeição. [...] À medida que mais mensagens vão sendo examinadas, mais heterodoxias vão sendo descobertas. É particularmente chocante o diálogo entre dois procuradores debatendo o que devem fazer diante da informação de que uma delegada da Polícia Federal havia lavrado termo de depoimento de testemunha que não fora ouvida. Há não poucas evidências de que a Lava Jato em várias ocasiões extrapolou. Cumpre lembrar, porém, que as gravações resultam de uma invasão ilegal a celulares. Não podem ser empregadas como prova para incriminar ninguém; podem, contudo, ser usadas pelas defesas de réus para pleitear nulidades. Se a Lava Jato nem sempre se comportou como deveria, há ainda mais evidências de que os esquemas de corrupção por ela investigados eram terrivelmente reais. Bilhões de reais desviados foram recuperados, dezenas de envolvidos confessaram seus crimes e grande parte das condenações foi confirmada por instâncias superiores. Isso também vale para Lula —o caso do apartamento merece, claramente, o escrutínio da Justiça. (FOLHA DE SÃO PAULO, 26 fev 2021).

A outra reportagem já deixa bastante evidente a suspeição contra Lula na manchete. Com o título "Conheça suspeitas em torno do ex-presidente Lula, agora ficha limpa por decisão do Supremo[68]" (Figura 64), publicada em 20 de março de 2021, a matéria lança suspeitas em diversas acusações que foram feitas pela Operação Lava Jato contra Lula, diversas acusações que inclusive tiveram o pedido de arquivamento pelo

[67] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/o-pos-lava-jato.shtml. Acesso 15 abr 2021.
[68] Dipsponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/conheca-suspeitas-em-torno-do-ex-presidente-lula-agora-ficha-limpa-por-decisao-do-supremo.shtml. Acesso 15 abr 2021.

Ministério Público Federal, afirmando que são casos em andamento contra o ex-presidente Lula que a defesa terá de se ocupar, agora que as decisões da vara de Curitiba foram anuladas. A manchete deixa clara a posição do jornal, que sempre se colocou como pluralista. No texto, o jornal apresenta, a cada processo que cita, um aparte, que seria a resposta da defesa de Lula, com o subtítulo "o que diz a defesa".

Figura 64: As suspeitas sobre Lula em reportagem da Folha


LAVA JATO · FOLHAJUS

Conheça suspeitas em torno do ex-presidente Lula, agora ficha limpa por decisão do Supremo

Principais processos contra o petista passaram a tramitar na Justiça Federal do DF e de SP

20.mar.2021 às 23h15
Atualizado: 21.mar.2021 às 12h59

José Marques
Flávio Ferreira

EDIÇÃO IMPRESSA
ERRAMOS
Ouvir o texto A- A+

SÃO PAULO Os julgamentos realizados em março pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em processos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligados à Operação Lava Jato mostram um quadro jurídico favorável ao petista.

Fonte: Folha de São Paulo, 2021.

No entanto, a assessoria do presidente Lula afirma que não houve contato, nem com o ex-presidente e nem com seus advogados. A alegação consta em um texto[69] publicado no site da bancada do PT no Senado Federal, em que é a Folha é cobrada sobre o fato de colocar na matéria como suspeitos inquéritos que já foram arquivados, acusando o jornal de acusando o jornal de prática de lawfare, Outra reportagem também citada no texto é "Empresários querem terceira via para vencer Bolsonaro ou Lula em 2022" que entrevista, segundo o jornal, uma "parte importante do empresariado nacional", que considera uma disputa entre Lula e Bolsonaro em 2022 a pior hipótese para a próxima eleição. Porém, o mesmo jornal publica uma análise autoreferenciada sobre a própria prática jornalística que realizou na cobertura da Operação Lava Jato. Na reportagem reproduzida na imagem abaixo (Figura 65), com a manchete "Folha cobriu com olhar crítico ao longo de 7 anos de operação[70]", o jornal realiza uma extensa matéria, dividindo por tópicos alguns temas que receberam destaque na publicação sobre o acontecimento:

[69] Disponível em: https://ptnosenado.org.br/o-jornalismo-de-suspeicao-da-folha-de-s-paulo-contra-lula/. Acesso 15 abr 2021.
[70] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-cobriu-lava-jato-com-olhar-critico-ao-longo-de-7-anos-da-operacao.shtml. Acesso 15 abr 2021.

Figura 65: Discurso autoreferencial sobre cobertura da Lava Jato



Folha cobriu Lava Jato com olhar crítico ao longo de 7 anos da operação

Reportagens mostraram erros e contradições da força-tarefa dissolvida em fevereiro

28.mar.2021 às 23h15
Atualizado: 29.mar.2021 às 15h11

Naief Haddad

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

SÃO PAULO Iniciada em março de 2014, a Operação Lava Jato teve sua dissolução anunciada por um grupo de procuradores no último dia 3 de fevereiro. Foi o epílogo da mais célebre e controversa força-tarefa da história da Justiça brasileira.

Ao longo desses sete anos, a **Folha** acompanhou as 79 fases deflagradas pela Lava Jato, que resultaram em 174 réus condenados, registrou as etapas e deu voz ao outro lado.

Fonte: Folha de São Paulo, 2021.

A divisão, que contou com tópicos sobre "Moro", "Dallagnol", "Modus Operandi da operação", "Caso Lula" e "Delações", entre outros, sofreu uma seleção bastante criteriosa do jornal, que elencou os links de reportagens que favoreciam o ângulo oferecido no texto e contextualizando de acordo com a perspectiva que queriam apresentar. Essa característica autorreferente é bastante comum na indústria jornalística brasileira, sobretudo no jornalismo hegemônico. E ao seguirmos com a análise comparativa sobre a relação da imprensa hegemônica com relação a cobertura da Operação Lava Jato posteriormente à publicação da Vaza Jato, um dos casos mais emblemáticos diz respeito a atuação da maior empresa de comunicação do país[71] sobre o caso, a Rede Globo. Mostraremos, no próximo item, não somente como a emissora repercutiu os acontecimentos provenientes das revelações dos vazamentos, mas também as relações estabelecidas entre a empresa jornalística com o The Intercept Brasil, o jornalista Glenn Greenwald, o juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol.

5.2.6 Rede Globo

Uma das maiores preocupações dos jornalistas do Intercept quanto a publicação da Vaza Jato era sobre a temporalidade como decisão editorial: quanto tempo esperar para publicar as reportagens? Havia a necessidade de uma apuração criteriosa do vasto material, mas também a insegurança sobre o hacker, que poderia passar os vazamentos para outro jornalista. Resolveram lançar mão de uma estratégia alternativa, que ofereceria parcerias com outros veículos jornalísticos para ajudar na apuração e publicação dos

[71] Disponível em: < https://valor.globo.com/empresas/coluna/maior-grupo-de-comunicacao-do-pais-globo-tem-novo-comando-executivo.ghtml>. Acesso em 16 mai 2021.

materiais. Decidiram então oferecer para a Rede Globo, por levarem em conta o alcance em audiência da maior emissora do país:

> Tinham consciência de que, pela pequena estrutura do site, não conseguiriam esgotar a vastidão dos arquivos sozinhos. Greenwald lembrou que havia feito parcerias com outros veículos para explorar a vasta extensão de documentos vazados por Snowden, em 2013. Fazia sentido repetir a tática. Queriam que o material tivesse impacto, e sabiam que a repercussão seria maior se aliassem aos maiores líderes de audiência. Ao mesmo tempo, acreditavam que ter mais parceiros era uma forma de proteger o The Intercept do contra-ataque dos investigados. A primeira ideia foi oferecer a parceria ao Fantástico, da Rede Globo. A jornalista Sônia Bridi havia feito a cobertura do Caso Snowden, e Greenwald disse que iria procurá-la para oferecer o material. Demori sugeriu que também procurassem a Folha de São Paulo. Assim, teriam dois dos maiores veículos, em TV e impresso, para garantir a melhor distribuição. A relutância em prestigiar o Fantástico com exclusividade tinha um motivo adicional. "A Globo nunca fez nenhuma referência ao Intercept", queixava-se Demori. "Eles deram um monte de coisa do Caso Marielle chupando nosso material, sem citar a gente". (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 45-46).

E na verdade, o relato sobre essa interação revelou que a relação entre a Rede Globo e o The Intercept já ocorria muito antes da Vaza Jato, porém se entrelaçando com sua origem e com acontecimentos seminais que foram consequências de ações da Lava Jato: o impeachment de Dilma Rousseff. Segundo o livro do Intercept sobre a Vaza Jato, havia uma desconfiança na sua equipe de que a Rede Globo tivesse algum tipo de veto a eles. O motivo seria um artigo, escrito pelo jornalista e deputado federal David Miranda, publicado em 22 de abril de 2016, no jornal The Guardian, intitulado [72]*The real reason Dilma Rousseff's enemies want her impeachment* [A verdadeira razão pela qual os inimigos da Dilma Rousseff querem o seu impeachment]. O texto sugeria que a "emissora alimentava um 'golpe das elites' contra a petista". A resposta veio através de uma nota do diretor das Organizações Globo, João Roberto Marinho, publicada incialmente nos comentários do artigo, que depois se tornou um artigo institucional, publicado no dia 24 de abril no The Guardian, com o título [73]Globo's duty to report on the Brazilian crisis [O dever da Globo de cobrir a crise brasileira]. David Miranda fez uma tréplica à Marinho, porém publicada no The Intercept, em que respondeu item por item as colocações do

[72] Disponível em : https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/22/razao-real-que-os-inimigos-de-dilma-rousseff-querem-seu-impeachment. Acesso em 14 abr 2021.
[73] Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2016/apr/24/globo-duty-to-report-on-the-brazilian-crisis. Acesso em 14 abr 2021.

comentário feito ao seu artigo. O texto de resposta com o título "João Roberto Marinho me atacou no The Guardian e tentou enganar o mundo. Eis minha resposta[74]" foi publicado em 25 de abril. A primeira contestação de Miranda se refere à argumentação de Marinho (trecho em negrito em itálico) de que o impeachment da Dilma Rousseff só começou por causa das investigações da Operação Lava Jato:

> ***O artigo do Sr. David Miranda ("A verdadeira razão dos inimigos de Dilma Rousseff quererem cassá-la", de 21 de abril, publicado pelo The Guardian) pinta uma completamente falsa imagem do que está acontecendo no Brasil hoje. Ele não menciona que tudo começou com uma investigação (chamada Operação Lava-Jato), que por sua vez revelou o maior esquema de suborno e corrupção na história do país, envolvendo os principais membros do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como líderes de outros partidos da coalizão do governo, funcionários públicos e magnatas dos negócios.*** O que é "completamente falso" é a tentativa de João de levar os leitores a acreditarem que a Lava Jato é o que está por trás do impeachment de Dilma. É verdade que o PT, como a maioria dos grandes partidos, se mostrou repleto de enormes problemas de corrupção, e que muitas de suas figuras estão implicadas na Lava Jato. O caso jurídico para o impeachment não está, no entanto, baseado em nada daquilo, mas em argumentos de que ela manipulou o orçamento público para fazê-lo parecer mais forte do que realmente era. A enganosa tentativa de João de confundir o público estrangeiro misturando a operação Lava Jato com o impeachment de Dilma exemplifica perfeitamente o tipo de fraude e o viés pró-impeachment que a Globo vem disseminando institucionalmente por mais de um ano. (MIRANDA, 25 abr 2016, online).

O debate continua no artigo de Miranda, conforme texto abaixo, em que ele rebate os argumentos de Marinho (em negrito itálico) de que a Globo sempre fez uma cobertura imparcial do impeachment de Dilma:

> ***A imprensa brasileira em geral, e o Grupo Globo, em particular, cumpriram o seu dever de informar sobretudo, como teria sido o caso em qualquer outra democracia no mundo. Vamos continuar a fazer o nosso trabalho, não importa quem possa ser afetado pela investigação.*** A sugestão de que a Globo é uma organização de notícias neutra e imparcial – ao invés de principal braço de propaganda da oligarquia brasileira – é cômica para qualquer um que já tenha assistido a seus programas. A rigor, a parcialidade da Globo, e em particular de seu principal show noturno de notícias, o Jornal Nacional, tem sido tão escancarada que se tornou uma fonte inesgotável de piadas. Essa é uma razão pela qual os manifestantes pró-democracia escolheram os edifícios das organizações Globo como alvos.
> ***Precisamente para evitar qualquer acusação de incitar manifestações de massa — como o Sr. Miranda agora nos acusa — o Grupo Globo cobriu os protestos sem nunca anunciar ou dar parecer sobre eles em***

[74] Disponível em: https://theintercept.com/2016/04/25/joao-roberto-marinho-me-atacou-no-guardian-e-tentou-enganar-o-mundo-eis-minha-resposta/. Acesso em 14 abr 2021.

> ***seus canais de notícias antes de acontecerem. Globo tomou medidas iguais sobre comícios para a presidente Dilma Rousseff e contra o impeachment: ela cobriu todos, sem mencioná-los antes deles realmente ocorrem, concedendo-lhes o mesmo espaço que foi dado aos protestos anti-Dilma. Quando o processo de impeachment começou na Câmara "Baixa" do Congresso, alocamos igual tempo e espaço para a defesa e acusação***. Que as corporações de mídia dominantes no Brasil são braços de propaganda de direita dos ricos não está em discussão. O universalmente respeitado grupo Repórteres sem Fronteiras acabaram de mostrar o Brasil em 104° lugar no ranking de liberdade de imprensa, explicando que isso se deve, em grande parte, ao fato de que a mídia no país é dominada e controlada por um pequeno número de famílias muito ricas: de maneira pouco velada, o principal grupo de mídia nacional exortou o público a ajudar na derrubada da Presidenta Dilma Rousseff. Os jornalistas que trabalham para esses grupos de mídia estão claramente sujeitos à influência dos interesses privados e partidários, e esse permanente conflito de interesses ocorre em claro detrimento da qualidade de seu jornalismo. Jornalistas estrangeiros residentes no Brasil frequentemente apontam para o fato de que as principais organizações de mídia brasileiras são o oposto de neutras e imparciais. Stephanie Nolen, repórter do Canadense Globe and Mail baseada no Rio, escreveu no mês passado sobre uma coluna da revista Veja, que classificou como uma "revista distribuída nacionalmente e que se inclina, como a maioria da mídia brasileira, para a direita." Alex Cuadros, jornalista americano há muito tempo residente no Brasil, observou: "os principais meios de comunicação se inclinam politicamente para a direita, e sua cobertura frequentemente reflete isso." Disse ainda: "Há muito pouca crítica da mídia no Brasil que não seja descaradamente partidária, então as grandes revistas podem distorcer os fatos sem grande medo de censura." O colunista da Folha, Celso Rocha de Barros, documentou como a mídia dominante no Brasil tem obsessão por notícias de corrupção relacionadas ao PT enquanto minimizam ou ignoram notícias igualmente chocantes sobre líderes da oposição de sua predileção. (MIRANDA, 25 abr 2016, online).

No dia 02 de agosto de 2016, Glenn Greenwald publicou um texto em que informa a criação do The Intercept Brasil, iniciativa que conta com a colaboração de David Miranda e seu assistente Andrew Fishman. No texto, Greenwald diz que o "foco inicial será o julgamento e a votação final do impeachment da Presidente Dilma Rousseff no Senado Federal, assim como matérias sobre os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro". Em 2019, sua equipe recebe os arquivos da Vaza Jato. Verificamos então que a ruptura oferecida pelo The Intercept Brasil à narrativa estabelecida pela imprensa hegemônica brasileira foi desdobramento de uma tensão entre atores do sistema jornalístico que já estavam em disputa. Greenwald de fato procurou Sonia Bridi para buscar uma parceria com a Rede Globo, e ela recomendou que ele procurasse o repórter Eduardo Faustini, especialista da emissora em jornalismo investigativo. Eles se encontraram na sede da Globo no dia 5 de junho:

> Na reunião com Faustini, falou que tinha "uma grande bomba a explodir"e que estava certo de que iria interessar ao Fantástico, mas antes de revelar o conteúdo queria ter certeza de que a Globo não tinha algo contra o Intercept. Faustini disse que precisava saber mais detalhes sobre o conteúdo. Que bomba era aquela? Greenwald temia que, se compartilhasse a história com antecedência, sem formalizar a parceria, a informação pudesse vazar dentro da Globo e chegar ao ex-juiz Sergio Moro. Caso autoridades tivessem conhecimento prévio do assunto, poderiam tentar impedir a publicação do material – como já havia acontecido com outros jornalistas. Um dos precedentes havia sido uma decisão da Justiça do Rio, em novembro de 2018, proibindo a própria TV Globo de divulgar o conteúdo de qualquer parte do inquérito policial do Caso Marielle. "Precisamos antes saber se a Globo tem algum veto contra o Intercept", Greenwald insistia. Faustini respondeu que não tinha conhecimento de qualquer impedimento. Greenwald disse que precisariam ter certeza e solicitou que o repórter levasse o caso às instâncias superiores. [...] A resposta oficial do Fantástico nunca chegou. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.47).

Depois da Vaza Jato já consolidada, o The Intercept Brasil publicou, de maneira inédita, a matéria "Um transatlântico: o namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo" no livro "Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil", lançado em 2021. A matéria também foi publicada posteriormente no site do The Intercept Brasil. A reportagem relata que o procurador Deltan Dallagnol buscou articular uma parceria com a Rede Globo em várias frentes, através de relações com repórteres e de um encontro reservado com José Roberto Marinho, diretor executivo de jornalismo da Globo. O primeiro contato veio por intermédio de um colega do Ministério Público Federal, chamado Daniel Azevedo:

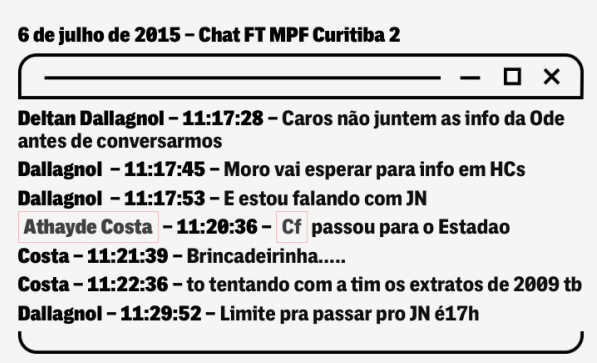
> Deltan, jantei na semana passada com o José Roberto Marinho (com quem tenho um ótimo contato desde a Rio +20) da Globo e conversei sobre a campanha e novas formas de aprofundarmos a divulgação. Falamos por alto em uma série no jornal nacional comparando os modelos de combate a corrupção de outros países e mostrando como as 10 medidas aproximaria o Brasil dos sistemas mais eficientes do mundo, mas há abertura para outras ideias. O diretor executivo de jornalismo da Globo está em contato conosco para conversar sobre o assunto. Vou fazer uma conversa inicial e colocá-lo em contato com você tudo bem?", escreveu o procurador em agosto de 2015, no grupo Parceiros/MPF–10 Medidas.
> "Shou heim", vibrou Dallagnol. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p.266).

A reportagem mostra, através de diálogos entre os procuradores da força-tarefa e Deltan Dallagnol que havia uma prática de retenção de informações para que fossem publicados pelo Jornal Nacional:

> Até ali, Dallagnol e equipe privilegiavam a Globo sempre que possível. Em 3 de julho de 2015, por exemplo, enquanto o grupo comemorava mais um avanço nas investigações, o procurador pediu para os colegas segurarem a informação. "Não passem pra frente, vamos dar pro JN de amanhã em princípio…", disse no grupo FT–MPF 2, se referindo ao principal programa jornalístico da emissora, o Jornal Nacional. Dallagnol queria repassar à Globo a descoberta, até ali restrita à força-tarefa, de que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa recebeu depósitos em contas na Suíça em datas próximas a telefonemas trocados entre Bernardo Freiburghaus, apontado como operador da Odebrecht, e Rogério Araújo, um executivo da empreiteira. O assunto permaneceu oculto no dia 3 de julho, mas voltou à tona entre os procuradores três dias depois. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 267).

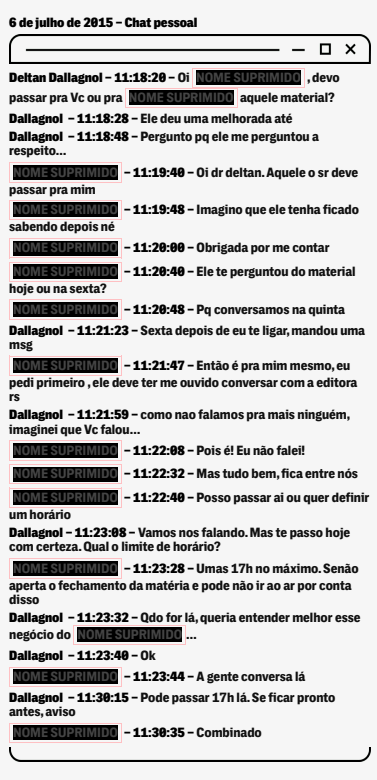
A reportagem ainda publica diálogos entre Deltan e procuradores que deixam clara essa retenção de informações para que sejam divulgadas com exclusividade no Jornal Nacional, e posteriormente um diálogo entre Dallagnol com uma outra pessoa ligada ao telejornal sobre o prazo máximo em que poderiam enviar as informações para que coincidisse com o prazo de fechamento do programa, em uma clara relação de interpenetrações que ultrapassa a temporalidade do fechamento dos processos jurídicos atendendo à temporalidade dos fechamentos dos processos jornalísticos. Essa prática, demonstrada através de diálogos entre os procuradores da força-tarefa com Deltan Dallagnol (Figura 66) e posteriormente do chefe da força tarefa com a jornalista (Figura 67), demonstra que havia uma declarada prática de retenção de informações para que fossem publicadas exclusivamente pela emissora, em um caso em que se comprova uma processualidade típica da midiatização atravessando a Operação Lava Jato:

Figura 66: Dalagnol e procuradores falam sobre material para Globo



Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

Figura 67: Dallagnol combina envio de material a jornalista da Globo



6 de julho de 2015 – Chat pessoal

Deltan Dallagnol – 11:18:20 – Oi NOME SUPRIMIDO , devo passar pra Vc ou pra NOME SUPRIMIDO aquele material?

Dallagnol – 11:18:28 – Ele deu uma melhorada até

Dallagnol – 11:18:48 – Pergunto pq ele me perguntou a respeito...

NOME SUPRIMIDO **– 11:19:40 –** Oi dr deltan. Aquele o sr deve passar pra mim

NOME SUPRIMIDO **– 11:19:48 –** Imagino que ele tenha ficado sabendo depois né

NOME SUPRIMIDO **– 11:20:00 –** Obrigada por me contar

NOME SUPRIMIDO **– 11:20:40 –** Ele te perguntou do material hoje ou na sexta?

NOME SUPRIMIDO **– 11:20:48 –** Pq conversamos na quinta

Dallagnol – 11:21:23 – Sexta depois de eu te ligar, mandou uma msg

NOME SUPRIMIDO **– 11:21:47 –** Então é pra mim mesmo, eu pedi primeiro , ele deve ter me ouvido conversar com a editora rs

Dallagnol – 11:21:59 – como nao falamos pra mais ninguém, imaginei que Vc falou...

NOME SUPRIMIDO **– 11:22:08 –** Pois é! Eu não falei!

NOME SUPRIMIDO **– 11:22:32 –** Mas tudo bem, fica entre nós

NOME SUPRIMIDO **– 11:22:40 –** Posso passar ai ou quer definir um horário

Dallagnol – 11:23:08 – Vamos nos falando. Mas te passo hoje com certeza. Qual o limite de horário?

NOME SUPRIMIDO **– 11:23:28 –** Umas 17h no máximo. Senão aperta o fechamento da matéria e pode não ir ao ar por conta disso

Dallagnol – 11:23:32 – Qdo for lá, queria entender melhor esse negócio do NOME SUPRIMIDO ...

Dallagnol – 11:23:40 – Ok

NOME SUPRIMIDO **– 11:23:44 –** A gente conversa lá

Dallagnol – 11:30:15 – Pode passar 17h lá. Se ficar pronto antes, aviso

NOME SUPRIMIDO **– 11:30:35 –** Combinado

Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

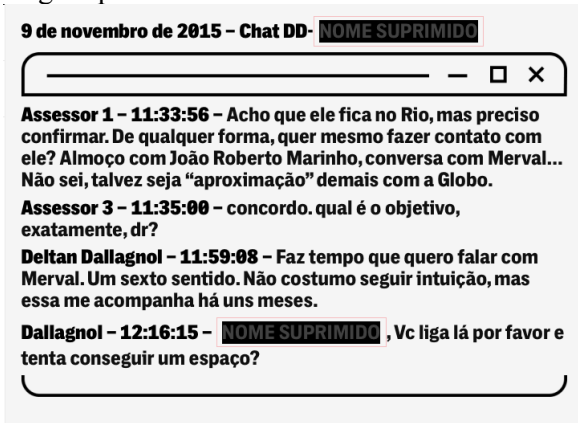
Segundo a reportagem do The Intercept, a informação foi realmente aproveitada e abriu caminho para uma relação proveitosa entre os procuradores da força-tarefa e os jornalistas da emissora:

> A informação de Dallagnol realmente foi aproveitada pela Globo, que veiculou uma reportagem de quase dois minutos no Jornal Nacional daquela noite, 6 de julho. A matéria mostra trechos de um pedido do MPF para manter as prisões de Marcelo Odebrecht e dois executivos da empreiteira. O argumento eram as novas descobertas sobre as movimentações da empreiteira no exterior. Esse documento já estava pronto desde o dia 2 de julho, mas ainda não tinha sido juntado aos autos da Justiça Federal do Paraná — ou seja, não estava público. A força-tarefa só anexou esse documento no processo às 20h19 do dia 6: onze minutos antes do início do Jornal Nacional daquela noite. Uma espécie de vazamento legalizado.No dia 21, um repórter da emissora perguntou pelo Telegram se o coordenador da Lava Jato faria alguma denúncia na sexta-feira seguinte. Dallagnol abasteceu o jornalista. "Haverádenúncias sim, e não comente com ninguém mas te garanto que Vc não vai se arrepender. Venha. Mas não comente com ninguém. A ASSCOM vai informar jornalistas amanhã só, creio", adiantou. "Vc não sabe disso", acrescentou Dallagnol. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 269).

Outra situação que evidencia a relação típica da ambiência da midiatização, demonstrando as relações interpenetrantes entre sistemas no caso da

Operação Lava Jato é o pedido de Deltan Dallagnol para que a assessoria de imprensa da força-tarefa promovesse um encontro entre o procurador e o colunista Merval Pereira, como mostra a imagem abaixo (Figura 68):

Figura 68: Dallagnol pede encontro com Merval Pereira a assessores do MPF



Fomte: The Intercept Brasil, 2020.

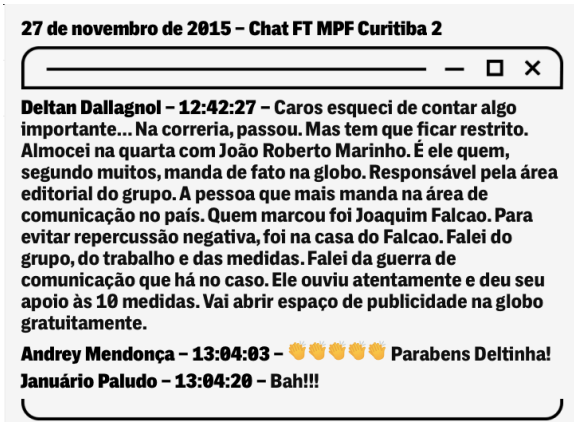
Essa relação se intensificou ainda mais através de um encontro reservado de Dallagnol com João Roberto Marinho, vice-presidente de administração e presidente dos conselhos editorial e institucional do Grupo Globo, seguido de uma conversa com o colunista Merval Pereira. A intenção do procurador era de estabelecer uma parceria para divulgar as dez medidas contra a corrupção e também as ações da força-tarefa. Logo depois do encontro, a empresa começou a se manifestar publicamente favorável à Operação Lava Jato:

> Nos dias seguintes, o procurador solicitou uma lista de pedidos a fazer à cúpula da Globo no grupo de coordenadores do projeto das dez medidas no MPF: "Caros, mantenham restrito por favor, mas almoçarei com João Roberto Marinho, responsável pela parte de programação da globo. Preciso saber o que exatamente pedir que seja realista é factível, na forma de duas ou três alternativas", escreveu. [...] Merval Pereira publicou um artigo que já trazia resultados da sua aproximação com a empresa. O colunista (e membro do Conselho Editorial do Grupo Globo) levou para as páginas de O Globo um texto intitulado "Atrás da prova concreta", no qual falava sobre como os procuradores discutiam nos bastidores a busca da Lava Jato por provas sólidas para denunciar Lula. O texto trazia aspas de procuradores anônimos e respostas para as críticas de que a operação demorava para avançar — e mencionava as dez medidas de combate à corrupção como forma de consolidar os avanços da Lava Jato. Dallagnol comemorou o "fruto da conversa com Merval", como escreveu no Telegram a assessores, e mandou o link do artigo. "Já tinha lido. Percebi seu "discurso oculto" na hora… rsrs", respondeu um dos assessores.No almoço, o procurador, enfim, teve o encontro com João

> Roberto Marinho. Menos de um mês depois do almoço secreto entre o executivo e Deltan Dallagnol, o jornal O Globo publicou o editorial "Combate à corrupção passa pelo fim da impunidade". Estava selado o alinhamento entre a Lava Jato e a família Marinho. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 273).

A partir desses dois encontros, a parceria selada entre a Lava Jato e as Organizações Globo foi admitida por Dallagnol em uma conversa com os procuradores da força-tarefa, publicada na reportagem do The Intercept Brasil, como mostra a imagem abaixo (Figura 69):

Figura 69: Dallagnol informa procuradores da parceria com a Globo



Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

A parceria consolidada entre a Operação Lava Jato e a Rede Globo trouxe para a Operação um aval tão grande de credibilidade à inciativa jurídica, que seus atores adquiriram o status de heróis e suas ações eram completamente aceitas pelo sistema jurídico, midiático e político, sem ressalvas:

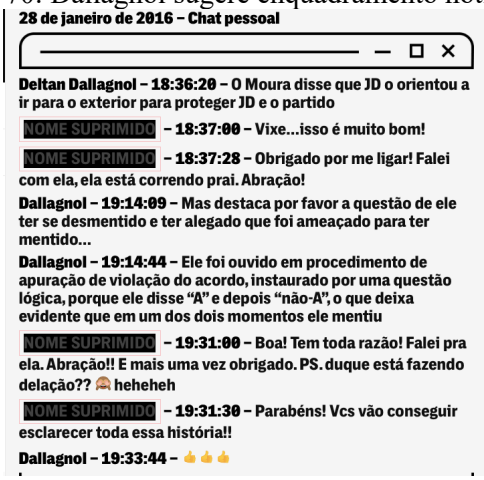
> Os meses seguintes mostraram que a estratégia de recrutar o grupo de comunicação como aliado foi um sucesso e componente fundamental para a operação moldar a percepção pública e disseminar informações favoráveis. As críticas praticamente desapareceram.Por anos, a Globo trabalhou com a operação Lava Jato numa parceria de benefício mútuo. O arquivo da Vaza Jato mostra que a força-tarefa antecipava informações para jornalistas da emissora e dava dicas sobre como achar detalhes quentes nas denúncias. A Globo usava os furos para atrair audiência e servia como uma plataforma para amplificar o ponto de vista dos procuradores. O espaço dado à defesa dos suspeitos e investigados viraria nota de rodapé, e minguava a esperada distância crítica que jornalistas precisam ter de suas fontes e de grupos políticos que são tema de suas reportagens. A parceria da Globo com a Lava Jato foi fundamental para consolidar a imagem de heróis que procuradores

> e o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro sustentaram por anos. Quando os trechos de delações — algumas delas até hoje não homologadas pela justiça — continham acusações contra políticos, ganhavam as manchetes da Globo, e da imprensa em geral, em letras garrafais. Mas, quando as acusações se provaram falsas ou não puderam ser comprovadas — como ocorreu com frequência —, não se noticiou o fim das suspeitas ou a absolvição de acusados com o mesmo destaque, com consequências desastrosas para a reputação dos envolvidos. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 277).

Um dos exemplos é um episódio, citado na matéria do The Intercept Brasil, na qual Deltan Dallagnol antecipou voluntariamente uma informação a um repórter da TV Globo, sobre a delação de Fernando Moura, que admitiu ter mentido em seu depoimento ao juiz Sergio Moro, de que não teria sido aconselhado por José Dirceu (ex-ministro petista) a deixar o país em 2005, por conta da repercussão do caso do Mensalão. Deltan então comenta com o repórter sobre o fato e ainda tenta sugerir o enquadramento (Figura 70) que a interpretação jornalística deveria ter:

> Na tarde do dia 28 daquele mês, o procurador Roberson Pozzobon anunciou aos colegas que havia acabado de tomar o depoimento de Fernando Moura. Era um delator da Lava Jato que havia dito, na colaboração, ter sido aconselhado pelo ex-ministro José Dirceu a fugir do país em 2005, na esteira do caso Mensalão. Em depoimento a Sergio Moro, no entanto, Moura voltou atrás e negou ter recebido essa recomendação do petista.O assunto estava na mira da imprensa nacional naquele dia, porque os advogados de Moura tinham acabado de abandonar a defesa do cliente devido à contradição entre os testemunhos. Naquela tarde, Moura confessou aos procuradores, em depoimento gravado, ter mentido a Moro. Foi esse vídeo que Dallagnol ofereceu à Globo. (DUARTE, THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 276).

Figura 70: Dallagnol sugere enquadramento noticioso



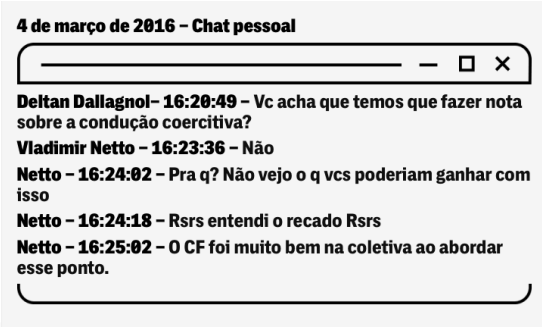
Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

A reportagem[75] foi veiculada na edição do Jornal Nacional do dia 28 de janeiro de 2018, com o enquadramento esperado, sob o título: "Fernando de Moura confessa que mentiu ao juiz Sergio Moro". Na mesma reportagem publicada pelo The Intercept Brasil, há o relato de que o material foi anexado nos autos do processo praticamente antes do jornal ir ao ar, o que revela uma sincronia da processualidade jurídica com os objetivos midiáticos de suas ações:

> Enquanto Dallagnol alertava o jornalista da Globo para a existência dos vídeos com a confissão do delator, eles eram anexados aos processos, para que já estivessem públicos quando a reportagem fosse ao ar: as gravações foram juntadas aos autos às 19h18 e apareceram na edição do Jornal Nacional pouco mais de uma hora depois. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 277).

Outra situação que foi denunciada na reportagem foi sobre a relação de intimidade entre o procurador Deltan Dallagnol e o repórter Vladimir Netto, que cobria a Operação Lava Jato pela TV Globo em Curitiba e foi consultado por Dallagnol sobre como poderia revidar às críticas à condução coercitiva de Lula que ocorreu por ordem do juiz Sergio Moro, como mostram as Figuras 71 e 72.

Figura 71: Conversas entre Dallagnol e Vladimir Netto, da Rede Globo



Fonte: The Intercept Brasil, 2020.

O jornalista não somente aconselhou sobre a redação da nota, como também lembrou o procurador que ainda havia tempo para o material ser publicado naquela edição do Jornal Nacional (Figura 73). De fato, a nota foi veiculada na edição[76] do Jornal Nacional do dia 5 de março de 2016.

[75] Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/4771383/ . Acesso 15 abr 2021.
[76] Disponível em: < http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/03/05.html>. Acesso 16 mai 2021.

Figura 72: Diálogo entre procuradores da Lava Jato sobre nota de apoio a Moro



5 de março de 2016 – Chat FT MPF Curitiba 3

Deltan Dallagnol – 18:51:12 – Falei com Vladimir neto e ele acha que não valeria a pena pq so reaviva, a não ser que seja para soltar agora para não deixar Moro sozinho. Mas ele acha que teria que ser muuuuito serena pq estamos mais expostos do que o Moro na avaliação dele

Jerusa Viecili – 18:51:22 – Os artigos do J e do Robinho estao sensacionais! Mas agora não é o momento.

Dallagnol – 18:51:34 – Teria que dizer que pedida por razões técnicas sem ficar bradando igualdade etc

Dallagnol – 18:51:56 – Mandei a nota para ele e espero as impressões dele

Dallagnol – 18:52:58 – Por mim, soltamos pq não deixo amigo apanhando sozinho rs. Independentemente de resultado, soltaria por solidariedade ao Moro

Carlos Fernando dos Santos Lima – 18:53:14 – Concordo.

Dallagnol – 18:53:16 – Mas deixaria mais amena do que está

Dallagnol – 18:53:24 – O máximo possível

Santos Lima – 18:53:27 – Sugestão?

Laura Tessler – 18:53:37 – Concordo contigo, Deltan, mas deixaria como está

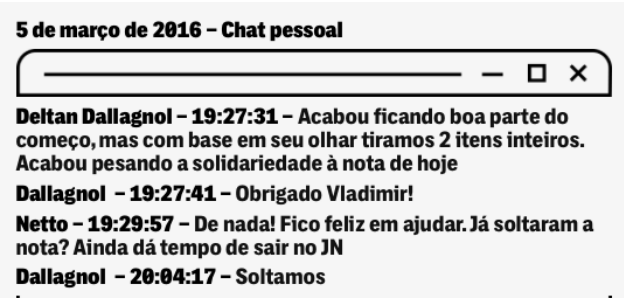
Santos Lima – 18:53:42 – Não adianta também soltar um picolé de chuchu.

Dallagnol – 18:53:59 – Kkkk

Dallagnol – 18:54:11 – Blz, assino embaixo

Dallagnol – 18:54:39 – Querem esperar as impressões do Vladimir Neto? Eh um cara ligado em imprensa e política

Figura 73: Conversas entre Dallagnol e Vladimir Netto, da Rede Globo



5 de março de 2016 – Chat pessoal

Deltan Dallagnol – 19:27:31 – Acabou ficando boa parte do começo, mas com base em seu olhar tiramos 2 itens inteiros. Acabou pesando a solidariedade à nota de hoje

Dallagnol – 19:27:41 – Obrigado Vladimir!

Netto – 19:29:57 – De nada! Fico feliz em ajudar. Já soltaram a nota? Ainda dá tempo de sair no JN

Dallagnol – 20:04:17 – Soltamos

Fonte: The Intercept Brasil, 2020

Nessa parte da matéria, tanto na versão online, quanto no livro, os jornalistas do The Intercept explicam que sempre omitiram o nome dos jornalistas que conversavam com os procuradores da força-tarefa por argumentar que eram nomes de personagens que não eram de interesse público, porém a exceção ocorria quando essas pessoas houvessem cometidos desvios éticos, crimes ou ilegalidades. A equipe do Intercept deixou claro que decidiu, neste caso, publicar o nome do repórter, por entender "que ajudar funcionários públicos na confecção de uma nota para rebater publicamente a defesa de um réu é desvio ético e nada tem a ver com a relação habitual entre o jornalista e a fonte". O Intercept, porém, oferece no livro o direito de resposta[77] por parte do repórter Vladimir Netto, que nega a existência dos diálogos, e da própria Rede Globo, que afirma que ouviu todas as partes envolvidas, é que sempre foi contra a corrupção. A reportagem do The Intercept

[77] O diálogo está publicado na íntegra no Apêndice A.

Brasil relata com detalhes a relação entre o procurador e o jornalista, reproduzida no texto abaixo:

> Após três horas de depoimento, Lula saiu falando grosso e convocou uma entrevista em que se comparou a uma cobra venenosa e prometeu vingança: "Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo". A temperatura também subiu em Brasília: havia mal-estar com as críticas de que a condução de Lula fora arbitrária. Era a opinião, entre outros, do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, e do advogado Alberto Toron, famoso criminalista que defendeu, na Lava Jato, nomes como o deputado Aécio Neves, o ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine, e Fernando Bittar, sócio de um dos filhos de Lula. Incomodado com as críticas, Dallagnol acionou Vladimir Netto, repórter do Jornal Nacional e autor de um livro sobre a Lava Jato que estava, então, às vésperas de ser lançado. Ambos conversavam com frequência pelo Telegram desde novembro de 2014, e a correspondência trocada no aplicativo, até abril de 2019, enche 35 páginas de livro. Aproveitando a intimidade, o procurador perguntou a opinião do jornalista sobre como agir naquela situação. Netto foi em frente — ainda que os Princípios Editoriais do Grupo Globo digam que "é altamente recomendável que a relação com a fonte, por mais próxima que seja, não se transforme em relação de amizade". (THE INTERCEPT BRASIL; DUARTE, 2020, p. 278).

No mesmo mês em que a Rede Globo exibiu com exclusividade o vazamento da ligação telefônica entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff, Deltan Dallagnol comemorava nos chats dos grupos da força-tarefa da Lava Jato no Telegram sobre a adesão da Globo à campanha das dez medidas contra a corrupção:

> Em meados de março, Dallagnol comemorava a adesão da Globo à campanha das dez medidas: "Lu, os vídeos estão bombando, assim como divulgação em programas… ontem Faustão, hoje Ana Maria Braga…", escreveu para a promotora Luciana Asper. Dias depois, Dallagnol escreveu a uma assessora de imprensa do MPF em Brasília para comunicar que falara com Marinho sobre a cobertura de "dois eventos" — um deles certamente a entrega do projeto de lei das dez medidas contra a corrupção no Congresso, dali a uma semana: "NOME SUPRIMIDO, reservado: falei com o João Roberto Marinho, e ele falou que vão cobrir os 2 eventos. Agradeci o vídeo que está entrando no ar hoje". Naquele mesmo ano, Dallagnol começaria a cogitar sua candidatura ao Senado, incentivado por, entre outras pessoas, a promotora Luciana Asper, do Distrito Federal, voluntária da campanha pelas dez medidas. O vídeo mencionado por Dallagnol é uma peça publicitária criada para uma campanha da Associação Nacional dos Procuradores da República, entidade de classe da categoria, intitulada "Juntos Contra a Corrupção". Conforme prometeu ao chefe da Lava Jato, a Globo veiculou a peça gratuitamente em sua programação. (DUARTE; THE INTERCEPT BRASIL, 2020, p. 281).

Em 2019, em entrevista[78] à Agência Pública, o jornalista Glenn Greenwald faz uma análise crítica sobre a participação da imprensa hegemônica na cobertura jornalística da Lava Jato, admitindo que depois da Vaza Jato houve de fato uma mudança de narrativa de modo geral, sendo a única exceção a Rede Globo, pois segundo o jornalista a emissora é parceira da Operação Lava Jato e vice-versa:

> ***Como você avalia a repercussão a partir da própria imprensa brasileira? Hoje, por exemplo, você disse que "a estratégia da Globo é a mesma que os governos usam contra aqueles que revelam seus crimes" e que "a Globo é sócia, agente e aliada de Moro e Lava Jato".***
> É incrível porque, para mim, o tempo todo, a grande mídia não estava reportando sobre a Lava Jato, ela estava trabalhando para a Lava Jato. Com uma exceção que é a Folha de S. Paulo. A Folha, para mim, manteve uma distância, uma independência, estava criticando, questionando… Mas a Globo, Estadão, Veja, o tempo todo estavam simplesmente recebendo vazamentos, publicando o que a Força-Tarefa queria que eles publicassem. Mas, na realidade, preciso falar que depois de publicar o que publicamos, acho que com uma exceção, que é a Globo, a grande mídia está reportando o material de forma mais ou menos justa, com a gravidade que merece. [...] A única exceção é a Globo mas essa é uma exceção enorme por causa do poder do Jornal Nacional que está quase tratando a história somente como um crime — e o único crime que interessa é o da nossa fonte, que eles acham que ela cometeu. Eles não têm quase nenhum interesse nas gravações e no comportamento do Moro, do Deltan. Eles estão falando sobre o comportamento da fonte e, na realidade, eles não sabem nada. Mas é interessante por que isso é comportamento de governo.
> ***Como assim?***
> Quando você denuncia ações de corruptos ou trata de problemas sobre o governo, ele sempre tenta distrair falando somente sobre quem revelou essa corrupção, quem divulgou esses crimes para criminalizar pessoas, jornalistas ou fontes que revelaram o material. Essa estratégia, não dos jornalistas, é o que a Globo está usando. Porque a Globo e a força-tarefa da Lava Jato são parceiras. E os documentos mostram isso, né? Não é só eu que estou falando isso por causa da Globo. Os documentos mostram como Moro e Deltan estão trabalhando juntos com a Globo e nós vamos reportar, então eu sei disso já e a reportagem está mostrando. Mas o resto da grande mídia está tratando a história com a gravidade que merece. É impossível para todo mundo que está lendo esse material defender o que Moro fez. Impossível! (AGÊNCIA PÚBLICA, 11 jun 2019).

A entrevista gerou um pedido de resposta das organizações Globo, que publicou uma nota no site da Agência Pública:

> Segue esclarecimento da Comunicação da Globo sobre a entrevista de Glenn Greenwald, publicada por seu veículo. Glenn Greenwald procurou a Globo por e-mail no último dia 29 de maio para propor uma nova parceria de trabalho. Em 2013, a emissora já havia dividido com

[78] Disponível em: < https://apublica.org/2019/06/glenn-greenwald-a-globo-e-a-forca-tarefa-da-lava-jato-sao-parceiras/>. Acesso 15 abr 2021.

ele o trabalho sobre os documentos secretos da NSA referentes ao Brasil. Uma parceria que mereceu elogios dele pela forma como foi conduzido o trabalho. Greenwald ficou ainda mais agradecido por um gesto da Globo. Nas reportagens que a emissora divulgou, em algumas frações de segundo era possível ver nomes de funcionários da agência americana, que não trabalhavam em campo, mas em escritório. Mesmo assim, tal exposição poderia levá-lo a responder a um processo em seu país natal, os Estados Unidos. A Globo, então, assumiu sozinha a culpa, declarando que, durante a realização da reportagem, Greenwald se preocupava sobremaneira com a segurança de seus compatriotas. Tal atitude o livrou de qualquer risco. Ao e-mail do dia 29 de maio seguiram-se alguns telefonemas na tentativa de conciliar agendas (ele estava viajando) para um encontro, finalmente marcado. Ele ocorreu na redação do Fantástico no dia 5 de junho. Na conversa, insistindo em não revelar o tema, ele disse que tinha uma grande "bomba a explodir" e repetiu que queria voltar a dividir o trabalho com a Globo, pelo seu profissionalismo. Mas, antes, gostaria de saber se a emissora tinha algo contra ele, sem especificar claramente os motivos da pergunta, apenas dizendo que falara mal da Globo em algumas ocasiões. Provavelmente se referia a um artigo que seu marido, o deputado David Miranda, do PSOL, tinha publicado no Guardian com mentiras em relação à cobertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff. O artigo foi rebatido por João Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial do Grupo Globo, fato que deu origem a comentários desairosos do próprio Greenwald. Na conversa de 5 de junho, ele afirmou que "tudo estava no passado". Prontamente, ouviu que jamais houve restrição (de fato, David Miranda já foi inclusive convidado para entrevista em programa da GloboNews). Greenwald ouviu também, com insistência, por três vezes, que a Globo só poderia aceitar a parceria se soubesse antes o conteúdo da tal "bomba" e sua origem, procedimento óbvio. Greenwald se despediu depois de ouvir essa ponderação. A Globo ficou aguardando até que, na sexta-feira à tarde, Greenwald mandou um e-mail afirmando que não recebeu nenhuma resposta da Globo e que devia supor que a emissora não estava interessada em reportar este material. Como Greenwald, no e-mail, continuava a sonegar o teor e origem da "bomba", não houve mais contatos. Não haveria como assumir qualquer compromisso de divulgação sem conhecimento do que se tratava. No domingo, seu site, o Intercept, publicou as mensagens atribuídas ao ministro Sergio Moro e procuradores da Lava-Jato, assunto que mereceu na mesma noite destaque em reportagem de mais de cinco minutos no Fantástico (e depois em todos os telejornais da Globo). Na segunda, uma funcionária do Intercept sugeriu que o programa Conversa com Bial entrevistasse um dos editores do site para um debate sobre jornalismo investigativo. Como o próprio site anunciou que as publicações de domingo eram apenas o começo, recebeu como resposta que era conveniente esperar o conjunto da obra, ou algo mais abrangente, antes de se pensar numa entrevista. Por tudo isso, causam indignação e revolta os ataques que ele desfere contra a Globo na entrevista publicada na Agência Pública. Se a avaliação dele em relação ao jornalismo da Globo e a cobertura da Lava-Jato nos últimos cinco anos é esta exposta na entrevista, por que insistiu tanto para repetir "uma parceria vitoriosa" e ser tema de um dos programas de maior prestígio da emissora? A Globo cobriu a Lava-Jato com correção e objetividade, relatando seus desdobramentos em outras instâncias, abrindo sempre espaço para a defesa dos acusados. O

> comportamento de Greenwald nos episódios aqui narrados permite ao público julgar o caráter dele. (ORGANIZAÇÕES GLOBO apud AGÊNCIA PÚBLICA, 12 jun 2019, online).

De fato, a Rede Globo noticiou a publicação da Vaza Jato no programa Fantástico, exibido no dia 9 de junho de 2019, porém, mesmo que estivesse se tratando de denúncias com relação ao ministro da justiça, a notícia só mereceu em uma nota simples de cinco minutos, lida pelos apresentadores Poliana Abrita e Matheus Scmidt. Eles fizeram um resumo sobre algumas denúncias apontadas nas reportagens pelo Intercept, porém, reforçaram que as matérias foram baseadas em um conteúdo extraído de maneira ilegal dos celulares dos procuradores. Os jornalistas se referiram o tempo todo a expressão "segundo o intercept" para abordar as denúnicas. E embora um artigo da constituição brasileira tenha sido atribuído ao motivo que embasou juridicamente a reportagem do The Intercept Brasil, demonstrando a irregularidade da relação entre procuradoria e juiz, os apresentadores do Fantástico contra-argumentaram que consultaram especialistas (não identificados), e que estes não constataram conduta ilegal nas mensagens. A nota também mencionou as respostas vindas de notas oficiais de Sergio Moro e da força-tarefa da Lava Jato, que juntas, ocuparam metade do tempo da notícia. O jornalista Glenn Greenwald também comentou no seu perfil do Twitter (Figura 74) sobre a parcialidade da Globo nos seus espaços jornalísticos com relação às denúncias da Vaza Jato:

Imagem 74: Tweets de Greenwald em contestação à Rede Globo



Fonte: Twitter

Outros dois episódios relacionados à Globo e a forma como realiza a cobertura da Lava Jato diz respeito ao julgamento do STF que votou pela suspeição das decisões do juiz Moro com relação ao julgamento de Lula. O ministro Gilmar Mendes, ao prestar seu

voto, afirmou que houve uma cumplicidade da imprensa com relação às ações ilegais da Operação Lava Jato, no sentido de que a divulgação jornalística, como publicizante das ações da operação, de acordo com os critérios de noticiabilidade pretendidos pela força-tarefa, seria justamente considerada uma estratégia central colocada em prática em parceria entre os sistemas judiciário e jornalístico, constatação que gerou uma nota em resposta da própria TV Globo[79]:

> Gilmar Mendes afirmou que os procuradores agiam de modo a obter grande repercussão de suas ações. O ministro citou mensagens da operação Spoofing sobre atos da Lava Jato que poderiam produzir notícias, e atacou a imprensa, dizendo que havia uma cumplicidade de jornalistas com procuradores.
> "Colhe-se das conversas que o juiz Sergio Moro opinava ativamente quanto ao momento ideal do indiciamento. 'Utilizo esse grupo PF/Lula. Seria importante fazer a denúncia logo. O que acham de um eventual indiciamento de Lula pela PF antes da denúncia? Seria notícia'. Veja a estratégia de marketing, a notícia era muito importante. Esse é um dado importante que precisa ser registrado. Tudo isso não se realizaria sem um tipo de cumplicidade. Veja: tudo isso não se realizaria sem um tipo de cumplicidade da imprensa. É bom que se diga isso. Este modelo de estado totalitário que se desenhou teve complacência da mídia. Tudo tinha que ser noticiado dentro dessa perspectiva".
> Em relação ao jornalismo da Globo, é preciso dizer que aqui nós nos dedicamos a registrar os fatos, as suas repercussões e os seus desdobramentos. Como estamos fazendo agora, na cobertura do julgamento da suspeição do ex-juiz Sergio Moro. (JORNAL NACIONAL, 9 mar 2021).

Outra ação que deve ser destacada é o espaço dado ao juiz Sergio Moro pela TV Globo em seus espaços jornalísticos, mesmo depois da suspeição de suas ações como juiz da Operação Lava Jato ter sido confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. No dia 29 de março de 2021, o magistrado recebeu cinco minutos de reportagem no Jornal Nacional, divulgando uma live[80] realizada pelo ex-juiz com empresários, em que defendeu a sua atuação como juiz na Lava Jato.

Tendo em vista a análise de todos os materiais, apresentamos a seguir algumas considerações sobre este processo de leitura do corpus. Neste item, assinalamos alguns aspectos acerca das relações de disputas argumentativas e acoplamentos entre cada uma das coberturas apresentadas neste trabalho, para em seguida apresentarmos a conclusão da pesquisa em um âmbito geral.

---

[79] Notícia disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/09/jn-responde-declaracao-de-gilmar-mendes-registramos-os-fatos.htm>. Acesso em 16 mai 2021.
[80] Transmissão realizada ao vivo por meio de um aplicativo de transmissão de vídeo, como Zoom, Teams ou Google Meet.

5.6. INFERENCIAS RESULTANTES DO PROCESSO DE LEITURA

A partir da análise dos materiais jornalísticos das estratégias jornalísticas sobre a Lava Jato e a Vaza Jato, destacamos alguns aspectos. Durante o surgimento da Operação Lava jato até a prisão de Lula, a estratégia argumentativa que imperava era a sugerida pelos operadores jurídicos da Lava Jato, que ao adotar lógicas midiáticas em seus processos, contaram com a adesão da imprensa hegemônica ao seu discurso. Nesta narrativa, a intenção era provar que Lula era o chefe de um esquema de corrupção que relacionava a inciativa privada e o setor publico, com a anuência do Governo Federal. A figura de Lula emerge como elemento principal desta construção, pois é através da representação imagética que o político simbolizou perante parte da sociedade que a operação construiu sua estratégia narrativa que motiva as ações dos operadores da Lava Jato e que provoca o interesse da mídia, pois foi através do antipetismo que a Operação Lava Jato ganhou força. Sendo assim, para que a narrativa surtisse efeito, fazia-se necessária a construção de uma estratégia argumentativa que objetivasse a derrocada política do líder de esquerda. E nesse primeiro momento, o juiz Sergio Moro assumiu o lugar de antagonista de Lula, como comandante das ações da Lava Jato, tendo como cúmplice e parceiro o procurador Deltan Dallagnol.

Entretanto, se não fosse a estratégia produzida pelo The Intercept Brasil, através da Vaza Jato, a parcialidade do juiz Sergio Moro não se tornaria perceptível, pois não foi somente os vazamentos que desmascararam as atividades ilegais do juiz e dos procuradores da força-tarefa. Foi também através da narrativa criada pelo Intercept que a estratégia da Operação Lava Jato foi desmontada. A ação do Intercept Brasil provocou uma ruptura da narrativa da Lava Jato, através da exposição dos diálogos vazados. Esse elemento foi determinante para desmontar a credibilidade que a operação gozava perante a opinião pública. Foi logo após a Vaza Jato que essa narrativa começou a ser desconstruída, dando lugar a uma nova estratégia argumentativa, que se colocou em disputa com a primeira.

Ao analisarmos esta cobertura jornalística um todo, constatamos que houve uma mudança de outras narrativas. Um dos casos mais emblemáticos é o do jornalista Reinaldo Azevedo, que migrou de um colunista com viés antipetista para se tornar um dos primeiros jornalistas a apoiar a Vaza Jato e posteriormente inclusive acabar

entrevistando[81] de maneira amistosa o ex-presidente Lula, embora mantendo convicções políticas direitistas liberais, como ele mesmo se define.

Percebemos, entretanto, haver por parte da mídia hegemônica, uma falha de compreensão quanto a uma transformação no entorno comunicacional e das lógicas do próprio sistema, que em uma ambiência midiatizada, sofrem uma ressignificação. Há ainda, por parte desta mesma mídia hegemônica, uma tentativa de agendamento que, visando pautar a esfera pública, não percebe que também ela é pautada por ela. Percebe-se tal movimento no jornalismo praticado pela Rede Globo, que se comporta no cenário jornalístico brasileiro como o catalisador do debate jornalístico dentro do campo jornalístico hegemônico, sendo seguido pela Folha de São Paulo e a Veja, embora esses dois veículos acrescentem, segundo as gramáticas próprias, ângulos interpretativos que atendem aos seus contratos de leitura. No caso da Folha, a sua estratégia se consolida através da tentativa de mostrar que ela procura sempre demonstrar um discurso pluralista. Isso já indica se posicionar diante dos fatos que publiciza, segundo um discurso autorreferente e bastante opinativo, praticado tanto pela Folha como a Veja, embora eles sejam veículos declaradamente defensores da Operação Lava Jato. Porém, um dos aspectos mais contundentes desse caso faz referência à maneira depreciativa como a Veja apresenta suas capas, sobretudo com relação ao ex-presidente Lula. Nesse sentido, inferimos que foi conveniente para algumas empresas jornalísticas a adesão à estratégia antipetista da Lava Jato, pois a revista reafirma, através de suposições, tal como também fazem os procuradores da Lava Jato, a prática de denúncias não fundamentadas e suspeitas sem indícios que não se configuram em informação.

Porém, depois da Vaza Jato, Veja modifica a sua a narrativa, apresentando em 2021, segundo matéria de capa em que admite Lula como candidato, sem nenhuma conotação irônica ou agressiva, algo que destacamos como notável, dado o histórico da publicação. A mídia hegemônica mostra de fato uma forte característica autoreferencial quando justifica ao seu publico que apenas mostra os fatos de maneira imparcial e neutra, sendo que o seu próprio contrato de leitura denota que o leitor já compreenda as gramáticas e valores da publicação e exatamente por isso as acessa ou as rejeita. É necessário compartilhar com o público a sua posição editorial e política, pois esta estratégia faz parte do contrato de leitura, que desenvolve junto ao público leitor. Seus

[81] Entrevista de Lula para Reinaldo Azevedo para o programa "O é da coisa – especial", exibido pela Rádio Band News FM e no canal do Youtube da emissora no dia 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlvjciPQrq4>. Acesso 26 abr 2021.

leitores são assim participantes deste processo, pois também são co-autores e co-emissores de processos, segundo feedbacks complexos, gerados nas interpenetrações entre as duas intâncias. É essa dinâmica que é aproveitada estrategicamente pelo The Intercept.

Os veículos da imprensa hegemônica apresentam para seus públicos, como regra, uma gramática parecida, que é de defender o que é mais conveniente no momento, conforme o caso da Folha e da Veja. Porém, percebemos que houve uma divergência neste processo de construção a partir do caso da Rede Globo. A emissora em momento algum admitiu em seus espaços jornalísticos a má conduta do juiz Sergio Moro, demonstrando uma postura declaradamente combativa com relação ao ex-presidente Lula. Além disso, como demonstrado, articulou internamente com os operadores da Lava Jato uma parceria de apoio mútuo. Neste caso, a emissora ofereceu ao magistrado um amplo espaço de defesa, além de sempre responder na defensiva as acusações de que praticara um jornalismo parcial na cobertura da Lava Jato, no impeachment de Dilma e no julgamento de Lula.

O surgimento do The Intercept trouxe uma perspectiva diferente ao jornalismo brasileiro, pois se colocou de forma perspicaz no meio de um acontecimento em desenvolvimento, oferecendo uma nova alternativa de leitura do fato a partir deste acontecimento jornalístico, com disputas e negociações sendo realizadas com o objetivo de publicizar conteúdos, agindo estrategicamente para que seu alcance e credibilidade se ampliassem. Um dos exemplos que apresentamos na leitura desenvolvida, são as parcerias estabelecidas com outros veículos integrantes ao sistema da mídia hegemônica. Outra estratégia o trabalho realizado pelos jornalistas do Intercept, momento em que eles demonstraram preocupação não somente com a apuração jornalística, mas também com outros aspectos, como se aconselhar com seus advogados sobre procedimentos a serem adotados (o que mostra uma clara ação de interpenetração entre sistemas, na qual o sistema jurídico intervém nas ações do sistema jornalístico) e a grande preocupação dedicada às práticas de segurança digital. Também foi utilizado como estratégia a figura dos jornalistas envolvidos na Vaza Jato, principalmente Greenwald e Demori, como ativistas em prol do jornalismo, seja em entrevistas, palestras ou eventos em geral, o que gerou um forte engajamento ao trabalho realizado por eles. Porém, a autoreferencialidade da estratégia narrativa do Intercept se difere da praticada pelos veículos da mídia hegemônica, e consistiu no esclarecimento dos processos de apuração de maneira transparente, apresentando indícios e inclusive se referindo a outras mídias. Percebemos

que há uma disputa interpretativa entre as coberturas da Lava Jato e da Vaza Jato, sendo que a primeira se baseia na acusação contra o ex-presidente Lula para dar visibilidade à operação e a segunda é justamente a ruptura desta narrativa, a partir de uma construção jornalística que se contrapôs à cobertura jornalística hegemônica, revelando que a Lava Jato era uma estratégia de comunicação que se apoiava da instrumentação judiciária com fins políticos. A partir das inferências sobre o trabalho de leitura, nos encaminhamos para nossas conclusões, no item que segue.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das maiores revelações da Vaza Jato foi a de demonstrar que a Operação Lava Jato tinha o foco centralizado em referências oriundas da midiatização em processo, segundo operações comunicacionais, que foram o objeto de nossa análise. Nestas operações, o operador jurídico se deslocou de seu campo e interveio no circuito social, devido à sua interpenetração com o sistema jornalístico hegemônico, capturando indícios que são dinamizados, em termos interpretativos, favor de sua narrativa, gerando uma série de efeitos. Argumentamos que há, na Operação Lava Jato, uma instância do discurso jurídico que se centra em duas frentes: uma, quando o Moro influencia as ações do Ministério Público, ele se centra em três estratégias: se utilizando do aparato de assessoria de comunicação do MP, publicando artigos sobre o assunto e valendo-se de esquemas de comunicação que estão dentro do MP, mas que se transformam em esquemas de comunicação que se comunicam com a sociedade, publicizando, através dos meios de comunicação, ações como apreensões, depoimentos e mandados de busca. Tudo isso faz parte dessa conjugação de fluxos com base em processos técnico comunicacionais que se passam na sociedade em midiatização, segundo operações que envolvem contatos, acoplamentos e várias formas de seus entrelaçamentos. O que se fazia anteriormente, na sociedade dos meios, onde os campos/sistemas guardavam fronteira uns com os outros, atualmente se passa hoje no ritmo de simultaneidade, de quase plasmagens. Há momentos que o discurso jurídico está tão revestido pelo discurso midiático que nem parece fala de um jurista, mas enunciações jornalísticas, uma vez que os operadores de comunicação permeiam, por exemplo, textos e alocuções do juiz. A Vaza Jato se insere nesse circuito, segundo ruptura deste modelo de narrativa, quando mostra, via publicação das conversas entre os integrantes da Operação Lava Jato, uma série de inconsistências entre a narrativa

que estava sendo apresentada e o que de fato ocorria, como por exemplo, a interferência de Moro na atuação da equipe de procuradores da Operação Lava Jato.

Trazemos aqui a certeza de que a publicização em torno do vazamento da ligação entre Dilma Rousseff e Lula, embora mais distante, tenha sido um dos catalisadores da própria derrocada da narrativa da Lava Jato. Esse acontecimento inicial já revela que a Lava Jato se desdobra como uma operação que se engendra no contexto da midiatização, na medida em que sua gênese e o desdobramento de suas ações se manifestam através dos entrelaçamentos de operações de complexas estratégias de ações comunicacionais, que envolvem mídias e outros sistemas. E ao privilegiar a mídia, a Lava Jato não apenas se volta para o problema da anunciabilidade dos fatos, mas também para subordinar a sua própria gênese e efeitos de circulação às lógicas da midiatização em processo. Dessa forma, a centralidade das mídias não se destacava apenas pelo papel dos meios em si, mas pela sua importância na construção de fatos, em um contexto e ambiência já permeados por dinâmicas e referencias da midiatização. Alguns aspectos e injunções desta ambiência já afetavam diferentes sistemas sociais, como o jurídico e político, que recorriam aos elementos da midiatização como possibilidade, não só de fazer anunciar suas ações, mas também revesti-las com operações e lógicas de mídia de diferentes dimensões, como jornalísticas e publicitárias, por exemplo. É através desta realidade que estas diferentes práticas – política – jurídica e comunicacional – se contatam e se "contaminam". Assim, valemo-nos, de alguma forma, de uma construção do historiador Pierre Nora sobre o acontecimento, quando ele diz "que não há acontecimento sem os media". Dessa afirmação entendemos que a intenção de Moro era justamente estabelecer uma aliança midiática entre os campos jurídico e midiático, para estabelecer uma narrativa específica, que promovesse a exposição e a legitimação da Lava Jato.

Dessa forma, a Lava Jato se tornou um grande fenômeno que não somente provocou disputas no campo midiático e jornalístico, mas também no campo judiciário. Um dos exemplos é a criação em 2016 do Movimento[82] Juízes pela Democracia, em que diversos juristas lançaram um manifesto[83] contra a Operação Lava Jato, iniciativa

[82] Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2016-mar-18/advogados-juizes-protestam-violacoes-lava-jato>. Acesso 29 abr 2021.
[83]Disponível em::<https://www.change.org/p/ministério-da-justiça-defesa-da-legalidade-democrática?recruiter=512885219&utm_source=share_for_starters&utm_medium=copyLink>.Acesso 29 abr 2021.

rechaçada[84] por entidades como Ajufe e ANPR[85]. O caso também se tornou tema de debate no Supremo Tribunal Federal, que julgou como parciais as decisões do juiz Sergio Moro quanto ao julgamento do ex-presidente Lula em 2021. Outros desdobramentos deste caso podem ser vistos no texto "Depois da Vaza Jato", publicado no Apêndice A deste trabalho.

Mas esse fenômeno também ocorreu no sistema jornalístico, que ajudou conferir um caráter de credibilidade para a Operação, sem admitir contestações, porque os operadores jurídicos da Lava Jato se utilizaram do código de seus sistemas como uma ferramenta para avalizar suas ações perante a opinião pública, justamente pelo fato de que a discursividade jurídica é densamente técnica e de difícil compreensão ao senso comum. Sendo assim, a imprensa referendou os argumentos dos procuradores da Lava Jato como verdade, porque aceitou os atores dessa operação como autoridades, que desenvolviam de modo autoreferencial a validade do ponto de vista do sistema jurídico como um todo. Somente quando a Vaza Jato surgiu, é que os sistemas judiciário e jornalístico foram forçados a refletir sobre as condutas dos atores do judiciário, aceitando que a operação obteve a visibilidade porque foi fruto de uma campanha midiática, cujo objetivo era meramente político. Em favor deste argumento, reside o fato de que os próprios atores da operação Lava Jato já argumentaram publicamente e nos diálogos vazados que o apoio do sistema midiático seria fundamental para o sucesso da operação. Nesse sentido, ocorrem as autopoieses estimuladas pelos novos dispositivos midiáticos e pelas novas relações que se instituem entre as redes sociais, que recirculam os acontecimentos midiatizados e outros sentidos, que não são mais propostos pelo sistema jornalístico, mas pela dinâmica da produção de sentidos da ambiência midiatizada, que sofre interpenetrações de todos os sistemas (inclusive o jornalístico) e dos atores sociais.

Outra questão agregadora ao sistema jornalístico foi a ressignificação das mídias independentes, que passaram a ser vistas com relevância, como consequência da série de estratégias realizadas pelo The Intercept Brasil, como a parceria com outras mídias hegemônicas, o que ampliou o alcance de disseminação. Outro é a divulgação das matérias através das redes sociais pelo The Intercept Brasil, como o disparo de newsletters, oferecendo conteúdo inédito ao leitor que se inscrevia, assim como eventos

[84] Disponível em: <https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/noticias/297086644/juizes-e-procuradores-criticam-carta-de-advogados-contra-a-lava-jato>. Acesso 29 abr 2021.
[85] Respectivamente, Associação dos Juízes Federais do Brasil e Associação Nacional dos Procuradores da República.

relativos às discussões sobre a Vaza Jato, que contribuiu para uma circulação maior do que estava sendo publicado. Um dos efeitos desta intervenção interpretativa, é a criação de novos circuitos, cujos fluxos de leituras se passam através de comentários em redes sociais e do site oficial, assim como em discussões acadêmicas, em colunas opinativas e em reportagens, que também amplificaram a circulação para outras fronteiras. Nesse sentido, observamos nesses fluxos uma dinâmica de interpenetração de sistemas diversos, movimentando os dois níveis de acontecimento (Lava e Vaza Jato) através de disputas intersistêmicas que geram novos sentidos. Sendo assim, essa relação entre circuitos se desenrola em um fluxo adiante, mas retorna a ressignificar sentidos se microacontecimentos ocorridos em um passado recente, pois são referidos novamente, gerando uma nova e complexa temporalidade.

Outra singularidade desse caso trata-se da singularidade do papel do jornalista como um ator social, tendo como exemplo a análise da atuação de Glenn Greenwald. Observamos que sua participação no jornalismo se configura como experimental, pois, não é jornalista de formação, mas um advogado constitucionalista que ingressou no sistema jornalístico através de um blog que lhe rendeu o convite para escrever para o jornal The Guardian. Greenwald também trouxe para o caso as estratégias que deram certo no caso Snowden e que ele aplica na Vaza Jato. Entretanto, Greenwald traz em duas práticas profissionais fundamentos jornalísticos aliados à características de um profissional do jornalismo midiatizado, mais intuitivo e multidisciplinar, que leva em conta suas temporalidades e processos. Também há neste caso a confluência com dois outros jornalistas, Leandro Demori e Alexandre de Santi, que trazem habilidades especiais quanto a estratégias de segurança digital e direcionamento editorial, assim como estão habituados à maneira que o jornalismo hegemônico brasileiro funciona.

O jornalismo praticado pelo The Intercept Brasil propôs, com a Vaza Jato, uma ruptura na cobertura jornalística realizada pela imprensa hegemômica que referendava a narrativa proposta pela força-tarefa da Operação Lava Jato. Dessa maneira, o jornalismo praticado pelos veículos hegemônicos ainda se comportam seguindo as lógicas do jornalismo automatizado, produzido em escala para gerar audiência, modelo que ainda atende as lógicas dos meios da era de massa, mesmo que se utilize de estratégias próprias das lógicas de midiatização, como veiculação da repercussão das redes sociais e transmissão ao vivo de manifestações populares. Mas, sobretudo, esse acontecimento também trouxe vários questionamentos quanto às relações de poder, sugerindo uma proposta de autonomia de ação por parte dos profissionais do jornalismo, mas também

sugerindo discussão sobre os valores-notícia, ao promover um debate público mais amplo, que envolve de modo mais complexo o jornalismo com outros campos sociais, um desdobramento de um processo dentro do jornalismo que está modificando a sua própria antologia. Através de novas formas de atuação dos atores jornalísticos, indo além de práticas que possam ultrapassar as lógicas midiáticas, podemos perceber uma desconstrução do próprio fazer jornalístico, segundo demonstra a tentativa do The Intercept Brasil de associar novas formas de dizer sobre a realidade com preocupações centradas na credibilidade de sua ação jornalística.

Essa maneira de atuar do The Intercept, além da projeção que conquistou, sendo uma mídia independente, fez com que outras mídias alternativas e independentes também crescessem neste movimento, que ainda está em construção, com a adesão de novos atores jornalísticos independentes e novas formas de atuação. Esses dispositivos jornalísticos que emergem, além de propor novos estilos de narrativas, novos formatos e novas formas jornalísticas, também estão propondo novas formas de rentabilizar o negócio comunicacional, com o objetivo de promover uma maior independência no fazer jornalístico. Além dessa nova quebra de paradigma, o profissional do jornalismo midiatizado também atua além de outras lógicas que se manifestam na ambiência da midiatização, considerando complexos fluxos de produção e de circulação de sentidos engendrados por interpenetrações de práticas jornalísticas e de outras naturezas, como a de escutar as dinâmicas dos processos sociais.

Na análise deste caso, valorizamos a questão teórica aqui esboçada, ou seja: foi através das disputas argumentativas que emergiram como resultado sentidos bifurcantes sobre a questão, segundo dinâmica da ambiência da midiatização. Destaca-se a interpenetração entre sistemas, que se configurou ela mesma como um produto da circulação, pois é o resultado da diferença entre estas interações. A midiatização, ao afetar todas as práticas sociais, produziu feedbacks complexos, e como consequência, a produção de sentidos que somente podem ser percebidos e analisados quando ganham forma no cenário das discursividades sociais. A partir dessa compreensão, inferimos que o jornalismo e o campo midiático se tornaram subsistemas da sociedade, assim como a esfera jurídica e política. Estes sistemas promoveram entre si disputas e negociações diversas, que desencadeiam transformações em seus próprios sistemas e nos outros, assim como em um sistema maior, que é a sociedade como um todo.

Finalizo este trabalho com a consciência de que certamente evoluí durante a pesquisa, pois este trabalho me trouxe muito aprendizado. Com relação à minha

experiência como pesquisadora, afirmo que este trabalho me fez compreender que o cenário comunicacional que nos envolve é muito mais complexo do que eu imaginava. E dentro deste contexto, confirmei a minha percepção inicial de que o jornalismo está realmente sofrendo uma intensa transformação. E cabe aos jornalistas perceberem essas mudanças, evoluir junto com essa movimentação. Para mim, os pressupostos teóricos da midiatização somente complementam uma melhor percepção deste cenário, assim como as outras abordagens teóricas que dialogam com suas problematizações, como a ideia de sistemas e interpenetrações. É esse caminho que quero continuar trilhando, para contribuir com minha área de atuação, mas sobretudo, com a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Kennedy. Vaza Jato foi fundamental para fim da prisão em 2ª instância. In: **Blog do Kennedy**, disponível em: https://www.blogdokennedy.com.br/vaza-jato-foi-fundamental-para-fim-da-prisao-em-2a-instancia/ Acesso 17 ago. 2020.

BECKER. Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOMFIM, Ivan. Novos atores em cena: primeiras análises sobre o *Intercept Brasil*. **Revista Tríade**, v.7, n.15, p. 9-27. Sorocaba, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. In: **Vocabulário Bourdieu**. MEDEIROS. Cristina Carta Cardoso. et al. São Paulo: Editora Autêntica, 2017.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA, Brasília, Compós, 2012, p.31-52.

_____. Comunicação, disciplina indiciária. **Revista Matrizes**, n.2, São Paulo, p. 73-88, 2008.

_____. Lógicas da mídia, lógicas da midiatização. In: FAUSTO NETO, Antônio.; RAIMONDO, Natalia.; GINDIM, Irene Lis. (org.). **Relatos de Investigaciones sobre Mediatizaciones**. Rosario, UNR Editora, 2014.

_____. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia.; ARAUJO, Denize Correa.;BRUNO, Fernanda (org). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**: livro da XV Compós. Porto Alegre, Sulina, 2007.

BORELLI, Viviane. Midiatização, dispositivo e os novos contratos de leitura geram uma outra religião. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 2010, p. 1-15, 2010.

CARVALHO, Carlos Alberto; BRUCK, Mozahir Salomão. Vazamentos como acontecimento jornalístico: notas sobre perfomatividade midiática de atores sociais. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 25, n. 3, 2018.

CASTELLS, Michel. **O poder da comunicação.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto.** Porto Alegre, UFRGS, 2014.

CAVENAGHI, Beatriz; BALDESSAR, Maria José; FONTINHA MIRANDA, Cristiane. Contribuições de Eliseo Verón para os estudos de televisão no Brasil. **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación.** Equador, n. 132, 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. BARRETA, Leonardo Medeiros. Contra-agendamento na Folha de São Paulo: opinião pública e a presença dos candidatos a presidente do PSDB e PT no jornal (2006 e 2010). **Revista Eptic Online**, n.1, v.16, p. 135-151, 2014.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras. São Paulo, 1990.

DEMORI, Leandro. MARTINS, Rafael Moro. Como o Intercept Brasil confirma a identidade das pessoas que aparecem nos chats da #VazaJato. The Intercept Brasil, Rio de Janeiro, 8 jul. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/07/08/como-o-intercept-brasil-confirma-a-identidade-das-pessoas-que-aparecem-nos-chats-da-vazajato/ . Acesso 5 jul. 2020.

DOMINGUEZ, Juan M. Entrevista com Glenn Greenwald: a diferença entre nós e a grande mídia é a mentalidade deles. In: **Mídia Ninja**, disponível em: https://midianinja.org/juanmanuelpdominguez/glenn-greenwald-a-diferenca-entre-nos-e-a-grande-midia-e-a-mentalidade-deles/ Acesso 07 jun. 2020.

DORILEO, Carlos Gustavo. 'Vaza Jato contribuiu para criar uma massa crítica', diz ministro sobre derrubada de prisão em 2ª instância. In: **Olhar Jurídico**, disponível em: https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=41827&noticia=vaza-jato-contribuiu-para-criar-uma-massa-critica-diz-ministro-sobre-derrubada-de-prisao-em-2-instancia&edicao=1 Acesso 17 ago. 2020.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian Journalism Research** (Versão em português), n.1, v. 1, 2008.

DUARTE, Letícia. THE INTERCEPT BRASIL. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil.** Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO NETO, Antônio. Pisando no solo da midiatização. In: CÁDIMA, Rui. SÁÁGUA, João. (org.). **Comunicação e Linguagem**: Novas Convergências. Óbidos: Várzea da Rainha, 2014.

_____ . Circulação: trajetos conceituais. **Revista Rizoma**, v.6, n. 2. Santa Cruz do Sul, 2018.

_____. Midiatização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In: JANOTTI JR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA, Brasília, Compós, 2012, p.-52.

_____. Jornalismo: sensibilidade e complexidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.18, p.17-30, 2009.

_____. O agendamento do esporte: uma breve revisão teórica e conceitual. **Verso & Reverso**, São Leopoldo, v. 34, p. 9-17, 2002.

_____; PRASS, Marco Aurélio. 'Pensamento Comunicacional' da Lava Jato: Fragmentos de Leitura do Juiz Sergio Moro. **Intercom**, Curitiba, 2017.

_____. PRASS, Marco Aurélio; THIESEN, Victor Dias. Lava Jato: fragmentos em circulação do "interrogatório-acontecimento". **VI Colóquio de Semiótica das Mídias.** Alagoas, 2017.

_____; ROCHA, Sibila; ALLI, Flávia; BOZZETTO, Lais; ISAIA, Letícia Sarturi; VALLEJOS, Maitê. (Re)Visitando os conceitos de contrato de leitura: Uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/receptor da sociedade dos meios para sociedade midiatizada. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Anais). Caxias do Sul. 2010.

FERREIRA, Fernanda Vasquez. CARDOSO, Louis Fernando Aldeberto Popov. Contra-agendamento: a cobertura do The Intercept Brasil como resistência à cobertura silenciosa e enviesada da mídia brasileira. **Revista Cenas Educacionais**, n.e3858, v. 3, Bahia, 2020.

FORD, Aníbal. **La Marca de la bestia**: identificación, desigualdades e infoentretenimento em la sociedade contemporânea. Colômbia: Grupo Editorial Norma, 1999.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul. DREYFUS. Hupert, R. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos Meios à Midiatização**: um conceito em evolução. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

GREENWALD, Glenn. DEMORI, Leandro. A quem interessa a narrativa dos "hackers criminosos na #VazaJato? The Intercept Brasil, Rio de Janeiro, 17 jun. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/06/17/hackers-criminosos-vazajato-sergio-moro/. Acesso em 5 jul. de 2020.

_____. FISHMAN, Andrew. MIRANDA, David. O Brasil está sendo engolido pela corrupção – e por uma perigosa subversão da democracia. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mar. 2016. Disponível em: https://theintercept.com/2016/03/18/o-brasil-esta-sendo-engolido-pela-corrupcao-da-classe-dominante-e-por-uma-perigosa-subversao-da-democracia/. Acesso em 5 jul. 2020.

HENN. Ronaldo. A dimensão semiótica do acontecimento. In: BENETTI, Márcia. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

HOLDORF, R. A visão editorial da veja revelada nas entrelinhas e nos títulos de capa e das páginas amarelas. **Acta Científica. Ciências Humanas**, v. 1, n. 16, p. 25-38, 30 out. 2014.

LARA, Bruna de. BIANCHI, Paula. DEMORI. Leandro. BALTHAZAR, Ricardo. BÄCHTOLD, Felipe. Conversas de Lula mantidas sob sigilo pela Lava Jato enfraquecem tese de Moro. The Intercept Brasil e Folha de São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo, 8 set 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml. Acesso em 5 jul. 2020.

KOVACH, Bill. ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais**: esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MAROCCO, Beatriz. Giro autoral no "livro de repórter". **Revista Galáxia**, n.37, p. 66-79, São Paulo, 2018.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

_____. A linguagem do jornalismo – A linguagem dos efeitos do agendamento (agenda-setting). In: CAMPONEZ, Carlos.; FERREIRA, Gil Baptista.; RODRÍGUEZ-DÍAZ, Raquel. (orgs). **Estudos do Agendamento: Teorias, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois.** Covilhã: Editora LabCom, 2020.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. **SBPJor**, Goiás, 2017.

MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 56-62, 2004. Disponível em <https://goo.gl/8CKXjv>. Acesso em 07 jun 2020.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico.** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación v. 7, n. 1, 2005.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. ;NORA, P. **História**: novos problemas, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves v. 2, 1988.

POZOBON, Rejane de Oliveira; DAVID, Carolina Siqueira de. Jornalismo de revista: a autorreferencialidade no discurso de Veja sobre a prisão de Lula. **Interin**, v. 24, n. 2, 2019.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por uma realidade pragmatista. *In*: **Acontecimento**: reverberações. FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REED, Betsy. GREENWALD, Glenn. DEMORI, Leandro. Como e porque o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. The Intercept Brasil, Rio de Janeiro, 9 jun. 2019. Disponível em: https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/ . Acesso 5 jul. 2020.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: teorias, questões e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

_____. Experiência, modernidade e campo dos media. In: http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf. Acesso 19 jul. 2020. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.

ROSA, Ana Paula. Imagens que pairam: a fantasmagoria das imagens em circulação. **26a Compós**, São Paulo: 2017.

SOSTER, Demetrio de Azeredo. A reconfiguração do jornalismo na primeira década do século XXI. **Revista Ícone,** n.2, v.11, Pernambuco, 2009.

_____. A circulação como instância reconfiguradora do jornalismo midiatizado. **Questões Transversais – Revista da Epistemologia da Comunicação**. n.12, v.6, São Leopoldo, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA DA SILVA, Márcia; MAROCCO, Beatriz. O Feminino no "Livro de Repórter" uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **SBPjor**, 14, p. 30-55, 2018.

_____. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropologica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 1, v.8, p. 13-19, 2014.

_____. **Construir el acontecimiento.** Barcelona: Gedisa, 2002.

_____. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WESCHENFELDER, Aline. **Manifestações da midiatização - transformação dos atores sociais em produção e recepção: o caso Camila Coelho.** 2019. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

APÊNDICE A – OUTRO LADO E DEPOIS DA VAZA JATO

OUTRO LADO (Direito de resposta concedido pelo The Intercept que se segue à reportagem "Um transatlântico: o namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo, publicada em 9 de fevereiro de 2021).

Vladimir Netto
Não. Não reconheço esses diálogos. Eles não aconteceram, não são verdadeiros. Nunca prestei 'consultoria informal' à Lava Jato ou a qualquer fonte. Não mantenho relação de amizade nem tenho 'intimidade' com nenhuma fonte. Sempre pautei minha atuação pela ética e profissionalismo. É espantoso que o Intercept se ache no direito de violar o sigilo do que poderia ser uma relação entre jornalista e fonte. Os diálogos são falsos, mas se fossem verdadeiros, divulgá-los seria uma violação do sigilo de fonte, princípio constitucional caro ao jornalismo.

Globo
João Roberto Marinho é presidente do Conselho Editorial do Grupo Globo, função que exige dele ouvir os segmentos da sociedade sobre os temas em debate. Nada mais natural do que um encontro entre ele e um procurador da República que, naquele ano, percorreu o país em defesa do projeto. E que anteriormente já havia discutido o mesmo tema com a direção dos principais veículos de imprensa, como é público. A Globo é e será sempre contra a corrupção, não há surpresa nisso para ninguém. Essa postura não impediu que o jornal O Globo publicasse, em 2016, ao lado de editoriais seus a favor do projeto do MP, artigos de personalidades que eram contrárias àquelas ideias. Na cobertura da Lava Jato, a Globo não foi privilegiada. Nas milhares de reportagens que publicou sobre o tema, baseou-se em documentos públicos e, se deu furos, deve isso a uma equipe de profissionais ágeis, éticos, corretos, com fontes em todas as esferas de poder, no mundo jurídico (público e privado), e em todos os setores da sociedade. A Globo pratica o bom jornalismo. E se surpreende com o fato de o Intercept considerar natural fazer ilações falsas sobre outros veículos, numa ação que pode ser entendida como uma tentativa de quebrar um dos direitos mais fundamentais na democracia, garantido pela Constituição: o sigilo da fonte. Sobre as referências ao repórter Vladimir Netto, a Globo não tem por que duvidar da palavra do profissional, que diz que os diálogos não existiram. Por último, uma correção: para que uma informação correta entre no Jornal Nacional, basta que o telejornal esteja no ar.

Lava Jato

É importante registrar que o Intercept, distante das melhores práticas de jornalismo, não encaminhou as supostas mensagens em que se baseia a reportagem, o que prejudica a compreensão das questões enviadas, o direito de resposta e a qualidade das informações a que o leitor tem acesso. Registra-se ainda que tais mensagens, obtidas de forma criminosa, foram descontextualizadas ou alteradas ao longo dos últimos meses para produzir falsas acusações, que não correspondem à realidade, no contexto de um jornalismo de militância ou de teses que busca atacar a operação e seus integrantes.

De todo modo, em relação aos questionamentos apresentados, os procuradores que atuam na operação Lava Jato informam que tiveram, ao longo dos seis anos da operação, reuniões com integrantes do corpo editorial de diversos veículos de comunicação, que com frequência inclui um ou mais de seus sócios ou donos. Os encontros objetivaram promover a causa anticorrupção, o estímulo à cidadania e esclarecer dúvidas sobre os trabalhos da operação. Do mesmo modo, os procuradores que atuam na operação tiveram contato por centenas de vezes com repórteres e colunistas dos mais variados veículos para prestar declarações, esclarecimentos e dirimir dúvidas, o que sempre ocorreu segundo as regras legais e éticas que regem a conduta de integrantes do Ministério Público.

A tese já externada por integrantes do Intercept de que a Lava Jato controlava a grande imprensa é de ingenuidade inadmissível diante da independência da grande imprensa e dos múltiplos fatores que influenciam suas posições, compreendendo-se apenas a partir do propósito intencional e militante de atacar a operação e de tentar minar seu apoio.

Tréplica do Intercept Brasil à Globo e a Vladimir Netto

Agradecemos pelas respostas, que são mais uma evidência da autenticidade dos diálogos ao tratarem do encontro de João Roberto Marinho com o procurador Deltan Dallagnol em 2015, exatamente como relatado no arquivo da Vaza Jato. Gostaríamos, no entanto, de apresentar alguns fatos para fins de clareza e respeito com a verdade:

A autenticidade dos diálogos publicados desde junho de 2019 pelo Intercept e por veículos parceiros (Folha de S. Paulo, UOL, El País, Reinaldo Azevedo, revista Veja, Agência Pública e BuzzFeed News) foi cuidadosamente verificada antes da publicação pela checagem de metadados e pelo confronto delas com fatos privados de conhecimento

apenas dos envolvidos (por exemplo, comentários sobre pedidos de jornalistas do Intercept à força-tarefa de Curitiba ou dos procuradores a respeito de matérias publicadas por nossos repórteres e de veículos parceiros).

Após a publicação, a autenticidade dos diálogos foi ratificada por procuradores da República, inclusive integrantes da Lava Jato, pelo ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pelo ex-presidente Michel Temer, pelo apresentador Fausto Silva, da TV Globo, e até mesmo pelo ex-juiz Sergio Moro. A resposta enviada ao Intercept pela Rede Globo, confirmando o encontro com o procurador Dallagnol, é mais uma prova da veracidade dos diálogos.

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná jamais questionou a autenticidade dos diálogos. Pelo contrário, em uma das notas que divulgaram no dia da publicação das primeiras reportagens, 9 de junho de 2019, os procuradores afirmaram que suas mensagens haviam sido hackeadas e que "mantiveram, ao longo dos últimos cinco anos, discussões em grupos de mensagens, sobre diversos temas, alguns complexos". E disseram mais: "foram obtidas cópias de mensagens e arquivos trocados em relações privadas e de trabalho". Ou seja: atestaram que o material da Vaza Jato é autêntico. O portal UOL, que à época ainda não era parceiro nas reportagens, registrou.

Na única vez em que uma procuradora da República (Monique Cheker) tentou negar a autenticidade de uma mensagem, o Intercept provou cabalmente como a havia identificado nos chats. Desmentida, a procuradora se calou.

A Polícia Federal prendeu suspeitos de hackearem telefones celulares de autoridades na operação Spoofing, e eles foram indiciados e denunciados à justiça sob essa acusação. O principal acusado, Walter Delgatti Neto, disse à Polícia Federal e à Folha de S.Paulo que não modificou, adulterou ou editou mensagens a que teve acesso. À PF, inclusive, ele afirmou, em depoimento que faz parte do inquérito, acreditar "não ser possível fazer a edição das mensagens do Telegram em razão do formato utilizado pelo aplicativo".

Os arquivos que a Polícia Federal diz ter apreendido com alguns dos acusados estão custodiados na justiça, sob os cuidados do STF e da 10ª Vara Federal de Brasília. Recentemente, o procurador da República Diogo Castor de Mattos, ex-integrante da força-tarefa, pediu e obteve acesso às mensagens para inclusão em um processo judicial dele. Uma perícia realizada pela Polícia Federal confirmou a Castor que as mensagens foram obtidas do telefone dele mesmo.

Todo esse conjunto de evidências afasta de uma vez por todas a possibilidade de acusar nossos jornalistas — e jornalistas de outras sete redações brasileiras e estrangeiras — de

estarem forjando conversas. A discussão sobre a autenticidade dos diálogos, decorrido mais de um ano do início da série de reportagens, está superada.

Sobre o direito ao sigilo de fonte: ele é sagrado para o exercício do jornalismo e ordenado pela Constituição Federal, promulgada em 1988 sob as lembranças vívidas dos arbítrios da ditadura militar. O inciso XIV do artigo 5º da Constituição diz que é "resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional". O Intercept é defensor intransigente desse direito e dele se vale para jamais revelar suas fontes em situações em que isso se faz necessário — como no caso das mensagens da Vaza Jato.

Cabe, porém, entender de que se trata esse direito. Ele dá ao jornalista o direito de não revelar, quando pressionado por autoridades, quem lhe abasteceu com informações. Ou seja: o jornalista tem direito de manter em sigilo as próprias fontes. Mas não há obrigação de manter em sigilo as fontes de terceiros quando isso for de relevante interesse público. Caso um jornalista detecte relação antiética ou até mesmo ilegal de um colega com sua fonte, é dever desse jornalista levar essa informação a público.

O arquivo com as conversas de Telegram entregues ao Intercept, analisado por seus jornalistas e por jornalistas de veículos parceiros, contém dezenas de chats entre procuradores e repórteres. Trata-se, habitualmente, de conversas absolutamente pertinentes ao exercício do bom jornalismo — e que, justamente por isso, jamais serão trazidas a público por nossa redação. Em alguns casos, porém, a relação foi além disso e revela como setores da mídia cooperaram com uma operação que deveriam não apenas noticiar como também fiscalizar — como é o caso do site O Antagonista, já objeto de reportagem. São casos que o público tem direito de conhecer, não abarcados por sigilo de fonte, posto que a relação dos jornalistas com os procuradores nada tinha a ver com o exercício ético da profissão, mas com outra coisa.

Destacamos, por fim, que o repórter Vladimir Netto manteve pelo Telegram conversas com o procurador Deltan Dallagnol ao longo de anos, e que elas somam dezenas de laudas A4. A imensa maioria delas jamais virá a público, pois trata do exercício da profissão de repórter. Porém, quando um jornalista da mais importante emissora de televisão do país aceita editar uma nota à imprensa da operação que cobria (que caberia ser confeccionada e editada apenas pelos próprios procuradores e seus assessores), consideramos estar diante de material de visível interesse público.

DEPOIS DA VAZA JATO

(Trecho retirado do livro "Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil", publicado pelo The Intercept Brasil em parceria com a jornalista Letícia Duarte)

Após 580 dias na prisão em Curitiba, Lula foi libertado em 8 de novembro de 2019. A soltura do ex-presidente foi autorizada após decisão do Supremo Tribunal Federal que derrubou a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, retornando ao entendimento de que um réu só pode cumprir pena depois que esgotaram os recursos na Justiça. Ao chegar em casa, Lula ligou para Greenwald: "Foi por causa do seu trabalho que estou livre."

O STF[86] reviu outras posições na esteira da Vaza Jato. Uma das principais mudanças foi a garantia de que réus delatados falem por último nos processos. Como regra durante a Lava Jato, o réu delatado fazia suas alegações finais ao mesmo tempo que o delator, contrariando o princípio de ampla defesa. Com base no novo entendimento, o STF anulou a sentença de Moro que condenou o ex-presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, em agosto de 2019. Segundo levantamento da própria força-tarefa da Lava Jato, a mudança poderia levar à anulação de 32 sentenças de casos da operação, que envolvem 143 dos 162 condenados.

Ao encerrar sua investigação sobre o caso do hackeamento telefônico de Moro, em dezembro de 2019, a Polícia Federal apontou seis responsáveis pela invasão de dispositivos telefônicos das principais autoridades do país. Concluiu que o objetivo do grupo seria obter informações para fraudes bancárias e que eles haviam invadido os celulares de 176 pessoas (bem menos que os mil aparelhos estimados inicialmente pela PF) – do presidente Jair Bolsonaro ao humorista Gregório Duvivier. Entre os crimes atribuídos ao grupo estão formação de organização criminosa e interceptação telefônica. Os indiciados foram Walter Delgatti Neto, Gustavo Souza, Danilo Marques, Suelem Priscila de Oliveira, Thiago Eliezer Martins e Luiz Henrique Molição.

[86] O Supremo Tribunal Federal reconheceu em 23 de março de 2021 a parcialidade do juiz Sergio Moro na condenação do ex-presidente Lula no caso Tríplex, considerando que o magistrado agiu por motivação política na condução do processo. Nessa ocasião, todas as decisões do juiz neste processo foram anuladas e as ações realizadas pelo Ministério Público Federal contra Lula foram remetidas para um novo julgamento pela Justiça Federal do Distrito Federal, conforme notícia disponível: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1> . Acesso em 29 mai 2021.

Durante o inquérito, Manuela D`Ávila prestou um depoimento de nove horas como testemunha à Polícia Federal, em Brasília, e entregou voluntariamente seu celular para a perícia, permitindo que examinassem todos os diálogos com o hacker, que confirmaram a sua versão. Ela não foi alvo da investigação.

O jornalista Glenn Greenwald[87] também não foi investigado pela PF. Isso não impediu que, em janeiro de 2020, o Ministério Público o denunciasse no caso dos hackers, sob acusação de participar de "associação criminosa, interceptação de comunicações e invasão de dispositivo informático". A aberração jurídica causou perplexidade entre jornalistas e juristas. Em fevereiro de 2020, o juiz Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, rejeitou a denúncia do MPF contra Greenwald, com base em uma liminar de Gilmar Mendes, do STF. Concedida em agosto de 2019, a liminar proibiu "autoridades públicas e seus órgãos de apuração administrativa ou criminal" de "praticar atos que visem à responsabilização de informações publicadas em veículos de mídia, ante a proteção do sigilo constitucional de fonte jornalística".

Depois de defender arduamente o governo Bolsonaro por um ano e quatro meses, Sergio Moro deixou o cargo de ministro da Justiça em 24 de abril de 2020. Pediu demissão alegando pressões de Bolsonaro para trocas na direção da Polícia Federal. Na mesma noite, o ex-juiz vazou ao Jornal Nacional mensagens de conversas com o presidente Bolsonaro e com a deputada Carla Zambelli (PSL), que tentava intermediar um acordo para que ele ficasse no cargo até ser indicado para o STF: "Prezada, não estou à venda". Greenwald não perdeu a piada. Disse que ainda considerava a conduta de Moro na Lava Jato "antiética e perigosa", mas que queria "parabenizá-lo pelo método de usar chats privados entre pessoas poderosas para revelar a verdade" e divulgar atos corruptos. "Essa é a coisa certa a fazer", tuitou, parodiando o slogan que Moro estampa no seu perfil [no Twitter], "Faça a coisa certa sempre".

Dez meses depois da Vaza Jato, o reconhecimento de que as mensagens divulgadas pelo Intercept eram realmente autênticas veio de onde menos se esperava. "A Vaza Jato

[87] Glenn Greenwald se desligou do Intercept em 29 de outubro de 2020, após alegar sofrido censura em um artigo seu em que denunciava condutas irregulares do então candidato à presidência dos EUA, Joe Biden e seu filho, Hunter Biden. O artigo foi publicado na coluna de Greenwald na plataforma Substack, disponível em: <https://greenwald.substack.com/p/my-resignation-from-the-intercept>. Atualmente, Greenwald é colunista da revista Carta Capital.

começou em junho de 2019. Foram vazamentos sistemáticos de conversas de Sergio Moro com membros do MPF", tuitou o presidente Jair Bolsonaro após a saída do ex-aliado do governo. "Buscavam anular processos e acabar com a reputação do ex-juiz. Em julho, PT e PDT pediram a prisão dele. Em setembro, cobravam o STF. Bolsonaro no desfile do dia 7 fez isso", completou. "Isso" era uma foto que mostrava o presidente Bolsonaro abraçado a Moro, demonstrando seu apoio ao subordinado no momento em que a Vaza Jato expunha sua fragilidade. Na imagem, os dois sorriam alinhados, olhando na mesma direção.

A Vaza Jato vai virar filme: o Intercept vendeu os direitos autorais das imagens que gravou no início dos trabalhos para o cineasta José Padilha – o mesmo que dirigiu a série da Netflix *O Mecanismo*, inspirada nas narrativas oficiais da Lava Jato. O contrato está sob sigilo. O documentário sobre a Vaza Jato não tem prazo para ser concluído.

Depois de sete anos à frente da Lava Jato[88], Deltan Dallagnol pediu demissão do cargo de procurador e coordenador da operação em Curitiba, alegando questões familiares. Até dezembro de 2019, ele tinha sido alvo de 36 reclamações no Conselho Superior do Ministério Público – a maioria protocoladas após a Vaza Jato e arquivadas sob o argumento de que a origem da prova era ilegal. Em 8 de dezembro de 2020, o Conselho Nacional do Ministério Público aplicou, enfim, uma pena de censura ao presidente do Senado. Dallagnol atacou publicamente o senador Renan Calheiros, então candidato ao posto. Uma reportagem da Vaza Jato havia tratado do tema ainda em 2019.

Desde a publicação da Vaza Jato, a redação do Intercept cresceu de 20 para 33 colaboradores e mudou de endereço. Por questões de segurança, o site hoje opera em um prédio com vigilância 24 horas na região central do Rio – a redação foi adaptada com a instalação de uma porta blindada. Fotos das janelas ainda são proibidas. O site, que nasceu moleque e provocador, precisou aprender a assumir responsabilidade de gente grande. No início de março, a redação discutia novos projetos, como um manual de redação. Até o início de julho de 2020, foram publicadas 105[89]reportagens da Vaza Jato, em parceria com sete veículos de comunicação.

[88] Em de fevereiro de 2021 o Ministério Público Federal anunciou que a força-tarefa da Operação Lava Jato foi oficialmente encerrada.
[89] Número atualizado para 110 reportagens até março de 2021.